90.00

A Monografia

DE

ALVÔR

POR

Francisco X. d'Athaide Oliveira

Bacharel formado em Theologia e Direito
pela Universidade de Coimbra, Conservador Privativo do Registo Predial
da Comarca de Loulé
e socio correspondente do Instituto de Coimbra

Livraria Figueirinhas - Editora

Composição e Impressão
Typographia Universal
54, Travessa de Cedofeita, 56
PORTO

Digitized by the Internet Archive
in 2015

https://archive.org/details/monografiadealvo00oliv

A MONOGRAFIA de ALVÔR

A MONOGRAFIA

DE

ALVÔR

POR

Francisco X. d'Athaide Oliveira

Bacharel formado em Theologia e Direito
pela Universidade de Coimbra, Conservador Privativo do Registo Predial
da Comarca de Loulé
e socio correspondente do *Instituto* de Coimbra

PORTO
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL (a vapor)
Travessa de Cedofeita, 54
—
1907

Á saudosa memoria de sua tia

Ignez Bernarda Xavier d'Athaide

Off. e dedica

O AUTOR.

ALGUMAS PALAVRAS

Lembro-me, teria sete annos, de acompanhar minha saudosa mãe, em longa jornada, no intento de visitar minha segunda tia—Ignez Bernarda Xavier de Athaide, moradora em uma Quinta, proximo de Alvôr.

Junto dessa Quinta, apeamo-nos, e subi, acompanhado de minha mãe, uma escadaria, no cimo da qual estava uma senhora idosa, alta, que ternamente me abraçou e beijou. Nesse momento não me esqueci das recomendações feitas durante a jornada, e por isso correspondi aos carinhos de minha segunda tia, beijando-lhe respeitosamente a mão. A este tempo minha mãe tinha-me precedido, beijando com muito respeito a mão de sua tia, e este acto de respeito e de superior devoção produziu em mim uma commoção inexplicavel. Eu sabia que era lei ou costume beijar-se a mão das pessoas que nos são superiores, e tendo para mim que no mundo não havia ninguem digno de mais respeito e de maior consideração do que minha mãi, suppuz nesse momento que aquella minha tia fazia no mundo as vezes de Nossa Senhora do Pilar, invocada numa linda capella, erguida nas proximidades do Algôs, onde minha mãi, nas tardes dos domingos, costumava fazer as suas orações; e deste raciocinio interno comecei a olhar para minha tia como se fora Nossa Senhora do Pilar.

Como são os raciocinios das crianças e o tempo que elles duram! Duas horas depois tinha com

minha tia tamanha familiaridade e tanto brincava com ella, que me parecia minha irmã mais nova!

Decorreram alguns annos, falleceu minha tia, e eu, seguindo os estudos superiores, vim finalmente residir em Loulé. Nunca mais voltara a Alvôr.

*
* *

Ha alguns annos acompanhei o meu velho e querido amigo, o reverendo Gonçalo Seixas, quando este tomou posse da sua nova egreja de Alvôr.

Nas proximidades desta povoação, vi uma Quinta e foi o coração que a conheceu antes de que a minha memoria a registasse. Senti um estremecimento intimo: era a Quinta de minha tia, que eu visitara em criança. Como me pareceu deserta! Então occorreram-me todos aquelles acontecimentos da minha juventude: desde a minha visita a Alvôr até á minha entrada nos estudos superiores; e o vulto simpatico e benefico de minha tia, que á minha familia legara os seus bens, em um documento da sua ultima vontade, fotografou-se no meu espirito com uma nitidez tão expressiva, que desde aquelle momento pensei em mostrar-me, com a maior publicidade, agradecido á sua sagrada memoria.

Eis a razão desta Monografia.

*
* *

Alvôr é uma povoação antiquissima; a sua região foi povoada pelos povos prehistoricos. Tive de consultar livros e de ouvir benevolos conselheiros, que muito me auxiliaram na fatura d'esta *Monografia*.

No respeitante aos assuntos prehistoricos, Estacio da Veiga na sua obra monomental—*Paleœthnologica — Antiguidades Monumentaes do Algarve* — Tempos Prehistoricos—offereceu-me substanciosa lição; com refencia aos tempos historicos servi-me das informações colhidas em um *manuscrito* existente na Bibliotheca Nacional, devido á penna de Fr. João de S. José; das *Memorias Eclesiasticas do Reino do Algarve*, por Fr. Vicente Salgado; da *Nobiliarquia Portugueza*, de Antonio de Villas Boas; da *Corografia do Reino do Algarve*, de Silva Lopes; da *Historia de Portugal*, de Mr. De La Clede, e de outras Corografias citadas no presente livro, entre as quaes o *Portugal Antigo* e *Moderno* de Pinho Leal.

Consultei muitos cavalheiros; direi mais; cheguei a ser importuno; a todos agradeço as suas valiosas informações e peço desculpa das minhas impertinencias. No tocante ao estado actual do povo de Alvôr foram os reverendos parochos de Portimão—José Gonçalves Vieira, e de Alvôr—Adelino de

Souza Ramos, os que mais circumstanciadamente me auxiliaram, subministrando-me valiosissimas informações e curiosos documentos, referentes aos seculos passados e á actualidade. Valiosisimos e substanciosos conselhos e informações recebi dos meus doutos amigos, os ex.mos snrs. Theofilo Braga, Leite de Vasconcellos, Coelho de Carvalho, Visconde de Sanches Baena, Pedro Augusto Ferreira (abbade de Miragaia) Antonio de Magalhães Barros, e de outros cavalheiros, mencionados no percurso do livro. A todos aquelles cavalheiros presto o meu culto de profundo respeito pela prontidão com que responderam ás minhas consultas.

*
* *

Portanto, nesta *Monografia*, sómente são minhas quaesquer incorrecções de algumas apreciações feitas aos factos que tiver relatado, e que os leitores entenderem menos bem cabidas.

Ha ainda neste livro, pairando em todas as suas palavras, uma ideia exclusivamente minha, que firmemente mantenho — embora possa ser menos bem interpretada por algum leitor — a ideia de que esta Monografia seja agradavel á saudosa memoria da pessoa a quem é dedicada e offerecida.

O Autor.

MONOGRAFIA DA FREGUESIA D'ALVÔR

CAPITULO I

GEOGENIA

No primeiro capitulo da *Monografia do Concelho de Olhão da Restauração* escrevemos as seguintes linhas:

«Lançado no espaço o nosso planeta no estado de esferoide incandescente, por um acto da vontade do Supremo Creador, e por virtude das leis da irradiação logo estabelecidas pela Suprema vontade do mesmo Creador — escreve L'Abbé E. D. Lambert — o globo perdeu gradualmente uma parte do seu calorico, e logo uma primeira pelicula solida se congelou á sua superficie, de onde resultou a primeira formação das rochas igneas ou plutonicas.

«Mas o globo incandescente — continua o mesmo auctor — arrastava consigo a immensa atmosféra, ainda impropria á vida, e as materias gasiformes saídas do interior do globo, foram-se condensando e se precipitaram á superficie do mesmo. Caíram as aguas em resultado do vapôr atmosferico, mas encontrando ainda a temperatura do globo muito elevada, deu occasião ás combinações quimicas, produzindo grande deposito de rochas modificadas.

«Com o decorrer dos tempos a crosta terretse solidificou-se, a grande atmosfera condensou-se, e,

como resultado destes fenomenos, produziram-se os mares e em seguida os sedimentos».

«Por isso todos os geologos são unanimes em admittir hoje que a crosta solida foi no principio formada sob as aguas que cobriam todo o planeta. Esta parte solida, porem, com o andar dos tempos, e por effeito de diversas causas, sendo quimicas as principaes, foi pouco a pouco emergindo acima das ondas, erguida pelo esforço das materias em fusão, e depois por virtude do seu resfriamento, contraída, determinando a formação de fendas, e, reunindo-se as aguas em baixos distintos, produziram os diversos oceanos.

«Para a formação das differentes partes que constituem a crosta terreste, os geologos, depois de profundos estudos, concordaram em estabelecer differentes periodos, dividindo os terrenos em *primarios*, *secundarios*, *terciarios* e *quartenarios* ou *modernos*.

«Na formação dos *primarios* entram os terrenos denominados *laurenciano*, *cambriano*, *siluriano*, *divoniano*, *carbonifero* e *permiano;* na formação dos *secundarios* entram os terrenos *triassico*, *jurassico*, e *cretaceo;* na dos *terciarios* os terrenos *eoceno*, *mioceno*, e *plioceno;* e na dos *quaternarios* os terrenos sedimentares modernos.

«Nas formações *laurenciana* e *cambriana*, sómente constituidas pelas rochas cristalinas e metaformicas antigas, não se encontram restos alguns da vida animal, e por isso estas formações são denominadas *azoicas* (sem vida); nas outras formações, porém, vão-se encontrando esses indicios e sob uma exposição tão harmonica com a de Moisés, que nenhuma discrepancia se encontra entre as paginas da biblia e as do grande livro da natureza — o globo terraquio. Por isso escreve um sabio:

Il faut á tout instante, dans cette estude, tenir compte de l'action de Dieu qui n'a point voulu acomplir son œuvre por un acte unique, mais qui l'a partagé en six jours, c'est-á-dire probablement en

six periodos. Il nous serait facile d'établir la rapprochement le plus complet entre le recit de la genese et notre exposition geogenique; mais ce travail est étranger á l'object de notre cours.

«Segundo a biblia e as investigações da sciencia, foi o homem o ultimo ser criado pela Divindade e por isso elle constitue a coroa da criação. Desde que o homem appareceu na terra até hoje teem decorrido milhões de annos, consoante a opinião de alguns sabios de profundo criterio; e todo esse grande periodo de tempo, em relação á historia, está dividido em *prehistorico* e periodo *historico*.

«No periodo *prehistorico* comprehendem-se tres grandes edades: *paleolithica*, *neolithica* e dos *metaes*. E estas edades foram pelos sabios estabelecidas depois de profundos estudos feitos na crosta terreste e depois da leitura dos diversos documentos encontrados sobre a superficie da terra ou nas entranhas das cavernas.

«A edade paleothica—a primeira edade—é caracterizada pelo apparecimento de instrumentos toscos de pedra, com que se defendiam das feras enormes, e pelas cavernas—suas primeiras habitações—sendo por isso o homem d'esse tempo denominado *troglodita* (habitante das cavernas). Segundo alguns sabios, essa edade estendeu-se por um espaço de tempo de vinte e dois mil annos.

«Os homens da edade neolithica, tanto nas suas armas de defeza, como nos seus repastos, estavam já em grande superioridade, comparados com os seus ancestres. As suas armas são ainda de pedra polida, e as suas habitações são constituidas pelos *silos*, *talaiotes*, *palafitas* ou cidade lacustres, e os seus repastos muito mais variados.

«Na edade dos metaes—*cobre*, *bronze* e *ferro*, apparecem os metaes, sendo o cobre o primeiro metal descoberto.

«A' ultima edade—a do ferro, seguiram-se os tempos historicos».

No estudo, que fazemos da freguezia de Alvôr,

seguimos os estudos realizados por Estacio da Veiga, os unicos que possuimos em relação aos tempos prehistoricos da nossa provincia. Segundo o benemerito algarvio confessa, elle não chegou a descobrir a quinta parte dos monumentos prehistoricos da nossa provincia, por isso que o governo do nosso paiz não só lhe não consentiu o estudo das cavernas, mas porque lhe marcou prasos curtissimos para as suas investigações. Não havendo, pois, outros estudos paleontologicos na nossa provincia, além dos realizados, por elles sómente nos guiaremos no estudo prehistorico desta freguesia.

CAPITULO II

Tempos Prehistoricos

Dadas como assentes as ultimas descobertas dos grandes peoneiros da sciencia paleoethnolica, podemos dividir os tempos prehistoricos em dois grandes periodos: o periodo da pedra e dos metaes. O primeiro sofre ainda a divisão: o da pedra lascada (paleolithica) e o da pedra polida (neolithica); o segundo em a edade do *cobre,* do *bronze* e do *ferro.*

Seguindo o sistema por nós adotado nas *Monografias* de *Loulé, Algôs* e *Olhão da Restauração,* vamos indicar as estações caracteristicas de cada um daquelles *periodos* e daquellas *idades,* seguindo para esse effeito os estudos realizados pelo nosso benemerito patricio, o falecido Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga na sua monumental obra intitulada—*Paleœthnologia*—*Antiguidades Monumentaes do Algarve*—Tempos prehistoricos.

§ 1.º

Periodo Paleolithico

Pelo que lemos nos diversos trabalhos de alguns escritores celebres na especialidade, os monumentos que nos restam deste periodo são os instrumentos de pedra lascada; estes instrumentos porem sómente teem sido encontrados no subsolo de algumas cavernas, porque naturalmente os que ficaram a descoberto foram mais tarde afeiçoados e polidos por uma civilização mais adiantada—a neolithica.

Não encontramos mencionada na *Carta Archeologica do Algarve,* de Estacio da Veiga, caverna alguma na freguesia de Alvôr; mas, adotando o principio sintetizado pelos mestres da sciencia nas seguintes palavras: *embora algumas vezes não encontremos em uma dada região documentos caracteristicos prehistoricos, não devemos concluir que nessa região se não estabelecessem civilizações prehistoricas, uma vez que proximamente existam monumentos que abertamente as denunciem*—existindo, como existem, cavernas nas freguesias proximas da de Alvôr, devemos, por virtude daquelle principio, concluir que a freguesia de Alvôr foi visitada pela civilização paleolithica.

Effectivamente, a *caverna do serro do Algarve,* situada quasi no cabeço do serro deste nome, a nordeste da egreja de Mexilhoeira Grande, que entesta com a freguesia de Alvôr, distante dois ou tres quilometros desta freguesia, fornece elementos para affirmar que ella fôra habitada pelo homem primitivo—o paleolitha. Assim a descreve Estacio da Veiga:

«Logo á entrada acha-se o visitante sob um arco proximamente ogival e num atrio de forma quasi circular, coberto da abobada levantada em diversas ondulações, cujas parêdes apresentam um compacto revestimento assaz curioso de aranhiços,

que brandamente se balanceiam em suas oscillantes teagens. Diziam alguns camponezes de Mexilhoeira Grande que na parêde, á esquerda de quem entra, se viam pintadas varias figuras, representando os mouros, que habitavam essa caverna.

«Já se vê, poís, que a tradição local aponta a *caverna do serro do Algarve* como tendo sido habitada pelos mouros, porque aos mouros refere o conceito popular quanto ha mais antigo. Da entrada ao fundo do atrio mede-se a extensão de 6 metros e ahi se bifurca em duas passagens. A' direita na orientação sul e a 8 metros da entrada ha uma cavidade á feição de poço, de forma proximamente circular, obstruida por uma tão grande quantidade de pedra, segundo se diz, lançada ali pelos pastores serranos, que não permitte reconhecer-se se tem seguimento para alguma parte. A oeste-sudoeste outra pequena abertura, tambem semilhante a gargalo de poço, está obstruida de pedras soltas, mostrando porém um seguimento, cuja profundidade e direcção não é possivel calcular, e pega com uma passagem ainda aberta, de pouca altura e pouco extensa, em cujo fundo as stalactites já formam columnas com as stalagmites.

«A caverna termina apparentemente bifurcando-se em dois ramaes, um apontando para nordeste e o outro para noroeste. No primeiro é visivel uma grande fenda, actualmente intransitavel, mas que pode ter sido praticavel antes do desenvolvimento que ali tem tido o solo stalagmiteo, já assaz expesso.

O ramal que corre para nordeste seria porém transitavel, se não estivesse obstruido por grandes e numerosas pedras. A este ramal pertence uma pequena camara, em que se pode estar de pé sem constrangimento, de cujo tecto pendem cardumes de stalactites em successiva formação.

«O espaço em que se bifurcam os dois ramaes, assim como o plano do que segue no sentido de noroeste, manifesta coprolithes antigos e recentes de um carnivoro do genero *Felis*, o gato bravo vulgar,

podendo tambem ser o lince ou gato bravo, que mui provavelmente poderá penetrar por algumas fendas.

«Não são ali visiveis vestigios apparentes de antiga habitação humana em todo o espaço accessivel á observação, mas a circumstancia de haver esconderijos occupados pelo carnivoro, que frequenta a caverna, deixa presumir que ella tome á extensa collina do chamado *Serro do Algarve* muito maior espaço, embora actualmente desconhecido e vedado por abatimentos ou pelas pedras. A habitação antiga poderá existir sob o solo da formação stalagmitica em camadas até muito inferiores, como se tem verificado na Europa em varias cavernas. Outra circumstancia recomenda esta caverna e é ser a unica que se conhece como central a uma infinidade de pontos em que são frequentes os instrumentos de pedra lascada e polida e não haver vestigios de habitação prehistorica na area limitada por esses pontos, além de umas cavernas artificiaes escavadas no solo.»

Vê-se, pois, dessa descrição de Estacio da Veiga que o illustre escritor estava convencido de que aquella caverna fôra habitada pelo homem primitivo. Infelizmente não lhe foi consentido pelo governo fazer o estudo das cavernas, receioso talvez das grandes despezas, porque o estudo de uma caverna demanda muito trabalho e muito dinheiro.

Effectivamente não basta sómente penetrar-se numa caverna e encontrar-se logo o monumento paleolithico. Edward Clod, na sua historia resumida do *Homem Primitivo,* estudando a caverna denominada *Buraco de Kent,* conta o que ali encontrou, antes de chegar a descobrir instrumentos do primeiro periodo da humanidade.

Encontrou: 1.º pedras calcareas, pesando desde alguns arrateis até mais de uma centena de toneladas, que teem caido da abobada em varias datas e que se foram cimentando pela acção do carbonio de cal; 2.º terra lodosa e escura de oito centimetros

e tres decimetros de expessura, composta inteiramente de materia vegetal em decomposição; 3.º um solo de stalagmite de caracter granular, cuja espessura variava de oito centimetros a mais de metro e meio; 4.º uma camada composta principalmente de madeira carbonizada, que não se estendia por toda a caverna, e de espessura de um metro aproximadamente; 5.º uma camada de greda vermelha; 6.º outro solo de stalagmite, mas de caracter cristalino, e que, em alguns pontos, atingia uma profundidade de 4 metros; 7.º em ultimo logar encontrou um deposito de areia de côr vermelha escura, sem materia calcarea. Ora na camada lodosa e escura encontrou elle facas de bronze, fragmentos de cobre e loiça romana ou pre-romana, tudo misturado com petrechos feitos de ossos. As camadas sob n.os 3, 4, e 5 conteem restos de muitos animaes —mamute, rinoceronte, lanoso, leão e urso das cavernas, grande numero de lascas ou fragmentos, bem como nucleos de silex. Além destes encontrou na camada de madeira carbonizada um furador, um arpeo, etc.; na camada de greda vermelha encontrou grandes restos do urso das cavernas e na ultima camada encontrou um dente fossil, de urso, e petrechos de silex e de quartzo.

Se, pois, a caverna do Serro do Algarve fornecer argumentos de ter sido habitada pelo paleolitha, devemos concluir, que tambem a freguesia de Alvôr experimentou a mesma civilização. Acresce que a civilização paleolithica não foi efemera,, antes durou miriades de annos. Segundo os calculos dos mais entendidos durou 222:000 annos, e Estacio da Veiga, sem precisar tempo algum, escreveu o seguinte: *Entre os ultimos tempos geologicos e o periodo neolithico decorreram talvez myriades de annos;* e se na freguesia de Mexilhoeira Grande existiu a civilização paleolithica é de crer que ella se accentuasse na freguesia de Alvôr.

Da civilização paleolithica apenas nos restam nas entranhas das cavernas os instrumentos de pe-

dra lascada, pouco mais, pois que até hoje se não acha provado que no tempo em que dominou aquela civilização existisse a louça ou outra qualquer prova que nos leve a crêr que o povo primitivo erguesse monumentos aos seus mortos, parecendo que os cadaveres ficavam expostos á acção do tempo ou á rapina das feras.

2.º

Periodo neolithico

Encontram-se dentro da area occupada pela freguesia de Alvôr monumentos que acusam a existencia do povo neolitha naquella região.

São monumentos desta civilização os *dolmens* – mesas que constam de varias lagens perpendiculares, cobertas por uma muito maior, collocada horisontalmente sobre as outras, que estão em circulo ou em quadro — *os carns* — especies de tanques, mais ou menos vastos, quadrados, oblongos ou circulares, com pavimento calçado, guarnecidos por uma parêde de um metro de altura —; as *antas* — que constam de uma grande e monumental pedra, de forma mais ou menos esferica, collocada sobre quatro penedos mais pequenos que o sustentam em equilibrio; — as *mamôas*, ou caixas construidas de lagens, que cobriam com uma piramide de terra em forma de peito de mulher; *os menhirs* — grandes pedras fixadas verticalmente no solo; e outros instrumentos de pedra polida, como *machados, brunidores, percutores, enxós, escopros, alfinetes* etc. etc. etc.; e os *talaiotes*.

Não nos demoraremos em dar a significação daquelles monumentos, pois que desse trabalho nos incumbimos em outras *Monografias;* o que nos pertence provar é que dentro da area da freguesia de Alvôr existem ainda restos de alguns daquelles monumentos que evidentemente demonstram ter sido povoada pelos povos neolithas,

Escreve Estacio da Veiga:

«O Monte da Rocha pertence á quinta da Lameira e está situado sobre o flanco direito do rio de Alvôr. Teve um *dolmen coberto* de que achei assignalados vestigios. Conservava ainda uma parte da crypta que tres monolithos soterrados, dispostos em curva, deixavam perceber que fôra construido como o tinham sido quasi todos os da região. A' crypta ou camara circular devia corresponder um corredor rectangular de accesso; mas tudo estava destruido e mal figurado... Num ligeiro reconhecimento junto dos esteios, que ainda denunciavam aquella estação mortuaria, colligi uns pequenos nucleos de um silex alvacento; um instrumento, pequeno calhau de ribeira, alongado, estreito e pouco espesso, com uma superficie plana e alisada pela acção do atrito, que visivelmente mostra ter exercido noutras pedras, trabalhando em plano horisontal. No lado opposto é convexo, e vê-se ter sido desengrossado até formar um gume arqueado, produzido por uma faceta indeterminada... Tambem appareceram uns fragmentos de schisto com gravuras como se tem achado noutros *dolmens cobertos*.»

Em outros logares escreve Estacio da Veiga:

«Indicarei os instrumentos de pedra que encontrei em Alvôr e sitios proximos.

«Machado de fina diorite negra, achatado, polido, mas com o gume abatido, formado por duas facetas convergentes e rematado inferiormente em extremidade larga, parcialmente lascado pela acção do trabalho. Mede 0,^{m}086 de comprimento, 0,^{m}052 0,^{m}021 de espessura, 0,^{m}019 de largura na extremidade inferior. Foi-me offerecido pelo snr. Limpo de Lacerda. Está depositado no museu.

«Machado polido, muito perfeito, com umas facetas convergentes, formando-lhe um corte arqueado e terminando inferiormente em ponta estreita.

... Foi-me offerecido pelo prior de Alvôr.

«Enxó de pequenas dimensões, com dois planos paralelos, formando angulos rectos com os la-

dos, e sendo-lhe o gume determinado por uma estreita faceta mui lisa, adherente a uma face, um tanto escabrosa. Está depositado no museu.

«*Amuleto* de pedra schistosa (?) tirante a verdenegro. Tem a forma proximamente elliptica, e foi totalmente preparada em pedra de grés molhada, com uma face plana nos dois terços superiores e a outra imperfeitamente convexa, aguçando um tanto para a extremidade inferior e adelgaçando para a superior, onde ha um orificio largo com signal de atrito produzido pelo cordão em que andou enfiado e suspenso. Este instrumento demonstra que já o povo neolitha tinha uma religião.

«*Brunidor* encontrado junto da enxó acima referida.

«Nas escavações, que fiz em terreno publico, junto á praia, encontrei duas pedras, que parecem atestar um preparo feito em tempos prehistoricos: uma é uma lamina de schisto, de forma quasi circular, com dois planos parallelos; o outro é um brunidor.

«Encontrei em Villa Velha (Alvôr) sitio contiguo a esta aldeia... um *desengrossador* de fórma irregular, proximamente circular, com duas superficies quasi planas e mui poroso; outro *desengrossador* proximamente circular com indicios de trabalho; um *percutor* de fórma elliptica com impressões de percussão nas extremidades do eixo maior; um *pilão* de moagem. Todos estes instrumentos estão actualmente no museu.

«Encontrei no sitio das *Lapas*, contiguo a Alvôr, um *machado* com o gume um tanto abatido, formado pelo desengrossamento convergente das suas duas faces, estando lascado num lado junto ao corte e na extremidade inferior.

«No *Alto do Grajão* a sueste e pouco distante da povoação de Alvôr, encontrei um machado de quartzo ferruginoso (?) com o gume abatido. No *Valle da Freira* situado a pouca distancia dos *Montes do Alvôr* appareceu um *machado*, desengrossa-

do pelo atrito com duas largas facetas decrescentes até o gume. No *Monte de Cima*, perto dos *Montes d'Alvôr*, no sitio denominado a *Queimada*, appareceram muitos *machados*, dos quais comprei um. Todos estes instrumentos são de pedra polida e revelam um trabalho mais apurado, o que demonstra que o progresso é uma lei antiquissima.

Continuando a enumerar os monumentos caracteristicos do periodo neolithico, escreve Estacio da Veiga:

«Com as designações de celleiros, tulhas, silos ou matmorras são conhecidas umas covas, excavadas geralmente nas rochas brandas, de maior ou menor amplitude e profundidade, que a tradição indica como tendo sido celleiros na epoca mourisca, e antes, dos romanos.» E' possivel que os mouros se aproveitassem destas covas, e nellas guardassem os seus cereaes, mas tudo indica que a sua origem é muito anterior á invasão dos mouros na nossa peninsula, pois que o nosso citado escritor algarvio com muita razão escreve:

«Duvida alguma ha hoje com referencia a este assunto, tendo-se achado tanto na França como na Italia e em outros paizes, que nunca tinham sido invadidos pelos mouros, algumas d'essas covas artificiaes excavadas nos planos altos das collinas, nas suas rampas e planicies, ora isoladas, ora constituindo grupos, contendo ainda expressas camadas de cinzas mescladas de carvão, pedras tostadas pela acção do fogo, pedaços de louças, e lascas de silex, instrumentos de pedra polida e varios artefactos de uso domestico, assim como abundantes despojos das refeições preparadas naquellas covas, que em tempo serviam de cosinha, casa de jantar, quarto de dormir e estrumeira, sem que ninguem temesse o fumo da fornalha, as evaporações dos detritos organicos ali acumulados, o desconchego da cama e a escuridão das noites».

Pelo estudo aturado das epocas remotissimas parece apurado que os povos primitivos habitaram

primeiramente as cavernas, chamados por isso *troglodítas;* depois *talaeótes*, os lagos, e os silos.

Ora dos silos incontramos no sitio da Rocha, proximo de Alvôr, a seguinte noticia:

«No sitio da Rocha, na freguesia de Alvôr, ha tambem algumas dessas cavernas artificiaes, ou silos, como condizendo na sua significação com os instrumentos de pedra, que tão frequentes são em muitos terrenos proximos».

Na *Carta Arqueologica do Algarve* vem o sitio da Rocha apontado como indicando a existencia de *celleiros* subterraneos, denominados *tulhas*, ou *silos*.

*
* *

No fim da *idade da pedra*, periodo neolithico, os progressos agricolas não se limitavam á domesticação dos animaes, ao cultivo das fructas, ao amanho dos cereaes e á preparação das bebidas fermentadas — escreveu Monsenhor Botto — mas já existia o tractamento herval de uma planta textil aplicada ao fabrico das cordas. Sampaio y Miguel, no seu livro — *Luxo* — demonstra que nas cavernas scientificamente estudadas foram encontradas provas evidentes de que o homem se servia de vestiduras d'esparto.

O homem, pois, do periodo lithico — continua o escritor citado em primeiro logar — não era um ser exclusivamente rude; longe da anthropologia bestial, até affectuosa e pacientemente tratava os seus enfermos, devendo ter uma tal ou qual assistencia cirurgica e medica, como se deprehende de muitas ossadas colhidas em dolmens e grutas sepulcraes, revelando dificultosas reducções complicadas, anquiloses de articulações, cicatrizações de necroses, etc., affirma-o Broca. Tambem se manifesta o homem desta edade como um ser dotado de sentimentalidade religiosa, como se evidencia das

suas jazidas cuidadosamente preparadas, de uma série de amuletos, reveladores de uma existencia cultual dos sacrificios humanos.

Edward Clod, na sua *Historia Resumida do Homem Primitivo*, marca a differença que existe entre a idade paleolithica e neolithica, escrevendo: «os instrumentos da edade neolithica não são sómente fabricadas de outras pedras, além do silex, o que não acontece aos petrechos da edade paleolithica, mas tambem denunciam uma arte que se vae gradualmente aperfeiçoando: apresentam uma aresta e são já mais ou menos polidos. Tudo indica, emfim, que a pedra rudemente lascada deixava de ser usada. As duas edades, ou antes, as duas subdivisões da mesma idade, são separadas».

E antes de pôr remate neste artigo, devemos informar que no morgado da Torre, freguesia de Alvôr, em parte pertencente hoje ao snr. Furtado Guerra, foram encontrados, ha tres annos, numa pequena caverna irregularmente aberta, sob tufo virgem e cheia de entulho, uns machados de pedra lascada, duas facas de silex, uma placa de ardosia com traços em direcções diversas, uma mó de foiaite com um triturador, uma bilha e uma maxila. Mais acima, cerca de duzentos metros, num pequeno planalto de terra removida e negra, algumas sepulturas, uma das quaes com alguns ossos, uma bilha; e desta exposição se vê que na mesma caverna se encontraram vestigios das duas edades da pedra. Mais adiante, no sitio do Rollão, propriedade do snr. Manuel José d'Abreu, appareceu tambem uma sepultura aberta em rocha, e que parece fazer parte, com os achados da *Torre*, de uma grande estação neolithica, que de Alcalá, freguesia de Mexilhoeira Grande, se estende pelo Arieiro, *Alfarrobeiras* até *Donaldas*, de Portimão. (A)

§ 3.º

Edades dos metaes

Não concordam os sabios em determinar o metal que primeiro foi explorado. Alguns assentaram que fôra o bronze o primeiro, e todavia todos os documentos encontrados na nossa peninsula affirmam que o cobre tem aqui a sua prioridade.

Os sabios reunidos em um congresso notavel decretaram que fôra o bronze o primeiro metal descoberto porque não tinham estudado outros paizes. E' vêr a obra monumental de Estacio da Veiga para logo se affirmar que no Algarve foi o cobre o primeiro metal explorado.

Não encontramos na freguesia de Alvôr monumentos que nos affirmem a passagem do homem desta epoca por aquella freguesia, mas existindo bem perto, em *Alcalá*, da freguesia de Mexilhoeira Grande, uma importante estação dos homens daquela epoca, licito nos é affirmar que na freguesia de Alvôr pisassem o seu solo os homens d'aquelle tempo. Demais: a freguesia de Alvôr, além d'aquelles rapidos estudos feitos pelo nosso benemerito patricio, não mais foi estudada, e por isso não podemos affirmar que escondidos nas suas entranhas não existam monumentos da edade do cobre. E' esta edade fundamentalmente caracterizada por instrumentos ponteagudos ou cortantes e por outros artefactos de cobre, em estações, jazigos, minas ou escanderijos do mesmo metal sem manufactura alguma de bronze ou de ferro; por terem sido substituidos, não os espigões, mas os entalhes lateraes, na base das facas, dos serrotes, das lanças, das adagas e espadas de cobre por dois e mais orificios; por sepulturas quadrangulares de curtas dimensões, sem orientação uniforme, construidas em lages toscas; por serem taes sepulturas mais geralmente situadas em rampas de colinas e em cabeços dos outeiros; etc.; etc., etc.

Parece todavia que entre o pouco que foi explorado nesta freguesia de Alvôr alguma cousa foi encontrado que auctoriza a affirmação de restos de monumentos daquella epoca: Diz Estacio da Veiga:

«Em uma carta que me communicou Francisco Xavier de Paiva, datada de 12 de fevereiro de 1874, refere elle ter-se descoberto em Montes de Alvôr uma sepultura com ossos humanos, uma folha de lança de cobre e duas garrafas de barro».

«Quando mandei fazer o alistamento dos trabalhadores — escreve Estacio da Veiga — alistei algumas mulheres e homens dos *Montes de Alvor*, e todos estes me affirmaram, ao tirar-se do monumento de Alcalá alguns artefactos de cobre, que cousas eguaes tinham encontrado numas *caixas de pedra* enterradas no seu sitio. Tudo isto — continua aquelle escritor — me vem confirmar a ideia de que nos Montes de Alvôr existira uma necrepole, que só pode ser inscrita na edade do cobre.

Na *Carta Arqueologica do Algarve* encontram-se inscriptas na freguesia de Alvôr sepulturas ou cemiterio por inhumação da idade do bronze.

No livro monumental de Estacio da Veiga pouco se acha registado nesta freguesia da epoca dos metaes; esse pouco porém é o bastante para nos revelar que existiu nesta freguesia a civilização d'aquelles tempos. Tambem no referido livro o seu auctor francamente confessa que pouco explorou aquella freguesia por não poder dispor de tempo sufficiente para a pesquisa; mas quando nada tivesse explorado, a simples posição topografica da freguesia, limitada pela freguesia de *Mexilhoeira Grande*, onde se encontra a celeberrima estação de Alcalá, proximo de Portimão, Odiaxere, e Bensafrim, riquissimas estações prehistoricas, nos faz convencer de que a sua área fosse egualmente povoada pelas gerações da edade dos metaes.

Aos que desejem ter conhecimento mais nitido das diversas epocas prehistoricas da freguesia de Alvôr, aconselhamos a leitura da *Carta Prehisto-*

rica que se encontra no 1.º vol. da obra monumental do benemerito Estacio da Veiga, muitas vezes aqui citada. Nessa *carta* encontrará marcada em Alvôr uma estação do periodo neolithico com a designação de *Antas ou dolmens sob tumulo com galerias cobertas*, outra estação de instrumentos neolithicos em *Alvôr, Villa Velha, Grajão, Valle da Freira, Monte de Cima*, e *Montes de Alvôr;* uma estação de *sepulturas no cemiterio por inhumação da edade do bronze* em *Montes* de Alvôr —; e uma estação de *celleiros, subterraneos*, denominados *tulhas, silos* ou *matmorras*, na *Rocha*, freguesia de Alvôr. Esta indicação demonstra evidentemente que a area desta freguesia foi constantemente habitada pelos povos prehistoricos da edade da pedra e dos metaes.

Com a edade do ferro começa a apparecer a luz da historia; e os povos que se seguem por intermedio dos cruzamentos com os que iam penetrando na nossa peninsula até á invasão dos romanos, constituem, segundo a moderna classificação scientifica, os chamados povos *proto-historicos*. Vamos fazer um resumido estudo desses povos, mas sómente d'aquellas que em nosso conceito exerceram alguma influencia nesta freguesia; antes, porém, entendemos util e necessario fazer um estudo ácerca do povo prehistorico, indicando o caminho que os sabios seguiram para a classificação que fizeram de tão longinquo como extenso periodo da vida humana.

CAPITULO III

Estudo retrospectivo

Antes de entrar no periodo historico vamos abrir este capitulo simplesmente dedicado aos curiosos, que desejem ter elementos para conhecer os monumentos, que se lhes offereçam á vista, e poder fazer a sua classificação.

E' evidente que não nos encontrando habilitado para estes estudos, tivemos de nos aproveitar das instrucções colhidas e reproduzidas em livros auctorizados.

Foram encontrados na parte mais profunda das cavernas, estudadas em diversos pontos da Europa, Asia e America, pedras lascadas, algumas presas ou com signal de se acharem presas a nodosos instrumentos de madeira, indicando terem servido de arma de ataque ou de defesa contra o grande urso das cavernas. Associados a estas pedras foram encontrados alguns restos da ossada humana. Nestes depositos não foram encontrados restos alguns de ceramica, e sim alguns ossos toscos, que parecem ter servido de agulhas de coser. Esta observação de todas as cavernas nas suas maiores profundezas levaram os sabios a admittir que os homens primitivos se serviam da pedra lascada, como armas, e que habitavam as cavernas. Por isso foi admittida a classificação de paleolithas (pedra lascada) e chamados tambem trogloditas (habitantes das cavernas).

Foram tambem encontradas na parte superior á povoada pelo paleolitha instrumentos mais aperfeiçoados: em vez de pedra lascada, a pedra polida, tendo a si associados instrumentos de osso em maior numero e mais bem trabalhados. Nestas estancias foram encontradas restos de repasto mais variados; e encontrou-se tambem não sómente nas cavernas, mas dentro dos dolmens e em covas abertas nas collinas ou nas rampas, o indicio manifesto de que o homem d'aquelle periodo seguia já o caminho do progresso. A este periodo parece pertencer o *menhir*, que consiste em uma pedra tôsca erguida a pino e cravada no solo, de fórma variavel e de diversas dimensões—o *alinhamento*—construcção egualmente *megalitica*, e que consiste em um certo numero de *menhirs*, enfileirados e dispostos, e formando duas ou mais fileiras parallelas;—o *cromleles*, construcção egualmente prehistorica, em que os *menhirs*,

geralmente de menores dimensões, ou pedras assentes no solo, se acham collocados em figura circular, oval ou rectangular, — o dolmen, construcção em que entram tres ou mais pedras verticaes com a extremidade inferior afincada no solo, e sobre ellas uma lage, formando mesa. Todos estes monumentos, cuja verdadeira significação não é bem conhecida, supõem-se datar do periodo neolithico, porque ali teem sido encontrados os machados de pedra polida associados a outros artigos da mesma epoca, como brunidores de pedra polida, e outros instrumentos congeneres.

Encontrados estes monumentos, os sabios puzeram-se a estudal-os, e alguns assentaram que os *dolmens* fossem padrões commemorativos, consagrados á memoria e abrigo dos que nelles foram sepultados; com relação aos outros monumentos referidos variam as opiniões.

Do estudo aturado dos monumentos megalithicos resultou encontrarem os sabios outros monumentos em que appareciam os machados de pedra polida e raros instrumentos de cobre, outros em que sómente figuram os instrumentos de cobre, outros em que se encontram instrumentos de cobre associados a outros de bronze, outros sómente de bronze, outros de bronze e ferro, e outros sómente de ferro. Então trataram de proceder á sua classificação, estudando scientificamente os depositos, que encontravam. Deste estudo resultou — a seguinte classificação que o leitor curioso encontra na obra monumental de Estacio da Veiga, de onde a extraimos, não alterando uma palavra.

«1.º — *Primordios metalurgicos*, — Primeiras manifestações de productos rudimentares na fórma e na fabricação, sem estações proprias, representadas geralmente por pontas de frecha, de lança e adagas de cobre, e raras vezes por machados e outros artefactos do mesmo metal, em depositos reconhecidamente neolithicos, sem mistura alguma de manufacturas de bronze ou de ferro.

2.º—*Epoca de transição do periodo neolithico para a primeira edade dos metaes.*—E' caracterizada por estações ou monumentos com artefactos primitivamente neolithicos e de cobre; por sensiveis variantes na tipica arquitectura megalithica em construcções tumulares de cripta poligonal e extensas galerias, formadas de monolithos, de lages tôscas aprumadas, ou de muros de pedra de pequeno e mediano apparelho; por ser mais geral o sistema de inhumação ou o da exhumação de ossos não calcinados, formando grupos acompanhados de varios instrumentos neolithicos e de um ou de alguns de cobre; por predominar nas pontas de frecha, e nas lanças de cobre, o uso do espigão, assim como nas facas, adagas e serrotes, o dos entalhes lateraes, com exclusão dos orificios, para o acabamento; por ser constante nos depositos não invadidos a manifestação de instrumentos de pedra, tôscos, lascados ou polidos; por serem em geral mais abundantes e variados em substancias e fórmas, do que nos depositos propriamente neolithicos, as contas e outras alfaias de ornato.

«E' estação classica em Portugal a necropole de Alcalá, muito proxima da freguesia de Alvôr.

«3.º—Idade do cobre.—E' fundamentalmente representada por instrumentos de cobre ponteagudos ou cortantes e por outros artefactos do mesmo metal em estações, jazigos, minas ou esconderijos do mesmo metal sem manufactura alguma de bronze ou de ferro; por terem sido substituidos não o espigão para o encabamento das pontas da frecha, mas os entalhes lateraes na base das facas, dos serrotes, das lanças e das adagas de cobre por dois e mais orificios; por sepulturas quadrangulares de curtas dimensões, não alinhadas e sem orientação uniforme, construidas com lages tôscas, cujos tôpos lateraes excedem um tanto o alinhamento transversal das cabeceiras, e por outras de varias configurações, determinadas por linhas horisontaes sobrepostas, de pedra de pequeno apparelho; por serem

taes construcções mais geralmente grupadas em rampas de collinas e em cabeços de outeiros, formando grandes ou pequenas necropoles; por melhoradas fórmas e varias differenças na louça em que é quasi constante o fundo externamente convexo; por artefactos de prata associados a outros de cobre, em estações do territorio hispanico, sem mistura alguma de bronze; por não haver nos jazigos de taes caracteristicos artefactos alguns de bronze acompanhando armas ou quaesquer artefactos de cobre.

Ha varias necropoles no Algarve; a mais tipica é a de Alcaria da Rainha, no sitio da Torre dos Frades, freguesia de Cacella, e outras mais.

4.º — Idade do bronze. — Caracterizada fundamentalmente por artefactos d'este metal, isolados ou associados aos de cobre e algumas vezes aos de pedra, mas nunca a algum de ferro; por serem tipicos em algumas localidades da peninsula hispanica os machados planos, de lados curvilineos, alargando numa extremidade em boca cortante, ligeiramente arqueada, os de talão e os de alvado com uma ou duas azelhas lateraes, tanto de cobre, como de bronze; por diversos artefactos de bronze e de cobre, sendo uns singelos e outros compostos de varias peças lisas ou ornamentadas; por louças de novos tipos em algumas estações, e em geral por suas fórmas mais variadas e fabricação apurada; por apparecerem em alguns logares os artefactos de cobre e de bronze associados a outros de prata; por serem algumas estações de habitação defendidas por muralhas de pedra, circunscrevendo perimetros fortificados e ainda por parapeitos de terra em planaltos de outeiros e collinas, onde se achem artefactos de bronze ou outros caracteristicos tipicos de tal idade; por logares com indicios de fundição de bronze, ou em que apparecem juntamente minerios de cobre e de estanho; por minas onde se acham machados, escopros e outros artefactos de bronze, embora associados a um ou muitos de cobre e per-

cutores de pedra; por empilhamentos de artefactos de bronze; por manufacturas de bronze; por escorias achadas em estações prehistoricas, que, sendo quimicamente analizadas, manifestem apreciavel percentagem de estanho; finalmente por *cistos*, contendo armas ou outros artefactos de bronze e inscripções de caracteres paleograficos peninsulares, gravados nas lages tôscas da sua construcção.

5.º — *Phase de transição da edade do bronze para a do ferro.* — E' simplesmente conjetural e provisoriamente caracterizada por necropoles compostas de sepulturas de curtas dimensões, excavadas em rocha branda e dispostas em alinhamentos parallelos, contendo ossos humanos não queimados, com urnas de barro grosseiro, pouco altas, de fundo exteriormente convexo e de diametro maior no fundo do que na boca.

São estações de referencia a necropole da Donalda, perto de Alvôr, onde, nas sepulturas, quasi todas invadidas, só appareceram pedaços de ossos humanos com as referidas louças.

6.º — *Edade do ferro.* E' fundamentalmente caracterizada em estações e jazigos prehistoricos, por artefactos de ferro isolados ou associados a outros de bronze, de cobre e de quaesquer substancias anteriormente usadas; por pontas de frecha e adagas de ferro com espigão; por espadas curtas inteiriças, de ferro ou de bronze, tendo em geral o tôpo do punho bifurcado ou repartido em dois ramos externamente convexos e rematados em botões arredondados, sub-cilindricos, ou espiraes achatadas; por cutellos de ferro ligeiramente convexos na cota e mais amplamente no fio, a partir do 2.º terço para a ponta, sendo o punho liso ou cinzelado, algumas vezes com orificios para o encabamento, fechando em arco oblongo, ou coberto e rematado em cabeça de cavallo ou de dragão, e tendo alguns bainha de ferro com embraçadeiras e argolas de prender ao talim; por lanças de alvado de folha estreita reforçada no centro por uma nervura longitudinal, me-

medindo o seu comprimento entre 0,^{m}10 e 0,^{m}50; por mostrarem algumas adagas, espadas e lanças haver sido partidas, dobradas ou torcidas e assim encerradas nas sepulturas dos guerreiros para que ninguem mais as utilizasse; por varios petrechos de guerra e atavios de equitação; por diversos adornos, como torquês, braceletes, argolas de orelha, anneis, fivelas, pingentes lisos, de variado lavôr e de qualquer metal; por contas de azeviche e de coral, principalmente de vidro de uma só côr, esmaltadas com duas e mais côres, de camadas sobrepostas de côres diversas, de formas esferoides, cilindricas, de transversal secção quadrada, e torcidas, com facetas obliquas lapidadas numa ou nas duas extremidades; por louças grosseiras de feição particular que as extrema das anteriores e das dos tempos historicos, sendo algumas já fabricadas em torno de oleiro, e por outras de aprimorada forma geralmente ornadas de pinturas; por necropoles de fileiras proximamente parallelas de cistos *(cists)* com orientação intencional, sendo muitos destes jazigos formados por lages toscas com inscripções luso-ibericas voltadas para o espaço interno; por amplos jazigos *sub-tumuli*, contendo mais de um esqueleto, e por sepulturas construidas em grosso material de pedra e terra para um só enterramento, fechadas por travessões ou por lages toscas de pedra sob monticulo de terra».

Com estes elementos podem os curiosos fazer a classificação de qualquer jazigo que encontrem.

*
* *

Devem os leitores ter notado que nos jazigos posteriores ao periodo neolithico encontram-se ainda os machados de pedra, facas de pedra etc., usados nos tempos do primeiro e segundo periodo da pedra lascada e da pedra polida. Tem facil explicação; os homens das edades do cobre, bronze e ferro,

prestavam áquelles instrumentos de pedra dos seus ancestres um verdadeiro culto, culto que ainda hoje vemos prestar a esses instrumentos conhecidos entre o nosso povo com o nome de *pedras de raio,* tendo estas, segundo o seu conceito, o privilegio de afastar os raios das casas, onde ellas se conservam, culto que vem da mais remota antiguidade. E' Plinio que nos vai dizer qual o merecimento que no seu tempo se ligava aos instrumentos de pedra polida, cuja origem os romanos desconheciam. Acreditava-se então que com os raios e as chuvas caiam sobre a terra umas pedras, silex, ou quartzo, que operavam grandes virtudes. Os magos atribuiam-lhes entre outras virtudes a de (collocadas sobre os altares) preservar os dons das oblações de ser destruidos pelo fogo, e em livrar o lar domestico e os individuos que as usassem de ser fulminados pelo raio. Jupiter e Bacho eram adorados sob a forma misteriosa de um machado de pedra, e a Venus de Paphos era figurada por uma pedra conica em moedas de Chipre, assim como *Jupiter Lapis* por uma simples pedra.

As pedras de raio (machados de pedra polida, etc.) procuravam-se por toda a parte e appareciam em larga profusão, pois que, só os etruscos, como refere Plinio, puzeram por sua conta e risco nove deuses a dardejar raios ou pedras de raio de encontro ao nosso planeta. Na Italia ainda hoje, segundo refere o dr. Joly, citado por Estacio da Veiga, são denominadas *saette* ou *lingue di san Paulo* as frechas de silex de que se serviram os neolithas; e se algum italiano camponês tem a felicidade de encontrar uma dessas pedras, ajoelha immediatamente e com toda a devoção a apanha, não com a mão, mas com a lingua. Em algumas provincias da França—escreveu Estacio da Veiga—são as frechas de silex consideradas como amuletos de subida valia, e por isso as põem ao pescoço das creanças para as preservar do maleficio, como outros acautelam os seus carneiros dependurando-as junto dos badalos.

Segundo affirma Plinio, os sacerdotes de Cibele usavam mutilar-se com a *religiosa silex* em honra da esposa de Saturno. Por isso desde os mais remotos tempos taes pedras eram denominadas *pedras sagradas*. Ainda hoje na Africa occidental, quando se celebra a festa annual em honra do Deus *Gimawond*, o boi destinado ao sacrificio é immolado com uma pedra cortante. Os japonezes conservam escrupulosamente nos seus templos *facas de silex*, que consideram como armas preventivas dos Kunis, primeiros habitadores da terra, no que, certamente, se não enganam. Antes, os egipcios empregavam as *pedras polidas* para abrir as entranhas dos mortos; e nos tumulos dos peruanos, mexicanos e entre os povos da Etruria, collocam muitas daquellas pedras.

Quem ignora que os hebreus do tempo de Moisés operavam a circuncizão com facas de silex?

Do exposto se vê que por um superior culto aos primeiros ancestres, os descendentes destes respeitam e prestam culto aos instrumentos de pedra.

*
* *

Era aqui occasião de repetir a interrogação que Pinho Leal faz no seu *Portugal Antigo e Moderno:* de onde e como vieram os homens das edades de pedra e dos metaes povoar a nossa peninsula? E' assunto complexo. Sem entrar em tão dificil estudo, aventuramos a seguinte resposta:

Parece até hoje assente que as raças humanas tiveram o seu berço commum nas regiões da Asia Menor; tambem é ponto hoje accordado que a geração humana no periodo da pedra lascada, ou na primeira parte da edade da pedra, teve uma duração superior a 220:000 annos. E' tambem sabido que os Fenicios invadiram as nossas costas maritimas já no avançado periodo da idade do ferro, excluindo por esta forma a ideia de que a nossa peninsula fosse pela primeira vez povoada pelas raças colo-

nizadoras; d'aqui é licito concluir que a povoação da peninsula fosse feita por outro meio. Qual? Com o andar do tempo os homens, multiplicando-se, e sendo pastores, viram-se forçados a mudar dos sitios e a procurar outros onde encontrassem sufficiente alimento para si e seus gados. Por este processo, e durante tão longo periodo de tempo, o homem, sempre errante, pôde atravessar longos tratos de terreno. Sabe-se que as convulsões geologicas dos primeiros periodos do mundo foram enormes, e houve casos em que muitas vezes a parte solida era substituida pela parte liquida ou ao menos aquella dividida e separada repentinamente por esta. E' possivel que um destes fenomenos succedesse quando a nossa peninsula já fosse habitada e que o mar mediterraneo viesse separar as populações da Iberia das da Asia, e que os habitantes d'aquella, como os da *Ilha Errante* de Julio Verne, se vissem separados dos que nesse momento viviam em outros paizes.

Para comprovar essa hipothese bastar-nos-ia simplesmente traduzir uma brilhante pagina do *Algarve* de Carlos Bonnet, onde este escritôr demonstra com os dados da sciencia as diversas revoluções geologicas operadas no globo, nas primeiras edades da pedra.

Com a edade do *ferro* coincidem os tempos já um pouco esclarecidos com as luzes da historia. Não obstante os sabios, visto que por algum tempo ainda decorrem factos e noticias envoltas em lendas e fabulas resolveram denominar os povos que então appareceram *proto-historicos*. Na nossa peninsula comprehendemos os Fenicios, os Ligurios, os Gregos, os Celtas e os Africanos. Foram estes os ancestres dos Lusitanos, devendo por isso considerar este povo (por virtude do principio consagrado por Ferriere—que numa região as especies actuaes devem descender das especies fosseis) o resultante do crusamento dos povos *proto-historicos* e *pre-historicos*.

CAPITULO IV

Tempos Proto-historicos

E' longo o periodo decorrido entre os povos prehistoricos e historicos; nem o estado actual dos nossos estudos da peninsula nos premitte determinar com segurança quaes foram os povos que habitaram as Espanhas nesse grande intervalo de tempo. Para os nossos estudos da area ocupada pela freguesia de Alvôr desnecessario seria talvez tocar neste assunto, se não tivessemos de determinar a linha de união entre o povo do periodo dos metaes e o que actualmente povoa esta mesma freguesia.

Concordam os nossos escritores em denominar *povos proto-historicos*, todos aquelles que habitaram a nossa peninsula, desde a epoca prehistorica até á entrada dos romanos na nossa região. Nesse periodo passaram-se factos cujo antigo conjunto constitue, na frase do snr. Leite de Vasconcellos, a nossa *Historia Heroica*, á semelhança do que se costuma aplicar a ciclos analogos da vida de outros povos.

Segundo o estudo feito por aquelle illustre escritor, no seu livro *Religiões da Lusitania vol. II*, a região correspondente ao moderno Algarve tinha na literatura grega a designação de *Cyneticum*, tirado do nome dos seus habitantes, chamados *Cynetas*. Nesta região havia dois cabos importantissimos, o de S. Vicente-Sagres, denominado *Sacrum Promontorium*, e o de Santa Maria, que se diz ser denominado o cabo *Cuneus*.

Pomponio Mela comprehende na expressão *Promontorium Sacrum* não só o cabo propriamente dito, mas tambem a região que lhe estava proxima, e por isso situa aqui *Lacobriga* ou a cidade de Lagos, e o *Portus Hannibalis* ou a nossa povoação de Alvôr.

E' crivel que este povo cyneta, tambem denominada Cuneo, em cuja região tão notorios se tornaram

os turdetanos, representasse o producto de cruzamentos dos povos prehistoricos com os que depois aportaram á nossa provincia, dotada de maravilhosa doçura de clima e abundando em todos os mimos da Natureza. O snr. Leite de Vasconcellos, referindo-se aos povos proto-historicos, aponta apenas os Fenicos, Ligurios, Gregos, Celtas, Africanos, como tendo habitado a Iberia. Não affirma que fosse a sua invasão por aquella ordem, mas tambem não encontra razões que justifiquem a sua alteração. Seguiremos o seu exemplo.

Fr. Bernardo de Brito na sua *Monarquia Lusitana*, vol. I, enumera uma serie de povos que em successivas invasões tivessem aportado á nossa peninsula. Parece até que na sua enumeração elle quer começar pelo principio do mundo, não obstante descrever-nos esses povos com os seus deuses feitos de metal, o que logo manifesta ter ignorado que muitas centenas de annos tinham decorrido antes da fabricação em metal. E' que o bom frade ignorava por completo que antes tivesse havido um enormissimo periodo da pedra, e o mesmo ignoravam os historiadores de que se serviu para a sua historia.

Como, dos poves proto-historicos mencionados, foram os Fenicios e os Celtas os que exerceram mais conhecida influencia nesta freguesia, trataremos destes com maior desenvolvimento, referindo-nos aos outros mais ao de leve. (B).

§ 1.º

Fenicios

«Antes da fundação da colonia fenicia de Gades—diz o snr. Leite de Vasconcellos no vol. II do seu livro monumental—*Religiões da Lusitania*—havia já ao que parece vestigios de estabelecimentos orientaes na Peninsula. Antigas lendas, conservadas por Deodoro Siculo e por Trogo Pompeu, contam que Hercules (—Melkart—isto é—os Finicios,

viera da Asia para a Iberia. E' porem da fundação da colonia de Gades (Cadis) que data a verdadeira colonização fenicia da Peninsula.

Segundo a cronologia do nosso fr. Bernardo de Brito, a entrada de Hercules na Peninsula realizou-se no anno 2293 da criação do mundo e 1662 antes de Christo. Pelo que se lê em Movers parece que Hercules era de origem fenicia, como fenicios ou da mesma raça os carthaginezes, que mais tarde assentaram seus arraiaes na Peninsula.

O Sr. Leite de Vasconcellos, escrevendo, no livro já citado, dos Finicios, diz:

«A colonização fenicia manifestou-se sobre tudo no sul da Iberia. Com effeito temos muitas moedas, embora de epocas tardas, cunhadas em Aboeira, Saxi, Gades, etc., com caracteres fenicios; de algumas cidades fenicias dá Estrabão muitas noticias especiaes. Falando da Turdetania, que comprehende o Algarve, diz o geografo grego que, ainda no tempo em que escrevia, a maior parte das cidades desse paiz e os arredores d'ellas eram fenicias. O que na Iberia seduziu os fenicios eram as riquezas, sobre tudo a prata e o cobre».

Entre as cidades que se dizem fundadas pelos fenicios, aponta-se *Portus-Hannibalis;* ora na maior parte ou em muitos dos nossos escritores, o logar occupado por aquella antiga cidade é onde, pouco mais ou menos, se acha Alvôr.

Nas Mem. para a Hist. Ecl. do Algarve por Silva Lopes encontramos a pag. 55 as seguintes noticias:

«Rezende e varios outros auctores antigos seguem que *Porto d'Annibal* esteve situado onde hoje está o lugar de Alvôr e que devera a sua fundação ao celebre capitão, que lhe deu o nome. Fica huma legua a E de Lagos, e a pouca distancia se tem encontrado vestigios e monumentos de fabrica punica, que mais comprovão ter sido neste sitio edificada aquella povoação. Desde a segunda guerra punica servia já este porto aos carthaginezes para as suas

expedições maritimas, quer fosse esta povoação fundada por Annibal, quer tomasse o seu nome por ser descoberta quando elle fazia a guerra em Hespanha. Alguns auctores tambem pretendem, sem maior fundamento, que *Porto Annibal* foi onde agora é Villa Nova de Portimão. Esta povoação porém é muito moderna, fundada pelos annos de 1463, posto que antigamente houvesse outra mais á foz do rio. Outros tambem ainda se lembram, para serem coherentes com a Geografia de Mella, que sitúa *Lacobriga* primeiro de que *Porto Annibal*, de collocar esta antiga povoação entre Lagos e Sagres, muito proximo do *Promontorio Sacro;* e parece que os Sabios Terceiros Mohedanos se inclinão a esta opinião».

Como se vai vêr Silva Lopes copiou textualmente Fr. Vicente Salgado:

«Huns dos Povos da nossa Lusitania, sujeitos tambem á Igreja Ossonobiense, he Porto Hannibal (1). Elle pertencia ao Convento juridico Pacense, como todos os demais logares, que depois pertenceram ao Foro Ecclesiastico d'aquella Diocese. Rezende, e muitos Escritores seguem que Alvôr he o lugar onde foi o antigo e celebre Porto-Annibal (2) que deve a este insigne capitão a sua descoberta, e fundação (3) huma legua antes de chegar a Lagos na costa occidental do Algarve, está situada a Villa de Alvôr; e em pouca distancia se encontrão ainda os vestigios, e monumentos de fabrica Punica, que

---

(1) Veja-se Facciocol. V. Hannibal,

(2) Antiq. Lusit. pag. 206, edic. Rom. Abrals, Ortel que cita a Tarafa, pag. 262. Cellar. Grogr. Antiq. Lib. II. Cap. I. Sect. I, pag. 64. Florian. de Campo. Liv. 1.º cap. II. fol. 12.

(3) Os cl. Mohedanos na Hist. Lit. da Hesp. Tom. II, Part. I. Liv. V, pag. 304 parecem inclinar-se á opinião de que Port. Han. estava junto do Promontorio. Diz:

«No parece que Annibal fundó alguna colonia em España, si no se le atribuye la fundacion de la que tenia su nombre y se llamava *Portus Hannibalis*, situada en la costa del oceano cerca del Promontorio Sacro, ó cabo de San Vicente.

decidem ser naquelle sitio edificada aquella povoação (1). Desde a segunda guerra Punica servia já este Porto aos Carthaginezes para as suas expedições maritimas; ou seja fundado este lugar por Hannibal, ou tomasse seu nome por ser descoberto, quando elle fazia a guerra em Hespanha».

«Alguns A.A., sem maior fundamento, seguem ser Portimão o antigo *Porto-Annibal*. He muito moderna esta villa, e fundada por uns sujeitos naturaes da cidade de Silves, que lhe deram o nome dos seus appelidos pelos annos de 1463. Outros escritores para serem coherentes com a Geografia de Mello, que situa a Lacobriga, primeiro que Porto-Hannibal, (2) lembram-se de formar esta antiga povoação entre Lagos e Sagres, visinha do *Promontorio Sacro*, e parece que os sabios Terceiros Mohedanos se inclinão a esta opinião. Ainda que a Costa seja pela maior parte de rocha, não deixa de ter algumas praias, e não devemos tirar a gloria a Lagos de ser a Lacobriga (3).

No *glossario* manuscrito de Fr. João de S. José, datado de 1577, existente na Bibliotheca Nacional, encontramos manifestas referencias a este *Portus Anibalis*, opinando aquelle auctor que a sua séde fosse em Alvôr.

Citaremos as palavras textuaes daquelle escritor:

«Alvôr — A villa a que chamamos Alvôr pre-

---

(1) Escreveu Rezende: *Supersunt, undique mare à fundamentis usque ad mediam altitudinem caementitii, in superioribus formacei Punico opere summa planities, rudenbus, parietiosis, fractis testis, tegulisque tota plena, aedificiorum monstrant ruinas.*

(2) Lib. III cap. I pag. 245 edic. Gronivium, na de Burgense fol. 43, e na da correcção de Olivar, pag. 35.

(3) Refere-se á passagem já transcrita na nota designada sob o n.º 3. Crêmos que aqueles sabios confundiram Porto-Hannibal com a velha cidade de Budea ou Bude que pelo tremor de terra de 1755 foi posta a descoberto junto á praça, proximo da moderna povoação de Budens.

(4) Geograf. Generalis, pag. 23. Edic. 1739.

sume-se a mesma a que Pomponio Mella (Lib. 3.º, cap. I) na sua geografia chama *Portus Annibalis* por estar na mesma paragem em que elle a sitúa, que he no maritimo do Sacro Promontorio, depois de Lacobriga da banda do Levante.

«A particular rezão deste nome não achey quem madesse; possivel he que vindo este capitão da sua patria Cartago por mar á nossa Hespanha; no tempo em que nella trouxe guerra com os romanos sobre a esforçada Sagunto; desembarcasse neste porto ou lhe acontesse algum caso pollo qual lhe ficasse este nome. Mas se hé Alvôr a mesma povoação a que Pomponio chama *Portus Annibalis*, ou outra, eu o não ouso affirmar; fique no bom juizo da cada hum, posto que a mim muito me persuade ser esta, porque é porto de mar, que concorda com o sitio e nome antigo e que não tem outra povoação pello sertão mais dentro, e nelle se mostrão ainda alguãs ruinas, que alguns suspeitão ser do *Portus Annibalis*.»

Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuario Mariano*, escrevendo ácerca de Portimão, emprega as seguintes palavras:

«Não se pode dizer que a villa de Portimão possa ser aquella a quem os antigos chamaram *Portus Annibalis*, se não Alvôr, como quer o Mestre Rezende, *de Antiquitatibus*, com grandes fundamentos, visto ser Portimão uma villa muito moderna».

Estacio da Veiga, na sua obra monumental, por muitas vezes aqui citada, escrevendo a respeito dos seus descobrimentos prehistoricos e historicos, diz:

«A mui famosa aldeia de Alvôr, anteriormente villa de grande nomeada, e por ventura, como referem as tradições, parcialmente séde da cidade de Annibal, que Pomponio Mella, Fr. Henrique Flores, Fr. Vicente Salgado e outros escritores denominam *Portus Annibalis*, abunda em antiquidades pre-historicas e historicas».

Charles Bonnet, no seu livro—*Algarve*, escrevendo de Alvôr e de Portimão, lembra o conceito

dos que sustentam ter sido Alvôr a sede da velhissima cidade *Portus Annibalis*, quando se refere a esta povoação, ao passo que quando se refere a Portimão nem uma palavra emprega que faça suppor que em seu conceito valesse a opinião sobre a probabilidade de ser esta villa a antiga *Portus Annibalis*.

Effectivamente os descobrimentos feitos em Alvôr convencem-nos de que aqui fora situada a cidade de Annibal. E o snr. Leite de Vasconcellos, assentando que os povos proto-historicos procuraram sempre os principaes locaes de habitação nos altos pontos, parece lançar profundo golpe na opinião dos que sustentam ser Portimão e não Alvôr a sede da cidade punica. Suppor que Annibal fundasse a sua cidade em Portimão, quasi no mesmo plano do mar, seria passar ao general carthaginez um diploma de politico imprevidente e seria querer estabelecer uma excepção ao plano seguido pelos Fenicios na fundação das suas cidades fortificadas.

Não consta pela tradição que a villa de Portimão fosse em qualquer tempo fortificada, e, quando fosse, deixaria sempre alguns vestigios dessas fortificações, o que não se encontra nesta villa. As antigas fortificações tinham nas suas proximidades portos de observação ou atalaias. Ahi temos Tavira, Lagos, Alvôr; ora em Portimão nada disso apparece.

Por occasião da tomada de Silves, tanto da primeira como da segunda vez, fala-se muitas vezes no Castello de Estombar (Abenabeci) e no de Alvôr; nenhuma referencia porém a Portimão. Verdade é que no *Relatorio* escrito pelo Cruzado, quando foi da tomada de Silves por D. Sancho I, affirma-se que *Porcimunt* foi um dos castellos que cairam em poder dos christãos depois de Silves. Mas que castello é este que não dá sinal de si em nenhum tempo, tendo necessariamente de por elle passar D. Paio Peres, quando duas vezes tomou Alvôr, e outras tantas Estombar? Onde estava o pessoal deste

castello, por occasião da tomada de Silves pela primeira vez? Demais; Portimão tem uma historia muito moderna. Porque não será Porcimunt Porches?

Com a entrada dos Fenicios na peninsula os povos indigenas tiveram mais de uma vez de entrar com elles em lucta. Porfim estabeleceram pazes, e o indigena adquiriu conhecimentos mais amplos nos assuntos do commercio. Isto não quer dizer que fossem os Fenicios os que nos levantaram, ou nos deram a mão, pelo caminho das sciencias. Quando os Fenicios aqui entraram não encontraram sómente um povo aguerrido, mas um povo adiantado na instrucção e nos assuntos marinhos; pois que ainda não havia Fenicios e já os Turdetanos abriam inscrições lapidares e cantavam em verso os seus himnos patrioticos e tinham em verso as suas leis. Deste assunto já tratamos e por isso vamos transcrever algumas linhas do nosso livro—*Monografia do Concelho de Loulé*, que nos vão demonstrar que nem os Fenicios nos ensinaram a atravessar os mares em barcos nem nos ensinaram a lêr.

*
* *

«Confiados em alguns classicos latinos nenhuma honra se tem atribuido a povo algum da antiguidade que leve vantagem ao Fenicio. Para esses classicos, o povo Fenicio não sómente inventou o processo de sulcar os mares, mas inventou o alfabeto. Ora a navegação tanto maritima como fluvial e lacustre está comprovada em epoca anterior aos Fenicios, no Mediterraneo, no Atlantico, e nas palefitas que circundam os Alpes.

«Ainda não existia rumor algum dos Fenicios e já o povo da nossa peninsula iberica atravessava os mares do norte em plena edade da pedra. Os documentos em prova desta affirmação podem ser lidos no vol. 4.º da monumental obra do nosso benemerito patricio Estacio da Veiga.

«A sciencia, nas suas estudadas investigações, descobriu os documentos que servem de provar que as diversas pirogas encontradas nos lamaçaes da Inglaterra e da Hollanda, quando ainda não havia a edade dos metaes, nem existia o povo Fenicio, eram de origem iberica. Portanto é tempo de acabar com a lenda que dava aos Fenicios o privilegio da invenção dos primeiros emprehendimentos nauticos.

«Tambem de remotas edades até quasi aos nossos dias sustentavam os sabios terem sido os Fenicios os inventores do alfabeto.

«As invenções ibericas encontradas em locaes da nossa peninsula que os sabios caracterizam de neolithicos e dentro das estações da ultima idade da pedra—quer dizer—quando os Fenicios ainda viviam na massa possivel dos seus ancestres—documentam abertamente o facto que antes dos Fenicios apparecerem já na Iberia se sabia lêr e escrever. Segundo affirma Estrabão, os Turdetanos, no seu tempo, eram reputados os mais doutos, usando de grammatica, tendo antigos monumentos escritos, poemas e leis em verso, de 6.000 annos—isto é—antes de existirem Fenicios sobre a terra.

§ 2.º

Ligurios

Parece que a Liguria era um país da Italia antiga e constituia a parte S. O da Gallia Cesalpina. Os ligures estavam distribuidos por diversas povoações. Como todas as tribus montanhosas, eram valentes e muito senhores da sua independencia. Roma entrou em luta com esta gente, e nunca a dominou completamente. Alguns escritores parecem admittir tambem ligures da Iberia, e Seneca, referindo-se á lingua dos ligures da Sardenha, parece dar-lhe o parentesco grego. Sabe-se qus este povo esteve vivendo na região portuguêsa, mas não se pode determinar o local em que a sua civilização se exerceu.

§ 3.º

Gregos

Os escriptores gregos e romanos aludem á entrada dos gregos na nossa região iberica. Estrabão, Pomponio Mela, Silis Italico e outros escreveram que os gravios se vieram estabelecer nas costas da Iberia, desde o rio Ave até o rio Minho.

Parece que os gravios deduziram o seu nome de *grais* (gregos) Plinio diz que os helenos e os gravios descendiam dos gregos.

«Nos meados do sec. VII antes de Christo, navegadores de Samos visitam Tartesso (=Cadis). Meio seculo depois, os Phocenses estabelecem-se em Massalia (=Marselha) e fundam varias colonias nas costas do Mediterraneo». Os AA. antigos, gregos e romanos, escreveram sobre colonizações gregas. Não conhecemos nesta freguesia cousa que lembre a civilização grega.

§ 4.º

Celtas

Não se pode marcar a epoca em que os celtas invadiram a peninsula iberica. Foram antigos povos que, parece, se dividiram em grupos, ficando cada grupo adstrito a uma região. Pinho Leal divide os celtas em tres grupos: o 1.º grupo occupava a Extremadura portuguesa, ao S. do Tejo, o Alemtejo e uma pequena parte occidental da Extremadura espanhola. A estes se chamavam celtas meridionaes; —o 2.º grupo occupava uma grande parte da Betica: e o 3.º habitava o promontorio celtico (cabo de Finis Terra) e em todo o Alem-Douro, desde a Foz do Douro até ao promontorio celtico.

Estrabão, falando da Mesopotamia comprehendida entre o Tejo e o Guadiana, diz que ali habitam na maior parte d'ella os povos celticos. Segundo este

escritor entre as suas cidades famosas figura a cidade de *Cunistorgis*, que se suppõe seja a moderna Cacella.

Ptolomeu, falando dos celticos da Lusitania, dá-lhes como cidades — *Lacobriga* — (Lagos); e se effectivamente foram os celtas que fundaram aquella cidade não podemos deixar de considerar Alvôr como tendo sido participante da civilização celtica.

Effectivamente, na nossa provincia ha diversos nomes geograficos de origem celtica. Entre as cidades denominaremos *Ossonoba*.

Suppõe-se que a vinda dos celtas deu-se ahi no seculo VI A. C. Chegando á peninsula, encontraram-se com os Fenicios, Ligurios e Gregos, com os quaes, depois das primeiras lutas, se crusaram.

A palavra *Celtibiri* que se aplica aos povos do centro da peninsula é o melhor documento destes crusamentos.

§ 5.º

Africanos

Os chamados africanos eram povos que continuaram a invadir a peninsula desde os Fenicios. Os cartaginezes, descendentes dos Fenicios, continuaram a explorar as Hespanhas, como antes os Fenicios as tinham explorado.

Foram pois todos estes povos, que, sobrepondo-se ás raças primitivas da Iberia, ou cruzando-se com ellas, constituiram os povos Lusitanos protohistoricos, no sentido mais lato da palavra.

CAPITULO V

Costumes dos Lusitanos

De um curioso *Estudo* de Antonio Caetano do Amaral publicado no seculo 18 em relação ao Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a Provincia Romana, extraimos as seguintes noticias:

«... Veem (os romanos) que este terreno, que designam por Lusitania, é habitado de Povos differentes, independentes uns dos outros, e governados cada um por suas leis, e costumes particulares; leis raras, e costumes singelos, ainda com a marca da natureza não contrafeita.

«Como a segurança propria é quem forma estes corpos, não largam da liberdade, que receberam da natureza, mais do que o puramente preciso para conservar essa mesma segurança. A guerra a que são dados é que os obriga a criar um *Superior*, a que juram fidelidade; mas conseguida a paz, expira o governo do *Superior* e a obediencia dos soldados.

«Se ha que estabelecer de novo para o bem commum da sociedade, servem-se do meio usado das puras democracias — assemblêas geraes, — em que cada pessoa tem o arbitrio de aprovar, ou regeitar o que se lhes propõe; e ainda nesta acção respira o ar militar, em que são criados: um bater da espada no broquel é o sinal de aprovação, um sussurro inquieto o de desaprovar.

«A simplicidade da Legislação segue a das penas: são os reos do crime capital apedrejados (Strabão 3), e para que o horror do crime se extenda alem do castigo, todo o que passa depois de feita a execução é obrigado a lançar alguma pedra sobre o cadaver do justiçado.

«O commercio então não estava sujeito a fraudes; não os move a contractar a sêde do ouro, que mal conhecem; as mutuas necessidades, a que só procuram occorrer, os ensina a trocar entre si as cousas precisas da vida. (Strabão-idem). Estas lhes ditam tambem o que devem conceder ao corpo; comeres e bebidas simples, quaes a natureza produzia; vestidos sem mais estudo que o do fim para que os uzam, cama sem regalo, nem despeza; emfim a tudo o preciso para a conservação com o menos aparato (Strabão-idem).

«A esta sobriedade para dar a saude, e vigôr do corpo, ajuntaram o trabalho aturado; os homens

o da guerra quasi continua, e nos intervalos della o de exercicios semelhantes á guerra (Strabão-idem); as mulheres o da cultura dos campos, e de todo o trato domestico, que com discreta economia lhes é cedido pelos homens occupados com as armas. (Strabão-idem). E se se faz memoria dos seus bailes, e cantares (Justin. Liv. 44) não são tanto fructo do ocio, com innocente prazer da vida social.

«Do exposto era consequencia a raridade das doenças; para alguma, que houvesse, não é venal a cura, nem o remedio: é o enfermo exposto em publico, e os que teem sido feridos do mesmo mal ensinam os remedios com que conseguiram a saude. (Strab. liv. 3).

«Nos que habitavam o Minho, como eram os Gronios ou Graios, os Amphilocios e outros, se veem retratados os costumes dos gregos, de quem os Antigos querem que elles descendam (Herodot. Liv. 1.º C. 263): jogos e certames publicos, sacrificios, casamentos, arte de augurar, tudo é dos gregos. (Strab. Liv. 3). Idolatras, nada conservam de Religião, para que a Razão lhes mostrara, mais que o reconhecimento de que ha um Ente maior que elles, a que davam culto; porem estragado este natural sentimento pela corrupção do coração, imaginam divindades indignas, que honram com um culto egualmente indigno. Se querem dar graças pelo feliz successo de uma batalha, as mãos direitas dos prisioneiros são o triste trofeu que lhes levantam. Se, antes de qualquer acção, procuram saber o seu bom ou mau exito, dentro das entranhas de um inimigo é que vão buscar este segredo: se querem fazer religioso um juramento, é preciso que as entranhas quentes de um homem e de um cavallo lhes sirvam de banho, em que, depois de mettidas as mãos, as põem sobre o altar, junto ao qual se deve fazer esta ridicula ceremonia. Emfim, é sempre sangue o que mais usam os deuses, que estes idolatras guerreiros formavam á sua semelhança.

Um Povo, como este, foi o que, sem arte e sem

disciplina, em tendo á frente um homem, que o soubesse mandar, escarnece por muitas vezes das tropas mais bem reguladas, e deu muitos dias de magua e de deslustre aos soberbos romanos. Viriato, Sertorio e ainda outros de sómenos nome foram instrumentos da gloria Lusitana...»

«Por mais de seculo e meio os Romanos andaram na porfiada lida de subjugar este ultimo pedaço da Hespanha!...»

As linhas transcritas são de um português, que não era algarvio, por que se algarvio fôra diria mais alguma cousa ácerca dos Turdetanos ou Turdulos, que habitavam esta nossa provincia, em cujo centro hoje se ergue Alvôr, mas que á chegada dos Romanos era conhecida sob a designação de *Portus Annibalis*.

Diria por exemplo que eram os Turdetanos os mais adiantados nas sciencias entre todos os mais que povoavam esta provincia, como affirma Strabão naquellas memoraveis palavras: *Hi (Turdetanii) omnium Hispanorum doctissimi judicantur, utunturque gramatica, et Antiquitatis monumenta habent conscripta, ac poemata, et metris inclusas leges a sex milibus (ut aiunt) annorum.*

Diria que já a esse tempo a provincia da Turdetania era excellentemente cultivada, o que persuade que as sciencias agricolas não eram desconhecidas. Ainda é Strabão que o demonstra, dizendo *Exportatur á Turdetania multum frumenti, ac vini, oleumque non multum, sed optimum. Praeterea cera, mel, pix, cœcus multum, et nimium sinapica terra non deterius.*

Diria tambem que entre todos os hespanhoes eram turdetanos os mais valentes — *Inter iberos fortissimi sunt;* e que, quando os ascendentes dos actuaes algarvios iam para o campo da batalha, caminhavam impavidos, scientes do seu valor, em passo cadenciado, cantando odes triunfaes em honra dos seus capitães. — Já Tito Livio notara estas particularidades.

Ora os Turdetanos são os ascendentes dos algarvios, e o Algarve representa a antiga Turdetania, como affirma um sabio nas seguintes palavras: *Turdetani populi sunt, ubi hodie Algarbiae regnum est, pars. regni Portugaliae* (Abrah. Ortil. Synom. Geog).

Se os Fenicios vencidos pelos Romanos tivessem deixado documentos escritos do valôr e sciencia dos indigenas algarvios, elles não classificariam de barbaros os povos vencidos.

Fique, pois, bem accentuado que no momento em que os Romanos entraram na Peninsula Iberica, havia ao sul desta uma provincia, cuja literatura tinha mais de 6000 annos, remontando por isso a um tempo em que os romanos ainda não formavam nacionalidade.

Quando os romanos entraram no moderno Algarve não se tiveram de haver simplesmente com um povo valente e destemido, mas com excellentes lavradores, com bellos artistas e com entendidos industriaes. Disse Silva Lopes, na sua *Corografia*, e o facto é que copiou bem o que disse: que o trigo, o vinho, o mel, a cera e o azeite, eram reputados pelos Fenicios e Romanos como de primeira qualidade, e a grã julgada a mais famosa do mundo, e por elles muito requestada. Os pannos tecidos no Algarve, quando aquelles extrangeiros invadiram a nossa provincia, eram de uma fabricação tão fina e as suas côres de uma delicadeza tão admiravel, que o proprio Plinio os recomendava como inimitaveis. Não foram pois os Fenicios e os Romanos que nos ensinaram aquella industria, antes foram elles que aqui vieram aprender o segredo da sua fabricação. Portanto, temos demonstrado que os antigos algarvios, embora sob o nome de turdetanos, não receberam d'aquelles estrangeiros lições de agricultura, nem lições das industrias, que elles até desconheciam.

O mesmo devemos dizer com relação ás famosas pescarias que os romanos aqui encontraram.

Não foram, pois, elles que nos ensinaram a complexa industria da pesca, e tanto que entre os povos da antiguidade eram as pescarias preparadas no Algarve as que gosavam de maior credito. Estando os romanos possuidores dos mares da Italia por que razão não vieram combater o nosso grande commercio neste genero, preparando o seu peixe e apresentando-o nos publicos mercados? porque desconheciam por completo a maneira de o preparar.

Os auctores de que nos servimos para affirmar o que vimos dizendo não são, nem podem ser suspeitos, porque são os principaes escritores latinos e gregos que nos fornecem a nossa argumentação. Basta ler-se o que escreveu Strabão – Geogr. — Lib. 3, Polibio — Hist. — Pomponio Mela, de *ritu orbis* Lib. 3, Solin in Polyhist. cap. 36 — Plinio, hist. Lib. 3 e outros que escreveram dos Turdetanos.

E parece certo que o costume das nossas mulheres do campo em auxiliar os maridos nos trabalhos das cultivações foi herança que nos deixaram os Turdetanos, nossos ascendentes, pois que diz Justi, Lib. 44, o seguinte: *Fœminæ res domesticas agrorumque culturas, administrant:* e Sil. Italic, no seu Poema, disse:

Cætera fœmineus peragit labor: addere sulco.
Semina, et impresso tellurem, vertere aratro,
Signe viris, quidquid duro sine Marte gerendum est.
Caleici conjux obit irriquieta mariti.

E se algumas vezes lemos na nossa historia acções heroicas de mulher a defender castellos, como iminentes guerreiros, não nos deve isso causar admiração, pois que obedecem simplesmente a uma lei atavica, pois que, segundo Apiano, algumas mulheres turdetanas fizeram o mesmo.

Somos hoje um povo que apenas conserva da sua ascendencia um nome heroico, mas não obstante é bom que se assentem verdades de muito conhecidas. Não foram, pois, os Fenicios e os Romanos que nos deram lições de agricultura, nem nos ensinaram

a lêr, nem a cortar as ondas num barco, nem a abrir inscrições, nem a amar as industrias. Elles é que se aproveitaram das nossas lições.

CAPITULO VI

Tempos historicos

§ 1.º

Romanos

Temos pena de que Estacio da Veiga não chegasse a publicar o seu livro sobre as gerações, que vieram substituir as raças pre-historicas, pois que ninguem, melhor do que elle, que tanto amou a sua querida provincia e tão bem a conhecia, estaria no caso de elucidar muitos pontos, ainda hoje envolvidos nas trevas de um longinquo passado.

Com relação ao povo romano, Estacio da Veiga, estudando ligeiramente a area de Alvôr, encontra documentos comprovativos da sua civilização nesta area. A esses documentos nos referimos a proposito dos grandes estabelecimentos de salga do peixe, que os romanos encontraram na limpida praia do celebre castello de Alvôr, e que elles mantiveram.

«E—continúa aquelle escritor—não ha que duvidar de que os romanos já acharam grandes cidades e nobres edificios nesta zona meridional porque em varias construcções romanas achei eu material bem facetado e já servido em obras anteriores».

O castello primitivo de Alvôr de que os arabes se aproveitaram, como mais adiante diremos, foi, senão fundado, certamente reparado pelos romanos.

Estacio da Veiga, na sua obra citada, referindo-se a Villa Velha (Alvôr) diz:

«O sitio contiguo á aldeia (Alvôr) denominado Villa Velha, abunda em caracteristicos de varias

epocas. Fiz ali um corte, achando pouco abaixo da camada superficial muitos pedaços de louça arabe vidrada, de que foram mestres na peninsula os taes mouros, que os nossos cronistas designaram quasi sempre com o epiteto de *barbaros*; a uns $0^{m},80$ de profundidade já não havia senão louças, vidros e materiaes de construcção de barro cosido, de fabricação romana, e a pouco mais de um metro appareceram instrumentos de pedra».

Este periodo demonstra claramente que por ali passaram as gerações pre-historicas, as romanas e arabicas.

Conservaram-se os romanos nas Hespanhas até os annos de 400 a 408, em que foram expulsos pelos chamados barbaros do norte, torrentes caudalosas e infrenes, que inundaram a peninsula e a devastaram.

Já nesta epoca a semente do Evangelho tinha frutificado nesta provincia, e a vetusta cidade de Ossonoba abrigava dentro dos seus muros uma cathedra episcopal. Fôra esta cadeira fundada no centro do gentilismo romano, continuada no meio da barbaridade de muitos povos crueis que a invadiram, mas ainda assim foram os concilios celebrados na peninsula durante o dominio romano que espalharam as doutrinas de paz, de que é simbolo a religião christã. Durante a vida do 1.º bispo ossonobiense, chamado Vicente, se reuniu o concilio ilberitano nas Hespanhas a que o citado bispo assistiu. Entre outros canones desse concilio encontramos alguns que provam quanto os primeiros bispos eram severos no cumprimento da sua missão. Ali proclamaram as festas dos domingos e a do Pentecostes; a prudencia nas ceremonias religiosas pelos defuntos, por forma que se não confundissem com as gentilicas; o jejum aos sabados, e outras disposições de um fervôr primitivo, que enchiam a alma do crente. Havia já então espalhados pela nossa provincia muitos padres.

Embora os romanos nos primeiros tempos da

sua invasão revelassem uma enorme crueldade contra os seus habitantes, é certo que nos ultimos tempos, excepto nas occasiões em que os imperadores romanos decretavam a perseguição religiosa, os nossos lusitanos receberam do povo-rei assignalados favores.

Durante o dominio dos romanos adquiriram os habitantes do Algarve uteis conhecimentos, tanto na agricultura, como nas industrias, especialmente no ramo das pescarias. No entanto é tambem verdade que se tem exagerado a influencia romana no nosso povo, fazendo-se crer que dos romanos recebemos até a nossa linguagem. Tal affirmação não é verdadeira.

*
* *

Talvez depois da consagração feita nos *Luziadas* pelo nosso primeiro epico quando estabeleceu o principio—que se reduz a demonstrar a semelhança entre a nossa e a lingua latina—começaram os nossos velhos escritores a sustentar que a lingua portuguesa deriva da latina. Talvez que esta affirmação obedecesse a uma simples questão de vaidade patriotica. Queria-se que a nossa lingua derivasse da latina para assim convencer o mundo da nossa riqueza linguistica. Não obstante nem todos os escritores portugueses seguiram pela mesma senda: fr. Francisco de S. Luiz protestou contra aquella affirmação e o nosso illustre contemporaneo, o padre Bonança, não se reduziu simplesmente a protestar, mas a demonstrar, com argumentos convincentes, que tinham sido os romanos que da nossa lingua formaram a sua.

Todos os que se teem entregado aos estudos paleothnologicos sabem que houve um remotissimo periodo da humanidade, antes dos tempos proto-historicos, em que a Italia, a França, as Ilhas Britanicas, a Suissa, a Belgica, a Hollanda, e outros po-

vos da Europa e até da Asia estiveram mergulhados nos gelos expessos, deixando por isso de serem habitadas. Então a Peninsula Iberica esteve livre d'esses gelos, pela particular conformidade das suas montanhas, nada sofrendo por isso d'aquelle elemento esterilisador e mortifero. Cessaram os gelos e o povo iberico que se tinha extraordinariamente desenvolvido naquelle periodo, dividiu-se em colonias, que foram povoar aquelles paizes, dirigindo-se em maior numero para a Italia, para onde levou a sua civilização. (Hist. da Lusit. e da Iberia Liv. II, cap. III até o cap. VIII).

«Ora, continua o snr. Padre Bonança—quando as raças hispanicas colonizaram aquellas regiões, abandonadas pelos geleiros, já tinham formado a sua lingua falada e escrita. Portanto a lingua que se devia falar na Italia posteriormente ao periodo dos geleiros era a que se falava nas Hespanhas. E' isto que os escritores da mais classica auctoridade, gregos e latinos, confirmam. Estrabão, escritor grego, falando dos Turdetanos, que povoavam a Andaluzia e o Algarve, escreveu: *são os Turdetanos reputados os mais doutos de todos os hespanhoes, usam da grammatica, teem antigos monumentos escritos, poemas, leis* em verso, de 6000 annos. Ora Estrabão é um escriptor grego do seculo precedente á era christã, sabia perfeitamente differençar os annos, e sabia o que escrevia: portanto 6000 annos antes de Christo havia na Peninsula Hispanica uma civilização adiantada; e isto muitos seculos antes de existir o povo romano, cuja data é, em comparação, modernissima, pois que Roma foi fundada 753 annos antes de Christo, quando a literatura hispanica tinha mais de cinco mil annos.

Constituiu-se pois Roma quando os seus habitantes falavam a lingua dos seus povoadores, que eram hispanicos, e é deste facto que resulta a semelhança encontrada entre a lingua latina e lusitana.

Por isso muito bem se exprime o nosso bene-

merito patricio, o sr. padre Bonança, no seguinte periodo:

«Honrando a memoria dos nossos antepassados, nós repelimos essa hegemonia intellectual e administrativa que certas nações nos querem impôr pelos seus homens de sciencia; não precisámos delles para descobrir terras, mares e gentes ignotas e abrir ás populações da Europa, famintas, sordidas e carniceiras, uma nova era de luz, de abundancia, de paz e felicidade.

«Reivindicando a obra gloriosa e civilizadora de nossos remotos antepassados, e lançando um traço de união entre o passado remoto e o presente proximo, queremos assignalar o nosso direito a um logar no banquete da civilização». (C).

§ 3.º

Godos

Os Godos eram povos da Escandinavia, que baixaram das suas selvas a povoar a parte meridional da Europa, quando tiveram conhecimento de que o poderio romano estava em decadencia. Este povo dividiu-se na sua invasão, sendo uns denominados *wisigodos* (godos do oeste) que commandados por Alarico atravessaram a Grecia, passaram á Italia, tomaram e saquearam duas vezes Roma.

Expulsos do meio dia da Gallia, onde se haviam estabelecido, passam á Hespanha, e ahi, depois de submeterem os alanos (povos vindos da Asia, das proximidades do Caucaso, e já estabelecidos nas Hespanhas) os suevos (povos setentrionaes) os vandalos (povos crueis, vindos egualmente do norte) se estabeleceram definitivamente, constituindo uma nacionalidade respeitavel, não só pela morigeração do povo, que era christão, mas pelas suas leis, ainda hoje estudadas e muito apreciadas. Conservaram-se os godos até que foram dominados pe-

los arabes, e durante o seu dominio exerceram salutar influencia na nossa provincia algarvia.

E' sabido que, depois dos godos tomarem posse da Lusitania, ficou Ossonoba sendo a capital do distrito eclesiastico do Algarve, onde já a egreja romana tinha a sua sede eclesiastica. De entre os bispos que, no tempo dos godos, podemos mencionar temos *Pedro* que assistiu ao concilio de Toledo, em 6 de Maio de 589, Saturnino que assistiu a outro concilio, tambem em Toledo, celebrado em 27 de dezembro de 652, Exarno, que assistiu ao concilio Emeritense em 5 de novembro de 666, Bellito, que viveu pelos annos de 682 ou 683, em que se celebrou o concilio de Toledo XIII, sendo papa S. Leão II, e ao qual elle assistiu: Agripio, que esteve presente no concilio de Toledo XV, celebrado em 11 de Maio de 688. Ora todos estes bispos governaram no tempo em que os godos presidiram aos destinos do nosso paiz; e por isso é muito de suppôr que o povo de Alvôr recebesse dos bispos de Ossonoba a civilização gotica, pois que segundo a antiga divisão estavam sujeitas á diocese de Ossonoba *Esuri*, *Balsa*, *Porto-Annibal*, *Lacobriga* e *Aranni*.

No entanto não encontramos monumentos ou vestigios de origem gotica dentro da area d'esta freguesia, talvez porque os monumentos dessa epoca cairam em ruinas e estas desappareceram com a acção do tempo.

Tendo os godos expulsado os romanos da peninsula e começado a estabelecer a sua civilização nos principios do seculo 5.º depois de Christo, aqui se conservaram até 716, depois de terem dominado as Hespanhas trezentos annos approximadamente.

Uma lenda que nesta provincia corre em verso dá como causa da invasão dos arabes na Peninsula o engano feito á *Cava*, filha do conde Julião, pelo rei Rodrigo. Todos os auctores mais sisudos classificam de lenda, inventada pelos arabes, o procedimento do rei Rodrigo. O proprio nome da filha do conde Julião está a desmascarar a fabula. Um conde

de tanta Influencia não consentiria que se puzesse a sua filha o nome da *Cava*, que significava — *mulher corrompida*. Entretanto vamos reproduzir a lenda em verso, que se encontra tradicionalmente nesta provincia. O romance tem o titulo de *D. Julião*.

DOM JULIÃO

Dom Rodrigo, dom Rodrigo
Rei sem alma e sem palavra
Com a vida pagas hoje
A traição de D. Cava
Dom Julião lá em Ceita (1)
Lá em Ceita a bem fadada
A jurar está vingança
Pelas suas mesmas barbas

Não estivera elle enfermo
Já com armas se voltava
Que onde Juliano chega
Ninguem chega nem chegara
Cavalleiro de armadura
Não se lhe mostre com armas
Que fadado foi Juliano
Para só vencer batalhas.

Sete noites pensa o conde
Todas las sete pensara
Como pudera vingar-se
De quem tanto o maguara:
Quer escrever mas não pode,
Por seus servos rebradara:
Ao mais velho escrever manda
E o conde a carta notava;
Mal acaba de escrever-se
Ao rei moiro a enviava.
Na carta lhe dava o conde
Todo o reino de Granada,
Se logo ao campo mandasse
Sua gente bem armada,
Para vingar sua filha
Que el-rei godo deshonrara
Sua gente aparelhava
Para vingar Juliano
Para conquistar Granada.

(1) *Ceita*, hoje Ceuta.

Triste Hespanha, flôr do mundo,
Tão nobre e tão desgraçada!
Por vingança de um traidor
Serás dentro em pouco escrava!
Tuas cidades e villas
Todas te serão ganhadas!
Andaluzia não hade
Dar-te mais vida, mais alma. (2)

Terras benditas são logo
De perros mouros cercadas;
O triste de D. Rodrigo
Ao campo vai dar batalha
Mas lo tredor de Dom Oppas (3)
Tudo ali lhe atraiçoara.

Grande senhor de Moirama (4)
Commandava grande armada
Pondo o pé em terra firme
Toda a terra conquistava;
O sangue já era tanto
Que todo o campo ensanguava.

Assim perde D. Rodrigo
A sua grande batalha
Tambem perde Andaluzia
E tambem perde Granada:
Guadalete outra não vira (5)
Tão fera e tão pelejada.

Toda a Hespanha se converte
Em poderosa Moirama
D. Juliano e Dom Oppas
Dona Cava assim vingava.

---

(2) Este e o antecedente verso referem-se talvez ao facto de D. Rodrigo ser primeiramente aclamado rei pelos inimigos do seu antecessor.

(3) Crê-se que D. Oppas, arcebispo de Sevilha, tomára parte muito activa na conjuração do Conde Julião.

(4) Refere-se ao celebre Moiro, que veiu á Peninsula á frente da expedição dos mouros.

(5) Esta batalha dada junto de Guadalete succedeu no fim do anno 714, no mez de novembro.

Foi Estacio da Veiga quem colligiu esta lenda em 1860 e a

§ 5.º

Arabes

Em Meca, na Arabia Petrea, tinha nascido em 568, kalendario christão, da tribu de Haschem, um arabe, por nome Mahomet, que, pelo seu talento, valôr, coragem e perseverança, conseguiu fazer abraçar pelos povos daquella região uma seita. A' proporção que elle pregava, fazia escrever os seus discursos num livro a que chamou Alcorão *(leitura)*. Em pouco tempo Mahomet e depois os seus successores criaram um imperio, avassalando innumeros paizes, na Asia, na Africa e até na Europa. Poderosos e arrogantes miravam de longe as Hespanhas, mas não ousavam aproximar-se d'ellas.

Corre a lenda que o engano feito pelo rei godo á filha do Conde Julião levara este a chamar em auxilio da sua vingança, (auxiliado pelo bispo Oppas, desesperado do rei o não fazer arcebispo de Toledo) os Arabes, que então dominavam alem do estreito, ao norte da Africa, em Marrocos. Não damos credito á lenda e suppomol-a engendrada pelos proprios arabes. E' certo que foi no tempo do rei Rodrigo que se deu a invasão dos mouros ou ara-

---

publicou no seu romanceiro do Algarve, em 1870. Desejando publicar o romanceiro algarvio (lição de Loulé) encontrei ainda a mesma lenda nas tradições de uma velhinha ha mezes falecida, mas estava já tão deturpada que certamente a não poderia restaurar se a não visse publicada naquelle Romanceiro.

Deste romance escreveu o falecido Estacio da Veiga.

«Quem ha ahi que não conheça presentemente a existencia historica dessas derradeiras entidades do dominio godo nas Hespanhas, que neste romance figuram? Todas as pessoas que leram o *Eurico*, esse bello poema não metrificado, mas portuguesissimo por indole, hão-de encontrar nesta interessante rapsodia algum daquelle novo interesse, que em todos os espiritos sabe produzir a leitura desse livro de ouro em que o idioma de Camões póde atingir toda a altitude da sua pompa e elegancia».

Terminou o dominio dos godos em 711 da era christã.

bes, e que depois da batalha de Guadalete foi extinta a realeza gotica, ficando os mouros senhores absolutos da Hespanha, com excepção das montanhas das Asturias, aonde se acolheu Pelagio, parente do rei Rodrigo, com a sua gente.

Permaneceram os arabes na nossa Peninsula aproximadamente sete seculos, e aqui exerceram grande opressão no principio, embora mais tarde se tornassem menos ferozes. Effectivamente, por uma simples questão de raça e de religião, os nossos antigos escriptores, na maior parte pertencentes ao clero, pintaram os arabes com desgraçadas côres; e todavia não foram os arabes esses homens que os nossos antigos escritores descreveram. Um historiador nosso, moderno, aprecia os arabes de outra forma; diz elle:

«A filosofia, as sciencias e a poesia arabica arrastavam todos os espiritos, e até o latim barbaro, a lingua escrita dos hispano-godos se perdia esquecida no meio das pompas e elegancias do arabe. Trajos, usanças, tudo quanto constituia a vida exterior era sarraceno. Alguns levaram a imitação a ponto de admitirem ceremonias, que os collocaram apparentemente na categoria de Mussulmanos».

Quem ignora o logar opulento que as escolas de Silves occupavam no tempo dos Arabes, e quando estes eram senhores daquella cidade?

O forte castello que os mouros possuiam em Alvôr, quer fosse por elles fundado, quer apenas restaurado, mostra bem que então Alvôr era séde importante da civilização arabe. Segundo conta um cruzado, que vinha na frota que conquistou Silves em 1189, no tempo de D. Sancho I, o castello de Alvôr era importante. Diz elle:

«Encontramos aqui (Lisboa) 24 náos, e nós tinhamos 11, mas quatro semanas antes tinham ali estado 55 náos do nosso imperio de Flandres, as quaes, de caminho, depois de sairem de Lisboa, acometteram um castello, que pertencia ao senhorio de Silves, chamado Alvôr e ouvimos dizer, com

verdade, que mataram perto de 5.600 pessoas, não poupando sexo nem edade». (D).

E não se pense que era esta sómente a população de Alvôr, pois que o mesmo cruzado na sua relação, em outro logar escreve: *porque os habitantes de Alvôr, os que não tinham sido mortos pelos cruzados, que nos precederam, na sua maior parte tinham fugido para Silves.*

Para melhor comprehensão desta parte, vamos reproduzir todo o periodo.

«São estes os castellos de que os christãos se apoderaram depois da tomada de Silves: *Carphanabal, Lagus, Alvôr, Porcimunt, Monchite, Montagut, Caboire, Mussiene* e *Paderne*. Todos elles pertenciam ao dominio de Silves, os quaes deixamos inteiramente vasios, porém muito fortes e com edificios, porque os habitantes de Alvôr, os que não tinham sido mortos pelos *cruzados*, que nos precederam, na sua maior parte, tinha fugido para Silves.

Da combinação d'estes periodos se torna manifesto que no tempo dos mouros, em Alvôr, havia uma população muito superior á actual... era um centro importante de vida mourisca.

A influencia que os mouros exerceram na provincia do Algarve e quiçá em todo o Portugal foi tamanha que ainda hoje nenhum monumento antigo, nenhuma caverna apparece que o nosso povo não deixe de supol-os do tempo dos mouros.

Concordam os antigos escritores em atribuir o nome de Alvôr aos mouros. Diz-se que elles lhe pozeram o nome de *Albur (campo inculto)* que depois se alterou para o actual Alvôr. (E).

Eram os mouros muito conhecedores dos preceitos da guerra e sabiam combater: basta lêr a forma por que se defenderam cercados em Silves por dois exercitos. Diz Silva Lopes, referindo-se a este cerco:

«A gente cercada em Silves (1189) fez tão brava e galharda resistencia e poz em acção tantos ardis

e meios então usados que bem provaram ser valentes soldados e entendidos na sciencia da guerra».

Infelizmente para elles, os seus adversarios lhes não eram inferiores, e tiveram de succumbir perante um tão formidavel ataque e quando já não tinham portas a dentro do castello os meios de subsistencia. Escreve o *Cruzado:*

«No terceiro dia das nonas de setembro (3 de setembro) saiu da cidade o alcaide *Albainus,* só, a cavallo, acompanhado de todos os mais a pé; a nossa gente miuda, porem desenfreada começou a maltratal-os e a roubal-os, de que o Rei muito se agastou. Sendo perto da noite fechamos as portas para que os infieis não saissem; alguns dos nossos entraram, mas os infieis encerraram-se em casa, fechando as portas. Alguns infieis porem foram metidos a tormentos para mostrar-lhes onde tinham o dinheiro.

«Pela manhã foram conduzidos para fóra da cidade, e então vimos o miseravel estado, a que tinham chegado: muito macilentos apenas se podiam ter em pé. Muitos andavam de gatinhas, e encostados aos nossos que os mantinham; outros estavam estirados pelas ruas mortos ou moribundos, e por isso era insuportavel o fedôr que havia na cidade, assim dos cadaveres das pessoas, como dos animaes. Tambem sairam os christãos, que elles tinham captivos, os quaes apenas respiravam, que havia quatro dias, segundo contavam, que não recebia cada um mais agua do que cabia na casca de um ovo, e alguns ainda menos; e a nenhum absolutamente se dava agua, se não queria pelejar contra os seus irmãos; e essa mesma pequena porção repartiam com a mulher e filhos. Não amassavam pão por falta de agua... e mantinham-se de figos. Os captivos despiam-se de noite e deitavam-se nús sobre as pedras frias para receber dellas alguma frescura. As mulheres e crianças comiam terra humida. Deve notar-se que quando chegamos a Silves, havia na cidade 450 captivos e agora apenas encontramos

200 com vida. Dos habitantes, quando se entregou a cidade, só existiam 15:000 de ambos os sexos».

Com a entrega da cidade cairam em poder de D. Sancho I todos os castellos della dependentes, entre os quaes o castello de Alvôr. Foi a cidade tomada á força de armas em setembro de 1189, e logo no mez de outubro desse mesmo anno D. Sancho I fez doação do castello de Alvôr ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. As primeiras palavras d'este documento rezam assim: *Sancius, Dei gratia, Portugalis, Silvis et Algarbii Rex uno cum uxore mea Dulcis Regina et filiis et filiabus meis* etc., etc. No corpo d'esta escritura lê-se: — *Consentiente et confirmante hoc Domno Nicolao ejusdem provinciae, et regione tunc temporis Pontifice* e no fim confirmam esta doação: *Nicolaus Sylvensis, Episcopus, et D. Rodericus Sancii, qui tunc Sylvio praeram, confirmo*».

O motivo que levou D. Sancho a fazer esta doação ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra encontra-se na *Cronica* dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, cap. XXIII do Liv. XI, que reza assim:

«Rendeu-se a cidade (Silves) a partido, e dando D. Sancho muitas graças a Deus, atribuindo aquelle bom successo ás orações dos conegos de Santa Cruz, por se mostrar agradecido, nomeou para primeiro bispo o seu confessor D. Nicolau por ser conego do dito mosteiro... E não contente com isto o liberal e agradecido Rei, depois de ganhar a Villa de Alvôr no mesmo Reyno do Algarve, no anno de 1189 fez doação ao mesmo mosteiro do castello da dita villa no principio do mez de dezembro do mesmo anno, estando já outra vez na sua corte de Coimbra victorioso.»

Por pouco tempo se gosou o mosteiro daquella doação, porque, dois annos depois, em 1191, achando-se o reino de Portugal a braços com as duas grandes epidemias — fome e peste — o celebre Miramolim de Marrocos, Aben-Afan, invadiu o nosso reino com tres enormes divisões militares, uma por elle com-

mandada, e as outras duas pelos reis de Sevilha e de Cordova, reconquistou novamente a cidade de Silves, o castello de Alvôr, e outras mais praças de guerra algarvias, entrando na posse absoluta de todo o reino do Algarve. Tambem não foi por longo espaço de tempo que o Miramolim de Marrocos se conservou na posse do nosso Algarve.

Ahi por 1250 achava-se em Aljustrel D. Paio Peres Corrêa e resolveu cahir sobre o Algarve e libertar a nossa provincia do dominio agareno. Eis como Fr. João de S. José no seu *Glosario* do Reino do Algarve, manuscrito datado do anno 1577, existente na Bibliotheca Nacional (A-3-42), descreve esta resolução:

«No mesmo tempo que o mestre de S. Thiago, D. Paio Corrêa, estava por fronteiro na Provincia da Andalusia, trabalho um.º por tomar algua fortaleza aos Mouros no Reyno do Algarve, que tinha por visinho, confiado que como nelle metesse o pé (como dizem) e tivesse onde recolher a gente que a elle levasse, tudo o mais lhe seria menos dificultoso. Estes desejos communicou por alguas vezes aos seus cavalleiros em que não achou conforme parecer, por que alguns sensuravão a empresa, polla aspereza da terra, e ser muito povoada; e aos Mouros terem soccorro pollo mar, que lhe viria d'Africa, todas as vezes que o ouvessem mister. Mas o Mestre, cujo coração era já favorecido da Graça do Senhor para este negocio, deliberou consigo não deixar de levar ao cabo, por dificuldade alguña que nisso lhe fosse posta; e falou em segredo com hum Garcia Rodrigues, Mercador, que tratava neste Algarve com os Mouros e com os Xpãos suas mercadorias, e nisto andava corrente; elle dixe que seus desejos eram com ajuda do Senhor Deos, e por seu serviço, cobrar dos Mouros este Reyno do Algarve se podesse; para o que havia em tão singular conjunção e aparelho, pelas discordias que sabia de certo que havia entre os Reys e senhores d'elle, e que se o ja não tinha cometido, era, porque não a terra, nem sabia

por onde lhe convinha fazer as primeiras entradas; e que pois elle tudo isto bem sabia, lhe quizesse dizer seu parecer verdadeiro, como bom xpão, e homem, em cuja conta elle o tinha. E Garcia Roiz em que havia bom entendimento e juizo lhe deu logo para isto tão bom conselho e ardil, e tão bom aviamento de tudo o que pôde; que o Mestre apartou logo algus dos seus corredores, por maneira dalmogadaria, o os mandou adiante com a instrucção de Garcia Rodrigues: a considerar a terra e fazer n'ella algu salto, onde melhor lhe parecesse. Os quaes partirão d'Aljustrel, donde o Mestre estava, e passaram polla Torre D'ourique, e andarão de noite com muito senso, por não serem dos Mouros sentidos e o primeiro lugar a que chegarão foi á torre d'estombar e considerando com diligencia a gente e guarda que nella havia, entenderão que estava desapercebido e sem algum receio de Xpãos; pello que derão de supito nelle com o mayor impeto que puderão e aprouve a Deos, que tem muita força, e foi logo tomado. Esta nova mandarão logo ao Mestre que não com menos alegria que pressa, fez prestes seus cavalleiros com que logo partiu, levando suas guias diante para descobrirem terra, e chegando á Torre, ouve prazer com os seus, louvando-lhes seus esforços e valentia. D'ali a poucos dias foi sobre a villa de Alvôr e a tomou e povoou de xpãos para que a povoassem e defendessem».

Ainda hoje causa pasmo como passou o Mestre com a sua gente ao castello de Alvôr, tendo de atravessar o rio de Portimão, cujos barcos estariam certamente do lado da villa, e sem que fosse presentido.

Conquistadas as duas torres, começou o rei de Silves a receiar-se de vizinho tão incomodo e por isso mandou-lhe propôr a troca dos dois castellos pelo importante castello de Cacella, troca que o Mestre prontamente aceitou. Tempos depois entrou o Mestre em guerra com os Mouros de Tavira, mas, aproximando-se o tempo das colheitas, estabelece-

ram tregoas. Durante estas tregoas, os Mouros, á traição, mataram nas Antas, proximo de Tavira alguns cavalleiros do Mestre, e então este atacou e tomou Tavira, caiu sobre Salir, que tomou, e depois acommetteu os castellos de Alvôr e de Estombar.

Desta forma o castello de Alvôr foi diversas vezes tomado e perdido; cincoenta e cinco náos de cruzados, *quatro semanas antes de ter saido de Lisboa outra frota da mesma gente*, que auxiliou D. Sancho II na tomada de Silves, atacaram o castello, e massacraram os seus habitantes, matando 5600 pessoas, não poupando sexo nem edade; por isso logo que Silves foi tomada, aquelle castello prontamente se entregou. Mais tarde foi novamente tomado pelos Mouros, e reconquistado por D. Paio Peres Corrêa. Trocado pelo de Cacella, caiu novamente em poder dos christãos pelo mesmo D. Paio. O velho castello de Alvôr, arruinado hoje, representa uma pagina brilhante da nossa historia, mas cujas letras estão de todo apagadas menos pela acção do tempo do que pelo descuido e negligencia dos homens.

Ora em todos estes ataques e defezas dos castellos de Alvôr e de Estombar não apparece uma só referencia ao decantado castello de Portimão, que se chamasse *Porcimunt;* por isso nos convencemos de que os castellos que se entregaram com a tomada de D. Sancho, auxiliado pelos crusados, o chamado Porcimunt seria o forte castello de Porches. Realmente, de que servia um castello nestas condições? Que o castello de Porches era de primeira ordem, dil-o Silva Lopes: «Porches, outr'ora povoação com castello forte, de que El-Rei D. Affonso III fez doação em fevereiro de 1252 a D. Estevão Nunes, seu chanceller». Nem tal doação teria feito se o castello fosse cousa insignificante. O que tudo nos convence é que o Porcimunt seria castello de Portimão, se naquelles tempos houvesse castellos *mudos*.

CAPITULO VII

Dominio Português—1250 a 1640

Com a conquista do Algarve entrou Alvôr definitivamente na coroa portuguesa.

Sómente no anno 1300 regista a historia a intervenção de D. Diniz, mandando restaurar o castello, que então se achava muito arruinado, pois que tivera soffrido diversos combates já por parte dos agarenos, já por parte dos portugueses. Em 15 de maio de 1318 ainda o mesmo monarca concedeu aos habitantes de Alvôr diversos privilegios como a concessão de alcaides privativos, semilhantes aos de Lagos, metade da renda da barca, o rocio e as aguas e caminhos para estas; assim como por alvará de outubro do mesmo anno lhes concedeu mais o privilegio de não pagar para as atalaias, nem para a ajuda da terra de Silves, e ainda o poder nomear juizes e ter jurisdicção independente.

Em 20 de julho de 1376 foi publicado outro alvará em que se ordena que Alvôr passe para o termo de Silves.

Parece, pois, que os nossos reis tiveram em especial consideração os habitantes de Alvôr, pois que apparecem nos primeiros seculos da monarquia diversos textos de lei referentes áquella povoação, ordenando a annexação de Alvôr a Silves, e a desannexação respectiva.

Por uma doação, datada de 18 de dezembro de 1451, D. Affonso V concedeu a D. Alvaro d'Athaide grandes privilegios e nestes incluiu não só o decimo do pescado, portagem do mar e terra, foros das azenhas, serviço velho e novo dos judeus, foros, moinhos, casas, vinhas e barca de passagem, mas tambem as marinhas. Cremos que as marinhas de Alvôr, as marinhas velhas, datam de tempos muito anteriores aos romanos, parecendo-nos que datam ainda dos povos proto-historicos e talvez prehistoricos.

Em outubro de 1495, tendo D. João II visto que um moço de Pero Dias (seu fidalgo) se curara completamente da doença de hidropisia, doença de que El-Rei tembem soffria, com a aplicação das aguas thermaes de Monchique, resolveu tomar as mesmas aguas, e mandou adiante a preparar os aposentos a Joham Fogaça. Em 15 do mesmo mez, n'uma quarta-feira, partiu o rei, indo dormir a Ferreira, alegre e bem disposto, depois de ter passado por Messegana, Panoias e Collos. No sabbado, 18, foi dormir a Monchique, onde esteve no domingo e assistiu com prazer ás festas dos vaqueiros da serra, feitas em sua honra, e ahi fez luctar contra os luctadores da terra a Ayres Telles, que ganhou as fogaças.

«Antes de partir fez El-Rei doação ao povo de Monchique d'um baldio na Serra da Foia que era então povoada de grandes matas de sobreiros, carvalheiras e adelfeiras.»

«Na segunda feira de manhan seguiu para as Caldas; como a frieldade crescia cada vez mais, aconselharam El-Rei a que não entrasse no banho. Mas, como se achava um pouco mais bem disposto, sempre tomou; o mesmo fez na terça feira, e da agua das mesmas Caldas bebeu em quantidade n'estes tres dias».

«Na quarta feira de manhan, muito contente de si por se achar melhor, e, ouvindo dizer que se achavam porcos emprazados para monte, perguntando se lá podia ir, disseram-lhe que sim, e, bem forrado e coberto com touca e chapeo, depois do banho, se foi a cavallo».

«E, ou pelos 4 banhos, ou pelo resfriamento depois do banho, ou por peçonha que lhe dessem nessa caçada (F), o facto é que El-Rei se tornou d'ella traspassado de frio, com grandes dores no estomago e ventre e continuo fluxo (diarrhea) que nunca mais lhe estancou, e com necessidade d'isso esteve nas Caldas na quinta e sexta-feira, mas cada vez peior.»

«No sabbado de manhan, completamente desanimado, partiu e foi dormir a Alvôr muito fatigado, nas casas de Alvaro de Athaíde.»

E' esta a descrição da viagem de D. João II, transcrita pelo nosso amigo, o sr. dr. J. Bento Castel-Branco em um folheto intitulado — *Caldas de Monchique*, descrição que aquelle nosso amigo diz fôra copiada de Garcia de Rezende e d'um relatorio antigo, cuja copia autentica se encontra no arquivo das Caldas de Monchique.

Este Alvaro de Athaíde, em casa de quem El-Rei se hospedou, era, segundo se diz, sogro de alcaide-mor Diogo Moniz, que era casado com Maria de Athaide. Na opinião do illustre investigador — o ex.mo Visconde de Sanches Baena, era a esse tempo alcaide-mór em Alvôr Duarte de Athaide. Outros affirmam fundados em documento existente na Torre do Tombo que em 1497 o alcaide-mór Diogo Moniz desistiu da alcaidaria de que se achava investido, sendo nella provido Alvaro de Athaide, seu sogro.

Parte do grande acompanhamento de El-Rei para Alvôr ficou em Portimão, hospedando-se o filho bastardo de El-Rei, D. Jorge, em casa de D. Martinho de Castel-Branco, senhor da dita villa, e mais tarde agraciado por D. Manuel com o titulo de Conde de Villa Nova de Portimão; a outra parte ficou em Alvôr, formando a corte da monarca, gravemente enfermo. (G)

«El-Rei, não podendo já levantar-se, e achando-se cada vez peor, não pôde mais sair de Alvôr, aonde o filho bastardo o foi ver duas vezes, voltando a pernoitar em Portimão, segundo as suas ordens.

Nos ultimos dias de vida, D. João II jazeu numa lethargia quasi contínua até que falleceu em 25 de outubro de 1495. «E assim, quasi isolado — escreve o sr. dr. Castel-Branco — se foi finando numa casa terrea, de uma humilde povoação da mais recondita provincia, o maior rei de Portugal.»

«Nos ultimos dias de vida, D. João II jazeu

numa lethargia continua que o não deixava acordar nem abrir os olhos, obrigando-o a dormir».

«Na quarta-feira correu a noticia da morte de El-Rei. Na quinta-feira acordou e sentiu-se mais aliviado. Logo que isso constou toda a gente veiu ver o rei. Sentindo o rumor da multidão, El-Rei mandou abrir as portas, dizendo: — Deixem entrar essa gente que gosta de me ver e eu a elles».

«No dia seguinte á tarde peorou de novo e entristeceu, dando toda a noite muitos suspiros».

«No sabbado dobrou-se o fluxo e vieram os desmaios».

«Conheceu então que o seu fim era proximo e deu com serenidade as suas ordens para desfazer a cama alta e preparar outra no chão, preparar a casa e erigir nella um altar, confessou-se, commungou, e enviou Aires da Silva e D. Alvares de Castro a participar á Rainha e ao duque de Beja, que nomeava este seu successor».

«Ao jantar ainda comeu um miolo de pão molhado em sumo de lombo de vacca assada».

«A agonia crescia; não quiz que o filho estivesse presente, pediu perdão a todos e finou-se ao pôr do sol, no dia 25 de outubro de 1495».

«Tinha apenas 40 annos; o seu cadaver foi levado para a cathedral de Silves como elle dispozera, sendo transportado sobre uma azemola, num caixão coberto de velludo preto».

Ora Garcia de Rezende não estava em Alvôr por occasião do fallecimento do rei, e sómente escreveu em harmonia com as informações que pôde colher. Deram-se realmente alguns casos curiosos por occasião daquella fatal doença de El-Rei, em Alvôr, e para não estar a fazer a sua descrição em estilo desalinhado e despido de formosura, chamamos a depôr sobre aquelle acontecimento um historiador muito sério e muito consciencioso.

Eis como M. de lá Clede narra este acontecimento:

«Aconselharam os medicos a D. João II que

fosse tomar banhos a Monchique. Um medico judeu, chamado Leão, assegurou que os banhos quentes eram nocivos a El-Rei, que infelizmente morreria. Não se fez caso do que o medico dissera. Partiu El-Rei, tomou os banhos, e sobreviveio-lhe uma diarreia com uma inchação em todo o corpo, e que lhe durou até á morte.» Foi para Alvôr, naturalmente por que a esse tempo Monchique não offerecia as commodidades necessarias, visto que era insignificante povoação, e só mais tarde, em 10 de janeiro de 1773, egualmente fóra coroada com o titulo de Villa.

Foi D. João II hospedar-se nas casas do alcaide-mór, ainda hoje conhecidas pelo nome de *Paço*. Julgando-se melhor, D. João II apressou-se a communicar esta noticia, e a falar nas suas náos.

«Mandou chamar — continúa o historiador citado — a D. Manuel, que estava em Alcacer do Sal, mas este, receoso de que El-Rei o mandasse matar, escuzou-se uma e duas vezes até que á terceira não teve desculpa, e partiu .. Sobrevieram ao rei novos incomodos, e teve um desmaio. D. Diogo de Almeida, julgando-o profundamente desmaiado, puxou-lhe pelas barbas para o fazer tornar a si: Deu El-Rei acordo e disse-lhe:

— *Maior respeito fôra o tocar-me nos pés com as vossas mãos do que no meu rosto.* (H)

Constou logo pela Villa de Alvôr que El-Rei tinha morrido, mas chegando breve a noticia de que melhorara, toda a gente, cheia de alegria correu ao saber novas. Juntaram-se os moradores da Villa em torno do *Paço* e em poucos momentos nelle entravam apesar dos guardas. Lisonjeado o rei com esta prova de estima do seu povo, ordenou que o povo entrasse no seu quarto.

El-Rei todavia caminhava para a morte e isto esperava D. Manuel demorado em Collos. Diogo de Almeida e o bispo de Tanger, vendo que o rei não cuidava da sua alma, julgando-se melhor, disseram-lhe que nada havia que o pudesse salvar, e que

Sua Alteza infalivelmente morria. Então o rei preparou-se para bem morrer.

Entre outros bispos, achava-se tambem o de Silves, D. João Camelo, proximo do leito d'El-Rei. Silva Lopes, nas suas *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, conta um facto sucedido com este bispo da seguinte maneira:

«Governava o bispo D. João Camelo a diocese do Algarve, quando D. João II chegou ás Caldas de Monchique. El-Rei tinha por muitas vezes reprehendido o bispo por não cumprir exactamente as suas obrigações. Adoecendo mais gravemente o Rei, e tendo de ir para Alvôr, o bispo acompanhou-o e assistiu-lhe até o ultimo momento. Em certa occasião e, quando o rei estava proximo da morte, olhou para o bispo e disse-lhe:

—*Bispo, eu vou muito carregado de vós; por amor de mim, vivei daqui em diante bem, e ao serviço de Deus, e dai-me vossa fé de o fazerdes assim. E o Bispo lhe deu sua fé.*

E morto o rei, o bispo acompanhou o seu cadaver a Silves, e o depositou na capella de N. S.ª da Piedade, conforme a ultima vontade do Monarca. Passados quatro annos, no mesmo mez de outubro de 1499, o bispo assistiu ás exequias e ainda á trasladação do seu corpo para o Convento da Batalha, trasladação que D. Manuel mandou fazer com toda a solemnidade.

Rezam antigas cronicas que o povo de Alvôr chorou muito a morte de D. João, e em massa acompanhou o seu cadaver até Silves, não faltando os principaes fidalgos de Alvôr no acompanhamento que quatro annos depois se realizou até o referido convento. (I)

Pois que se trata da morte de D. João II em Alvôr, vem a proposito at ranscripção de alguns periodos do cap. XXII do excellente romance—*Guerreiro e Monge*—do sr. Campos Junior.

«Sabemos que D. João II peorara nas Caldas de Monchique e fôra levado para Alvôr, a velha

Albur dos moiros, pequena povoação onde era impossivel dar commoda guarida a enferno de tão elevada categoria e em tão melindroso estado.

«Mas o homem de bronze, cuja excepcional figura enchera o seu paiz e a sua epoca, a tal estado chegara que já não podia supportar mais longa jornada.

.....

«Alvôr era uma povoação de remota origem, quasi encostada aos contrafortes da serrania de Monchique, a pouco mais duma legoa de Lagos, a velha Lacobriga, cuja bahia amplissima se descobre das collinas da villasita algarvia.

«Das asperezas da *Foia*, a dominar os cabeços da serra, como a torre albarrã dominava os adarves nas velhas cidadellas mouriscas, despenhavam-se tres ribeiras de aguas espumosas.

«Aos pés da pequena villa, via-se o Rio Salgado, com as suas margens cortadas de marinhas de sal a brilharem ás vezes como cristaes. Na fós, a pequena distancia, sobre penedias, a velha Torre do Facho.

«A pequena distancia, ficava o mar, cujos revôltos bramidos, em certos dias, se ouviam na villa, trazidos nas calidas lufadas do vento de Africa.

«O outomno entristecera a paisagem d'aquella formosa provincia.

«Nos primeiros dias, sentira El-Rei um certo allivio, e logo quiz novas das náos e tentou recomeçar a contenda em favor de D. Jorge, como tal honrado e officialmente reconhecido; mas depois tinha perdido as esperanças, presentindo o proximo fim.

.....

«Defronte da cama, no chão, num improvisado altar, erguia-se um grosseiro Christo de bronze, que viera da matriz da villa. Dois cirios ardiam constantemente a um e outro lado do crucifixo.

.....

«A 15 de outubro tivera El-Rei um deliquio. Na impaciencia, na pressa de que tudo aquillo aca-

basse, suppozeram que fosse já a morte. e a toda a pressa expediu Fernão Martins um homem dos ginetes, que, a toda a brida foi a Silves dar ouso para mandarem as toalhas e pannos de dó.

. . . . . .

«Estava El-Rei moribundo. Já não via os homens que o cercavam . . .

«A um sabbado, 24 de outubro, teve novo e prolongado desmaio. Tinham chegado as tochas e os pannos de dó. Nesse dia ao anoitecer, depois do deliquio, D. João II pediu a confissão e os sacramentos ao bispo Ortiz, que lhe dirigira palavras de conformidade. Resolveu-se então que no domingo de manhã cedo El-Rei recebesse os sacramentos, solemnemente ministrados pelo bispo. Nessa mesma noite fez Sua Alteza a sua confissão derradeira a fr. João, o seu antigo confessôr. Estava contricto. Reconheceu que fôra cruel e encarregou o frade de ir em seu nome pedir perdão áquelles a quem cobrira de luto e, muito especialmente, a sua sogra, mãe do Duque de Vizeu.

«Logo ao nascer do sol saía solemnemente da egreja matriz de Alvôr, debaixo do pallio, o bispo Ortiz, que trazia a sagrada particula. Ladeavam o pallio frades e homens do povo com tochas. Quatro soldados apeados da companhia dos ginetis, formavam a pequena guarda de honra.

«Os sinos repicavam, a campainha do sacristão vibrava a espaços umas badaladas agudas, que confrangiam os corações. O filho bastardo — D. Jorge — ia atraz do pallio, chorando. Homens e mulheres cantavam n'uma plangente toada — *Bendito louvado seja o Santissimo Sacramento da Eucharistia.*

. . . . . .

«Por volta do meio dia, El-Rei voltou a cabeça, e entre-abriu os labios. Tinha os olhos fechados. O bispo julgou que houvesse expirado e procurou cerrar-lhe as palpebras.

— Acabou de passar! — disse o prelado.

— Bispo, ainda não é tempo—rouquejou El-Rei.

«De joelhos, encostado ao leito, nas mãos um pequeno livro de pergaminho com grandes e enormes letras maiusculas, vermelhas, fr. João murmurava as rezas da agonia.

«Eram tres horas; ouvia-se o rumor do mar.

—Em que altura vai a maré? perguntou El-Rei sumidamente.

—Duas horas ha de haver que sobe—respondeu ao acaso o bispo de Tanger.

—Ainda viverei duas horas—volveu o rei a custo.

«E finou-se ao pôr do sol.

. . . . . .

«D. João II foi amortalhado nas suas galas de rei. O caixão viera tambem com o panno de dó e fôra collocado sobre um estrado de madeira, defronte da porta da camara. D'ali seria o corpo transferido para a sala maior da casa, logo que a houvessem acabado de forrar de lucto.»

Uma cousa escapou contar e que merece especial menção: é que entre as pessoas notaveis que acompanharam D. João II a Alvôr figura o celebre chronista Ruy de Pina, que escreveu as chronicas de D. Sancho I, D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Duarte, D. Affonso V, D. João II, e a de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna e governador da praça de Alcacer-Ceguer (Africa). Começou ainda a chronica do rei D. Manuel, da qual Damião de Goes confessa ter-se aproveitado.

Ruy da Pina nasceu, segundo affirma Pinho Leal, ahi pelos annos de 1450 e faleceu posteriormente a 1521. Tendo prestado grandes serviços á patria como embaixador, por varias vezes, a Castella, foi encarregado por D. João II de escrever á chronica do seu reinado. Segundo o auctor citado, o estilo de Ruy de Pina é sobrio e digno. Sabia dizer a verdade aos reis e era grande observador e profundo politico.

A cidade da Guarda honra-se em ser a patria

de tão insigne varão; e depois da morte de D. João II, D. Manuel o fez chronista-mór do reino e guarda da Torre do Tombo.

Pinho Leal, fazendo a descrição da cidade da Guarda, commemora Ruy de Pina e delle diz:

«Em 1495 assistiu á morte de D. João II, em 25 de outubro, em Alvôr, como assistira á execução do duque de Bragança, D. Fernando 2.º, cujas ultimas palavras recebeu, na praça d'Elvas, no cadafalso, a 21 de junho de 1483».

E' sabido que o duque de Bragança fôra condenado pelo tribunal competente a morrer no cadafalso, por serem julgados verdadeiros os seguintes artigos de acusação: 1.º por ter falado mal do rei e despresado as suas ordens, conservando grandes relações de amizade com os reis de Castella, e informando-os dos segredos do Estado; 2.º por ter tentado o marquez de Monte-Mór a que se revoltasse contra El-Rei; 3.º por se oppôr á restituição dos refens, que estavam em Moura, no intuito de causar cabalas contra o Estado; 4.º por solicitar os castelhanos a apossarem-se do Estado de Guiné; 5.º por aconselhar os deputados dos Estados a que fossem contra o Rei; 6.º por não consentir a intervenção do Rei nas cidades e villas da sua dependencia.

Com a morte de D. João II, subiu ao trono D. Manoel. Este monarca, para mostrar que tinha em alta consideração o povo de Alvôr, em 28 de dezembro de 1435 elevou Alvôr ás honras de villa.

Da *Carta* que foi publicada por essa occasião se vê que não foi no tempo de D. João II que Alvôr recebeu o titulo de villa. Da *Corografia do Reino do Algarve* por João Baptista da Silva Lopes, e de todos os que escreveram depois de publicada aquella *Corografia* vê-se quererem attribuir a D. João II aquella *Carta,* pois que lhe dão a data de 28 de fevereiro daquelle anno. Ora, tendo falecido D. João II em 25 de outubro de 1495, claro era que tendo a Carta que erigiu Alvôr em villa a data de 28 de fe-

vereiro de 1495, tal *Carta* teria sido escripta em tempo de D. João. Não é assim: a *Carta* que erigiu Alvôr em villa tem a data de 28 de dezembro d'aquelle anno, occasião em que D. Manoel já se achava no trono dos nossos reis.

Sobre este ponto não deve de hoje em diante haver duvida alguma porque publicamos em seguida aquella *Carta*, que reza assim:

«D. Manuel, etc., fazemos saber a quantos esta nossa Carta virem que considerando nós como todollos lugares de nosso Reyno do Algarve que estam junto com ho mar he muito nosso serviço e e defensam da terra serem bem povoados e afortelezados, determinamos de fazer villa ho lugar d'Alvôr posto que seja termo de sillves da quall cousa os moradores da dita cidade nom têem rezom de se agravar visto quanto accrecentamento e bem do dito reyno do Algarve foy fazer-se villa nova de portimão e assim laguos que antiguamente foi termo da dicta cidade de sillves. O que nõ menos esperamos que seja dalvôr pollo assi fazermos villa pollo quall des daguora para todo sempre fazemos e avemos por villa ho ditto luguar dalvôr sem mais teer nenhum reconhecimento da ditta cidade de sillves por quanto de todo o desmembramos e tiramos do termo d'elle e o avemos por villa e queremos e nos praz que tenha os officiaes e regimento e omras e priminencias e usos e boos costumes que as semelhantes villas em nossos reynos geralmente se costuma de ter. E quanto ao termo que a dicta villa dalvor ha de ter daqui alguns dias lhe mandaremos limitar segundo nos bem e rezão parece, e porém mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças e pessoas de nossos reynos a que o conhecimento d'elle pertencer que daqui a diante ajam o dito lugar dalvôr por villa e lhe guardem em todo as honras e liberdades que aas taes villas se fôr costume guardar, porque assi avemos por nosso serviço e bem a proveito de nossos reynos o que

huns e outros assi cumprirão que a ello pôrem duvida algua.

Dada em monte-mor-ho-velho x x biij dias do mez de dezembro.

Affonso Mexia a fez. Anno de mil quatro centos e noventa e cinco. (Liv. 1.º de Guad. afl. 3 v.).

Este documento de uma redacção antiquissima, como se soía escrever naquelle tempo, demonstra cabalmente que não foi D. João II, e sim D. Manoel que elevou Alvôr a villa.

Em 6 de novembro de 1497 cencedeu D. Manuel a Nuno Froiz de Athaide o fazer marinhas nos sapaes; e em 28 de dezembro de 1498 concedeu alvará para desanexar Alvôr de Silves.

Em outubro de 1499 veiu D. Manuel a Silves no intuito de acompanhar os restos mortaes do seu antecessor para o convento da Batalha. Encontrou ali toda a fidalguia de Alvôr e quasi todos os peões que acompanharam os restos mortaes de D. Joao II ao convento da Batalha. Durante o tempo em que D. Manuel se conservou em Silves teve occasião de ver o estado ruinoso da Sé e mandou proceder a importantes reparações e até reedificações, e ainda a fabricar um novo côro, por signal com a madeira dos cedros, que em abundancia ornavam as margens do rio ou ribeira da mesma cidade. (J)

Naquelle tempo havia cedros nas margens da ribeira; hoje nenhum se encontra e até a muitos leitores parecerá duvidoso que em algum tempo houvesse cedros naquelle sitio.

Escassas são as noticias que encontramos registadas em relação a Alvôr depois da morte de D. João II, além das que deixamos apontadas, até 1640. N'este periodo de guerras continuas, no continente e fóra d'elle, os nossos cronistas e historiadores reduzem-se a descrever batalhas, referindo-se vagamente ao Algarve. E não obstante nesse periodo era o sangue algarvio que regava os campos dos combates, principalmente em Africa e nas Indias.

A poucas legoas de Alvôr fundara o Infante D. Henrique em Sagres uma escola nautica, e nessa escola se educaram aquelles que affirmaram o zelo e valor nas conquistas e descobertas dos novos dominios. «Das bahias de Lagos e Sagres — escreveu Silva Lopes — desaferraram os primeiros baixeis que devassaram mares nunca d'antes navegados e abriram o trilho que nos havia de franquear a Africa, Asia e America». A Lagos — distante alguns quilometros de Alvôr — correram os filhos d'esta villa a entrar nas caravelas, que partiam em descobrimento dos novos mundos. Se no livro de ouro das nossas façanhas maritimas estivessem registados os nomes d'esses heroes, que tão grande gloria deram á patria e tanto a nobilitaram aos olhos da Europa pasmada, todos veriam quão numeroso era o numero dos filhos de Alvôr que então se sacrificaram pela patria. Pode-se affirmar que foram os filhos do Algarve os que n'aquella epoca mais concorreram com o seu sangue e os seus esforços no ennobrecimento do paiz. Dos portos de Tavira, Faro e Lagos saíam annualmente grande numero de caravelas e grande numero de algarvios, que iam para a Africa e para as Indias combater inimigos e conquistar dominios. E todavia tambem é licito affirmar que no rol dos beneficios a metropole tem mal pago tantas dedicações!...

E' certo que nesses tempos a população do Algarve era muito numerosa ou muito patriotica; e só assim se pode explicar o grande auxilio que prestou em baixeis e força armada para a conquista e conservação das importantes praças que El-Rei D. João 1.º e seus successores conquistaram em paizes longinquos. Como já dissemos, a vinda do Infante D. Henrique para Sagres veio trazer ao Algarve gente nobre e plebéa, correndo á fama dos novos descobrimentos; mas é certo que Alvaro Caminha de Souto Maior, capitão-mór da armada que descobriu a ilha de S. Thomé, no tempo de D. João II; Alvaro Esteves, piloto da caravela que descobriu o resgate

do ouro, chamado da Mina, em 1471; Alvaro de Freitas, commendador de Aljezur, capitão de uma caravela da armada, que em 1445 se achou no combate da ilha de Arguim, e se distinguiu fazendo proezas contra os Mouros de Grada, eram algarvios; como algarvios eram Gil Eannes, o primeiro descobridor da costa d'Africa, Lançarote, que em 1445 voltava a Lagos como capitão-mór de 14 caravelas, depois de ter descoberto o rio Sanagá e uma das ilhas de Cabo Verde, e Vasco Annes da Costa Corte Real, o primeiro que, depois de esforçada peleja, entrou pela porta de Almina na tomada de Ceuta, em cômpanhia dos infantes D. Duarte e D. Henrique. E se algarvios eram os commandantes e pilotos dessas caravelas, algarvios deviam ser os tripulantes das mesmas caravelas.

Com a morte de D. João III subiu ao trono português D. Sebastião, filho postumo do principe João, filho d'aquelle monarca, na edade de tres annos, tomando posse do reino, quando apenas tinha treze annos. Tendo horror ás mulheres não quiz casar-se; e sendo dotado de um caracter cavalheiresco, que se exaltou com as leituras das cavallarias andantes da epoca passada, concebeu a ideia de uma expedição contra os Mouros de Africa.

Bem o dissuadiram dessa empresa a gente seria, mas D. Sebastião, além de teimoso, viu-se animado por Filippe II que o excitou a tal empresa, talvez já convencido de que elle morreria n'ella. E' certo que o rei espanhol acompanhou a sua insistencia com o offerecimento da cota de armas e o capacete que Carlos Quinto trazia por occasião da sua entrada em Tunis. Não precisava de mais argumentos para convencer o principe de ir para diante nos seus loucos desejos.

Esteve D. Sebastião, por occasião da empresa, que o matou em Alcacer-Quibir, em Lagos e aqui reuniu os seus navios e os soldados que o acompanharam. Deu Alvôr um bom contingente de peões e cabos de guerra, um dos quaes foi o bisavô de Fran-

cisco Soares Pacheco, natural de Alvôr, e de quem mais adiante falamos.

Morto D. Sebastião, não restava então da dinastia portuguêsa senão o cardeal D. Henrique, com sessenta e sete annos de edade; e este foi aclamado. No intuito de evitar acontecimentos funestos elle convidou todo aquelle que se julgasse com direitos ao trono para os fazer conhecer. Apresentaram-se cinco competidores, todos descendentes de D. Manoel. Filippe II, porém, empregou o ouro, e, segundo Cantù, os jesuitas, e mandou um forte exercito para mostrar o *seu direito* ao reino de Portugal.

Por morte do Cardeal, e não obstante o espirito popular ser contrario ao rei da Espanha, foi este o aclamado. Foram muitas as promessas feitas pelo rei Filippe, mas não foram cumpridas. Prometteu residir em Portugal tanto tempo quanto lhe fosse possivel e não fez caso algum de tal promessa; pelo contrario, o tirano só cuidou em esgotar o paiz para o ter em sujeição; prohibiu que os portuguêses commerciassem com os hollandêses e tirou-lhes tresentos navios com mais de duas mil peças de artilharia.

Tantas violencias fizeram que muitos portuguezes emigrassem; e o paiz ia empobrecendo horrivelmente.

Foi em tempo de Filippe II que se suscitou em Alvôr uma questão a proposito do foral por que esta Villa se regia. Tendo El-Rei D. Diniz dado foral a Alvôr e não tendo sido este foral compreendido na reforma feita por D. Manoel, porque a esse tempo—1505—tinha Alvôr passado, por alvará de 20 de julho de 1378, ao termo de Silves, por cujo foral se ficou regendo; feita esta povoação villa por *Carta* datada de 28 dezembro de 1495, e desanexada de Silves por outro alvará de 28 de dezembro do mesmo anno, continuou todavia Alvôr a reger-se pelo mesmo formal de Silves. Ora os primeiros corregedores não fizeram reparo em que a villa de Alvôr se regesse pelo foral de Silves, mas appareceu

mais tarde o corregedor, o dr. Alvaro Mendes da Mota, que notou a falta de auctorisação regia necessaria para que Alvôr se podesse reger pelo foral de Silves, e fez sentir essa falta superiormente. Para obviar a futuras complicações os juizes, vereadores e Procurador da Coroa dirigiram ao rei Fillippe II a seguinte Petição, cuja copia nos foi enviada pelo nosso velho amigo e collega, o muito reverendo José Gonçalves Vieira, paroco aposentado de Villa Nova de Portimão.

PETIÇÃO

... Dizem d'Alvôr no reyno do Algarve, que sendo até agora a dita Villa termo da cidade de Silves e se regera e governara pelo foral desta cidade, por isso estar outhorgado conforme o direito. E depois que se fez Villa e teve termo apartado não lhe foi dado foral particular, por se entender que se havia de reger pelo foral de que antes usasse, porque, posto que se dividisse o termo e jurisdição, não se lhe mudou a obrigação de foral, o que era necessario ouvesse para ficarem isentos do foral. E por isso ser, os Corregedores da Comarca, fazendo correição na dita Villa, consentirão que usassem do dito foral, até que o Corregodor dr. Alvaro Mendes da Mota mandou por correição, que não usassem d'elle sem provisão de V. Magestade, e o mesmo pede o procurador da Corôa. E requerendo esta provisão na Meza do Dezembargo do Paço mandaram que se recorresse a V. Magestade. E porque estavam de posse e obrigados a estar pelo dito foral, pois se lhes não deu outro de nóvo, quando se lhes deu a Villa—P. a V. Magestade que para tirar duvidas e os Corregedores não darem vexações a elles supplicantes seja por bem passar-lhes provisão para que usem do foral de Silves como sempre usaram. D. guarde a V. Magestade, etc.»

Em vista da petição transcrita El-Rei deu o seguinte despacho.

«Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que avendo respeito ao que na petição atraz escrita dizem os Juizes, Vereadores, e Procurador da Villa de Alvôr; que vistas as causas que allegam e informação que no contheudo da dita petição se ouve pelo licenciado Innocencio do Rego Trecu (?) corregedor da comarca e correição de Lagos, hei por bem e me apraz que os moradores da dita Villa e seu termo possam usar e usem do foral que tem a cidade de Silves, de cujo termo a dita Villa foi, assi e da maneira, que até agora usavam d'elle, e isto emquanto eu ouver por bem, e não mandar o contrario. E os ditos officiaes da comarca serão obrigados a ter nella o traslado do dito foral authenticado em modo que faça fé; ao qual se juntará este nosso alvará para a todo o tempo constar como eu ouve assi por bem.

«Pelo que mando ao dito corregedor que ora hé e ao diante fôr e a quaesquer outros ministros, justiças, officiaes e pessoas a quem pertencer que deixem os moradores da dita villa d'Alvôr e seu termo usar do foral da cidade de Silves, como até agora usavam, e cumpram e guardem este meu alvará como nelle se contem — o qual quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada por minha chancellaria, sem embargo das ordenações do 2.º livro, tit. unico que diz que as cousas cujo effeito ouver de dar-se mais de um anno passam por *cartas*, e passando por alvará não valhão. Antonio Rodrigues fez. Lisboa 13 de setembro (?) de mil 5 e oitenta e cinquo. Simão Borralho fez escrever. El-Rei. Alvará para os moradores da Villa de Alvôr e seu termo poderem usar...»

Pinho Leal informa que D. Manuel concedera á Villa de Alvôr um foral datado de Lisboa, a 13 de dezembro de 1505. Não o encontramos, apesar de o ter procurado; em vista, porém, dos documentos transcriptos somos levados a crer que tal foral não foi concedido.

Agravaram-se mais e mais as condições politicas e economicas do nosso paiz, e portanto da nossa provincia. Os vexames tinham enchido a medida. A chamada de um exercito portuguez para ir combater contra os catalãos deu occasião a que se pensasse a serio na restauração da nossa nacionalidade. Essa restauração realizou-se.

CAPITULO VIII

1640 a 1905

Começamos este capitulo com a feliz aclamação de João IV—uma das paginas mais brilhantes da nossa historia. Entre os fidalgos que figuraram nesta revolução encontramos alguns algarvios, e quer-nos parecer que Tristão da Cunha Athaíde, um dos conjurados, que entraram, nesse dia memoravel, no quarto do traidor Miguel de Vasconcellos, fosse de Alvôr: *La Clede*, na sua *Historia Geral de Portugal*, referindo-se a esta revolução escreveu:

«O conde de Atouguia, seus irmãos, Francisco Coutinho, Alvaro de Abranches, Ayres de Saldanha, Antonio Alvares da Cunha, João de Saldanha e Gama, Gastão Coutinho, Sancho Dias de Saldanha, João de Saldanha e Gama e seus irmãos Antonio e Bartholomeu de Saldanha, *Tristão da Cunha e Athaide,* seus filhos Luiz e Nuno da Cunha, com seu genro Manuel Childe Rolim, foram em direitura ao quarto de Miguel de Vasconcellos».

Ora a circunstancia de se encontrar em uma sepultura a inscrição em que figura *Tristão de Athaide* e existir a mui nobre e illustre familia dos Cunhas Costas, oriundos d'esta povoação, faz-nos crer que o supra-citado Tristão da Cunha Athaide fosse parente de Tristão de Athaide, se não representam uma e a mesma pessoa.

No capitulo em que nos referirmos ás pes-

soas notaveis de Alvôr diligenciaremos apurar este assunto.

E' certo, e não nos offerece duvida, que a noticia de aclamação de D. João IV foi bem recebida em Alvôr, porque um dos historiadores mais serios e correctos, referindo-se ao effeito que esta revolução causou na nossa provincia e em todo o paiz, escreveu:

«As cidades, villas e lugares, aonde os pastores conduziam a pastar os seus gados faziam retinir os ceos com vozes de alegria. Os camponezes andavam em bandos pelas estradas a dançar e cantar a sua felicidade. Os meninos, que não sabiam dizer outra cousa, repetiam sem cessar: Viva, viva El-Rei D. João IV, nosso senhor; reine elle sobre nossos pais, e sobre nós e nossos descendentes».

E logo mais acrescenta:

«Era governador do Algarve Henrique Correia da Silva, o qual tinha escolhido para sua residencia a cidade de Lagos. Escreveu-lhe El-Rei, instruindo-o do que se acabava de passar em Portugal, e pedindo-lhe que o fizesse reconhecer no Reino do Algarve. No dia seguinte ao que em que recebeu a Carta, juntou Henrique Corrêa na Igreja da Misericordia os chefes da Justiça com os officiaes, e toda a Nobreza, e depois de ter feito cantar uma missa, leu a Carta e entrou a gritar: Viva D. João IV, Rei de Portugal e dos Algarves; e logo todos entraram a gritar com elle, dizendo o mesmo. As fortalezas submetteram-se por sua ordem. Depois de tudo isto mandou dois mil homens da guarnição a Castro Marim para impedir que os castelhanos entrassem por aquella parte neste Reino. O Marquez de Ayamonte, fingindo que não sabia que Henrique Corrêa era entrado na rovolução, escreveu-lhe uma carta, em que lhe dizia, que brevemente lhe mandaria algumas tropas para punir os rebeldes. Respondeu-lhe Henrique Corrêa que não tivesse elle esse trabalho, pois os que tratava de rebeldes eram fieis vassalos, que obedeciam ao seu legitimo Soberano. Desde que foi

esta resposta, escreveu a El-Rei, e deu-lhe exacta conta das tropas, munições, artilharia, e tudo o que havia no Algarve, certificando-lhe que estava pronto para servil-o com o mesmo zelo e lealdade, tanto na paz, como na guerra. Chamou-o El-Rei á Côrte e nomeou-o Administrador do Patrimonio Real. Este galardão era bem merecido de Henrique Corrêa.»

Estava o Algarve depauperado a este tempo, mas nunca lhe minguaram o brio nem o valor. Silva Lopes, referindo-se a esta epoca escreveu:

«Com o intruso governo dos hespanhoes começou a entorpecer a energia dos habitantes do Algarve; foi a menos a sua população, que já se havia enfraquecido com a inconsiderada expedição dos mouros e dos judeus, guerras em Africa, e colonização das terras novamente conquistadas. Decaíu a sua agricultura; definhou a sua industria; e as mesmas pescarias, seu ramo o mais interessante, foram em progressivo abatimento. A restauração poucos alentos lhe restituiu.»

Não obstante, é certo que em Alvôr se recebeu com alvoroço a noticia da queda do rei hespanhol; e na lucta que por essa occasião tivemos de sustentar contra os hespanhoes figurou brilhantemente Francisco Soares de Oliveira Pacheco, natural de Alvôr, que na campanha da aclamação de D. João IV conquistou elevados creditos. Na batalha de Montes Claros recebeu elle tres feridas de bala de mosquete e todavia não se retirou do combate emquanto não viu segura a victoria; e se apenas ficou registada a façanha deste valente cabo de guerra, é que nesse tempo, como hoje, sómente se registavam as façanhas dos grandes, pois que os filhos de Alvôr que entraram naquelle cambate eram, na maior parte soldados, e o soldado não tem nome, tem apenas um numero.

Pondo de parte este assunto, informaremos que em 4 de fevereiro de 1683 D. Pedro II, ainda regente, fez conde de Alvôr a Francisco de Tavora, filho do 2.º Conde de S. João, quando aquelle era já governador de Angola, vice-rei da India, do conse-

lho de Estado, e presidente do conselho ultramarino; o que faz crer que ainda nesse tempo Alvôr era villa de grande representação.

Em 1715 (14 de dezembro) facultou D. João V aos duques de Cadaval o poder vender o sal das suas marinhas de Alvôr, sem embargo das disposições do foral (Liv. 14 da chancelaria de D. João V fls. 37.

Caminhava, pois, Alvôr florescente e laboriosa, quando o tremor de 1755 a destruiu, e o decreto de D. José, inspirado pelo marquez de Pombal em odio aos Tavoras que eram donatarios de Alvôr, apeiou a villa, e a reduziu a simples aldeia. A confusão em que está redigido o decreto traduz uma enorme confusão de ideias por parte do ministro. Eil-o:

«D. José, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação, Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. —Faço saber aos que esta Minha Carta virem que Eu fui servido mandar passar o Alvará do teôr seguinte=Eu El-Rei Faço saber aos que este Alvará virem que por certas informações que me foram presentes que entre as causas das ruinas a que se reduziu o Reino do Algarve se comprehenderam: Por uma parte a aspereza da serra, que medeia entre Villa Nova de Portimão e o logar de Monchique, a qual fechando a communicação e o commercio das uteis e necessarias madeiras de castanho; das abundantes fructas; e das mais producções em que é fertil a referida serra, tem ao mesmo tempo impedido e feito perigosos os transitos de mais de mil pessoas, que annualmente vão buscar ao sobredito lugar o remedio dos banhos nelle existentes;—Por outra parte a distancia de cinco legoas por caminhos escabrosos e quasi inaccessiveis, que se contam do sobredicto lugar até á cidade de Silves, a cuja jurisdicção é pertencente, seguindo-se d'ella ficar o sobredicto lugar e serra d'elle, sem correição que cohiba as desordens e promova as utilidades publicas;—Por outra os abusos e desordens que a admi-

nistração da Justiça padece pelos conflitos de jurisdicção que no outro lugar de Moncarapacho se originam de pertencer a metade delle ao termo da cidade de Tavira, que é da minha coroa, a outra a metade ao termo da cidade de Faro, de que é donataria a Casa e Estado da Rainha, minha sobretodas muito amada e prezada mulher:—Pela outra parte o semelhante conflito de jurisdicções, que tem causado a grande visinhança, que ha entre Villa Nova de Portimão e a Villa de Alvôr, sendo a primeira da Minha Coroa, e a segunda do Estado da mesma Rainha, Minha sobretodas muito amada e presada Mulher—E querendo obviar a todos os sobreditos inconvenientes em commum beneficio dos Moradores das referidas terras de todo o Reino do Algarve e dos Meus Vassallos que nelle teem os seus interesses—Hei por bem e me praz compensar o sobredito Estado e Casa ordenando que o referido lugar de Moncarapacho fique inteiramente sujeito á jurisdicção da sua cidade de Faro; que os outros logares de Alte e Boliquême, até agora pertencentes á Minha Corôa, fiquem desde logo pertencendo á mesma Casa e Estado, e incluidos no termo e jurisdicção da outra cidade de Silves; que o outro notavel lugar de Lagoa seja erigido em Villa, com as mesmas honras, justiças e governo civil que até agora teve a Villa de Alvôr, tendo por termo Estombar e Mixilhoeira da Carregação até o lugar de Ferragudo e inclusivamente:—E Hei por bem e me praz que por effeitos das referidas compensações, revertendo a dita Villa de Alvôr para a Minha Corôa, seja abolida e reduzida a lugar do termo de Villa Nova de Portimão, e que o sobredito lugar de Monchique, revertendo tambem á Minha Corôa, seja erigido em Villa, como desde logo ficará por este erigida) assignando-lhe por termo a sua freguesia, com as do Alferce pelo Nascente, da Mixilhoeira grande e da N. S. do Verde e Marmelete, e pelo caminho de Villa Nova até o Moinho da Torrinha, ficando as duas legoas seguintes, desde a Estrada até

á Ribeira de Odelouca para a jurisdicção da referida Villa Nova de Portimão.

«E sou servido criar para o governo da mesma nova Villa um juiz de Fora e Orfãos, tres vereadores, um procurador do concelho, um escrivão da camara, que o será tambem das sisas, almotaçaria, e achadas, um escrivão do Publico Judicial e Notas, um escrivão dos Orfãos, todos da Minha nomeação e um alcayde da nomeação da referida camara, para que na sobredita Villa, novamente erecta, se possa administrar justiça e promover o bem commum ao serviço de Deus e Meu; ordenando, como por este ordeno, que com a denominação de Villa Nova de Monchique seja desde a publicação d'esta tida, havida e nomeada, e haja e tenha todos os privilegios de que devem gosar e gosam as outras Villas da comarca de Lagos, a que esta ficará pertencendo, sem differença alguma.

«Pelo que—Mando a todos os Tribunaes, Ministros, officiaes e Pessoas a quem este fôr mostrado, que d'aqui em diante cumpram e guardem inteiramente tudo o sobredito, sem duvida ou embargo algum, qualquer que elle seja, reconhecendo o dito lugar de Moncarapacho como integralmente comprehendido no termo da cidade de Faro; os outros logares de Alte e Boliquême como pertencentes ao termo da cidade de Silves; o lugar de Alvôr, que até agora foi villa, por pertencente ao termo de Villa Nova de Portimão; o lugar de Lagoa e o lugar de Monchique por Villas novamente erectas na sobredicta forma; e assim as nomeem e guardem aos Moradores dellas todos os privilegios, Franquezas, e Liberdades, que teem as outras Villas deste Reino e os moradores d'ellas; sem irem contra elles em parte ou em todo porque assim é minha vontade e mercê.—E quero e mando que este Meu Alvará se cumpra e guarde inteiramente como nelle se contem, sem duvida ou embargo algum.

«E para firmeza de tudo o que dito é ordeno á Meza do Desembargo do Paço lhe mande passar *Car-*

tas em dois differentes exemplares, que serão por mim assignados, passados pela Chancellaria e Sellados com o sello pendente d'ellas; a saber: uns delles para se guardarem nos Arquivos das mesmas Villas: outros para se remeterem á Torre do Tombo. E para que venha á noticia de todos — Mando ao Doutor João Pacheco Pereira do meu conselho e Desembargador do Paço, que serve de Chanceller-Mór destes reinos que faça estampar as ditas cartas logo que passem pela Chancellaria, e envie as copias d'ellas aos Tribunaes e Ministros a quem se costuma remeter as Minhas Leis para se observarem.

«Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 16 de janeiro de 1773. Rei, Marquez de Pombal. E em observancia do dito Meu Alvará pelos respeitos nelle declarados — Hei por bem e me praz que do dia da publicação deste em diante fique erecta em Villa o sobredito lugar de Lagoa com a denominação de Villa de Lagoa, e que por tal seja tida, havida e nomeada e que haja e tenha todos os Privilegios e Liberdades de que devem gosar e gosam as outras villas d'estes Reinos, concorrendo com ellas em todos os actos publicos e usando os Moradores da mesma villa de todos as distinções e preminencias de que uzam os das outras villas sem differença alguma.

«Pelo que mando a todos Meus Tribunaes, Ministros, Officiaes e Pessoas a quem esta *Carta* fôr mostrada que daqui em diante hajam o dito logar por villa de Lagoa, e assim a nomeem e lhe guardem e a seus Moradores todos os Privilegios, liberdades, que teem as outras villas destes Reinos, e os Moradoras d'ellas, sem irem contra elles em parte ou em todo porque assim é minha vontade e mercê — E quero e Mando que esta Minha Carta se cumpra e guarde inteiramente como nella se contem sem duvida ou embargo algum. E por firmesa de tudo a mandei passar por Mim assignada, passada pela minha Chancellaria e sellada com o sello pendente d'ella; a qual se remetera á Torre de Tombo, e do

theor d'esta se passou outra na mesma conformidade para se guardar no Arquivo da mesma villa para seu titulo E para que venha á noticia de todos —Mando ao doutor João Pacheco Pereira do meu Conselho e Desembargador do Paço que serve de Chanceller-Mór destes Meus Reinos que faça estampar a dita *Carta* logo que passe pela Chancellaria, enviando a copia d'ella aos Tribunaes, Ministros, a quem se costumava remeter as Minhas Leis para se observarem. Dado na cidade de Lisboa aos 18 de Fevereiro 1778. El-Rei. (Torre do Tombo. M. 7 de leis, n.º 116).» (K).

Dizem auctores varios que o Alvará referido fôra promulgado em odio á nobre familia dos Tavoras, que tinham em Alvôr o seu condado. E' possivel; apesar de nos parecer muito longo o tempo que decorreu desde o dia 13 de janeiro de 1759, em que D. Leonor, marquesa de Tavora, José Maria de Tavora, segundo filho da referida marquesa, capitão de dragões de Chaves e Luiz Bernardo de Tavora, marqués deste titulo, foram horrivelmente supliciados como réos da conjuração contra a pessoa do rei D. José I e 1778. No entanto é certo que todos os que se teem occupado deste assumto explicam aquelle Alvará como sendo redigido em odio aos Tavoras.

Em 1755 soffreu Alvôr os horrorosos effeitos do tremor de terra. Em capitulo distinto faremos a historia desse acontecimento que tanto mal causou a esta povoação. Ainda nesse tempo Alvôr tinha gente nobre que sustentava com as armas na mão as glorias da nossa patria.

E' desse tempo Caetano Pimentel de Vabo, natural de Alvôr e filho de Antonio Pimental do Vabo, capitão mór de Alvôr. Aquelle descendente da illustre geração dos Vabos, seguiu a profissão militar, e foi para o Brasil, onde faleceu no posto de tenente general.

Teve quatro irmãos, e estes foram offerecidos por Antonio Pimentel do Vabo a D. José para o serviço militar, e El-Rei D. José os mandou sentar

praça de cadetes, e offereceu ao generoso offertor duas almadravas em Lagos. Chamavam-se os cadetes, Rodrigo Pimentel do Vabo, Tristão Pimentel do Vabo, Affonso Pimentel do Vabo e Luiz Pimentel do Vabo.

Mais adiante tornaremos a falar d'estes benemeritos filhos da patria.

Seguiram-se os tempos calamitosos da *Invasão Franceza* e mais tarde a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel. A historia desses acontecimentos não está ainda feita com toda a critica. No nosso proposito só temos de mencionar os acontecimentos que tenham relação com Alvôr. Se a historia, porém, dos acontecimentos antigos é muito omissa em relação aos factos relacionados com uma dada localidade, omisso deveremos ser em relação aos acontecimentos de uma epoca proxima para não ferir susceptibilidades. No entanto não devemos guardar silencio naquelles acontecimentos que tiveram publicidade. Por occasião da *Invasão Franceza*, afora meia duzia de jacobinos, que pediam Napoleão como pão para a bôca, a provincia achava-se unida e batalhou patrioticamente em expulsar os invasores; mas na guerra entre D. Pedro e D. Miguel achava-se o Algarve, e todas as povoações que o constituiam, dividido e d'aqui o mal que desta guera resultou.

Na sua quinta, junto de Alvôr, encontrava-se o Dr. José de Almeida Coelho, cavalheiro dotado de um caracter extremamente bondoso.

Pertencia ao partido liberal. Foi avisado por amigos intimos de que se recolhesse a Lagos, nesse tempo em poder dos liberaes, pois que tinham presunções de que os guerrilhas o queriam assassinar. O bondoso cidadão, cuja consciencia o não acusava de qualquer acto, que merecesse a morte, não accedeu ao convite dos amigos, e deixou-se ficar na sua Quinta. Em 30 de julho de 1833 foi barbaramente assassinado pelos guerrilhas do Cabo de S. Vicente!...

Decorreram quatorze annos, e nos braços de sua mãe, na estrada de Portimão para Alvôr, no sitio dos Morticeiros, em julho de 1847, foi assassinado, pelos *Ricos Proprietarios do Algarve*, Manuel Aleixo, musico regimental; e os mesmos assassinos foram em seguida com toda a diligencia assassinar o Padre Prazeres, prior de Alvôr, que felizmente soube furtar-se ás suas pesquizas criminosas!...

Por isso bem disse Silva Lopes:

«Depois da convenção d'Evora Monte era de esperar que tivessem termo as calamidades que dilaceravam o paiz... Excessos se commetteram por alguns dos offendidos... Culpados e innocentes foram victimas de brutaes influencias: a voz da humanidade, da razão e da politica não foi ouvida por esses entes degenerados, que não escutam mais do que suas tresloucadas e ambiciosas paixões. Taes excessos e violencias crearam reações, e em 23 d'agosto de 1836 apparece em campo um dos cabeças... — José Joaquim de Souza Reis, mais conhecido pelo — *Remechido*».

Pertenceu por muitos annos a freguesia de Alvôr á comarca de Lagos; tendo sido, porém, criada a comarca de Portimão ficou Alvôr pertencendo a esta comarca.

Por carta regia de 18 d'agosto de 1898 foi dado ao ex.^{mo} sr. José Joaquim de Serpa, abastado proprietario e commerciante de Villa Nova de Portimão, o titulo de Visconde de Alvôr.

CAPITULO IX

Os terramotos do seculo 18.º

Dos tres tremores de terra succedidos no seculo 18.º um, em 6 de março de 1719, outro em 27 de dezembro de 1722, e o outro no 1.º de novembro de 1755, foi, sem duvida, este o mais destruidor. Como

a narração d'este fenomeno geologico vai desaparecendo da memoria dos habitantes d'esta provincia, vamos reproduzil-a, servindo-nos do *Corografia do Reino do Algarve*, onde se consignam os acontecimentos por occasião d'este tremor de terra, segundo uma relação do dr. Antonio Mauricio Sequeira, medico em Lagos, datada de 2 d'abril de 1757. Eis a relação:

«Pelas 9 horas e meia da manhã do 1.º de novembro, estando o dia claro e sereno como d'estio, vento N. O, ouviu-se um grande trovão; e logo, passados 3 ou 4 minutos, principiou a terra a tremer com grande violencia; o mar recolheu-se, em parte, mais de 20 braças, deixando as praias em seco; e arremeteu immediatamente para terra com tamanho impeto que entrou por ella dentro mais de uma legua, sobrepujando as mais altas rochas; tornando a retrair-se e a romper por tres vezes dentro de poucos minutos, arrastando no fluxo e no refluxo enormes massas de penhascos e edificios, e deixando por isso arrazadas quasi todas as povoações maritimas.

«Continuou a tremer a terra até 20 de agosto seguinte com poucos dias de interpolação, principalmente nos primeiros 5 mezes, e quasi sempre de noite, nos quartos de lua nova e velha. Os mais sensiveis tremores foram a 14 de dezembro, em junho pelo meio dia e a 14 de agosto pelas 3 horas da manhã. Morreram em todo o Algarve mais de mil pessoas, e muitas outras faleceram de feridas e consequencias dos incomodos.

«O mar sempre se observou, muitos mezes depois, com estrondo fóra do natural. Os ventos, que por então mais reinavam, foram sudoeste; e logo depois do terramoto oestes; seguiram-se grandes furacões, que causaram graves ruinas: um em 13 de janeiro de 1757 deitou abaixo a igreja de S. Pedro em Faro; e no convento do Cabo de S. Vicente caiu uma rocha, da uma para as duas da tarde, que matou algumas pessoas».

Por occasião daquelle tremor, o mar entrou 667 metros pela terra dentro e ficou rente com a povoação de Alvôr, que está sobre a rocha, a 66 metros de altura. Arruinou a Torre do Facho, fendeu a igreja paroquial, derribou dôse casas, matou apenas uma pessoa, e arruinou pelos alicerces, que ainda hoje apparecem, no fundo do rio em baixa-mar, a capella da Senhora da Ajuda, que ficava na praia.

Ouvimos em criança aos nossos ascendentes uma lenda respeitante áquelle terremoto em Alvôr, que aqui reproduzimos por vir a proposito. Avançava o mar para a povoação e toda a gente se arreceiava de que em breve momento elle engulisse a povoação inteira. Como é de suppôr, todos se recolheram ao templo, pedindo ao Senhor Jesus lhes acudisse; mas o mar continuava no seu avanço destruidor. Então um individuo, de uma força mais do que vulgar, lançando mão da grande cruz, onde estava pendente a Imagem do Senhor Jesus, tirou-a do altar, e correu á porta do templo, voltando a doce face do Martir do Golgotha para o mar que impetuosamente avançava. Diz ainda a lenda que o mar, como que arrependido, voltou atraz; e a povoação ficou salva e não foi engulida.

Ahi fica a lenda como a ouvimos a nossa mãi, que a repetia por a ter ouvido a sua tia, Ignez Bernarda Xavier de Athaide. Se assim o não entenderem, tomem a lenda como lenda.

Talvez se julgue algo exagerada a narração que deixamos reproduzida com relação ao tremor de terra de 1755. Não ha exagero. «No tremôr de terra que destruiu Lisboa, em 1755, a ondulação da terra avançava com uma rapidez de 2:490 metros por segundo — escreveu Reclus; este tremôr — acrescenta o mesmo, foi sensivel numa superficie de mais de tres milhões de quilometros quadrados.

«Muitas vezes — escreveu Arduin — os tremores de terra são acompanhados de fenomenos dinamicos, que revelam a enorme potencia da força a que são devidos: ás vezes, no momento do abalo,

abre-se o solo, apparecem subitamente rochas com grandes bocas e de muitas legoas d'extensão, que engolem tudo quanto existia na sua direcção, fechando-se depois com violencia e esmagando tudo quanto enguliram; da mesma maneira surgem ou desapparecem repentinamente algumas montanhas, do solo entreaberto jorram gazes, agua a ferver, e quantas vezes chamas!, o mar é revolvido; ferve e salta desenfreado fóra de seus limites e arremessa a alturas prodigiosas suas vagas com furia; finalmente os tremores de terra são bastantes vezes precedidos, acompanhados ou seguidos de ruidos extranhos, sinistros, ás vezes medonhos, e que parecem sair das profundidades do solo. *(A Religião em face da Sciencia,* vol. I, pag. 130).

O distinto escritor Reclus, refere-se áquelles ruidos, dizendo: «Os sons ouvidos nos tremores de terra excedem ás vezes pela sua violencia todos os ruidos conhecidos; ordinariamente comparam-nos a explosões de minas, a descargas de artilheria, aos estalos do raio, ao rolar de cadeias, ao trovão das cataratas, aos estalidos de massas de vidros partidos; misturam-se-lhes algumas vezes uivos, assobios, crepitações. Dir-se-ia — acrescenta E. Reclus, que nesta manifestação de uma potencia viva, quiz a natureza empregar todos os sons conhecidos do ouvido humano.

Evidentemente e segundo o que escreveram os geologos, o tremor de 1755 foi um dos maiores, que na Europa ainda se tem manifestado nos tempos historicos; e é de crer que o povo de Alvôr naquelle solemne momento se recolhesse ao templo, porque nenhuma impressão de medo indefinivel excede ao susto de um tremór de terra.

Humboldt explica essa impressão pelas seguintes palavras: O que nos surprehende — diz elle — é que nós perdemos de momento a nossa confiança innata na estabilidade do solo... O solo começa a tremer, este momento basta para destruir a experiencia de toda a vida. E' um poder desconhecido

que se revela subitamente; o socego da natureza não era mais do que uma illusão, e nós nos sentimos arrojados violentamente a um chaos de forças destruidoras». E nesse momento, os espiritos fortes e as almas crentes correm á igreja—acrescentamos nós, estribados naquelle adagio: — Só lembra Santa Barbara quando fazem trovões.

E para que não appareça ahi algum espirito forte que nos censure por fazermos aquella declaração, devemos informar que, por occasião do tremor de terra succedido em 12 de janeiro de 1856, foi encontrado, no alto da Praça de Loulé, um sujeito ajoelhado, resando em voz alta, e pedindo a Deus lhe perdoasse as asneiras que costumava vomitar contra a religião.

Este sujeito era o unico espirito forte d'aquelle tempo em Loulé. De outro sabemos nós que não saía de casa, ou a ella se recolhia, sempre que se lhe deparava pela frente algum gato branco!

Alem d'estes movimentos violentos e bruscos, a crosta do globo quasi que continuamente experimenta trepidações, oscillações, palpitações, quasi insensiveis e que revelam o seu estado de movimento continuo. Estes movimentos lentos e inoffensivos teem sido notados por toda a parte. Assim a Suecia se tem elevado pouco a pouco sobre o Ballico; o templo de Serapis foi construido proximo do mar, a alguma distancia da praia; e hoje as tres columnas que restam de pé, unicos vestigios d'esse monumento, atestam de uma evidente maneira as palpitações do solo nesse logar: estão essas columnas crivadas de buracos abertos pelas conchas marinhas até uma altura de 2 a 7 metros, porque o monumento estava mergulhado na agua do mar até aquella altura, elevando-se depois novamente. Este fenomeno dá-se egualmente no Algarve; e em Alvôr, é elle bem notado, como ainda a barlavento desta povoação. Silva Lopes na sua Corografia a pag. 238, referindo-se á Bahia de Lagos, escreveu:

«O mar tem engulido nesta costa, principal-

mente desde a Ponta da Piedade até á Ponta da Bandeira, não poucas varas de terra, de sorte que muitos dos armazens da ribeira já não existem; e a antiga fortaleza do Pinhão está hoje ilhada, de modo que entre ella e a nova passam lanchas grandes: no sitio chamado Chão Queimado tem o mar engulido em menos de trinta annos mais de trinta varas de terra».

Estacio da Veiga, em conformidade d'aquella exposição, vai mais longe e cita maior numero de casos em toda a costa do Algarve. Para o nosso intuito, basta o que elle escreveu em relação a Alvôr.

«Parta-se do rio de Alvôr para o flanco direito de Portimão—diz aquelle nosso benemerito patricio —e ahi, junto de Alvôr e dos Portimões, entre a Villa e o forte de Santa Catharina, achar-se-ão dilatados vestigios de arrazados edificios com tanques de salga de peixe, sepultados no mar e já a grande distancia da terra».

Tudo isto quer dizer que alem dos movimentos bruscos e repentinos que se teem dado nesta freguesia de Alvôr, outros movimentos da terra, insensiveis e inapreciaveis, se teem repetido, produzindo um abaixamento da crosta terreste. O mar, se não avança contra a terra bramante, ruidoso, e a galope, como em 1755, tende a absorvel-a insensivelmente, pouco a pouco.

Podiamos generalizar este fenomeno por toda a provincia algarvia, citando o que se passa em Quarteira, Loulé Velho, em Olhão, e na Villa de Santo Antonio de Arnilha, situada entre Cacella e Castro Marim, muito povoada no seculo XVI e já abandonada e em ruinas causadas pelo avançamento e invasão do mar; mas basta-nos citar os exemplos de Lagos e Alvôr.

Referindo-nos ainda aos terriveis effeitos do tremor de terra de 1755 no Algarve, pedimos aos leitores licença para traduzir parte de um famoso capitulo devido á penna de um sabio geologo no li-

vro *Algarve*, livro approvado e impresso pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Diz Carlos Bonnet.

«Do tremor de terra de 1755 resultaram dois effeitos: um occasionado pela oscillação da terra, o outro devido á erupção das aguas do mar. Aquella oscillação fez-se principalmente notar nas localidades onde existiam rochas plutonicas e sobretudo nas linhas compostas de rochas balsaticas; os terrenos revolvidos por estas rochas soffreram muito. Assim a maior parte das povoações construidas sobre terrenos chistosos escaparam aos effeitos do terramoto, ao passo que as edificadas sobre terrenos plutonicos ou balsaticos foram em grande parte destruidas .. Perto da Raposeira, as habitações edificadas sobre os schistos escaparam, ao mesmo tempo que as outras muito perto, mas edificadas sobre basaltos, aluiram.

«O effeito produzido pela erupção das aguas foi enorme em toda a costa algarvia, e em muitos portos do seu mar. Rompiam do seio do mar vagas de 60 pés de altura, e cobriam repentinamente as praias e faziam refluir as aguas dos rios e das ribeiras. Estas vagas destruiram tudo que encontraram; os portos do mar muito soffreram porque as areias, levantadas pelo impulso enorme das ondas, encobriram os portos e os inutilizaram. Assim Aljesur, Odesseixe, Lagos e Alvôr ficaram com os seus portos e os seus rios amontoados de areias.

«Depois desta enorme oscillação, a terra continuou a tremer, com pequenos intervallos, durante muitos mezes e até quasi um anno, sendo destes tremores parciaes o de 14 de agosto de 1756 o que mais desastres causou.

E termina o mesmo geologo:

«*Tout nous montre que les causes qui produisent les tremblemens de terre et aussi les soulevements, ne sont pas anéantis, et que d'un jour á l'autre, le tout ou une partie de notre planéte peut-etre considérablement modifiée.*

CAPITULO X

O Povo de Álvôr

§ 1.º

Neste capitulo consignamos as informações que foram publicadas em alguns *dicionarios* de mais nomeada e em algumas *Corografias* referentes ao povo e freguesia de Alvôr. O mais antigo que conhecemos é o *Glossario do Reino do Algarve*, manuscrito do anno de 1557, e devido á pena de João de S. José. Já citamos os dizeres deste auctor, quando escrevemos ácerca dos Fenicios, e vamos em seguida reproduzir o que elle escreveu em especial de Alvôr:

«Nesta villa (Alvôr) falleceu D. João, 2.º deste nome, e o decimo terceiro entre os nossos Reys de Portugal, a 18 de outubro de 1495, porque como causa da enfermidade fosse ao Algarve e aos banhos de Monchique e se sentisse que lhe não aproveitavam passou-se a esta villa de Alvôr por conselho dos Medicos, onde a poucos dias falleceu como tenho dito. No rio de Alvôr entram náos e navios carregados té á villa com preamar».

Diz muito pouco, como os nossos leitores vêem.

Dos antigos dicionarios sómente podémos ler os que passamos a citar: *Dicionario* Geografico de P. Luiz Cardoso, publicado em 1747. Diz:

«Alvôr, em latim Albor. Villa antiquissima no Reino e Bispado do Algarve, comarca da cidade de Faro, em altura de trinta e sete graus de Latitude e nove graus e quarenta e dois minutos de Longitude. He terra das Rainhas e tem cento e setenta e dois fogos. Está situada em huma collina pouco elevada, que olha ao Meio dia; e he lavada de todos os ventos, e por isso a povoação mais sadia deste Reyno. Logra huma bella vista, e se estende até o rio Salgado, que a cerca por todo o lado Occidental. D'aqui se avista huma formosa bahia no mar Atlan-

tico, e toda a povoação de Brigo, a que chamão Lacobriga, é hoje cidade de Lagos, da qual dista huma legoa ao Nascente, e se estão aqui ouvindo os seus sinos, e della a divide o rio, que se passa em barcos.

«Attribue-se a fundação de Alvôr a Annibal, cartaginez, primeiro do nome, quatrocentos trinta e seis annos antes da vinda de Christo; chamou-se então Porto de Annibal; o de Alvôr lhe poserão os mouros, quando o dominárão. No anno de 1189 a conquistou D. Sancho I de Portugal, mandando-a povoar de novo. Hé cabeça de condado, mercê do Senhor Rei D. Pedro II a Francisco de Tavora, filho de Antonio de Tavora, 2.º Conde de S. João, chefe desta illustre e antiga familia, e da Condessa D. Arcangela de Noronha.

«Esta villa foi primeiro edificada junto ao rio, no sitio a que hoje chamão *Villa Velha;* não podemos apurar a causa por que se passou para o que hoje tem. Nella houve uma fortaleza muito forte, de que ainda no tempo presente se achão alicerces velhos, e se tirarão algumas vezes debaixo da terra caldeiras, potes e outras cousas, de que se infere com evidencia estar ali povoação, e muitas pedras lavradas, de que se valem para portaes, e outras obras.

«Hé Alvôr villa sobre si, com seu Termo, que se não estende a mais de meia legoa. Parte ao nascente com o de Villa Nova de Portimão; ao Norte e Poente com o dilatado termo da Cidade de Silves. Neste pequeno termo tem Alvôr em sua freguesia hum Logar chamado Montes Debaixo, menos de meya legoa de distancia á parte do Norte.

«A Igreja Paroquial está separada do povo á parte do Norte a pouco espaço; he o seu Orago o Salvador; ha na Igreja, alem do altar mayor onde está o Santissimo Sacramento, cinco capellas. Na collateral da porta da Epistola está o Senhor Jesus cruxificado, e logo a Senhora do Rosario em sua Capella, a que se segue a de São Miguel com as Almas. Da parte do meyo dia fica em huma collateral

Santo Antonio, e logo em outra Nossa Senhora da Conceição. Hé Igreja de tres naves, cada uma de quatro arcos. Ha nella as Irmandades do Santissimo Sacramento, e da Senhora do Rosario, e as Confrarias de N. S. da Conceição, Senhor Jesus, Santo Antonio e S. Miguel com as Almas.

«Hé priorado de concurso, e a collação alternativa dos Prelados, com Sua Santidade; a renda hé incerta, porque no *centum prò Rectore,* tendo das Mesas da Mitra, e Cabido um moyo cincoenta e cinco alqueires de trigo e cincoenta e sete almudes de mosto, tem tambem algumas miuças, que são incertas, e em termo, tão pequeno e pobre, muito escassas. Tem uma pobre casa de Misericordia.

«Ha na Freguesia cinco Ermidas, que são: Nossa Senhora dos Prazeres, no corpo da Villa; e fóra della, S. João Baptista, S. Pedro, S. Sebastião, e junto á barra, e embarcadouro para Lagos, está a Ermida de N. S. da Ajuda, em distancia de 500 passos da Villa, aonde concorrem muitos naturaes, principalmente aos sabbados, a agradecer á Senhora os favores recebidos, e a pedir outros de novo.

«São os fructos da terra: uvas, figos, sumagres, trigos e algum milho, mas com pouca abundancia, suposta a pequenez do Termo.

«Tem esta Villa Juiz Ordinario, Senado com tres vereadores, Procurador do concelho, e Escrivão da Camara, dois tabelliães do Judicial e de Notas, e Escrivão dos orfãos, Alcaide e Porteiro. Tem alguma nobresa. Nesta Villa ha os privilegios de Cavalheiros Africanos como uma omenagem concedida aos algarvios, e poderem advocar para o seu natural as suas causas.

«Não ha nesta Villa fonte alguma, mas só tem dois poços de muito boa agoa, em distancia de 400 passos fora da Villa para a parte do Meio dia, junto á estrada que corre de Villa Nova para Lagos; não se seccão; e hé a agua do poço de baixo tão excellente, que se reputa a melhor das do Algarve; pois é proveitosa aos gotosos, faz lançar a pedra e as

areias, e livra de carnosidades, e d'ella bebe grande numero de achacados d'estes males em Villa Nova.

«Em distancia de hum terço de legua, para o Poente, tem esta Villa huma pequena barra toda de arêa, que faz do Sul ao Norte sua entrada, a qual em muitos invernos se perde, e muda a outras bandas; tem em maré cheia duas braças de fundo, e em baixa mar se duvida. Por esta chamada barra entrão as aguas salobras; e chegando a esta Villa, que ao Poente vão cercando, sobem acima d'ella direitas ao N. meya legua, aonde o duque de Cadaval tem boas marinhas, pertencentes com a barca da passagem, forno, e pescadinho ao Reguengo; que tudo rende ao dito Senhor seis centos mil reis. Hé navegavel este braço do mar só de embarcações do lote de vinte moyos; he abundante de mariscos pequenos, principalmente ameijoas, de que cria quantidade; tanta, que para Lagos, Mexilhoeira, Villa Nova e Ferragudo, vão todos os dias mais de 10 cargas, advertindo que no lugar em que de manhã se tiram, se colhem outras tantas de tarde, e se julgam inextinguiveis. Tem bastante peixe miudo, e algum grosso, conforme succede entrar por sua pequena barra, que se não facilita a embarcações mayores, e por isso se não fazem neste porto carregações, nem ha Alfandega, ou casa de direitos, e só ha huns rendeiros de umas meias sizas, pertencentes huma á Rainha, e outra ao Duque de Cadaval. Ha 7 ou 8 bateis de pescar com suas redes, e linhas, e o fazem com mais proveito fóra da barra, d'onde trazem bastante pescaria, principalmente sardinha.

Entrão neste braço de mar, de N. a S, tres ribeiras pouco caudalosas, huma a de Santo Ildefonso, outra a da Torre, e outra com mais agua, a de Odiexere; todas nascem na Foya, serra mais alta de Monchique, que dista d'esta Villa ao N. quatro leguas.

«Não hé murada, nem tem praça de armas; mas tem seu Capitão mór, Sargento mór e uma

Companhia, com seu Capitão de Ordenanças, das de mar, outra dos homens de terra, e outra de cavallos, para rondarem nas prayas.

«Ha nesta Villa Castello com torre, e plataforma abatida, e muito arruinada. Foi obra de D. Diniz que mandou guarnecer de grossa artilharia, para defender a Villa, rio, e costa. Tem cinco peças de ferro, e sino, que serve nos rebates. Assistem na mais desamparada costa do Algarve, que dista d'esta Villa quatro centos passos largos ao S., dois mezes de verão, tres postos, cada um com tres vigiadores, e no Castello outro com o mesmo numero de gente, e tudo he necessario para defensa dos piratas, que continuamente infestam este sitio.

«O Senhor Rei D. João II, vindo tomar banhos ás Caldas, que estão na lomba da serra de Monchique, se recolheo a esta Villa, e nella faleceu no anno de 1495, nas casas, que, naquelle tempo, erão do Alcaide mór della, e ainda á rua em que ellas estavam se chama a rua do Paço, e esta morte fez esta Villa de celebre memoria.

§ 2.º

—Existe arquivada na Torre do Tombo uma informação do paroco de Alvôr — Dionisio Francisco Vidal, datada de 20 de Abril de 1758, onde este padre informa, que Faria e Souza refere que a villa de Alvôr já era illustre antes da vinda de Christo, e bem se verifica esta verdade pela honra que lhe fez o Senhor Rey D. João II, indo nella assistir, quando dizem viera ás Caldas de Monchique, e sem embargo de que o decurso de tanto tempo tenha totalmente arruinado o Palacio onde o dito Senhor assistiu, comtudo ainda hoje ha delle vestigios.

«Foy a dita villa dos Senhores Reys passados, e consta que o Senhor Rey Dom João terceiro no anno de 1550 doou esta dita villa e sua alcaidaria mór com outras terras á Senhora Rainha D. Catarina, sua mulher, as quaes se tinham promettido em

dote á Senhara Rainha D. Leonor, Mãe do dito Senhor, e o Senhor Rey D. João IV fez a mesma doação da dita alcaidaria mór á Senhora Rainha D. Luiza, em 10 de janeiro de 1643, e esta Senhora fez doação da dita alcaidaria mór a D. Sancho de Noronha, seu mordomo mór, cuja doação feita em 9 de setembro de 1651, e em 21 de abril de 1653, tomou homenagem da mercê que a dita Senhora fez da dita alcaidaria a D. Francisco de Faro, conde de Odemira, o qual alcançou mercê da dita Senhora, para poder nomear a dita alcaidaria mór em uma vida, na pessoa do seu filho natural, chamado tambem D. Francisco de Faro; e com effeito approvou a dita Senhora a nomeação em 1 de junho de 1661 de que pagou de novos direitos 70:000 reis e se tomou posse d'ella por procuração o ex.^{mo} duque de Cadaval como tutor e administrador do dito D. Francisco de Faro, o qual depois se recolheu para a religião dos frades Hieronimos, onde falleceu. E foi esta mercê da dita alcaidaria mór pela Senhora D. Maria, Princeza, feita a D. Estevão de Faro, irmão do dito D. Francisco de Faro, filho natural do outro D. Francisco de Faro em 17 de junho de 1655, cuja alcaidaria mór perdurou até o anno de 1675, em que falleceu; e se tomou posse por parte da dita Senhora Princeza, a qual a doou em 13 de janeiro de 1676 a D. Nuno Alvares Pereira, duque de Cadaval, em cuja casa tem permanecido até ao presente. Consiste o rendimento desta alcaidaria em umas marinhas de sal, umas terras, que chamam de reguengo, um forno de cozer pão, uma dizima do pescado, a barca de passagens do rio, e a portagem e o relego e esta alcaidaria rende 500:000 a 600:000 reis annualmente.

«Tem esta villa em si e no seu termo 226 fogos; pessoas maiores 757, e menores 135, e todos fazem o numero de 892.—

«Tem esta villa dentro de si a ermida de N. S. dos Prazeres, que é o Corpo Santo dos homens do mar d'ella; pela parte do Nascente, pouco fóra da dita villa, a de S. Pedro, e da parte do Sul, na mes-

ma distancia, a do S. João Baptista. Não acode a nenhuma d'ellas romagem alguma, o que é bem mais frequente na ermida de N. S. da Ajuda, na Praia da dita villa, junta, junto da barra d'ella, a qual com esmolas que do Ultramar lhe mandam e com as esmolas que lhe davam alguns romeiros, se achava com limpeza e acrescentamento.

« Pelo terramoto de 1755 a arrancou o mar do seu fundamento, de sorte que ainda hoje se não pode saber com certeza o lugar certo onde foi e estava a dita ermida, sem que até ao presente se podésse descobrir e achar a imagem da dita Senhora, sem embargo de muitas e grandes diligencias que se teem feito, o que tem causado grande magua nestes moradores e nos povos mais vizinhos.

«Nos nossos tempos houve um Francisco Soares de Oliveira Pacheco, que falleceu na Praça e villa de Sagres, ao cabo de S. Vicente, Mestre de Campo, e nella governador, no anno de 1729, soldado ainda das guerras que se moveram da aclamação do Senhor Rei D. João IV, em as quaes fez serviços muito avultados, recebendo em a batalha de Montes Claros tres balas de mosqueteiro, sem se retirar d'ella; em a mesma batalha tinha tambem irmãos que serviam de capitães de infanteria e dos mesmos consta por papeis authenticos sentenciados na Relação no anno de 1717 que um seu bisavô, natural desta villa voluntariamente com cavallos, armas e criados, acompanhara o Senhor Rey D. Sebastião na primeira e segunda jornada de Africa, e na batalha ficou cativo e se resgatou por outro seu bisavô que governava Villa Nova de Portimão, os quaes descendem da geração dos Pachecos, de cujas armas uzam os seus descendentes: comprova-se o ter havido homens bons nesta villa pello numero grande de campas que ha nesta egreja com letreyros, entre os quaes está uma de desmarcada grandeza com um letreyro que diz assim — Aqui jaz o grande Alvaro de Athaíde, pai de Tristão de Athaíde — porem não se sabe quem fossem estes homens nem de que fa-

milia procedem, e menos as mais sepulturas pelo que se suppõem muito antigas. Na capella de N. S. do Rosario estão umas armas da familias dos Cunhas Costas, que dizem proceder desta villa, e desta descendencia ha em a cidade de Lagos e em a de Faro homens de muita distinção e do habito de Christo. —

«Foi o terramoto de 1755 que acabou de todo com o castello. — »

§ 3.º

A *Corografia do Reino do Algarve* por Silva Lopes diz:

— Aldeia grande e rica, situada em um alto quasi á margem esquerda do rio do mesmo nome, onde mais provavelmente se julga ter sido *Portus Annibalis*. Foi povoação de grande importancia com castello forte, tomado aos Mouros por El-Rei D. Sancho I em 1199 e depois por D Affonso III em 1250. Varios e differentes privilegios foram concedidos aos pescadores do seu concelho (1). Por alvará de 20 de julho de 1378 passou ao termo de Silves (2); feita villa por carta de 28 de fevereiro de 1495 (3), e por outra de 28 de dezembro de 1498 foi desanexada desse termo (4). Nella veiu fallecer D. João II a 25 de outubro de 1495, tendo-se agravado a molestia nas Caldas de Monchique, aonde havia ido. Filippe I lhe concedeu poder usar do foral de

---

(1) Por carta de 15 de maio de 1313 — Ter alvasis e alcaides por si e para si como os de Lagos; metade da renda da barca; o rocio; as aguas e caminho para elle como tinham em outro tempo. L. 3 de D. Diniz, f. 38. Que não paguem para atalaias, nem para ajuda da terra, no concelho de Silves. Que nomeiem juizes e tenham jurisdição sobre si. (Dicta L. f. 83 — C. de 5 de maio de 1358.

(2) L. 2 de D Fernando f. 32.

(3) L. 1 do Guad. f. 3 v.

(4) L. 5 do Guad. f. 3.

Silves (1). Erigida em condado por alvará de 4 de fevereiro de 1683 a favôr de D. Francisco de Tavora, com cuja casa feneceu (2). Por alvará de 15 de Janeiro de 1773 foi reduzida a aldeia, e unida ao Compromisso de Portimão. Composta quasi toda de pescadores, os quaes com tres artes e algumas lanchas fazem a mesma pescaria que os de Lagos. Tiveram seu Compromisso na Ermida de N. Senhora dos Prazeres; hoje estão encorporados no de Portimão. Pelo terramoto cairam 12 casas de 190 fogos que contava; a igreja teve algumas rachaduras; morreu uma pessoa; o mar entrou 300 braças pela terra dentro, ficando rente com a povoação, que está em 30 de altura sobre rocha; levou pelos alicerces uma ermida de N. S. da Ajuda, que havia na praia, junto á barra, não deixando, sequer, vestigios de seus alicerces: até do ultramar vinham avultadas esmolas para esta ermida, e concorriam em romaria muitas pessoas. Tambem ficou de todo arruinada a torre da vigia chamada o *Facho* edificada sobre uma grande rocha que principia á E. da barra.

«A igreja da freguesia é um templo bonito e acêado; nelle se veem muitas campas de sepulturas com letreiros antigos, entre ellas uma de desmarcada grandeza, que diz=aqui jaz o grande Alvaro de Ataide, pai de Tristão de Ataide=Na capella de N. S. do Rosario estão umas armas das familias dos Cunhas Costas, oriundos desta antiga Villa.

«O seu pôrto foi um dos principaes do Algarve, formado pelo rio que corre ao Sul da povoação em direitura a E. até ali, e depois toma ao N.: nelle entravam embarcações até 8 mil arrobas, que saiam carregadas com os fructos do paiz; ficou obstruido com as areias pelo terramoto, e hoje apenas dá entrada a pequenas. A praia é toda limpa; a E. prin-

(1) Doc. Illust., n.º 1.
(2) Genealog. dos Grand. de Port., pag. 225.

cipia a grande rocha em que estava a torre do *Facho*. Pertence este porto á alfandega de Portimão. Na margem do rio ha famosas marinhas anteriores á fundação da monarquia; pois já na carta de privilegios de 15 de maio de 1314 ordena El-rei D. Diniz — *que se venda aos moradores o sal que elles precisarem, se elle mandar adubar as marinhas velhas.* — Na doação que El-Rei D. Affonso V faz por carta de 18 de dezembro de 1451 a Alvaro de Ataide inclue não só a dizima do pescado, portagem de mar e terra, foros das azenhas, serviço novo e velho dos judeus, foros, moinhos, casas, vinhas, barca de passagem, mas tambem as marinhas, como se vê da L. 1 de Guad., f. 74 v. Em outra de 6 de novembro de 1437 concede D. Manuel a Nuno Friz de Ataide fazer marinhas nos sapaes. (L. 5 de Guad. a f. 64 v.)

Tem Alvôr excellentes ostras e ameijoas.

«Tem barca, ainda de donatario, para a passagem das pessoas que veem de Lagos na vazante da maré, tendo de passar pouco antes a vau o regato, que é outro braço, muito perigoso quando a barca não acode logo e a maré vai enchendo; porque então ficam entaladas entre este e o rio, pelo que já tem morrido algumas afogadas. Seria util fazer uma ponte que evitasse a barca, ou antes duas: uma no sitio do vau para a Quinta da Rocha, outra d'esta para Alvôr.

«A pouca distancia, a N. E., fica outra aldeia denominada Montes de Alvôr, cujos habitantes se dão só aos trabalhos ruraes. O terreno de toda a freguesia está bem cultivado e aproveitado; tem os mesmos fructos que Portimão; porém melhores hortaliças por causa da abundancia das aguas, que aqui são excellentes, ainda que de poços.

«Confina a freguesia com Odiaxare a O, Mexilhoeira a N, pelos sitios de Alcalá e Rio, com Marmelete a N. E, pela Dobra e ribeira do Verde; Portimão fica a E. pela Donalda e João das Donas, e mar ao S.»

§ 4.º

No *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal encontra-se o seguinte artigo:

— Alvôr, *villa*, Algarve, comarca a 6 quilometros de Lagos, concelho de Villa Nova de Portimão, 50 de Faro, 235 S. de Lisboa, 450 fogos, 1.800 almas, em 37º de latitude, 9 e 12 de longitude.

«Bispado e distrito administrativo do Algarve (Faro). Orago S. Salvador.

«E' situada em uma collina pouco elevada, proximo á foz do rio do seu nome, com um pequeno porto, que só tem fundo para hiates, e está defendido por um castello.

«Tem Misericordia pobre. E' muito fertil, e tanto a costa como o rio produzem muito peixe. E' terra de muito commercio.

«Foi fundada por Annibal (o mais antigo) 436 annos antes de Jesus Christo e foi cidade muito importante na antiguidade.

«Não se pode affirmar que nome lhe deram os carthaginezes, porque, é verdade que alguns auctores dizem que lhe chamavam *Porto de Annibal,* mas outros opinam que *Porto de Annibal* seja a actual Villa Nova de Portimão. Tambem ha quem diga que Alvôr é a *Lacobriga* dos romanos; mas parece mais certo ser *Lacobriga* a actual cidade de Lagos ou proximo d'ella. O padre Salgado (*Mem. Eccles.* do Alg.) sustenta com bons fundamentos que foi Alvôr Porto de Annibal, ou *Portus Annibalis* dos antigos.

«Os arabes, apossando-se d'esta povoação em 716, lhe deram o nome de *Albur*, que significa *campo ineulto*, donde provem o nome actual.

«D. Sancho I a tomou aos Mouros, em 1189, mandando-a então povoar; mas perdeu-se em 1191 (*Vide Almada),*

«D. Affonso III retomou-a em 1250. Pelos annos de 1300 D. Diniz lhe reedificou o castello. Teve

conde. Foi D. Pedro II que fez primeiro conde de Alvôr a Francisco de Tavora (filho do conde de S. João da Pesqueira, o primeiro marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavora) em 4 de fevereiro de 1683, quando D. Pedro ainda era regente. Findou este titulo em 1759.

«Tem uma nascente d'aguas sulfurosas com estabelecimentos para banhos.

«D. João II, tendo sido envenenado por seus inimigos, veiu a esta villa fazer uso das aguas a ver se se curava; mas aqui morreu a 25 de novembro de 1495. Morreu no paço do alcaide mór, na rua por isso chamada do *Paço*.

«(E' mais certo vir o rei para os banhos de Monchique e que de lá viesse para esta villa onde morreu).

«Tem marinhas de sal, que produzem muito deste genero: são mais antigas do que a monarquia. Era da *casa das rainhas*.

«E' terra muito saudavel. Passa-lhe a O. o rio Salgado. Desta villa se vê a linda bahia de Lagos, a 6 quilometros de distancia.

«O primeiro assento desta villa foi junto ao rio, onde por isso ainda se chama *Villa Velha*. Não pude saber por quem nem quando se mudou para o actual sitio.

«Pelo terremoto cairam 12 casas (de 160 que então tinha) e a igreja tambem soffreu bastante. Morreu uma pessoa. O mar entrou 667 metros pela terra dentro, ficando rente com a povoação, que está em 66 metros de altura sobre a rocha. Levou pelos alicerces a capella de N. Senhora da Ajuda, que havia na praia, junto á barra, não deixando della o minimo vestigio. (Esta Senhora da Ajuda era muito da devoção dos povos do Algarve).

«Tambem ficou de todo arruinada a torre de vigia ou atalaia, chamada *Facho,* edificada sobre uma grande rocha, que principia a E. da barra.

«A matriz é bonita e aceiada. Nella se veem muitas campas com inscripções antigas, entre ellas

uma de desmarcada grandeza, que diz: = *Aqui jaz o grande* Alvaro de Athaide, pae de Tristão de Athaide.

«Na capella da S. do Rosario estão as armas dos Cunhas Costas, oriundos desta villa.

«Houve aqui uma grande fortaleza, da qual ha ainda alguns vestigios; e têm apparecido no sitio occupado por ella pedras lavradas e muitos objectos de metal.

«Não tem agua na villa e só dois poços fora della, de muito boa agua. A' do poço de baixo se atribuem muitas virtudes medicinaes.

A' distancia de 2 quilometros, para O., tem esta villa uma barra, toda de areia, que por isso se muda frequentes vezes. Por ella entra um braço de mar, que cerca a villa pelo O., e sobe acima tres quilometros, onde ha as salinas (que eram do duque de Cadaval). E' navegavel para barcos de pequeno lote e cria muito marisco, sobre tudo enorme porção de ameijoas, que se exportam. Traz tambem bastante peixe.

«Entram neste braço de mar tres pequenos ribeiros (Santo Ildefonso, Torre e Odiaxere). Todos nascem a 24 quilometros da villa, na Serra da *Foya*.

«D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 13 de dezembro de 1515. Filippe II lhe deu um alvará para esta villa usar do foral de Silves (Está no livro 10.º da chancellaria deste usurpador, a fl. 281).

«Ha uma provisão de D. João V, de 14 de dezembro de 1715, facultando ao duque de Cadaval o poder vender o sal das suas marinhas de Alvôr, sem embargo das disposições do foral. (Liv. 44 da chancellaria de D. João V, fl. 37).

«Varios privilegios foram concedidos aos portuguezes que vieram povoar a villa. Por carta de 15 de maio de 1313 lhes concedeu D. Diniz, alvazis e alcaides privativos, como os de Lagos; metade da renda da barca; o rocio, as aguas e caminho para ellas, etc., etc., e por alvará de outubro do mesmo anno, que não paguem para atalaias, nem para aju-

da da terra do concelho de Silves; que nomeiem juizes e tenham jurisdicção independente. (Carta de 5 de Abril de 1358; Liv. 3.º de D. Diniz, fl. 86, idem fl. 88. Liv. 1.º de D. Pedro I, fl. 37.

«Por alvará de 20 de julho de 1378 passou a ser termo de Silves. Foi feita villa por Carta de 28 de fevereiro de 1495 (Liv. 1.º do Guad. fl. 3 v.), e por outra de 28 de dezembro de 1494 foi desanexada do termo de Silves.

«Por alvará de 16 de janeiro de 1773 foi reduzida a aldeia e unida ao concelho de Portimão, só pelo facto de ser condado dos Tavoras, mas continuou a ser considerada villa por muito tempo.

«Na carta de privilegio de 15 de maio de 1314, manda D. Diniz, *que se venda aos moradores o sal de que elles precisarem, se elle mandar adubar as marinhas velhas.*

«Na doação que D. Affonso V fez, em 18 de dezembro de 1451, a Alvaro de Athaide, incluia, não só o dizimo do pescado, portagem de mar e terra, foros das azenhas, *serviço novo e velho dos judeus,* foros, moinhos, casas, vinhas e barcas de passagem, mas tambem as marinhas.

«Em outra, de 6 de novembro de 1497, concedeu D. Manuel a Nuno Friz de Athaide fazer marinhas nos sapaes.

«E' quasi toda composta de pescadores. O seu porto foi um dos principaes do Algarve, formado pelo rio que corre ao S. da povoação em direcção a E., até ali, depois toma ao N. Nelle entravam embarcações de 8000 arrobas de tonelagem, que saiam carregadas com as producções do paiz. Ficou obstruido com as areias, pelo terremoto, e hoje só dá entrada a barcos pequenos. A praia é toda limpa. A E. principia a grande rocha em que estava a torre do *Facho.* Este porto pertence á Alfandega de Portimão.

«Em 3 de junho de 1189, uma esquadra de *cruzados,* composta de 55 naus de guerra, atacou, tomou e destruiu o castello de Alvôr (que era dos

mouros), matando 5:600 pessoas de todos os sexos e idades, que estavam na villa, commettendo toda a casta de barbaridades e roubando tudo. Este facto teve logar quatro semanas antes de entrar em Lisboa outra frota de cruzados (36 naus) com que D. Sancho I tomou Silves.

«No rio ha excellentes ostras e ameijoas.

«Proximo ao N. E. fica a aldeia de *Montes de Alvôr,* de lavradores. E' abundante de boas agoas (de poços) e fertil. Produz muita e boa hortaliça».

.....

O artigo transcrito tem algumas inexactidões, que no decurso deste livro emendaremos. Alvôr não é villa, foi.

§ 5.º

Finalmente o *Diccionario-Portugal,* o mais moderno de todos os dicionarios, pois tem a data de 1904 dedica um curioso artigo com relação a Alvôr, no qual comprehende tudo que os seus antecessores escreveram e acrescenta novas informações. Eil-o:

— «Alvôr — Villa e freg. de S. Salvador, da prov. do Algarve, conc. e com. de Villa Nova de Portimão, districto de Faro, bisp. do Algarve. 3014 hab. e 538 fog. Dist. 5 quilometros da sede do conc. e está situada numa collina pouco elevada, proximo á foz do rio do seu nome, com um pequeno porto, defendido por um castello. E' pov. muito antiga e querendo alguns que fosse fundada pelos carthaginezes, sendo cidade muito importante. Diz a tradição que os carthaginezes lhe deram o nome de *Porto de Annibal,* mas tambem ha quem pretenda que *Porto Annibal* seja a actual villa de Portimão. Os arabes apoderaram-se desta povoação e chamaram-lhe *Albur*, que significa campo inculto, donde procede o actual nome de Alvôr.

«Consta que tinha então um forte castello que foi tomado e arrazado pelos cruzados numa armada que appareceu ali em junho de 1189. Depois, ainda

no mesmo anno, D. Sancho I o tomou com o auxilio d'outra armada de cruzados e mandou-a povoar, mas em 1191 os mouros tornaram a recuperal-a. D. Affonso III, em 1250, é que novamente a conquistou. D. Diniz, pelos annos de 1300, reedificou-lhe o castello. Na sua primitiva, Alvôr foi fundada junto ao rio, onde ainda se chama a *Villa Velha*.

Muitos previlegios foram concedidos aos portuguezes que vieram povoal-a. Por carta de 15 de maio de 1313, D. Diniz lhe concedeu alvarás e alcaides privativos, como os de Lagos; metade das rendas da barca, o rocio, as aguas e caminhos para ellas, etc., e por alvará de outubro do mesmo anno *que não paguem para atalayas nem para ajuda da terra de Silves*. Por carta de privilegio de 15 de maio de 1314 manda D. Diniz *que se venda aos moradores o sal de que elles precisarem, se elle mandar adubar as marinhas velhas*. Por carta de 5 de abril de 1358 D. Pedro I concedeu-lhe que nomeiem juizes e tenham jurisdicção independente. Pelo alvará de 20 de julho de 1378 ficou sendo do termo de Silves. Na doação que D. Affonso V fez em 18 de dezembro de 1451 a Alvaro de Athaide incluia não só o dizimo do pescado, portagem do mar e terra, foros das azenhas, *serviço novo e velho dos judeus*, moinhos, casas, vinhas, barca de passagem, mas tambem as marinhas. A carta de lei de 28 de fevereiro de 1495 lhe deu foros de villa. El-Rei D. Manuel em 6 de novembro de 1497 concedeu a Nuno de Athaide fazer marinhas nos sapaes; na carta de 28 de dezembro de 1498 lhe deu foral em Lisboa. Filippe II passou um alvará para que esta villa usasse do foral de Silves. Ha uma provisão de D. João V com a data de 14 de dezembro de 1715 em que faculta ao duque de Cadaval o poder vender o sal das marinhas de Alvôr sem embargo das disposições do foral.

D. Pedro II, ainda regente, creou o condado d'Alvôr, agraciando com este titulo Francisco de Tavora, filho do 2.º conde de S. João, e sobrinho do

1.º marquês de Tavora — Luiz Alvares de Tavora. Foi o 1.º conde de Alvôr. Este titulo terminou em 1759, juntamente com o do marquês de Tavora pela acusação que sobre esta familia recaiu e que levou ao patibulo o 3.º e ultimo marquês — Francisco de Assis, em Belem, no 13 de janeiro daquelle anno.

O terremoto de 1755 causou graves prejuizos á villa de Alvôr; o mar, entrando impetuosamente pela terra dentro, arrebatou pelos alicerces a capella de N. S. da Ajuda, que existia na praia, não deixando o menor vestigio. A torre de vigia, chamada o *Facho,* construida sobre uma grande rocha, tambem ficou toda arruinada. Pelo alvará de 16 de janeiro de 1773 a villa ficou reduzida a aldeia e unida ao concelho de Villa Nova de Portimão, só pelo facto de ter sido condado dos Tavoras, mas continuou a ser sempre considerada geralmente como villa.

Foi em Alvôr que falleceu a 25 de outubro de 1495, no paço do Alcaide mór — D. João II, indo procurar alivio á pertinaz doença que o victimou, nas agoas medicinaes, cujas virtudes eram muito apreciadas. A nascente destas aguas ficava num poço chamado *poço de baixo,* proximo da villa. Alvôr tem marinhas de sal que produzem muito e exporta em quantidade. Era da casa das Rainhas. E' terra muito saudavel; os campos são abundantes de cereaes, fructas, hortaliças, tendo grande ramo de vinha; em torno veem-se campos e hortas aprazíveis que lhe dão um encantador aspecto.

O porto, noutro tempo, dava entrada a embarcações de grande tonelagem; hoje, porém, só entram ali as de pequena lotação. A igreja matriz, S. Salvador, é um espaçoso templo, que possue imagens magnificas. Ha muitas lages sepulcraes com inscrições antigas, distinguindo-se uma d'ellas pelo seu tamanho, em que se lê — *Aqui jaz o grande Alvaro de Athaide, pae de Tristão de Athaide.* Na capella de N. S. do Rosario estão as armas da familia dos Costas, oriundos desta villa.

Alvôr pertence á 4.ª div. milit. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 77 com a sede em Lagos; tem escolas para ambos os sexos, Misericordia, duas filarmonicas, *Primeiro de Maio* e *Oito de Dezembro*.

Proximo fica o logar chamado *Montes de Alvôr*, situado numa encosta e cercado de quintas. E' ali a importante fabrica de azeite do Snr. João Antonio Guerreiro. Em Alvôr nasceu Caetano Pimentel do Vabo, que foi tenente general e morreu no Brazil em 1815. Era filho do capitão-mór de Alvôr Antonio Pimentel do Vabo. Tinha mais quatro irmãos, e seu pae offereceu todos os cinco filhos ao serviço militar d'el-rei D. José, que os mandou assentar praça em cadetes. Tambem nasceu em Alvôr o mestre de campo e governador de Sagres — Francisco Soares de Oliveira Pacheco. Foi um bravo militar na guerra da Restauração».

*
* *

Quem deseje possuir alguns esclarecimentos referentes a especialissimos assuntos de Alvôr visite o *Archivo do Desembargo do Paço* na Torre do Tombo, Alentejo e Algarve, e ahi encontrará, no M. 487, n.º 42 quaes os bens que ficaram por fallecimento de João de Athaide—(1787). (L).

—Lavradores do logar de Alvôr (1785) M. 547, n.º 22.

—Mariantes e Pescadores da villa de Alvôr. (1766) M. 457, n.º 4.

—Misericordia de Alvôr (1826) M. 741, n.º 13 e 20.

—Misericordia de Alvor (1825) M. 741, n.º 30.

—Misericordia de Alvôr (1824) M. 741, n.º 44.

—Misericordia de Alvôr (1820) M. 741, n.º 83.

—Misericordia de Alvôr (1819) M. 741, n.º 102.

—Misericordia de Alvôr (1818) M. 741, n.º 120.
—Moradores de Alvôr (1813) M. 515, n.º 31.
—Idem (1793) M. 689, n.º 17.
—Idem (1796) M. 690, n.º 10.
—Prior—Capitão-Mór e mais fregueses de Alvôr (1803) M. 5 a 7 n.º 35.
—Prior e mais moradores da freguesia de Alvôr (1780) M. 485, n.º 70.

ACTUALIDADE

CAPITULO XI

Situação da freguesia de Alvôr

§ 1.º

Sendo dois os sistemas de dividir a area de toda a provincia do Algarve, um em duas partes distintas, fundado em terrenos cultivados e não cultivados — *algarve* e *serra;* e o outro, mais natural e racional, fundado na qualidade dos terrenos, em tres partes — *beiramar, barrocal* e *serra*, adotaremos este segundo sistema, informando que a freguesia de Alvôr se acha situada, na sua maior parte, em a beira-mar, e muito pouco em barrocal. Confina do Nascente com Portimão, do Norte com as freguesias de Marmelete e Maxilhoeira Grande, do Poente com o Diaxere, e do Sul com o mar.

Politicamente, pertence hoje ao concelho e comarca de Villa Nova de Portimão, do qual dista 4 quilometros, ao districto administrativo e á diocese do Algarve, com a sua séde em Faro, da qual dista 50 quilometros.

§ 2.º

A barra e rio d'Alvôr

A barra de Alvôr ainda nos fins do seculo 16.º comportava naus e outros navios de grande lotação. E' o que deve ter visto o leitor nas descrições que diversos auctores fazem d'esta barra. No tempo de Annibal devia ser um grande porto e de acesso facil, porque então os continuos assoriamentos ainda não tinham invadido os nossos portos. O terremoto de

1755, arrastando a vaga, que galgou por cima da praia, a obstruiu de todo com as areias, de que vinha saturada, deixando apenas a 2 quilometros de distancia a pequena barra actual, que só admitte barcos de pequena lotação.

O rio cobre sapaes e regatos, dos quaes um vae receber as aguas da ribeira do Cotifo nas vargens do *Diaxere*, e outro a da ribeira de *Arão*, por cima da *Espragueira*. Além destes tem o rio outra derivação mais larga e funda, que corre na direcção de Alvôr, na distancia de perto de dois quilometros, parallela com a praia, que a separa do Oceano por um lado e da Quinta da Rocha pelo outro, na terra firme. De Alvôr segue para o Norte, dividindo-se na *Abicada*, indo pela direita alimentar as importantes marinhas de Alvôr, hoje pertencentes á ex.ma viscondessa de Bivar, e receber as aguas da ribeira do Almadanim na *Penina*, e pela esquerda vae ao Cagorro receber as da ribeira do Farello entre as povoações de Mexilhoeira e Figueira. E' cortado por quatro pontes na estrada de Portimão a Lagos: ponte da Penina, Cagorro, Arão e Vargens do Diaxere.

Carlos Bonnet, no seu Algarve, descrevendo este rio desde a sua nascente, diz:

«O rio d'Alvôr tem affluentes. Nasce nas faldas da serra de Monchique; no meio do seu percurso toma o nome da *Ribeira do Verde;* a tres quartos de legoa ao norte de Alvôr recebe na sua margem direita a ribeira denominada *Ribeira do Farello*, e logo mais adiante toma o nome de rio de Alvôr. Pelo lado oeste da povoação, e depois de a banhar, descreve uma curva e corre, de Este a Oeste a ir entrar no mar. Antes da sua embocadura recebe á direita a *Ribeira* do Diaxere, que nasce na vertente sul do *Espinhaço do Cão,* e vae receber uma pequena ribeira denominada *Ribeira do Arão*. Em epoca não mui remota este rio dava entrada em maré alta a embarcações de seis a oito mil arrobas; hoje mal podem entrar barcos com quatro mil arrobas.

§ 3.º

Orografia e Planuras

Carlos Bonnet no seu *Algarve*, onde se occupa da descrição geografica e geologica da nossa provincia, estudando as montanhas, e portanto a parte serrana do nosso litoral, dividiu-as em duas partes, a que elle chamou *sistemas*. No primeiro sistema comprehende a parte que possue pontos mais culminantes e chamou-lhe *Serra de Monchique*, e se estende pelo Alemtejo; no segundo, denominado *Fico-Ceratomico*, comprehende as partes mais ou menos montanhosas onde se cultiva a figueira e a alfarrobeira, e corresponde á parte barrocal da nossa provincia. As montanhas d'este sistema constituem uma série de linhas parallelas, separadas uma das outras por valles e ravinas, mais ou menos extensas, por onde correm as aguas das ribeiras. A estas linhas parallelas chamou Carlos Bonnet *cadeias*, e todas as montanhas d'este sistema, n'esta provincia, constituem cinco *cadeias*. Em relação á 2.ª cadeia escreveu:

«A segunda cadeia começa no Serro de S. Vicente, meia legoa a E. do Algôs, e continúa até o rio do Almargem, meia legoa a N. E. de Tavira, e forma o serro da de S. Vicente, da Picota, com as suas ramificações, o serro da Cruz da Assomada, de S. Romão, Borracal do Tarejo, serros do Bengado e um grande numero de serros até o referido rio.

«Do serro de S. Vicente para O ha um grande numero de pequenas montanhas, cuja direcção para O. abrange os serros do Algôs, os dispostos ao sul de Silves, o serro do Garcia, do Monte Alegre, Montes do Alvôr, Mixolhoeira Grande e os calcareos de Odiaxere.

«Entre o Diaxere e Alvôr encontra-se um pequeno valle conhecido pelo Valle de Lama. A E do rio de Alvôr o terreno eleva-se de 35 a 50.m acima do nivel do mar, continúa durante algum tempo com esta

altura, inclinando-se depois sobre o lado E ou Villa Nova de Portimão.

Devemos fazer notar que ainda na freguesia de Alvôr, e na sua barra, existe uma ponta muito saliente denominada «*Ponta dos tres irmãos*» correspondente a tres pequenas ilhotas perto do mar. As aguas já fizeram desaparecer uma das ilhas, e na opinião de Carlos Bonnet, em breve tempo farão desapparecer as outras duas.

Na opinião do escritor citado deve ser considerada bahia de Lagos toda a extensão comprehendida entre a Ponta da Piedade até o Cabo Carvoeiro, quinze milhas a E; todavia Silva Lopes, dizendo que a costa de Alvôr é quasi toda de pedra escarpada, e que a *Ponta dos Tres Irmãos* é formada por um rochedo de mediana altura, pouco saliente, assim chamado por ter muito proximo tres grandes *pedras*, uma das quaes o mar desfez, —acrescenta que desde a *Ponta dos Tres Irmãos* até a *Ponta da Piedade,* na distancia de 7 milhas, é que se póde considerar propriamente a famosa bahia de Lagos.

Será a uma d'estas pedras que João Baptista de Castro se refere no seu *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, quando diz que defronte de Alvôr, meia legoa ao mar, ha uma pedra, que só apparece em baixa-mar das aguas vivas?

§ 4.º

Hidrologia

As informações de Fr. Luiz Cardoso respeitantes aos dois poços juntos de Alvôr, um dos quaes (o poço de baixo) com agua dotada de propriedades medicinaes, fizeram cahir em erro os auctores do *Diccionario — Portugal* — ainda em publicação, no qual se affirma que D. João II fôra a Alvôr tomar d'aquellas aguas. Diz o *Diccionario-Portugal*=.

«Foi (D. João II) procurar allivio á pertinaz doença, que o victimou, nas aguas medicinaes cu-

jas virtudes eram então muito apreciadas. A nascente d'estas agoas ficava num poço, chamado poço de baixo, proximo da villa». Isto é um erro. D. João II foi tomar as aguas de Monchique, e, peiorando, saiu d'ali para Alvôr, onde morreu.

Tem realmente o povo de Alvôr, á entrada de quem vai de Portimão, dois excellentes poços de muita agua, um dos quaes — o *de baixo* — possue qualidades therapeuticas. São os dois unicos poços, que existem proximo da povoação. Nos Montes de Alvôr, grande aldeia pertencente a esta freguesia ha tambem dois poços de muita agua, mas salobra. Junto de Alvôr ha um pôço particular de boa agua. Na quinta da praia, junto da estrada da barca, assim chamada por ser o caminho que seguia para Lagos, antes da estrada real, onde costumavam esperar os passageiros numa barca para os conduzir ao outro lado do rio, existem dois poços de agua potavel, a melhor que existe aqui e de que todos se servem. Era seu proprietario José Modesto, fallecido ha pouco. Existe outro poço de agua potavel, talvez ainda melhor, no sitio denominado «Pontes da areia» junto á barra de Alvôr, quasi na embocadura do rio aonde muitas pessoas se vão abastecer. No sitio da *Penina* ha mais um poço de agua potavel, a melhor que existe na freguesia, da qual se abastecia Portimão, antes desta villa se abastecer da agua da Companhia, encanada de Monchique, e ainda se abastecem os habitantes que daquella estão proximo. A agua daquelle poço é excellente, visto ficar num contraforte da serra de Monchique. Existem muitas noras das quaes fallaremos, quando tratarmos das *Hortas*.

§ 5.º

Clima

Situada na 7.ª zona, que é limitada ao N. por uma linha que passa por Cacellos, Salir, Messines

e Silves, indo terminar em Lagos, a freguesia d'Alvôr gosa de um clima relativamente temperado. Do estudo feito no posto meteorologico de Lagos comparado com outros postos do Alentejo conhece-se que nestas estações alentejanas é o clima menos temperado e mais sujeito a oscillações atmosfericas do que na região algarvia. E' pela disposição especial do nosso clima que na região algarvia e nomeadamente na região de Alvôr se dão todas as familias do reino botanico, ainda aquellas que demandam um clima mais elevado. Por isso dão-se perfeitamente nesta freguesia a vinha, a figueira, a amendoeira, e todas as mais arvores de fructo, ainda as mais mimosas. Na opinião de Gasparim, o caracteristico mais importante das regiões temperadas, embora, em dados periodos do anno, um pouco quente, é a oliveira, e não ha duvida alguma de que a oliveira dá-se perfeitamente nesta freguesia.

Abrigada do norte pelos contrafortes da serra de Monchique e ainda pelos serros da freguesia de Mexilhoeira, do nascente, poente e sul pelo oceano e pelo rio, de onde emanam auras saudaveis, é Alvôr uma das freguesias mais beneficiadas pelo clima algarvio.

Um escritor francez, escrevendo do *Algarve*, que elle perfeitamente estudou, referindo-se ao clima da nossa provincia algarvia, escreveu:

«Não podemos affirmar que a temperatura, que se observa nesta provincia, esteja conformemente distribuida por toda a sua região: diversas modificações de differente especie oppõem-se a essa conformidade, e por isso devemos distinguir quatro regiões de temperatura: a primeira começa ao nivel do mar e estende-se até 100 a 150 metros acima daquelle nivel; a segunda eleva-se até 350 metros; a terceira até 550 metros; a quarta até 900 metros acima do nivel do mar. E' na primeira que se acha situada a maior parte, se não toda, da freguesia de Alvôr».

§ 6.º

População

Silva Lopes na sua *Corografia do Reino do Algarve* publicou um mappa comparativo da população do Algarve; e deste mappa vê-se que a freguesia de Alvôr em 1732 era habitada por 131 fogos com uma população de 460 habitantes; em 1756 por 233 fogos e 916 habitantes; em 1776 por 267 fogos; em 1792 por 342 fogos com 1346 habitantes; em 1828 por 365 fogos com 1260 habitantes; em 1835 por 425 fogos com 1396 habitantes; em 1837 por 425 com 1396 habitantes.

Não nos merece credito algum este mappa, que não obedece ás condições que lhe devem ser inherentes. Não se explica como entre os annos de 1835 e 1837 não augmentasse esta freguesia ao menos num só habitante, e nem se pode adivinhar o motivo das enormes differenças que se encontram para mais ou para menos em outros annos.

Pelo ultimo censo de 1900 vê-se que a freguesia de Alvôr contava então 3.014 almas, sendo 1.500 do sexo masculino e 1514 do sexo feminino. Não sabemos a forma por que naquella freguesia se procedeu á organisação do referido censo, pois que, se ali se seguiu o sistema adotado no concelho de Loulé, podemos afoutamente affirmar que não representa a expressão da verdade.

Veja-se o que dissemos a esse respeito na *Monografia do Concelho de Loulé*.

O que podemos afiançar sem a mais pequena duvida é que o movimento paroquial relativamente ao anno de 1906 foi o seguinte:

BATISMOS

Em Janeiro — 15 do sexo masculino e 9 do feminino, sendo um, do sexo masculino, filho illegitimo;

Em Fevereiro — 11 do sexo masculino, e 6 do feminino:
Em Março — 3 do masculino e 2 do feminino;
Em Abril — 2 do masculino e 3 do feminino;
Em Junho — 1 do sexo feminino;
Em Julho — 10 do masculino e 7 do feminino, havendo 2 do sexo masculino, gemeos, e dois, um masculino e outro feminino, gemeos;
Em Agosto — 1 do sexo masculino e 2 do feminino;
Em Setembro — 1 do masculino e outro do feminino;
Em Outubro — 6 do masculino e 6 do feminino;
Em Novembro — 6 do masculino e 9 do feminino. sendo dois gemeos do sexo feminino;
Em Dezembro — 4 do sexo masculino e 6 do feminino;

CASAMENTOS

Janeiro (8) — um casamento: elle de 22 annos, ella de 19 — Não sabiam escrever.
» (12) — um: elle de 23 annos, ella de 23 Não sabiam escrever.
» (16) — um: elle de 19 annos, ella de 17. Não sabiam escrever.
» (20) — dois: elles de 22 e 21 annos, ellas de 19 e 17. Não sabiam escrever.
» (23) — um: elle de 21, ella de 16. Idem.
» (27) — um: elle de 32, ella de 20. Idem.

Fevereiro (3) — um: elle de 24 e ella de 21. Idem.
» (6) — um: elle de 21, ella de 19. Idem.
» (14) — um: elle de 21, ella de 20, ella assigna.
» (15) — um: elle de 23, ella de 19, ella assigna.
» (17) — dois: elles de 22 e de 27, ellas de 17 e 20. Não assignam termo.
» (24) — um: elle de 24, ella de 23. Idem.
» (26) — um: ambos de 25; não assignam.

Abril (26) — um: elle de 21, ella de 11, esta assigna o termo.

Em Maio (15) — um: elle de 23, ella de 19. Não assignam.

Em Junho (9) — um: elle de 21, ella de 18. Não assignam.
» (23) — um: elle de 22, ella de 21. Idem.

Em Julho (21) — um: elle de 24, ella de 17. Idem.
» (31) — um: elle de 22, ella de 18. Idem.

Agosto (17) — um: elle de 22, ella de 17. Idem.

Setembro (1) — um: elle de 19, ella de 20. Idem.
» (8) — um: elle de 23, ella de 20. Idem.
» (15) — um: elle de 23, ella de 23. Não assignam.
Outubro (17) — dois: elles de 24 e de 25, ellas de 17 e 20. Não assignam.

Dezembro (1) — um: elle de 20 e ella de 19, tambem não assignam o termo.

OBITOS

Janeiro (7) faleceu um masculino de 41 annos.
» (11) » um feminino de 18 mezes.
» (17) » um masculino de 23 mezes.
» (19) » um masculino de um anno.
» (20) » um masculino de 3 dias.
» (22) » um feminino de um anno.
» (24) » um masculino de um anno.
» (27) » um masculino de um mez.
» (29) » um feminino de 72 annos.

Fevereiro (4) » um feminino de 18 mezes.
» (11) » um feminino de 51 annos.
» (13) » um exposto menor.

Fevereiro	(16)	falleceu	um masculino de 23 annos.
»	(26)	»	um masculino de 3 mezes.
Março	(7)	»	um masculino de 85 annos.
»	(14)	»	um feminino de 1 anno.
»	(15)	»	um masculino de 86 annos.
Abril	(21)	»	masculino exposto de 10 dias.
»	(24)	»	um feminino de 95 annos.
»	(28)	»	um feminino de 18 annos.
»	(28)	»	um masculino de 15 mezes.
Setembro	(16)	»	um masculino de 27 mezes.
»	(15)	»	um feminino de 82 annos.
»	(20)	»	um masculino de um anno.
»	(21)	»	um masculino de 48 annos.
Outubro	(9)	»	um feminino de 3 annos.
»	(13)	»	um masculino de uma semana.
»	(20)	»	um feminino de 28 annos.
»	(23)	»	um feminino de 47 annos.
»	(23)	»	um masculino, menor de 5 mezes.
»	(25)	»	um masculino de 5 annos.
»	(28)	»	um masculino de 68 annos.
»	(31)	»	um feminino de 80 annos.
Novembro	(1)	»	um masculino de 29 annos.
»	(2)	»	um feminino de 15 mezes.
»	(10)	»	um exposto de 70 annos.
»	(15)	»	um feminino de um mez.
»	(18)	»	um masculino de 56 annos.
»	(22)	»	um feminino de 18 annos.
»	(26)	»	um feminino de 8 mezes.
»	(29)	»	um masculino de 2 mezes um e feminino de um mez.

Dezembro	(2)	falleceu	um masculino de 70 annos.
»	(7)	»	» » de 75 »
»	(13)	»	um feminino de 70 annos.
»	(23)	»	um masculino de 16 mezes.
»	(31)	»	um feminino de 54 annos.

§ 7.º

Vias de communicação

A camara municipal de Portimão não se tem descuidado de abrir vias de communicação entre Alvôr e as mais povoações. Alem da estrada de mac-adam da sede do concelho e comarca para Alvôr, ha outra estrada do mesmo sistema para a sua aldeia — Montes de Alvôr e a outra que vai entrar na estrada de Portimão para Lagos, no sitio da *Penina*, estrada esta que é a continuação da estrada de Alvôr para os referidos Montes de Alvôr.

Como é sabido, a construcção das estradas empedradas ou a Mac-Adam (nome do seu inventor) data, em Portugal, do mez de Agosto de 1849, sendo a primeira que se construiu a de Venda Novas a Elvas. A camara de Portimão certamente não tem descuidado da sua missão relativamente ás vias de communicação na freguesia de Alvôr. Effetivamente as boas estradas são importantes factores que muito influem para o desenvolvimento da riqueza de um paiz ou de uma freguesia. Por isso termina Carlos Bonnet um dos capitulos do seu Algarve, lembrando aos governos a necessidade imperiosa de distribuir melhoramentos pela nossa provincia com as seguintes palavras:

«*Je termine ce coup d'œil en répétant une verité, qui est devenue banale, la premiére asmélioration, ou pour dire plus verai, lá nécessité absolue est l'établissement des voies de communication, et le reste suivra naturellement.*

§ 8.º

Fauna e Flora

Não possuimos estatistica alguma que nos forneça informações seguras do movimento pecuario desta freguesia e ainda de outras especies de animaes; por isso apenas indicaremos as diversas especies (as principaes) de animaes que nella habitam sem fazer calculo do numero de cada especie.

Podemos considerar a fauna da freguesia como constituida pela especie de animaes domesticos communs á provincia, pelos mamiferos (quadrupedes) proprios da região, pelas aves, e pelos reptis, insectos e molluscos.

Sendo, como é, Alvôr porto maritimo devemos tambem comprehender as diversas especies de peixe, que vivem nos seus mares.

Entre os mamiferos que juridicamente constituem a chamada *pecuaria*, encontram-se o gado cavallar, muar, asininno, bovino, suino e pouco gado ovino e caprino.

Da outra especie de mamiferos possue o furão, o coelho, a lebre, o ouriço, a toupeira, o mussaranho e o rato. Não julgamos necessario mencionar o gato e o cão, animaes domesticos, que todos os casaes de Alvôr sustentam á sua custa, se é que não é á custa dos visinhos. Não tendo dentro da sua area sitios montanhosos, por isso não se encontra o lobo, embora appareça por vezes a raposa. E' muito pouco vista a lontra, e talvez mais raro o teixugo.

Luiz Cardoso referindo-se ao rio de Alvôr, escreveu:

«He navegavel este braço de mar só de embarcações do lote de vinte moios; he abundante de mariscos pequenos, principalmente ameijoas, de que cria tanta quantidade que, para Lagos, Portimão e Ferragudo, vão todos os dias mais de dez cargas de azemolas; advertindo que no logar, em que do ma-

nhã se tiram, se colhem de tarde outras tantas e se julgam inextinguiveis. Tem bastante peixe miudo e algum grosso.»

§ 9.º

Agricultura

A freguezia de Alvôr é primorosamente cultivada pelos seus habitantes e os terrenos prestam-se a todo o genero de sementeiras proprias da zona algarvia. A figueira, a oliveira, a amendoeira dam-se perfeitamente e a vinha é hoje uma riqueza, porque a sabem cultivar e escolher as castas mais propicias áquelles terrenos. Dam-se perfeitamente o trigo, a cevada, os legumes, o milho e outros artigos. Tem muitas hortas, e as suas hortalicas são muito procuradas ainda mesmo pelos povos visinhos, como Portimão, e isto porque são muito tenras e saborosas. Ha todavia algumas hortaliças desta freguesia que não correspondem á fama de que gosam. São as criadas em terrenos adubados com as plantas marinhas. E' necessario que sejam rigorosamente observadas e levem esse rotulo para os mercados publicos, a fim de que o publico não seja enganado, comprando gato por lebre, e não se destrua a reputação das que são criadas em terrenos convenientemente preparados.

Se o lavrador prepara com o maximo cuidado o seu figo e o seu vinho, a fim de que se não prejudiquem os seus fructos, egualmente devem proceder os que lançam nos mercados generos avariados e improprios. Haja, pois, o maximo cuidado. Por culpa de alguns lavradores de barlavento e sotavento tem o nosso figo, no extrangeiro, perdido a sua reputação e conseguido baixos preços nos mercados da Inglaterra e de outras praças importantes. Já D. Francisco Gomes lamentou em uma sua Pastoral a ambição desmedida do preparador do figo para o extrangeiro.

Segundo os apontamentos que podémos colher na Repartição competente em Portimão existem incritos na freguezia de Alvôr 1555 predios rusticos com o rendimento collectavel de 17.021$493 reis; e 833 predios urbanos com o rendimento collectavel de 2.311$011 reis.

Paga esta freguesia 700:000 reis de imposto camarario.

§ 10.º

Industria e Commercio

Alem da industria dos apparelhos de pesca, e das classificadas entre as do vestuario, comprehendendo-se nestas, a do fato e do calçado, que mal dão para o consumo da propria freguesia, outras ha de pequena importancia, como a da fabricação, por parte das mulheres, de obras de empreita de palma, em que algumas se empregam nas horas vagas, ou de menos trabalho.

Trata-se actualmente de estabelecer uma fabrica de estiva de peixe, que certamente deve occupar muita gente, e portanto um grande melhoramento para a freguesia.

Faz-se aqui grande commercio com o peixe e marisco, de boa qualidade, sendo o maritimo de Alvôr que abastece os principaes mercados da visinhança, vendendo-se muito em Lagos e Portimão.

Entre os lavradores o seu maior commercio consiste na venda dos seus productos agricolas, sendo os principaes figos e uvas.

Na industria da pesca, empregam se ainda os antigos apparelhos: *o espinhel, a garozeira, o palangre, a tola, a barqueira, o covão, a fisga, a levada, o tresmalho, a rede de arrastar*, etc., e na preparação dos terrenos empregam-se os antigos processos, não se introduzindo aqui as alfaias agricolas aperfeiçoadas, porque a freguesia é pequena, os seus terrenos muito divididos, e não comportam graves despezas na acquisição de taes alfaias.

Segundo o que nos foi informado pela Repartição competente de Portimão, existem registados como de Alvôr 47 barcos de pesca costeira, tonelagem 84,267. Pesca de morejona e covos, — homens empregados nesta 130, menores 50. Valor desta em barcos 2.348$860. Valor das morejonas e covos reis 1.664:160. Artes de chavega 5, tonelagem 31,685. Valôr dos barcos 750$000, redes 1.650$000. Armações de sardinha á valenciana 2 — barcos 16, tonelagem 48t. — valor dos barcos 1.080$000. Valôr das redes 7.000$000, homens 78. Valôr da pesca effectuada pelas duas armações de sardinha em 1906 — reis 12.600:000. Valor da pesca feita pelas morejonas e covos, durante 1906 — 22.000$000. Valôr do marisco, durante este mesmo anno 121$000 reis.

Imposto industrial relativo ao mesmo anno reis 100$000.

§ 11.º

Marinhas

São de remotissima data nesta freguesia as chamadas marinhas ou salinas. Parece que já os romanos aqui as encontraram, segundo se deduz do que escreveu Estacio da Veiga. Aqui se conservaram durante o dominio arabe e da sua existencia encontramos documentos datados dos primeiros annos da nossa monarquia. Em 15 de maio de 1314 El-Rei D. Diniz na Carta de privilegios concedida ao povo de Alvôr ordenou que se venda aos seus moradores o sal de que elles precisarem se elle mandar adubar as *marinhas velhas*. Havia, pois, nesse tempo marinhas novas e *velhas*, sendo estas naturalmente as que os romanos aqui tinham encontrado. Em 1451 D. Affonso V, por Carta de 18 de dezembro, concedeu a D. Alvaro de Athaide entre diversos privilegios o das marinhas; privilegio este que D. Manuel, por Carta de 6 de novembro de 1497, concedeu a Nuno Fernandes de Athaíde, acrescentando o de poder fazer marinhas nos sapaes.

Em 1747 foi publicado o Diccionario Geografico pelo Fr. Luiz Cardoso e nelle se lê que em Alvôr o duque de Cadaval possuia boas marinhas.

Um facto historico vamos reproduzir da *Corografia do Reino do Algarve*, que demonstra o cuidado que aos nossos reis mereceu providenciar acerca das marinhas do Algarve.

«Em 1490 os povos de Lagos apresentaram ás Côrtes de Evora, representados pelo seu procurador Soeiro da Costa— que não provendo Alvaro de Ataide a villa de Lagos de sal, como era obrigado em razão de lhe ser dada a marinha de Alvôr, e a casa do sal em Lagos no valor de 12:000 reis, lhes seja permittido fazer marinhas, como já teve, pois havendo ao presente 22 assudares, afóra as armações das corvinas e atuns, se gasta por anno mais de dois mil moios de sal—Ao que respondeu El-Rei em Carta de 12 de julho de 1490, que se Alvaro de Athaíde não desse bastante sal, lhe pagassem os 12:000 reis da casa, e fizessem marinhas.»

A proposito da qualidade do sal publicou Silva Lopes o exame comparativo entre o sal colhido nas salinas de Alvôr, Tavira e Lagos, pelo dr. Constantino Botelho de Lacerda Lobo, exame que consta do seguinte mappa:

	Alvôr	Tavira	Lagos
Sal puro	95,2	91,1	87,9
Sulfato de magri	1,3	3,5	,0
Clorureto »	0,2	0,7	8,8
Sulfato de cal	0,9	,0	,0
Materias insoluveis	0,1	0,4	0,1
Agua	2,3	4,0	7,5
Clorureto de cal	,0	0,8	0,5
Sulfato de soda	,0	,0	2,5
	100,0	100,0	100,0

Sendo pois o sal de Alvôr o que continha mais sal puro.

Mais tarde a indolencia indigena deixou o cultivo das marinhas e tão arruinadas estiveram, que todas as marinhas do Algarve não davam sal para o consumo da provincia, o que deu motivo a que D. José por alvará de 17 de julho de 1769 permittisse o aforamento dos sapaes e marinhas incultas para nellas se poder formar outras novas, e vender-se o sal livremente ao povo a 1:800 reis cada moio, e para as pescarias á razão de 900 reis por egual medida. Nada se conseguiu, pois que em 1836 tiveram os barcos de o ir buscar a Lisboa para se consumir em Lagos e Portimão.

Hoje as marinhas tão afamadas de Alvôr são propriedades da ex.ma sr.a viscondessa de Bivar.

§ 12.º

Mariscos

Luiz Cardoso na sua *Corografia* conta que o rio de Alvor e os seus sapaes são tão abundantes de marisco, principalmente ameijoas, que eram tranportadas em cargas para Lagos, Mechilhoeira, Portimão e Ferragudo; e se na tarde colhem de um logar cargas e cargas, na manhã seguinte se encontram nesse mesmo logar em tanta abundancia, que parecem inextinguiveis. Escrevia elle em 1747, e ainda hoje é grande a abundancia desse marisco, não obstante as areias irem invadindo os sapaes, e impedirem a propagação d'este molusco. Já por isso foi levantada para outra parte a ostreira que uns franceses ali tinham estabelecido.

Abunda igualmente em ostras, langueiroes e berbigoes; e pena é que se não empreguem esforços, que evitem as areias.

E' excellente o peixe e por isso muito procurado nos mercados de Lagos e Portimão, que o maritimo laborioso d'Alvôr quasi exclusivamente fornece, tanto de peixe, como de marisco.

Não affirmamos a boa qualidade tanto do peixe

como do marisco simplesmente para nos tornarmos agradaveis aos habitantes d'aquella povoação, mas fundados na propria experiencia e na opinião dos mais entendidos.

§ 13.º

Doenças endemicas

Não obstante ser bastante saudavel o clima desta freguesia, é certo que em epocas determinadas apparece uma doença, que, por isso é classficada—*endemica*. Nos paizes baixos, onde as correntes não teem facil escoante, dando logar ao estagnamento das aguas, apparecem, nos mezes de mais calor, molestias, especialmente as sezões, que dizimam a população. E' o que se está vendo nalgumas regiões do nosso paiz, quando não se cuida scientificamente de limpar os regatos, as lagoas, evitando os estagnamentos. Na *Carta* que acompanha um primoroso trabalho sobre o modo de combater o *Sezonismo* em Portugal do snr. Ricardo Jorge, *Carta* relativa á nossa provincia, não encontramos *mancha* alguma, que nos indique encontrar-se em Alvôr algum foco do sezonismo, e por isso consideramos esporadicos os casos de sezões em Alvôr. Combatel-as logo que appareçam, não dando logar a que a malaria diminua as forças do paciente, é um dever não só da familia do individuo affectado, mas da auctoridade a cargo da qual estão as questões de higiene.

Informações colhidas de boa fonte dizem que a higiene em Alvôr, principalmente nas habitações dos maritimos, é uma palavra sem significação. Cada qual vive perfeitamente na companhia de animaes immundos; come e dorme, como fazendo todos parte da mesma familia. Se assim succede, o culpado não é o povo ignorante, mas a auctoridade que tem obrigação de cumprir as ordens que emanam da *Inspecção Geral dos Serviços Sanita-*

rios. E mal procede a auctoridade que as não cumpre porque se transforma em collaborador assiduo do mal-estar dos povos.

Alem das sezões, costumam apparecer as chamadas *febres*, alguns casos de meningite e rarissimos de tuberculose. E' que no Povo de Alvôr, como em muitas das nossas povoações maritimas, não se cuida da limpeza publica e particular. Ainda assim é pequeno o obituario. Talvez que o microbio produzido pela falta de limpeza destrua os microbios das outras doenças! ..

§ 14.º

Emigração

Felizmente nesta freguesia não se nota a emigração de algumas terras de sotavento, como por exemplo Estoi, que de ha uns tempos a esta parte está dando mau exemplo. Em Alvôr ha duas classes de habitantes: a classe maritima, e a classe que se dedica especialmente á agricultura. A classe maritima encontra na abundancia pescosa do seu mar e do seu rio elementos sufficientes para se sustentar e suas familias; á classe do lavrador succede o mesmo. Limitado nas suas aspirações prefere a pobreza da casa, no seio da familia, á problematica riqueza dos paizes extrangeiros, onde é mais certo encontrar um pouco de terra para deposito dos seus ossos, do que a riqueza problematica, que lhe possa offerecer o torrão extranho. Elle bem sabe quão grande é o numero dos que annualmente saem da terra patria em procura de riquezas e quão minguado é o que recolhe abonado de bens. Por isso lhe louvamos o seu amor patrio, porque uma nação populosa é sempre uma nação rica. E' todavia certo que em certas epocas do anno os maritimos de Alvôr costumam temporariamente ausentar-se da sua terra para ir servir nalguns portos de mar do norte do paiz, aonde existem armações de pesca,

voltando com as suas parcas economias; e isto porque as armações da localidade não comportam toda a população maritima destePovo. Não são estas parciaes emigrações, que desacreditam um paiz. Ahi temos Olhão que faz o mesmo, e por isso não têm caido na censura de despresar a sua villa ou de desacreditar o seu paiz.

§ 15.º

Instrucção

Tem Alvôr duas escolas de instrucção primaria para as crianças do sexo masculino e do sexo feminino. A sua frequencia, porém, não corresponde á população; o que quer dizer que os paes, os tutores, e os amos, não ligam importancia alguma á educação dos filhos, dos seus tutelados e dos seus criados. Vê-se pois que não se cuida a serio da educação das crianças. O que succede em Alvôr, repete-se em quasi todas as cidades, villas e povoações do reino, onde é excepcionalmente elevado o numero de analfabetos.

Se os nossos governos tivessem na devida consideração este importante ramo de administração publica, sem violentar os paes com as multas, poderia conseguir que todas as crianças do sexo masculino frequentassem a escola; consistiria em isentar do serviço militar, por alguns mezes, o mancebo que soubesse ler, escrever e contar. O mesmo resultado conseguiria das crianças do sexo feminino, izentando os paes de alguma parte do seu imposto. Não será com castigos que hoje se poderá conseguir alguma cousa: sim, com premios.

Informa o *Districto de Faro* em 29 de novembro de 1905 que segundo o recenseamento escolar de 1905-1906 ha no circulo 30:179 crianças em edade escolar, e que sómente 9.300 frequentam as escolas publicas e particulares; o que quer dizer que ha pelo menos 21:879 individuos que não cuidam da

educação das crianças, suas subordinadas! Querem, maior torpeza?

Pelo que vemos no § 6.º do presente capitulo é licito concluir que a instrucção primaria em Alvôr está sendo muito despresada: de 27 casamentos celebrados em 1907 só tres dos nubentes sabiam assignar, e do sexo feminino. Nenhum dos do sexo masculino soube escrever o seu nome!

CAPITULO XII

Alvôr actual

E' Alvôr uma bonita povoação. Sendo actualmente habitada por uma população, na maxima parte composta de simples pescadores e de ingenuos cultivadores do campo, não pode vestir galas dispendiosas nem ornar-se de riquissimos enfeites; não obstante, caminha vagarosa mas cuidadamente pela senda do progresso, sem complicações, que muitas vezes resultam do excessivo desejo de acompanhar as povoações que lhe são superiores em população e riqueza. O caminhar apressado e sem criterio pode tão facilmente comprometter o seu futuro, como o ficar desleixadamente atrás das povoações suas congeneres. E como quem anda de vagar tambem caminha, por isso Alvôr, embora se não exhiba vestida de ouro e engalanada de roçagantes clamidas, enfeita-se de simples flores naturaes, e mostra-se tão linda como as que lhe excedem em riqueza.

Collocada em sitio lavado; bafejada pelas emanações balsamicas de seus campos em flôr; banhada pelo seu mar e rio de onde se evolam as auras beneficas, que lhe tonificam a existencia, Alvôr apresenta o aspecto pittoresco de noiva pudica e graciosamente se sorri para as povoações, que, de perto, a saudam e admiram.

Nem as ruas offerecem já aquelle aspecto torvo

e desalinhado de ha cincoenta annos, nem os seus campos exhibem retrogados documentos de descuidosas cultivações. Tanto o maritimo como o lavrador conhecem os segredos das suas respectivas occupações e esforçam-se em cumprir a sua missão social.

Pena é que a mulher do homem do mar não se tenha compenetrado da necessidade de mudar de rumo no tocante á higiene caseira, consentindo que num triste aposento vivam na maxima promiscuidade a familia, o porco, as galinhas e outros animaes caseiros. E dizemos a *mulher do homem do mar,* pois é sabido que é ella sómente quem cuida de toda a administração do casal, em terra. O maritimo só vive do mar e para o mar: é a mulher que toma ao seu exclusivo cuidado o governo da casa, a até o pagamento das contribuições, e os assuntos referentes ao batismo e casamento dos filhos. Rarissimas vezes o maritimo se encarrega de taes assuntos.

Felizmente a posição invejavel desta freguesia, as emanações salinas, e os perfumes dos campos offerecem resistencia ao descuido da população, pois que só assim se explica o não ser continuamente invadida pelas molestias microbianas.

Aos investigadores prehistoricos como protohistoricos é Alvôr um livro aberto, onde elles podem ler paginas brilhantes das passadas civilizações; e ainda os que se applicarem aos estudos dos primeiros seculos da nossa monarquia encontram documentos valiosos daquellas pristinas eras.

Estudando o povo e freguesia de Alvôr, tal como actualmente se nos apresenta, teremos de nos referir a factos antigos, e por isso entendemos dever abrir numeros especiaes, a fim de evitar confusões.

§ 1.º

Matriz

A igreja paroquial está situada na parte mais elevada da povoação com a sua porta principal aberta para o poente. E' um templo espaçoso e desafogado, cuja construcção parece dever-se atribuir ao tempo de D. Manuel, pois que o que ainda existe da primitiva fundação—a porta lateral e a principal, o oculo na trazeira da capella-mor, e os capiteis das columnas—obedece ao estilo manuelino, que modernas reparações adulteraram, fazendo tambem desapparecer a feição primitiva da capella de N. Senhora do Rosario, pertencente, segundo a opinião dos nossos escritores, a partir de 1778, aos Cunhas e Costas, oriundos de Alvôr e cujo brazão encimava a mesma capella. Este brazão foi arrancado por um vogal da Junta de Paroquia e dividido em duas partes, uma das quaes com o Leão mandou servir de soleira a um seu predio, actualmente alugado ao paroco aposentado, o nosso velho amigo Seixas, a outra parte está servindo de poial no alpendre de S. Pedro. Ainda é vivo o pedreiro que conduziu o brazão da capella da Senhora do Rosario para a propriedade junto de S. Pedro, e depois levou a pedra com o leão para o predio urbano situado na Rua Abaixo.

Como a Junta da Paroquia consentiu na pratica d'aquelle vandalismo é noticia que não sabemos informar. Quem quizer certificar-se do facto dê um passeio até Alvôr.

Consultamos o codigo administrativo daquella epoca e não vemos que membro algum da Junta de paroquia possa invocar o seu direito de propriedade sobre as cousas que pertencem á egreja, que, de mais a mais, estava sendo reparada á custa de um benemerito cavalheiro de Portimão. Coisas do nosso paiz.

E' nossa opinião, muito humilde e desauctori-

sada, que aquelle brazão d'armas não pertence aos fidalgos Cunhas e Costas, porque nas suas armas não figura o leão (M).

O templo é de tres naves, quatro arcos em cada uma. Tem cinco altares, alem do altar-mor. Neste existe o Divino Salvador a oleo. E' uma finissima pintura em um quadro magnifico, tudo pintado pelo celebre Joaquim José Rasquinho, pae do dr. Joaquim Manuel Rasquinho, que foi deão da Sé de Faro, e governador por diversas vezes do Bispado do Algarve. Este pintor deixou de si notavel memoria no Algarve: era natural de Loulé, filho de Manuel Gonçalves Rasquinho e de Josefa da Encarnação, e nascido em 8 de dezembro de 1786. Era um artista de genio e por isso não deve causar pasmo que já na edade de 84 annos executasse pinturas de um esplendido mimo e de uma graça de colorido surprehendente. Falleceu em Faro aos 10 dias de dezembro de 1822. Existem tambem neste altar-mor as imagens de S. Sebastião, S. Francisco e outras. Do lado da Epistola, fica a capella de N. Senhora da Conceição com tres imagens: N. Senhora da Conceição, tendo do lado direito N. S. da Ajuda e do lado esquerdo N. S. dos Prazeres; na parede collateral do lado da Epistola fica o altar do Senhor Jesus; á esquerda, na parede collateral do lado do Evangelho, fica a capella do S. Sacramento, e a seguir a capella da Senhora do Rosario com as imagens do Menino Jesus, Senhora do Rosario e a Senhora de Boa Viagem, e a capella das Almas com S. Miguel no meio, tendo S. Antonio ao lado direito e S. Luiz ao lado esquerdo. A capella mór é toda de bonitos azulejos.

A imagem do Senhor Jesus é representada por um grande crucifixo a que está pregada a famosa Imagem, em vulto, imagem que se não recomenda muito pela sua esthetica, mas de grande nomeada em toda a provincia do Algarve e Baixo-Alemtejo, sendo esta Imagem muito visitada durante o anno, principalmente nas sextas feiras do

mez de março. Esta Imagem tem uma lenda muito semelhante á lenda do Senhor Jesus de Mattosinhos. Em outra logar registaremos essa lenda.

No pavimento deste templo encontravam-se muitas campas de sepulturas antigas, entre as quaes uma de desmarcada grandeza – dois metros e meio de comprimento e metro e meio de largura – Primitivamente estava dentro do templo, mas hoje está na soleira da porta do mesmo templo. Nesta campa acha-se aberta a seguinte inscrição: AQUI JAZ O GRANDE ALVARO DE ATAIDE, PAE DE TRISTÃO DE ATAIDE, em letras iniciaes.

Tem uma boa Pia Batismal e uma boa sacristia.

De longa data tem este templo soffrido remodelações, que lhe alteraram o seu estilo primitivo. Ultimamente (em 1857) um benemerito cavalheiro de Portimão, o fallecido Maravilhas, que tão beneficamente concorreu para as despezas de reparações de diversos templos, fez importantes melhoramentos neste. Foi neste anno que um iconoclasta de brasões arrancou o que existia na capella da Senhora do Rosario.

O paroco desta freguesia era em 1747 prior de concurso, e a sua collação era alternativa dos Prelados com Sua Santidade; a sua renda era incerta e o Padre Luiz Cardoso calcula que então aquelle paroco recebesse das Mezas da Mitra e do cabido um moio e cincoenta alqueires de trigo, cincoenta e sete almudes de môsto e mais algumas massas escassas. Baptista Lopes, na sua *corografia*, calcula que o paroco, pouco antes de 1833, percebesse cento e trinta e oito alqueires de trigo, vinte e seis almudes de môsto e oito centos mil reis (Doc. illustrado comparado com a pag. das erratas); hoje recebe pela congrua 280$000 reis, afora o pé d'altar e outros rendimentos incertos.

Em 1747, havia nesta freguesia, segundo affirma o Padre Luiz Cardoso, na sua *corografia*, as Irmandades do S. Sacramento, da Senhora do Ro-

sario, e as confrarias de N. Senhora da Conceição, Senhor Jesus, Santo Antonio e de S. Miguel com as Almas; actualmente apenas existem a confraria legalmente erecta do Senhor Jesus e a Irmandade da Misericordia.

A festa em honra do Senhor Jesus celebra-se annualmente em o mez de maio, e a de Nossa Senhora da Conceição em outubro ou novembro de cada anno.

Na sacristia existem um armario e lavatorio, que pertenciam á freguesia da Senhora do Verde, desmembrada no tempo de D. Francisco Gomes e distribuida pelas freguesias limitròfes, uma das quaes Alvôr. Junto á sacristia ha um pequeno passal com diversas arvores de fructo.

Está o templo construido de maneira que a sua porta principal abre para o antigo logar denominado a Villa Velha, hoje transformada em cercas pertencentes a diversos particulares. Certamente na occasião em que o templo foi construido ainda aquella região da Villa Velha era muito povoada, pois que de mau gosto seria abrir a porta principal do templo para um campo despovoado.

Para explicar este caso corre em Alvôr de remoto tempo uma lenda, que reproduziremos no logar competente.

Já notamos que o templo se acha construido na parte mais elevada da povoação. Carlos Bonnet, no seu livro, o *Algarve*, publicou o seu estudo feito por virtude da competente elevação do mesmo templo e diz que o segundo degrau que se sobe para entrar na egreja está a 35, 84 sobre o nivel do mar.

§ 2.º

Adro

O adro ou *atrium* indica um logar aberto ou cercado diante dos templos catholicos. Quando se conclue a construcção de um templo, procede-se

em seguida á benção de uma faxa de terreno, que constitue o seu adro. O templo ficava no centro ou quasi no centro do adro.

Em 8 de Junho de 1822 procedeu-se á demarcação e benção do adro de Olhão, assignando-se-lhe o seguinte ambito: desesete varas em frente da porta principal do templo, dose varas em cada um dos lados e trinta varas para o lado de traz, sendo a medição feita a partir das paredes. Em 14 deste mesmo mez e anno, por virtude do despacho do provisôr e governador do bispado, foi benzido o adro, assistindo á benção os clerigos de Olhão e mais cinco da cidade de Faro.

Primitivamente, sem ainda assim nos referirmos aos primeiros seculos do christianismo, eram os fieis enterrados dentro do templo. D. Francisco Gomes, venerando prelado algarvio, vendo os graves inconvenientes que resultavam dos enterramentos nos templos, ordenou a construcção de cemiterios, onde fossem enterrados os cadaveres dos fieis; e no entanto permittiu que se fizessem os enterramentos nos *adros,* resolução esta, que, á excepção de alguns discolos de S. Braz de Alportel, foi bem acceita pelo povo, visto que o adro era chão bento. Construido o cemiterio em Alvôr, como no seguinte numero informaremos, foram os ossos transferidos do adro para o cemiterio.

Com o andar dos tempos foram-se arruinando os muros do adro de Alvôr, e o proprio adro offerecia um aspecto triste e desolado. Desejava o actual paroco encomendado proceder aos respectivos concertos, mas não estava habilitado a emprehender taes obras, com bastante pena sua. Então, dois cavalheiros de Portimão, os ex.^{mo} sr. Camillo Antonio de Azevedo, abastado proprietario, e Francisco Bivar Weinhots, nesse tempo presidente da Camara de Portimão, vendo a necessidade daquelles reparos, pozéram do seu bolso ás ordens daquelle eclesiastico as quantias suficientes para tal fim. O reverendo eclesiastico metteu mãos á obra, mandou arran-

car alguns restos de ossadas e transportal-as para o cemiterio, murou o adro e collocou-o em condições devidas. Nestes trabalhos dispenderam-se reis 86$000.

Registando os nomes daquelles cavalheiros, cumprimos gostosamente um dever, pois que hoje são rarissimas as dedicações desta natureza.

§ 3.º

O Cemiterio

Os egipcios não enterravam os seus cadaveres nem os queimavam: embalsamavam-nos. Os gregos ricos eram metidos em mausoleos; e os romanos queimavam os seus mortos até o tempo do imperador Graciano, que prohibiu este antigo costume.

Até o tempo de Constantino Magno, os christãos eram sepultados em cavernas subterraneas, mas depois que aquelle imperador se fez christão, construiram-se muitas igrejas, e nestas eram depositadas as cinzas dos martires. Desde então todos os christãos quizeram ser enterrados juntos das sepulturas dos martires, mas poucos conseguiam essa graça, que era reservada aos imperadores, bispos, abbades monacaes e pessoas de reconhecida santidade. Por fim eram todos os christãos enterrados nas igrejas.

Quando D. Francisco Gomes governou a diocese do Algarve viu o perigo contra a higiene no enterramento nas igrejas, porisso mandou construir cemiterios. Em relação ao cemiterio velho de Alvôr, decretou aquelle venerando prelado:

«Somos informado da necessidade que ha de se fazer um cemiterio, onde se enterrem os cadaveres dos fieis defuntos, não só pelos grandes inconvenientes e graves damnos, que podem resultar dos enterros dentro da igreja, senão para mais aceio e decencia á casa de Deus. Pelo que mandamos que se faça o cemiterio no logar que temos designado;

e, completo que seja, se sepultem os cadaveres dos fieis defuntos, satisfazendo-se o jazigo ordinario e do costume».

Construiu-se o cemiterio e nelle se enterraram os cadaveres até este anno de 1906, sendo o ultimo que nelle se enterrou o de Manuel Bruxo, que fôra por muito tempo enterrador desta freguesia.

Construiu-se, ha pouco, o segundo cemiterio, o cemiterio novo, e o primeiro cadaver que nelle se enterrou foi o de Nicolau da Costa, fallecido em 3 de dezembro de 1906.

Espera o Reverendo Paroco, sendo auxiliado, aproveitar a capella de S. Pedro para ficar servindo de capella do cemiterio.

E desculpem os nossos leitores que aproveitemos esta occasião para mais uma vez tornar saliente o grande alcance intellectual e a intuitiva perspicacia do nosso venerando Prelado D. Francisco Gomes. A *visitação* a que nos referimos tem a data de 19 de julho de 1805; pois os nossos governos sómente reconheceram a necessidade de se prohibir os enterramentos nas egrejas em 21 de setembro e 8 de outubro de 1835!

No *Diario do Governo* de 2 de junho de 1877 foi publicada uma curiosa portaria que vem muito a proposito dos enterramentos. Nessa *portaria* diz-se que por constar que se enterravam *civilmente* muitas pessoas que tinham vivido no gremio da egreja catholica, cujos enterros eram quasi sempre promovidos por individuos extranhos ás familias dos defuntos, e valendo-se da pobreza d'estes, para obter o seu consentimento, por dinheiro, determina ao governador civil do distrito de Lisboa que faça transmittir aos regedores de paroquia para por elles serem pontualmente cumpridas as seguintes instruções:

«O regedor, logo que tenha noticia do fallecimento de algum seu paroquiano, indague se elle, por testamento, ou declaração escrita, manifestou o desejo de ser enterrado civilmente. Nesse caso, o

regedor não se opporá á vontade do finado; mas na falta desta declaração, ou testamento, providenciará, d'accordo com o respectivo paroco, para que o enterramento se faça segundo o rito catholico. Se as familias dos finados, pela sua pobresa, não poderem occorrer ás despezas do enterro, serão estas feitas pela auctoridade, se não houver instituto de piedade que se preste a concorrer para tal fim». Esta portaria é datada de 26 de maio de 1877.

§ 4.º

Ermidas ou Capellas

Diz o Padre Luiz Cardoso:

«Ha nesta freguesia cinco Ermidas, que são: N. Senhora dos Prazeres, no corpo da Villa; e fora d'ella, S. João Baptista, S. Pedro, S. Sebastião, e junto á barra, e embracadouro para Lagos, está a Ermida de N. Senhora da Ajuda, em distancia de quinhentos passos da Villa, aonde concorrem muitos naturaes, principalmente nos sabbados, a agradecer á Senhora os favores recebidos e a pedir outros de novo.»

Diz o paroco Dionisio Francisco Vidal, na sua Carta arquivada na Torre do Tombo, e datada de 20 de abril de 1758.

«Tem esta Villa dentro de si a Ermida de N. Senhora dos Prazeres, que é o Corpo Santo dos homens do mar, é situada á parte nascente; fora d'ella, a Ermida de S. Pedro, e da parte do Sul, na mesma distancia, a de S. Sebastião; fica a poente, em egual distancia, a de S. João Baptista. Não acode a nenhuma d'ellas Romagem alguma; o que muito bem succedia com a Ermida da Senhora da Ajuda, na praia desta villa, junto da Barra, a qual com as esmolas, que do Ultra-mar lhe mandavam e com as esmolas que lhe davam alguns Romeiros, se achava com muita limpeza e acrescentamento; pois o terramoto de 1755 fez que o mar a arrancasse do seu

fundamento, de sorte que ainda hoje se não pode saber com certeza o lugar certo onde estava a dita Ermida, e nem até hoje se pôde achar ou descobrir a Imagem da dita Senhora, sem embargo de muitas e grandes diligencias que se teem feito; o que tem causado muita magua nestes moradores e nos Povos visinhos, não só pela abundancia de milagres, que fazia, como pela attenção que a Senhora prestava aos votos do Povo».

Tratemos em especial de cada uma das Ermidas.

§ 5.º

Ermida de N. S. dos Prazeres

Esta Ermida estava situada dentro do corpo da povoação de Alvôr. Actualmente acha-se profanada. Ficava situada na rua *Abaixo* em frente do predio do ex.mo snr. Manoel José de Abreu, e depois de profanada foi aforada a este cavalheiro, e hoje serve de adega. A Imagem da Senhora foi transferida para a Egreja Matriz e actualmente está collocada no altar de N. Senhora da Conceição. Esta capella antigamente pertencia aos Mareantes que nella tinham instituido o seu *compromisso*. D. Fr. Lourenço de Santa Maria, arcebispo-bispo do Algarve em uma *Visitação* de 7 de julho de 1754 diz o seguinte:

«Tambem ordenamos que os mareantes por cuja conta corre a fabrica e administração da Ermida da Senhora dos Prazeres desta Villa (era então villa) dentro de quatro mezes reparem a dita Ermida, concertando seus telhados, rebocando uma das paredes de dentro e caiando-a toda por dentro e por fóra, e concertando a sacristia, sob pena de mandarmos fazer os referidos concertos e reparos á sua custa, obrigando-os a satisfazer todas as despezas.

Em 1757 o dr. João Rosendo de Mattos, conego da Sé de Faro e visitador, diz:

«Extranho muito a falta de observancia que tem havido dos decretos da *Visitação* do Ex.mo Sr. Arcebispo-Bispo deste Bispado em que determina que se concerte e repare a Ermida da Senhora dos Prazeres d'esta villa, o que até agora não teem executado com grande prejuizo da dita Ermida, que cada vez se acha mais deteriorada; ordeno pois, aos ditos mareantes que, no termo de um mez se dê principio á dita obra debaixo da pena de excomunhão e de se mandar fazer os concertos á sua custa, faltando á execução deste decreto, visto haver dinheiro para elles, que mandei pôr em deposito, fazendo juntar o que estava disperso em mãos alheias».

Parece que os mareantes daquelle tempo eram excessivamente cabeçudos, pois que em uma Visitação de 1760, dispôz o prelado D. Lourenço de Santa Maria o seguinte:

«Visitando a Capella de N. S. dos Prazeres d'esta villa que pertence aos Mareantes, achei estar indecente e totalmente incapaz de nella estar a Veneravel Imagem; e portanto ordeno que seja transferida para a egreja Matriz, emquanto se repara a dita capella, sendo esta trasladação feita sob a presidencia do Reverendo Paroco, e com a possivel brevidade; e como o dinheiro d'esta capella está na mão de algumas pessoas, ordeno a Gaspar dos Reis, procurador da dita capella, o qual de sua mão tem dado o dinheiro a juro a essas mãos, que o trate de cobrar dentro de um mez sob pena de excomunhão; e se dentro do mez não tiver cobrado esse dinheiro, lhe assigno mais nove dias, fazendo-lhe tres admoestações canonicas, com intervalo de tres dias cada uma, e não cobrando, o Reverendo Prior o declarará por publico excomungado, e a mesma pena, se, cobrado o dinheiro, dentro de quatro mezes, não principiar a dita obra.

«Tambem acho que na dita capella está uma

Imagem de S. Pedro Gonsalves (?) totalmente indecente e envelhecida, portanto, no caso que os Mareantes a não queiram reformar, determino se enterre na Igreja em logar separado do logar dos defunctos, devendo o Reverendo Prior assistir a este acto; e querendo elles reformal-a, determino que seja no mesmo tempo que assigno para o concerto da capella».

Não se tendo cumprido por parte dos Mareantes as disposições daquelle decreto, foi a capella profanada.

§ 6.º

Ermida de S. Pedro

A esta ermida se refere D. Francisco Gomes e já então a achou indecente. Foi restaurada em 1889, mas muito superficialmente. Não ha muito a ella se acolhiam os ciganos, e por ultimo servia de casa de habitação do enterrador Manoel Bruxo. Ha desejos de que sirva de capella do novo cemiterio, visto ficar-lhe proximo. Não se sabe quando foi construida, embora se possa affirmar ter sido construida pelo mesmo tempo da capella de S. João. Possuia esta capella alguns rendimentos, embora poucos.

D. Francisco Gomes, visitando em 22 de agosto de 1790, as ermidas de S. Pedro e de S. João, consignou as seguintes palavras: «Visitamos as ermidas de S. João e de S. Pedro, que achamos muito pobres, e nellas se não celebram missas, e nem teem rendimentos alguns; e por isso rogamos para ellas a piedade dos fieis, afim de que concorram com suas esmolas para as conservarem com decencia e encomendamos ao zelo do Reverendo Paroco os admoeste e os mova a concorrer com suas esmolas para fim tão benefico e tão pio.

Em 1792 o mesmo venerando Prelado visitou novamente a ermida de S. Pedro, e consignou o seguinte:

«Visitando a ermida de S. Pedro a achamos pobre. Como ainda assim tem algum dinheiro, producto de algumas réses que se tem vendido, dinheiro que está em poder de terceiros; e não tem livros onde se assentem as quantias e as pessoas que as conservam em seu poder, mandamos se apronte um pequeno livro rubricado pelo nosso Reverendo juiz dos Residuos para nelle se assentar a receita e a despeza dos bens da dita ermida, e onde se descrevam as réses, que tem, e os nomes das pessoas em poder de quem se conservam taes quantias; e em seguida determinamos que se construa um cofre e nelle se guardem as quantias e mais rendimentos, para em tempo opportuno o aplicarmos em beneficio da mesma ermida, como entendermos conveniente.

§ 7.º

Ermida de S. Sebastião

Nenhumas noticias podemos subministrar referentes á sua fundação nem ao tempo em que a Ermida foi profanada. Já Francisco Gomes se não referiu a esta Ermida.

§ 8.º

Ermida de S. João

Parece que esta Ermida foi construida quando a de S. Pedro; eram perfeitamente eguaes e construidas pelo mesmo artifice. Sobre a fronteira tem ainda a seguinte inscrição : — *Ego sum vox clamantis in deserto.*

Fica esta Ermida dentro do povo actual, ao sul, junto do rio. Serviu até ha pouco tempo de casa de escola do sexo feminino.

Hoje está fechada.

§ 9.º

Ermida de N. Senhora da Ajuda

D'esta famosa Ermida dá completas noticias a carta do paroco Dionisio Vidal, que se acha arquivada na Torre do Tombo. São curiosas essas noticias, como os leitores podem concluir da sua leitura. Em 1739, visitando D. Miguel d'Athaide Côrte Real, protonotario apostolico, em nome do Prelado, esta freguesia, consignou o seguinte decreto:

«Achei que no distrito desta freguesia e em sua praia está uma Ermida de N. Senhora da Ajuda, Imagem de muita devoção; e como pelo deserto do sitio em que está fundada, tenha acontecido, furtarem-se algumas peças pertencentes á mesma Senhora, tornando por isso preciso que se nomeie alguem que assista durante o dia e a noite na referida Ermida, e informando-se-me que Francisco Rodrigues é de bom procedimento, digno de assistir na dita Ermida com cuidado, o nomeio para esta occupação e com certidão deste capitulo, que lhe passará o Reverendo Prior poderá requerer a sua carta de Ermitão ao Reverendo Senhor Doutor Provisor, emquanto se lhe faz casa junto á Ermida.

§ 10.º

Capella do Senhor Jesus do Mar

Em nenhum escritor antigo vemos registada esta capella. Pelos decretos da Visitação feita em 1713 por D. F. Rodrigues de Souza, chantre e visitador ordinario do distrito e comarca da cidade de Lagos, podemos colher algumas noticias respeitantes, á pequenissima capella do Senhor Jesus do mar, cujo pavimento está completamente tomado pela sepultura de D. Brites d'Abreu Simões. Esta capella está situada atrás da capella da Senhora da Conceição, pelo lado de fóra. Diz a referida *visitação*:

«Mandamos ao Reverendo Prior, sob pena de excomunhão maior, que mande cobrar com toda a brevidade o que se achar devendo á confraria da Nossa Senhora da Conceição, com cujo dinheiro mandará pôr a capella da dita Senhora á *face da Igreja*, por me constar não ser serviço de Deus o ser a *capella funda*, na qual, segundo sua capacidade e dinheiro que tiver, mandará fazer um retabulo para a mesma capella, ainda que alguns annos não faça mais de uma commemoração no dia da festa da Senhora, cuja diligencia fará tambem com as mais *capellas fundas* da Igreja».

Ora a pequena capella do Senhor Jesus do Mar está exactamente detraz da capella da Senhora da Conceição do povo de Alvôr, capella *funda* e que o Chantre ordenou que fosse posta á *face da Igreja;* claro foi que ficou atraz da capella da Senhora da Conceição um grande vão, e como a capella fica do lado do sul para a bahia, abriram na parede uma porta para o mar e deram a este vão, decentemente ornamentado, o nome de capella do Senhor Jesus do Mar. E' esta a explicação que o reverendo paroco Adelino de Sousa Ramos dá e que acceitamos como bem fundamentada.

Portanto esta capella data do tempo posterior a 1713.

§ 11.º

Misericordia

Os mais antigos escritores, de que temos conhecimento, quando se referem á Misericordia de Alvôr, affirmam ser pobre. Assim o Padre Luiz Cardoso no seu *Dicionario Geografico* diz: *Tem Alvôr uma pobre casa de Misericordia.*

Silva Lopes, na *Corografia do Reino do Algarve* escreve circunstanciadamente da povoação de Alvôr, mas nem ao menos se refere á santa instituição da Misericordia, o que faz crer que no seu tempo estava em completa decadencia.

D. Francisco Gomes, na sua visitação em 1805, visitando a capella da Misericordia, tem palavras de angustia, referindo-se á indecencia e falta de aceio que notou ali, bem como ainda ao pouco zelo com que o Provedor e Irmãos a tratavam. Os escritores mais modernos são concordes nessa affirmação, e nós não podemos deixar de confessar que a Misericordia de Alvôr está em grande penuria.

Quem fundou a instituição da Misericordia em Alvôr? Ignora-se completamente.

Sabe-se pela historia desta natureza de instituições santas—que a Misericordia de Lisboa foi fundada em 1498 pela rainha D. Leonor, inspirada pelo seu confessor Miguel Contreiras. Seguiram-se outras Misericordias fundadas em diversas cidades e villas de Portugal. Tinham então estas instituições fins essencialmente beneficos: visitar os enfermos e os encarcerados e assistir-lhes na ultima agonia; vigiar e socorrer com pão e dinheiro os enfermos pobres; dar sustento aos pobres envergonhados; encarregar-se dos peditorios para obras de caridade; assistir á execução da pena de morte e receber os seus cadaveres; finalmente fazerem as amisades e compôr amigavelmente as pendencias, procurando obter os perdões dos criminosos.

Junto á Misericordia ha uma pobre albergaria que recebe algum pobre vagabundo, que por ali passa.

A caridosa rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques—escreve Pinho Leal—vendo as grandes minguas que em Portugal soffriam os viandantes pela falta de estalagens, mandou á sua custa edificar e dotar grande numero de albergarias, pelos sitios mais ermos e inhospitos, muitos dos quaes ainda existem. Já tambem sua sogra, a rainha D. Theresa, tinha fundado varias albergarias, nas provincias do norte; a filha de D. Sancho I seguiu aquelles exemplos.

Alguns mosteiros e varios fidalgos, querendo emitar tão santos exemplos, fundaram tambem al-

bergarias; e até uma familia illustre não duvidou tirar o seu appellido de uma dessas instituições, por isso que o seu tronco—D. Paio Delgado—fundara na freguesia de S. Bartholomeu, em Lisboa, uma albergaria; e seu neto D. Soeiro Fernandes acrescentou o appellido Albergaria, que os seus descendentes adotaram.

Mais tarde as cidades e villas e ainda as povoações mais importantes adotaram as mesmas instituições. Não podemos apurar em que epoca foi fundada em Alvôr a sua albergaria, nem quem foi o seu fundador. E' provavel que a albergaria seja mais moderna do que a igreja da Misericordia, sendo esta que instituiu aquella.

§ 12.º

Junta de Paroquia

Esta junta é composta de cinco membros, sendo presidente o paroco

A receita da junta está orçada em 136$000 reis, e em egual quantia a sua despeza.

Compõe-se a receita do rendimento de foros impostos em predios situados na freguesia de Alvôr e Portimão, na importancia de 83$850; de dois certificados no valor de 6$000 reis, e do rendimento de Jazigos etc.—que, somados, prefazem aquella quantia de 136$000 reis.

A congrua do sacristão é paga pela junta—28$160 reis.

A verba das despezas da junta acha-se perfeitamente documentada nos orçamentos aprovados.

§ 13.º

Parocos de Alvôr desde 1723

1723—José Baptista Lobo.
1742—Dionisio Francisco Vidal.

1781—João Batista d'Athaide Cordovil.
1782—Victoriano Affonso Guerreiro.
1791—Domingos Rodrigues Carlos.
1792—Domingos Gançalves Nunes.
1792—Manoel José Ramos.
1793—Victoriano Affonso Guerreiro.
1807—Manoel José dos Ramos
1810—José Vito Biker.
1810—O Vigario da Vara, José Joaquim Castro Farto, encarregado do governo d'esta egreja.
1810—Antonio José Borges da S. Perfeito.
1810—José Alvares Martinho.
1811—Antonio Xavier de Moura.
1814—Francisco de Amor Ribeiro.
1826—Miguel Baptista Vilhena.
1827—Francisco de Amor Ribeiro.
1827—Miguel Baptista Vilhena.
1828—José Joaquim de Sousa.
1831—João Manoel Ignacio Alves.
1831—José Joaquim de Simas.
1834—Francisco Valeiro Mendes Tarouco.
1840—Silvestre Joaquim da Silveira Malanho.
1840—Francisco José dos Prazeres Cabrita.
1859—José Bentes Marreiros e Souza, encomendado.
1860—José Bentes Marreiros, paroco collado.
1872—José do Nascimento Carrilho.
1876—José Bentes Marreiros e Souza.
1884—Francisco d'Assis Nascimento Rocha.
1886—José Gomes Relego Arouca.
1886—Gonçalo Antonio de Seixas (N).
1905—João Carlos de Oliveira Mendonça.
1905—Adelino Mendes de Sousa Ramos.

Dos reverendos parocos mencionados, alguns administraram esta freguesia como encomendados.

Hoje a congrua do paroco é de 280$000 reis. Reunindo-se o rendimento do pé de altar e do eventual, não excedem a 450$000 reis.

Começa a indicação dos parocos de Alvôr em

1723, porque não existem livros de data anterior no arquivo eclesiastico.

§ 14.º

Torre do Facho

Nas edades pre-historicas construiram-se os *talaiotes*, que Sampere y Miguel, no seu livro—*O Luxo*—descreve assim:

«E' uma casa torre construida de forma que os habitantes podem estar sem receio dos vizinhos curiosos ou dos atrevidos piratas. E' como que uma torre macissa de quatro a seis metros de altura, em forma de cone truncado, em cujo plano superior habitava a familia.

Quando se construia o talaiote, deixava-se pela parte de fóra uma fiada de pedras, em zig-zag, por onde, á maneira de degraus de uma casa, se subia para o plano superior, onde a familia habitava. E' claro que um só homem collocado no plano superior era bastante para impedir a subida do inimigo. Esta especie de habitações era um progresso, comparando-a com as cavernas e os silos».

Mais tarde, quando o homem chegou á perfeição de construir predios urbanos, conservou os talaiotes, de onde vigiava a aproximação do inimigo. Nos tempos proto-historicos conservaram-se os talaiotes. Com a invasão dos mouros, estes batisaram aquelles edificios singulares com o nome de *almenaras,* porque no alto do talaiote, quando em guerra, mandavam collocar empregados, que tinham por obrigação queimar porções de lenha, quando viam o inimigo proximo: *signal de rebate.*

Com o andar dos tempos se inventaram os *fachos*, que eram *almenaras* aperfeiçoadas.

Se a *torre do facho* de Alvôr não representa uma casa pre-historica, ou uma *almenara*, significa que serviu de torre de aviso ou atalaia de onde, com fogos artificiaes, se dava rebate. Esta torre fe-

chava a bahia de Alvôr pelo lado oriental. O tremor de terra de 1755 arruinou-a completamente, e hoje só resta ao sitio o nome de *Facho*.

§ 15.º

Castello de Alvôr

D'este castello, cuja origem se mergulha nas trevas da mais remota antiguidade, se apossaram os mouros em 716, e n'elle se conservaram durante seculos, até que foram expulsos pelos christãos. Uma frota de Cruzados, quatro semanas antes de começar o cerco posto a Silves, composta de cincoenta e cinco naus flamengas, o expugnou, matando 5.600 pessoas, de ambos os sexos, e de todas as idades; e suppomos que não fossem mortos todos os seus habitantes, porque quando uma segunda frota de cruzados, reforçada por portuguêses, pôz cerco a Silves, n'esta cidade se tinham acolhido os que tinham fugido ao massacre de Alvôr. Tendo sido este castello novamente tomado pelos mouros, entregou-se todavia quando a cidade de Silves cahiu em poder dos portuguêses pela primeira vez.

Mais tarde Silves tornou a cahir em poder dos mouros e bem assim Alvôr. No tempo de Paio Peres Correia, este cahiu sobre Estombar e Alvôr, e tomou-os ambos; mas o rei de Silves, receiando ter perto da sua cidade inimigo tão importuno, propoz-lhe a troca de ambos pelo de Cacella, que D. Paio aceitou. Algum tempo decorrido, deu-se a traição dos mouros de Tavira, e então o mesmo D. Paio tomou Silves, e cahiu outra vez sobre os dois castellos, tomando-os á força de armas.

Estes combates de mouros e de portuguêses deveriam ter arruinado o castello de Alvôr, e por isso D. Diniz, em 1300, mandou reparar os estragos feitos, se é que não reedificou por completo o castello.

Mais tarde D. João II permittiu que os mora-

dores de Alvôr fizessem habitação do castello. E' hoje propriedade do snr. Manoel José de Abreu, abastado proprietario, e descendente da distincta familia dos Abreus, como mais adiante informaremos.

Este castello estava construido defronte da egreja paroquial, n'um morro sobre o rio, em o logar hoje conhecido por *Villa Velha*, e ainda ali hoje se encontram largos alicerces de antigas edificações. Em 1840 foi o castello, demolido, avaliado em 80$000 réis.

§ 16.º

Largos, Ruas e Travessas

Existem em Alvôr — Praças, (Largo), Rua da Ribeira, Rua da Igreja, ou do Bispo, Rua do Mourão, Rua do Arieiro, Rua do Castello, Rua Verde, Rua Abaixo, Rua Acima, Rua de S. João, Rua do Paço, Rua Serpa Pinto, Travessa da Igreja, Travessa do Arieiro, Travessa de S. João, Travessa do Mourão, Travessa do Castello, Alto de S. João, S. João, Castello (Largo), Adro (Largo) e Ribeira.

D'estas ruas as principaes são: Rua Acima, que vem dos Montes de Alvôr e chega ao Largo da Praça; Rua Abaixo, que segue da Praça até á residencia actual do Reverendo Seixas, paroco proprietario. Nesta rua moram a ex.ma snr.a D. Maria Firmina Judice Abreu, e seus filhos Manuel José de Abreu e D. Emilia Paula Judice Abreu. E' este o melhor predio da povoação, Rua da Igreja ou do Bispo, assim chamada por ter sido concertada, quando o nosso Ex.mo Prelado fez a sua visita a Alvôr — Rua da Ribeira, que nos conduz ao rio, Rua Verde, onde está situada a casa com o brazão da illustre familia Pachecos, Rua do Arieiro, que conduz até á estrada de Portimão.

§ 17.º

Predios mais importantes

Alem do predio da familia Abreu, existem outros predios menos importantes, mas dignos de especial menção: na Rua Verde os predios dos snrs. Francisco José Xavier e Vicente Xavier de Paiva; na Rua da Ribeira o do snr. Antonio Francisco Castella; na Rua da Igreja o do snr. José Fernandes dos Santos e o do snr. Joaquim Fernandes dos Reis; no Alto de S. João o do snr. João Lourenço Carrajola e Antonio Lourenço Carrajola.

*
* *

Na Praça existe um predio, que, segundo vem da tradição, serviu de paço camarario e de Tribunal Judicial. Pertence actualmente ao snr. Gastão da Silva. Na Rua Verde, como acima dizemos, ha um brazão da illustre familia dos Pachecos: duas caldeiras, de preto, postas em palla, com tres faxas, cada uma de ouro e vermelho, veiradas e contraveiradas, e tambem as azas, e em cada caldeira quatro cabeças de serpes de ouro nas reigadas das azas, duas para fora e duas para dentro, com as linguas vermelhas: timbre dois pescoços de serpe de ouro com duas cabeças batalhantes. Este brazão, tendo sido mal interpretado, deu occasião a espalhar-se que El-Rei D. João II tivesse falecido na rua Verde, quando é certo que faleceu na rua do Paço, no predio, segundo se affirma, de Alvaro de Athaide, sogro do alcaide-mor Diogo Moniz, que era casado com Maria de Athaide, filha d'aquelle Alvaro.

*
* *

Lemos no *Dicionario Portugal* que em Alvôr existiam duas filarmonicas denominadas *Primeiro de Maio*, e *Oito de Dezembro*, uma era progressista e tinha esta o seu nome de guerra — Caca Rala; — a outra, regeneradora, era conhecida pela designação de guerra — Catelões ou *Varredores*. Estas filarmonicas tornaram-se muito conhecidas, desde que um actor imitador as parodiou nos theatros da provincia. Deixaram de existir, entregando a alma ao criador, haverá uns tres annos, e cremos que não deixaram muitas saudades pela má aplicação que davam aos trombones, que muitas vezes serviram de remos sobre as costellas do proximo, seguindo-se, após tal toque desafinado, as grandes caminhadas a Portimão, tornando-se verdadeiros *ninhos de guinxo* para os empregados da justiça.

Consta-nos que ainda hoje há restos de desgostos entre os filarmonicos que figuravam nas duas bandas. Devem esquecer antigas desavenças, lembrando-se de que o tempo tudo gasta, e por isso devem desapparecer os effeitos das suas desafinações. No entanto devemos dizer que taes resultados foram logo previstos. Uma povoação pequena com duas filarmonicas!... Era musica de mais, com a agravante de cada uma ter a sua *pancadaria*, que costumava *desafinar* nas costas dos parceiros!

*
* *

Tem Alvôr a sua feira annual que se costuma celebrar no terceiro domingo do mez de março.

Não tem mercados publicos, aonde concorram as freguesias limitrofes, sendo todavia certo que todos os dias tem mercados de peixe, marisco e fructas, onde se vão fornecer os habitantes do povo e freguesia.

Tem correio de quarta classe, notando-se a falta do telegrafo, principalmente nas epocas de maior pesca.

E' pena que ali se não encontre um hotel ou hospedaria importante, onde se hospedem os passageiros que ali concorrem, por necessidade, ou de visita á terra.

Encontra-se, entre outras, a seguinte frase conhecida no Algarve com aplicação a Alvôr: *quem vai a Alvôr vai a Lagos, que é mais uma legoa de areia.* Esta frase é muito antiga e data do tempo em que ainda não havia estradas publicas entre Alvôr e Lagos. Então ia-se de Alvôr a Lagos por mar, ou atravessava-se uma legua de areia.

Hoje quem quer de Alvôr ir a Lagos embarca, ou vae pela estrada a mac-adam entrar na outra estrada, da mesma nutureza, de Portimão para Lagos:

§ 18.º

Villa Velha

O local hoje denominado *Villa Velha* estende-se desde o rio até o sitio da Fontainha, local onde actualmente as mulheres vão lavar a roupa. Esta facha de terreno, até poente da povoação, fica em frente da porta principal do templo, seguindo sempre á beira do rio, o que denota que já posteriormente á edificação do mesmo templo um cataclismo destruiu os predios que occupavam aquella facha, pois não se explica que a porta principal de um templo abrisse sobre um logar despovoado. Demais: na mesma facha encontram-se restos de grandes edificações, e dali tem sido extraída grande porção de pedras não sómente para as construcções particulares, mas para diversas construcções publicas, como o adro e calcetamento das ruas mais importantes da povoação, como Rua Abaixo, Rua da Ribeira, mandadas concertar por uma camara, de feição regeneradora, de Portimão.

Cremos que se presidir conveniente estudo na escolha das pedras daquellas ruinas, encontram-se instrumentos neolithicos de grande valia, porquanto

Estacio da Veiga ali encontrou documentos dessa antiga civilisação.

Para explicar o caso nunca visto de um templo, que é a Matriz de uma freguesia, abrir a sua porta principal para um logar despovoado, sendo a sua povoação situada em local opposto, corre em Alvôr uma lenda, que no seu logar competente registaremos. E' curiosa essa lenda, que certamente não tem grande fundamento, mas que ainda assim claramente se refere a um fenomeno geologico, que ella consagra.

Como já acima affirmamos, o templo parece traduzir a arquitectura manuelina; mas antes de D. Manuel ali havia um templo; seria o actual construido no mesmo local do antigo, conservando-se a porta principal na mesma direcção, ou o fenomeno deu-se depois de D. Manoel?

E' sabido que em 7 e 28 de Janeiro de 1531 houve dois terriveis tremores de terra: o 1.º foi geral em todo o reino, fugindo muita gente de suas casas, preferindo viver em choupanas, ou ao ceu aberto. Neste terramoto foram subvertidas povoações inteiras, morrendo muita gente. O 2.º fez-se sentir a 60 leguas distante de Lisboa, subvertendo-se nesta cidade 1.500 casas, e morrendo muita gente em toda a area do mesmo terremoto.

Seria a villa de Alvôr subvertida por algum ou por ambos aquelles terremotos?

A lenda refere-se ao tremor de terra de 1755.

O que forçosamente devemos concluir é que no momento em que o templo foi primitivamente construido a facha actual, denominada *Villa Velha*, era povoada.

CAPITULO XIII

Sitios da freguesia

Em vista do rol dos confessados podemos affirmar que na freguesia de Alvôr ha os seguintes sitios habitados:

Montes de Alvôr (aldeia), Queimada, Hortas, Alcaria, Monte Velho, Damiana, Tapada, Poço, Almadanim, Valle, Chão das Donas, Penina, Hortas dos Montes, Castello de Portimão, Lapas, Valle do Lagar, Amoreira, Monte Alto, Crujo, Monte Judeu, Quinta Nova, Reguengo, Quinta 3 bicas, Facho, Murticeiras, Lagôas, Riteira e Ponte da Mascorra.

Seguindo a ordem de preferencia escreveremos em primeiro logar das ermidas existentes nesta freguesia, e da Aldeia dos Montes de Alvôr:

§ 1.º

Ermida da S. da Conceição

Foi esta ermida fundada em 1756 pelos devotos da aldeia dos Montes de Alvôr, entre os quaes se distinguiram os fieis do sexo feminino, não tanto com o seu dinheiro e esmolas de valor, como pelos seus serviços manuaes. Naquelle tempo de immenso fervor pela Immaculada Conceição da Virgem, a ideia de se fundar nesta bonita aldeia um santuario dedicado á Virgem sob aquella invocação, foi enthusiasticamente acceita por todos aquelles fieis.

E' sabido que muito tempo antes da definição dogmatica acerca da Immaculada Conceição da Virgem Maria toda a christandade venerava este ineffavel Misterio, e assim se achavam da sua parte nove concilios geraes, mais de trinta Pontifices, innumeraveis Cardeaes, Patriarcas, Arcebispos e Bispos, todas as Religiões Sagradas, trinta Universidades, e mais de seis mil auctores, tanto gregos como latinos, os quaes, na maior unanimidade, sustentaram a doutrina da Immaculada Conceição. D. João IV fez-se feudatario, com seus descendentes, reinos e vassallos, da Senhora da Conceição, elegendo-a por Patrona e Protectora de Portugal.

A simples aldeia dos Montes de Alvôr, seguindo a mesma corrente de ideias, confirmou as suas

crenças, erguendo aquella ermida á Mãi de Deus, sob aquella invocação.

Ordenou D. João IV que fossem assentes em todas as portas das cidades e villas de seus reinos e conquistas Padrões em que fossem inscritas as declarações da sua resolução; mas ninguem nos sabe informar do que fosse feito d'essa inscrição que deveria ter sido assente ás portas da Villa de Alvôr. Naturalmente perdeu-se; e por isso a aldeia dos Montes de Alvôr, em protesto contra o iconoclasta que destruisse aquella inscrição, ergueu aquelle bonito sàntuario dentro da sua aldeia.

Na *Visitação* feita pelo venerando Prelado D. Francisco Gomes áquella ermida louva o aceio em que a viu; e ainda hoje os fieis da aldeia a curam com muito mimo e respeito.

§ 2.º

Ermida da Senhora do Verde

Esta ermida foi em tempo séde de uma paroquia sob a invocação de N. Senhora da Assumpção do Verde. D. Francisco Gomes, reconhecendo que esta freguesia não estava em condições de manter a sua independencia, desmembrou-a, distribuindo os seus sitios pelas freguesias limitrofes, ficando alguns destes adstritos á freguesia de Alvôr, entre os quaes o sitio em que está construida a ermida, o sitio do Morgado de Reguengo, Almandanim, Mosqueiros e outros.

A primeira desmembração, decretada por uma Provisão datada de 23 de Junho de 1794, foi alterada por uma Portaria de 1795, nos seguintes termos:

«Tendo nós ordenado pela nossa Provisão de 23 de Junho do anno proximo que os fregueses da paroquia de N. Senhora da Assumpção do Verde, termo de Monchique, ficassem encomendados aos parocos das Egrejas confinantes e tendo resultado

algumas duvidas acerca das casas ou fogos mais vizinhos á paroquia de Mexilhoeira Grande para onde mais commodamente teem passagem de ribeiras e possam ser socorridos e viver com mais consolação do pasto espiritual—Declaramos e determinamos que as casas ou fogos, designados—Valle dos Fructados, Ribeiro do Pereiro, Almargem, Monte Carneiros, Moinho Novo, Moinho da Rocha, Moinho dos Pereiros (Alcalá) e alguns Montes ou casas, que fiquem de Nossa Senhora do Verde a poente, assim como o Monte Velho e algum outro immediato, se entendam encomendados os seus moradores ao paroco da freguezia de Mexilhoeira Grande, e em tudo o mais se entenda outrosim em vigor a sobredita nossa Provisão, junto á qual ficará tambem registada esta nossa Portaria nas quatro paroquias.»

Quer pela divisão ordenada na Provisão quer pela Portaria, o sitio onde se ergue a ermida ficou pertencendo á freguesia de Alvôr.

A Imagem da Senhora do Verde foi para Alvôr e encontra-se no cemiterio Velho. E' de barro vermelho e já não tem cabeça. A pia batismal está em poder de um particular que não duvidou aproveitar-se della e della se serve para bebedouro do gado. Parece incrivel que não tenha apparecido um só descendente dos que foram batisados naquella pia e protestado contra a aplicação tão profana de um objecto tão santo, como é a fonte batismal. Temos pena de nos ter esquecido o nome de tal possuidor, que assim faz uso improprio da pia batismal, onde talvez tenha sido batisado o avô!!...

§ 3.º

Montes de Alvôr

E' uma grande aldeia, habitada por cento e oitenta e cinco fogos, que se compõem de seis centas e trinta e sete almas.

Tem algumas ruas e dentro a bonita ermida da Senhora da Conceição, a que já nos referimos.

Na maxima parte, os seus moradores são pequenos lavradores e pescadores. Parece que em seculos atraz esta aldeia era denominada *Montes Debaixo*, pois que o Padre Luiz Cardoso, referindo-se a Alvôr, escreveu:

«Neste pequeno termo tem Alvôr em sua freguesia um lugar chamado *Montes Debaixo*. Tem esta aldeia algumas ruas rasoaveis, mas é povoada na sua maior parte por pequenos lavradores e pescadores».

Nesta aldeia residiu uma familia illustre, que foi ascendente de outras familias distintas, ás quaes mais adiante nos referiremos quando tratarmos da familia dos Abreus.

*

* *

Todos os sitios indicados na primeira parte d'este capitulo estão bem cultivados. Chamamos porém a attenção dos nossos leitores para alguns d'elles cujos nomes parecem representar uma civilisação mais antiga. Nesse numero temos o sitio de *Alcaria*. A palavra *Alcaria*, é arabica e designava villa, aldeia ou povoação; e portanto devemos concluir que durante o dominio agareno foi aquelle sitio muito povoado.

Almadanim é igualmente termo arabico, e entre os arabes significava uma torre. Parece ser a formula diminuitiva de *Almadena*, e como esta designava uma alta torre, é possivel que alli existisse uma torre mais pequena. Em cada mesquita havia a chamada *almadena*, com uma varanda corrida em redôr, com quatro portas em correspondencia' Era desta varanda que o *muslem* (padre) gritava. chamando o povo á oração.

Haveria no tempo dos mouros, naquelle sitio, alguma pequena torre para aquelle effeito?

Chão das Donas. Este nome aplicado ao sitio quer significar que elle era pretensa de algumas

senhoras da primeira nobresa, dos primeiros seculos da monarquia, pois que, como é sabido, em tempos antigos não era licito appelidar-se de dom quem de direito o não tinha.

A nossa *Ordenação* lib. 5, tit. 92 § 7 diz:

«Defendemos, que nenhum homem, nem mulher, se possa chamar, nem chame de Dom, se lhe não pertencer de direito, por via de seu pai ou avô da parte de seu pai, ou por nossa mercê, ou que nos livros de nossas moradias com o dito *Dom* andar. E as mulheres o poderão tomar de seus pais, mães ou sogras, que o dito Dom directamente tiverem, como sempre nestes reinos se costumou».

Depois, Philippe II, por uma *extravagante* de 3 de Janeiro de 1611, mandou aplicar graves penas aos que usassem do *Dom* sem lhes pertencer.

Portanto aquella designação – *Chão das Donas* – denotava que as suas possuidoras eram de nobre estirpe.

Castello de Portimão — Como diz Pinho Leal o nome castello aplicado a um sitio significa que nesse sitio houve antigamente um castello. Sabe-se que entre os lusitanos houve pontos fortificados com a designação de torres ou talaiotes. Invadida a peninsula pelos Fenicios, estes arrasaram grande parte daquellas construcções, que lhes tinham feito mais damno. Os romanos expulsaram os Fenicios e egualmente destruiram as suas fortalesas, edificando outras a que chamavam *Castros* ou *Crastos*. Vieram os Godos, e depois os Arabes, e mutuamente se combateram arrasando os pontos fortificados dos seus inimigos. Em que tempo seria construida a fortalesa, que hoje não existe, mas que conserva o nome de Castello de Portimão? Ignora-se.

Lapas — Com esta palavra eram antigamente designadas as cavernas ou habitações primitivas dos povos trogloditas. O certo é que neste sitio contiguo a Alvôr foi achado um monumento neolitha — um machado de pedra, offerecido ao nosso benemerito patricio Estacio da Veiga.

Reguengo — Desdes os reis das Asturias — escreveu o Abbade de Miragaia — todas as terras que eram patrimonio real por terem ido á coroa por direito de conquista, confiscação, herança, escambo etc., eram chamados *Reguengos*. Varios soberanos davam alguns desses bens ás egrejas, mosteiros, ou a vassallos que mais se tinham distinguido pelos seus merecimentos, e aos quaes desejavam favorecer ou engrandecer.

Parece, pois, que aquelle Reguengo situado na freguesia de Alvôr e actualmente possuido pela ex.ma viuva de José Maria Eugenio, de Lisboa, representa um desses terrenos offerecidos pelos reis aos mosteiros, egrejas, ou vassalos. Não pudemos fazer a historia desse Reguengo por falta de informações; sabemos, porem, que na *Relação dos bens nacionaes* avaliados em 1840 figura o Reguengo (morgado) como sendo avaliado em sete contos. Naturalmente foi José Maria Eugenio que o comprou.

§ 4.º

Sitios não registados

Alem dos sitios inscritos no capitulo antecedente, outros ha, que, embora não estejam registados no rol respectivo á freguesia de Alvôr, por não serem habitados, devem merecer e merecem toda a attenção por parte dos investigadores de documentos pre-historicos. Disse Estacio da Veiga, e disse com aquella auctoridade, que não pode ser posta em duvida, que todo o tracto de terra comprehendido entre as aguas de Alvôr e as de Portimão, foi notavelmente habitado, pelo menos desde a ultima edade da pedra, que tem por caracteristicos mais tipicos a arquitectura dolmenica, o enterramento dos mortos, a industria da pedra polida ou lisa, e as primeiras manifestações da arte ceramica na Europa, porque todos esses caracteristicos abundam nesses terrenos,

a certos espaços.» Entre os sitios habitados da freguesia de Alvôr, outros ha não habitados, que se compõem de terrenos, designados pelos seus proprietarios com especiaes designações. E' destes que vamos tratar, pedindo aos nossos leitores toda a desculpa se vamos repetir assuntos já discutidos.

Um destes sitios é designado com o nome especial de Grajão.

§ 5.º

Grajão

Neste sitio, que fica pouco distante da povoação de Alvôr, appareceu um machado de quartzo ferruginoso com o gume abatido, tendo sido formado pelo desengrossamento convergente das duas faces e terminado por uma extremidade inferior arredondada. Foi comprado por Estacio da Veiga, como em outro logar escrevemos, e se aqui repetimos esta noticia foi para novamente chamar a attenção dos curiosos, e muito especialmente do governo, embora tenhamos para nós que o governo não pensa nestas coisas, pela simples circunstancia d'aquelle aforismo latino — *De minimis non curat praetor.*

§ 6.º

Villa da Feira

Neste sitio comprou Estacio da Veiga um machado de pedra lisa ou polida ali achado. Pelo que temos exposto este instrumento pertence á segunda idade da pedra; de onde se deve concluir que neste logar havia nas epocas prehistoricas uma civilização, propria daquella idade.

§ 7.º

Monte de Cima

Fica este sitio muito proximo dos Montes de Alvôr; e a Estacio da Veiga constou serem ali encontrados alguns machados, de pedra, neolithicos.

Ora todos estes sitios se acham comprehendidos numa zona extensa habitada pela civilização neolithica, ou, pelo menos, na transição para a edade dos metaes.

De grande importancia seriam para a sciencia quaesquer estudos neste vasto trato de terra, mas a um particular tal estudo seria impossivel, pelos grandes capitaes a empregar, e aos nossos governos ninguem ousa solicitar esse estudo por milhares de razões, sendo uma, e basta esta, não ter dinheiros disponiveis para aquillo que muita gente classifica de *velharias impertinentes*. No entanto lá fora, entre as nações tidas e havidas como as mais civilizadas, pensa-se de outra forma.

§ 8.º

Hortas e Noras

No sitio das Amoreiras existem duas hortas alimentadas pela agua de uma só nora no mesmo sitio, e cuja agua é potavel.

Na estrada da barca ha uma horta com sua nora, mas d'agua salobra.

No sitio do Poço, suburbios do Povo, ha duas hortas alimentadas pela mesma nora d'agua salobra; seis hortas com tres noras de agua tambem salobra, servindo aquellas tres noras para as referidas seis hortas.

No sitio do *Alto do Poço* ha uma horta com a sua nora de agua salobra; no sitio do Morgado outra horta e uma nora.

No sitio da *Dourada*, chamado assim, por ter ali ficado encalhado numa arvore um peixe d'este nome, quando o mar deitou fóra em 1755, segundo a lenda refere, existem quatro hortas, tendo cada uma a sua nora.

No sitio da Nora ha cinco hortas, quatro com as suas respectivas noras, e uma que se aproveita das aguas de uma d'aquellas.

No sitio da Brava existe uma nora. No sitio dos *Pesqueiros* ha uma horta com a sua nora; no sitio dos Barreiros tres hortas e noras competentes; no sitio do *Queimado* uma horta e sua nora; nos suburbios dos *Montes d'Alvôr* ha muitas hortas, algumas com suas noras proprias, e outras que se aproveitam da agua daquellas noras.

Proximo do Sapal dos Montes, e no sitio denominado—Valle—existem mais de vinte hortas com suas respectivas noras. No sitio da *Tapada*, do sr. João Bernardo, ha diversos hortejos e muitas noras que os regam. Existem mais hortejos de somenos importancia, tendo quasi todos agua propria, mas salobra. Semeiam nestas hortas e hortejos tudo quanto se costuma semear no Algarve, sendo todavia certo que naquellas hortas ou hortejos aonde costumam lançar o adubo das plantas marinhas, que no inverno se congregam por occasião dos temporaes, as hortaliças são de inferior qualidade e muito desgostosas, o que não succede naquellas hortas em que preside todo o cuidado e esmero no modo de as cultivar, porque nessas as hortaliças são tenras, gostosas e de superior qualidade. Os cultivadores destas hortas costumam ir vender a sua hortaliça a Portimão e Lagos, onde é muito apreciada.

§ 9.º

Moinhos e Mós ou Moses

Houve não ha muitos annos nesta freguesia dois moinhos movidos pelo vento, que hoje cairam em ruinas; ha apenas um moinho movido pela agua nos Montes d'Alvôr.

As grandes fabricas de farinha, nos centros mais importantes, teem arruinado os nossos antigos moinhos de vento, tanto na nossa provincia, como ainda na Andaluzia, (Hespanha); e se a febre das fabricas se propaga a todos os pontos, tempo haverá em que se torne incomprehensivel aquella passagem de D. Quichote em lucta com o celebre moinho de vento.

Tambem nos informam que tendem a desapparecer em alguns pontos da nossa provincia os celebres e antigos moinhos caseiros, vulgarmente conhecidos simplesmente pela designação de *Mós* ou de *Mózes*. No norte do paiz, Minho e Douro, segundo nos informa o nosso amigo e muito reverendo paroco de Miragaia, continuador illustradissimo do *Portugal Antigo e Moderno*, apenas estes moinhos podem ser examinados em algum museu. Eis as suas palavras:

«Mencione todos os *moinhos de mão*, feitos de pedra, que haja na villa e freguesia. Este topico será lido com interesse já hoje, fora do Algarve, pois julgo que essa provincia ainda hoje tem *milhares dos taes moinhos*, talvez mais do que a parte restante de todo o nosso paiz. Cá pelo norte apenas se encontram nos *Muzeus*, como neste do Porto — emquanto que no Algarve, quando eu o visitei de corrida, em 1878, vi alguns em Lagos e com surpreza ouvi a musica ao som d'elles, quando passeava na villa de Monchique.»

Estes moinhos teem uma origem muito antiga: datam, segundo geralmente se affirma, dos tempos prehistoricos, e prendem-se aos povos neolithas.

Ainda hoje existem em grande profusão em todo o Algarve; e aqui, em Loulé, faziam elles parte forçada do dote de casamento. São estes moinhos considerados o *segredo das familias,* talvez porque as chamadas papas do lavrador são feitas com o *xerem* ou farinha de milho, alimento barato de que o lavrador se alimenta, dispensando outro de maior preço. Em Alvôr, como em todas as povoações do Algarve, encontram-se muitos destes moinhos.

Diligenciaremos descrevel os. Compõem-se de duas partes: *mó* de cima, e *mó* de baixo. Ambas teem a mesma circumferencia: aproximadamente um metro. A mó de baixo, de 15 centimetros de expessura, tem ao centro um *espigão* de ferro, onde se introduz um instrumento de madeira, chamado *segurelha*, de um feitio especial. Esta mó é plana. A *de cima* tem a mesma circumferencia da de baixo, mas é menos expessa. No centro da mó de cima ha uma cavidade que a atravessa no seu todo de uns 12 centimetros de circunferencia e no seu plano inferior uma cavidade correspondente á segurelha, que evita, no seu rodar, que a mó de cima salte sobre o grão e se escape da de baixo, pois que o *espigão* é relativamente delgado.

Na parte superior da mó de cima ha uma cavidade parcial onde se mete um pequeno cabo de madeira ou de ferro, chamada *mão,* a que o operador se segura, quando quer fazer a moenda. O grão é metido pela abertura da mó superior. O individuo, quasi sempre uma mulher, impellindo a mó de cima sobre a de baixo por meio da mão, faz rodar aquella sobre esta, triturando o grão que sae em farinha. Se é milho que se moi, a esta farinha chamam *xerem.*

O Snr. Leite de Vasconcellos, e outros escritores que se occupam dos estudos prehistoricos, ensinam que estas *moses* datam do tempo dos neolithas; e é certo que nos descobrimentos feitos, relativos a esta epoca, teem sido encontrados estes moinhos.

Ha uma circunstancia digna de nota: dizem os

que teem usado das papas feitas com o *xerem* produzido por esta especie de *moses* que o seu alimento é muito mais saboroso do que o produzido pelas moses dos moinhos de vento ou movidos pela agua. Gostos não se discutem. Não podemos indicar o numero de moses que existem no povo e freguesia de Alvôr, porque teriamos de entrar em todos os predios de habitação.

§ 10.º

Pontes

Duas são as pontes principaes desta freguesia: uma a da *Penina*, a outra denominada a do Cagorro, ambas na estrada real, que põe Lagos em communicação com Portimão.

CAPITULO XIV

Caracter, usos e costumes

O algarvio é essencialmente franco, valente, expansivo, muito amante da sua patria e da sua liberdade: o povo de Alvôr não faz excepção. Descendentes dos Turdetanos, povo d'heroes, os algarvios em todos os tempos manifestaram o seu grande valor, a sua audacia e o seu extremo amor pela sua patria e pela sua liberdade. Na historia das navegações desempenhou o Algarve o principal papel, pois que, quando esse mancebo, profundamente inspirado do amor da patria, fez da ponta de Sagres o ponto de partida das suas naus e caravellas para as descobertas de rumos ignotos, e o centro dos seus estudos nauticos, foram algarvios os que primeiramente se alistaram nessas audaciosas cohortes, e filhos de Alvôr os valentes marinheiros, que, sob o commando de pilotos algarvios, foram implantar as nossas civilizações entre povos desconhecidos e por mares nunca de antes navegados. De uma só fé e de

uma só crença, nunca vacilaram no seu amor á patria querida, morrendo no campo da batalha como morrem os heroes.

Nos diversos periodos das nossas revoluções, o algarvio esteve sempre ao lado da patria; e quando o grande mestre de Aviz e mais tarde D. João IV tiveram de hastear o pendão da patria, formaram ao seu lado todos os algarvios, recebendo carinhosamente aquelles dois vultos notaveis da nossa historia. E ainda os filhos de Alvôr acompanharam firmes aquelles dois movimentos revolucionarios. E a prova a temos nesse grande e bravo militar da guerra da Restauração—Francisco Soares Pacheco,—que, na batalha de Montes Claros, e apesar de ter sido ferido por tres balas de mosquete, não se quiz retirar da batalha emquanto não ficou seguro da victoria; e mais modernamente, no tempo de D. José, encontramos esse extraordinario amor pela patria em Caetano Pimentel de Vabo, que, reconhecendo que a patria necessitava nesse momento do serviço de todos os seus filhos, os foi offerecer ao rei, qual outra Filippa de Vilhena na notavel revolução de 1640.

Quem desconhece os serviços prestados pelos filhos de Alvôr, entre muitos dos quaes se destacam Alvaro de Athaide, Tristão de Athaide, e o celebrado capitão de *Çafin* Nuno Fernandes de Athaide?

Naquelle tempo, como ainda hoje, eram os officiaes de maior patente, que colhiam os louros das victorias, sendo registados simplesmente os seus nomes nas paginas da historia, embora esses combates fossem ganhados com o sangue dos soldados; pois se os nomes d'estes fossem egualmente inscriptos nas nossas cronicas, veriamos quão grande era o numero dos filhos de Alvôr que em defesa das nossas liberdades e da salvação da patria verteram o seu purissimo sangue.

*
* *

São os filhos de Alvôr laboriosos, activos e emprehendedores; e nesta affirmação comprehendemos tanto a classe maritima como a que especialmente se entrega aos trabalhos agricolas. Assim como os maritimos conhecem todos os segredos da sua arte, e com o seu trabalho fornecem de pescado e marisco as praças de Lagos, Portimão e Ferragudo, os lavradores sabem cultivar com mimo as suas propriedades, de onde tiram fructos saborosos, ali bem caracteristicos. E nestes serviços são uns e outros dedicadamente auxiliados pelas suas mulheres, que não só cuidam do governo domestico e se entregam a alguns serviços manuaes, de menos esforço, como na empreita da palma, na apanha do figo e da uva, e no serviço dos fumeiros, tanto em Alvôr, como em Portimão, mas ainda, as mulheres dos lavradores nas sementeiras e nas ceifas, e as dos maritimos no concerto das redes de pesca, prestam bom serviço. São as mulheres honestas e muito estremosas pelos marido e pelos filhos. Por estes sacrificam-se até ao extremo; e se alguem as deseja vêr exaltadas basta que ameacem os filhos, que ellas, nesses momentos, embora elles tenham mais de vinte annos, os mimoseiam de *meninos*, mas *meninos* muito mal creadinhos, de cuja educação não cuidam, condescendendo sempre com os exageros das *criancinhas*, e a sua má criação. Especialmente entre a classe maritima são notaveis os seus exageros e excitações, quando alguem diz mal ou molesta algumas das taes *creancinhas* de vinte annos. Saem á rua o pae, a mãe, os irmãos e a numerosa parentella a despicar o atrevido que ousou afrontar o menino, porque entre elles bater ou ameaçar um seu filho equivale mesmo a *deshonrar* o *menino;* e por isso, quando se dá um facto d'esta natureza, é certo que parte da familia vai despicar o atrevido e a outra parte caminha immediatamente para casa do regedor a participar a afronta recebida, ou para Portimão a queixar-se perante as auctoridades judiciaes. E' talvez por isso que a rua em frente da casa de

residencia do regedor da freguesia não cria hervas.

*
* *

Os costumes e os usos dos filhos de Alvôr, referindo-nos á classe maritima e dos lavradores do campo, teem algumas particularidades curiosas. Em regra, o maritimo agazalha no mesmo cubiculo a numerosa familia, o porco, a galinha, os gatos e os cães.

Desconhece por completo a higiene, e infelizmente a auctoridade não se sabe impôr no intuito de combater aquelles maus costumes, que veem de antigas epocas.

Nas altercações entre os da mesma classe maritima manifestam um modo de discutir pasmoso: correm uns contra os outros, de mão fechada, parecendo que cae o ceu, mas a meio caminho recuam, para, novamente, acommetter e chegar com a mão á cara do adversario, e com isto ficam satisfeitos. São raros os casos em que se atingem a serio: *não vale bater*, dizem elles. E' claro, nestas altercações entram sempre as numerosas familias dos adversarios, apoiando os seus e fazendo uma *algazarra* estonteadora.

E' na chamada *lota*, onde bem se observa o genio caracteristico d'esta gente. Nas lotas entre maritimos não succede como nas arrematações: nestas fica com o objecto o que maior quantia por elle offerece, subindo sempre; naquellas o lanço vae descendo. De modo que neste caso é necessario maior cuidado, e por isso os que lançam no peixe conservam-se sempre como a espreitar o adversario.

Se succede responderam dois ou tres ao mesmo tempo — *é meu*, temos em scena as costumadas desordens ou altercações, que não são mais do que nuvens carregadas de procella que afinal se desfazem em pequenas chuvas.

São os algarvios acusados de palavrosos e cre-

mos que esta fama foi conquistada pela classe maritima, algarvia, onde mais se e fala em um portugues desusado, e horripilante. Para os maritimos de Alvôr os tempos dos verbos são cousas que lhes não merecem consideração. Dizem: *elles beberem, elles comerem, elles trouxerem,* em vez de: *elles bebem, elles comem, elles trazem ou trouxeram.* Quando chamam pai, mãe ou pessoa de familia, teem sempre a seguinte formula—*Ah pai, ah mãe, ah primo,* etc.

Se succede que um filho ou filha cae em desagrado do pai ou mãe, esse filho é castigado com o nome afrontoso de *burreco, ou de burreca, muchaco ou muchaca.*

*
* *

Ha nesta freguesia um modo curioso de arranjar parentes, embora esse parentesco seja de pequena duração. E' costume, tanto o noivo como a noiva fazerem convites a pessoas de ambos os sexos, que lhes sirvam de acompanhamento no acto de celebração do respectivo casamento. Esses convidados, aceitando o convite, contraem logo um parentesco que dura tres dias. As *primas* penetram ordinariamente no templo em cabello, costume este que o reverendo paroco actual tem combatido por ser condemnado pelos canones. Depois de celebrado o casamento, acompanham os noivos a casa e ahi comem e bebem o que lhes apparece, e esta cerimonia tem o nome de *aquidade* ou *gueste.* Depois de bem comidos e bem bebidos, os noivos, primos e primas, e todo o acompanhamento saem em passeio pelas ruas da povoação, acompanhados de um tocador de guitarra, que vai tangendo o seu instrumento com a maior pericia. Quasi sempre o tocador é o mesmo. Por muitos annos foi tocador de guitarra, n'esta especie de festas, Manuel Bruxo, hoje falecido. Este tocador era o enterrador da freguesia. Largava a enchada com que fazia os enterramentos para

sobraçar a guitarra com que tocava nos casamentos. Que duas profissões mais incompativeis! Durante os tres dias do casamento costumam os noivos, os primos e primas, passar o tempo em continuos bailados, dia e noite, a beber e a comer. Imagine-se. E aqui está a razão porque num conto tradicional um rei perguntava a um velho quantas vezes tinha lançado fogo ao casal, pergunta a que o velho respondera: tres, por ter a esse tempo casado tres filhas. Casamentos com taes folias costumam sempre ser muito dispendiosos. Verdade é que cada convidado tem obrigação de fazer tambem a sua *aquidade*, offerecendo galinhas etc., aos noivos.

*
* *

Celebram os filhos de Alvôr as festas da noite de S. João e de S. Pedro com descantes, em roda dos mastros; e nelles cada qual manifesta o seu gosto. E' sabido que o homem do mar, costumado a falar alto no meio das ondas, adquire com o tempo um timbre mais ou menos rouco; e por isso ao que pela primeira vez assiste a estas cantilenas masculinas torna-se um pouco desagradavel ouvil-as. Podémos colher em flagrante as seguintes cantigas, que eram entoadas pelas mulheres de Alvôr, não das mais bellas, nem das mais formosas:

Na trança do meu cabello
Ninguem ha de pôr a mão
A não ser minha cunhada
Qu'é mulher do meu irmão.

Ao pular do barranquinho
Parti a minha viola
Era de noite, não via...
Coitado de quem namora.

Bem á roda do meu mastro
Veiu a minha perdição
Perdi um annel de oiro
Na noite de S. João.

Estes e outros versos são cantados nessas noites tão festejadas na nossa provincia, e pena temos de não poder registar todos os que se cantam em Alvôr.

Não são os filhos de Alvôr uma excepção da regra estabelecida por Silva Lopes em referencia á aptidão para as letras por parte dos filhos do Algarve; e se não encontramos multiplicados exemplos de filhos de Alvôr notaveis pelas letras, é que as familias mais importantes de Alvôr, desde os primeiros tempos da nossa monarquia até ha poucos annos, dedicavam-se principalmente ás armas, sendo os ultimos desses valentes militares o general Policarpo Xavier de Paiva, filho de Alvôr, e o capitão de cavallaria, filho de Frederico Moreira de Brito Bivar da Costa, falecido em Timôr. Todavia é certo que aquelles dos seus filhos que se aplicaram ás letras deram sempre boa conta de si. A historia regista nas suas paginas de ouro o nome de Fr. Zozimo, monge cisterciense, filho de Alvôr, muito perito nas sciencias divinas e humanas, chegando a escrever um livro muito notavel, que existia em manuscrito no convento de Alcobaça; e se quizessemos descer aos tempos actuaes poderiamos egualmente registar o nome de um cavalheiro, filho de Alvôr—que deu muito boa nota da sua aplicação literaria, tanto em Lisboa como no extrangeiro, onde completou os seus estudos. Se aqui não registamos o seu nome, é porque adotamos sempre em trabalhos literarios desta natureza não fazer referencias aos vivos para não ferir susceptibilidades e não ir de encontro á natural modestia dos que teem valôr.

*
* *

A nota caracteristica dos filhos do Algarve e portanto deste povo e freguesia de Alvôr é o seu culto pela liberdade, manifestada constantemente ainda mesmo no tratamento usual; e esta nota salta

ao espirito dos que conhecem os differentes povos do norte do nosso paiz.

Em regra, no norte, o criado, o serviçal, o artista, o lavrador ou qualquer pessoa menos qualificada que responde a uma ordem ou a um pedido de pessoa mais qualificada, dá a seguinte resposta: *sim, meu senhor*. O algarvio, embora respeitoso, seja qual fôr a sua posição social, quando responde a uma ordem ou a um pedido feito por pessoa, que lhe é superior, em edade, ou em posição social, emprega sempre as seguintes palavras: *sim, senhor*. Pois bem, estas duas formas de responder são como que a sumula, a dinamisação do periodo historico, anterior e posterior á constituição da nossa monarquia. Nas provincias do norte até á Extremadura, o senhor feudal governou despoticamente. E' naquelle vasto terreno onde se encontram os vestigios, embora em ruinas, dos seus predios acastellados. Entre o Douro e o Minho e nas duas Beiras se encontram os antigos solares acastellados, que tiveram principio na guerra contra os mouros, naquellas ocasiões em que os senhores para se defenderem os mandavam construir para abrigo proprio e de suas familias, seus criados, seus caseiros e seus cavallos. Eram aquelles senhores, segundo o costume feudal, que levavam a combater os seus dependentes e por isso conhecidos na nossa historia por diversas denominações, consoante o seu poderio — *senhores de baraço e cutello, senhores de pendão e caldeira, senhores de mero e mixto imperio*. Estes senhores eram os donos da propriedade, ao passo que os que a cultivavam eram simplesmente *colonos*, sendo estes os que trabalhavam para o sustento dos seus senhores, estabelecendo-se, portanto, entre estes e aquelles, relações equivalentes ás do pária para com o seu senhor — um *servilismo esmagador*. Desse tempo restam hoje apenas algumas palavras que denotam a extrema dependencia do colono para com o seu senhor. O *sim, meu senhor*, é um desses restos.

No Algarve não succedeu o mesmo. Parte dos seus habitantes vivia no mar, e ali não conhecia omnipotencias humanas: era livre como o peixe; a outra parte, que se entregava a outra ordem de trabalhos, nunca reconheceu senhores feudaes. Povoado o Algarve de mouros, os nossos reis no momento das conquistas das diversas cidades do Algarve não tiraram áquelles a sua propriedade, uma vez que pagassem a mesma pensão que davam aos seus reis. Por isso não nos consta de doações de grandes tratos de terreno algarvio aos seus vassallos, e d'aqui resultou não ser conhecido o dominio do senhor feudal, e ser a educação social do algarve muito differente da dos habitantes das provincias do norte.

E' ver na historia como o Algarve entoou os seus mais bellos hymnos na occasião em que teve de verter o seu sangue pela liberdade. Por occasião do Mestre de Aviz foi o Algarve a primeira provincia, que tomou a peito a sua causa; por occasião da guerra de 1640 foi ainda o Algarve a provincia que manifestou maior enthusiasmo pela ascensão de D. João IV; e quando os soldados de Junot aqui se vieram estabelecer, como se isto fosse roupa de francezes, os primeiros portugueses, que assignaram contra elles o mandado de despejo, foram os algarvios — os honrados filhos de Olhão.

Por tudo isso dizemos que no Algarve conhecem-se todas as formulas respeitosas e estabelecidas entre os que mandam e os que obedecem, não se conhece porem frase alguma, que traduza o antigo servilismo — *sim,* MEU *senhor.* Eis uma palavra — MEU — que repugna ao uso algarvio, quando aplicada no sentido que as provincias do norte lhe dão.

Portanto, todo o algarvio desdenha dos que se fazem valer pelo facto de descenderem dos antigos senhores feudaes, e riem-se de Antonio de Villas Boas, quando pela circunstancia de ser filho de Barcellos, escreveu na sua *Nobiliarchia Portugueza* as seguintes palavras:

«Os principaes solares do Reino de Portugal achão-se pelos Campos e Montes de Entre Douro e Minho e em alguns logares da Beira e Tralos-montes. Muitos se veem ainda hoje.»

Que lhes façam bom proveito os taes solares, porque effectivamente representam nobilissimas gerações, que á patria prestaram bons serviços. Não os possuimos no Algarve, mas nem por isso reconhecemos que as provincias do norte prestassem mais e melhores serviços á patria do que os filhos desta bella provincia.

Não inventamos elogios: o que affirmamos acha-se comprovado com a auctoridade dos que insuspeitosamente escreveram do Algarve. Reproduziremos o que um escritor do norte escreveu a nosso respeito:

«Os algarvios distinguiram-se sempre pelo seu acrisolado patriotismo. O Algarve foi o que mais geral e mais promtamente tomou o partido do Mestre de Aviz e da Restauração de 1640.

«Foram os algarvios os primeiros que em 1808 levantaram a voz contra o jugo francês, sendo d'elles os primeiros os moradores de Olhão, que não só arriscaram as suas vidas e fazendas, mas em um pequeno e fragil cahique, foram levar a D. João VI (então regente) a noticia da expulsão das hordas jacobinas»

E foram sempre o amôr da patria e o amôr da liberdade os dois grande principios por onde o algarvio guiou os seus destinos politicos: honra lhes seja.

Vamos terminar este capitulo chamando a attenção dos nossos leitores para a linguagem metaforica empregada pelos pescadores de Alvôr tirada sempre do mar: Certo mancebo maritimo desejava casar com uma rapariga, filha de um pescador, que embirrava com elle. Nunca o rapaz se atrevera a falar no seu negocio ao pai da sua amada, mas metera empenhos por intermedio de pessoas, amigas de ambos, e sempre sem resultado.

Deste mau resultado lastimava-se o mancebo.

Um velho ouviu atentamente e respondeu:

— Aconselho-te que *venhas* pessoalmente falar ao pai da *muchaca* e deixa-te de *mandares* pedir por terceiros o que tu podes pedir.

— Mas...

— Deixa-te de asneiras: Olhae que são só quatro os ventos geraes,

vatina
banda
Beca
Alfandega

e todos os mais ventos são simplesmente *ventos* de *travessia*. Vae tu em pessoa, pede a moça, e o pai não te dirá que não.

Achamos graça aos *ventos geraes* e registamol-os.

Que annos ha que presenciamos aquelle dialogo em Alvôr!?

E effectivamente aquella formula corresponde muito bem a outra formula consagrada na nossa lingua — *quem quer vai, quem não quer manda.*

E' evidente que aquella formula maritima equivale aos antigos poderes do Estado: clero, nobreza e povo.

CAPITULO XV

Lendas, casos e contos

Não se sabe quando a Imagem do Senhor Jesus de Alvôr começou a ser venerada nesta freguesia. De remotas edades corre uma lenda com relação ao maravilhoso apparecimento d'aquella piedosa Imagem, lenda que tem os seus pontos de semelhança com a do Senhor Jesus de Mattozinhos.

«Estavam alguns maritimos de Alvôr pescando no seu mar, e viram ao longe rolar sobre as aguas, vindo de muito distante, um caixão, que se ia aproximando das praias de Alvôr. Ficaram ato-

nitos e estupefactos os maritimos com o que viam, por isso que o caixão parecia obedecer a um impulso intencional porque seguia uma linha recta em direção da praia.

Acompanharam os maritimos em seus pequenos barcos e a respeitosa distancia o caixão, e quando viram que este se achava varado na praia, sairam dos seus barcos e correram á povoação a contar o que tinham visto. Voltaram logo á praia acompanhados de toda a povoação e foi-lhes muito difficil abrir o caixão, mas, quando aberto, ficaram muito surprehendidos de ver a doce Imagem do Senhor Jesus. Ficaram indecisos, não sabendo se deviam receber a Imagem no seu templo, se deviam esperar instrucções de alguem; mas quando iam tirar do caixão o Senhor, encontraram um letreiro, que dizia: Senhor Jesus – Praias d'Alvôr.

Ficaram todos contentissimos com aquella dadiva, que todos suppozeram partir do ceu. Dissemos que esta lenda tem pontos de semelhança com a lenda do Senhor Jesus de Mattozinhos, mas com a differença de que Mattozinhos se orgulha de possuir a primeira Imagem de Christo, pintada por Nicodemos, ao passo que Alvôr, mais poeta ou mais mistico, vendo rolar o caixão sobre as ondas do seu mar, se lembrou talvez das palavras — *o Espirito de Deus era levado sobre as aguas* — e se convenceu de que fôra o proprio Deus que lhe enviara o seu querido Senhor Jesus, que, segundo antigas tradições, começou logo a operar grandes maravilhas, taes e tantas, que o povo de Portimão resolveu, numa noite, roubar a Alvôr a sua santa Imagem.

Nesse intento prepararam um carro, entraram de noite em Alvôr, collocaram a Imagem sobre o carro e conduziram este a duas juntas de bois. Tudo correu bem até o sitio das Morticeiras, que marca os limites das duas freguesias; mas por maior que fossem os esforços de muitas juntas de bois que jungiram ao carro, auxiliados pelos que

tinham empenho em fazer o roubo da Imagem, o carro não avançou um passo e os ladrões, envergonhados, foram immediatamente conduzir a Imagem para Alvôr, afim de que este roubo não fosse jamais sabido.

E' esta a lenda que nos foi contada ha mais de cincoenta annos e que ha dias nos foi repetida. Ha apenas uma pequena alteração em dois logares: 1.º na lenda que nos foi contada ha cincoenta annos, dizia-se que na tampa do caixão vinha escrito em letras maiusculas: *Senhor Jesus – Praia d'Alvôr*; 2.º, na lenda dizia-se que a Imagem do *Senhor Jesus* tinha sido roubada quando ainda na praia, embora não se tirasse fructo do roubo, porque o Senhor Jesus não quiz passar o sitio das Morticeiras, ao passo que na lição ultimamente recebida parece deduzir-se que o facto succedera quando a Imagem já estava no seu altar, e quando já havia fama dos grandes milagres operados.

E' ler a historia das Imagens de maior devoção para se ficar conhecendo a facilidade com que os fieis generalizavam as lendas pias, e mutuamente as aplicavam ás suas exclusivas Imagens.

*
* *

Ahi pelos fins do seculo 17 appareceu um cometa, caso este muito serio, porque se dizia então que o cometa annunciava sempre morte de pessoa real ou alguma calamidade publica, fome, peste ou guerra. O certo é que em Alvôr havia grande susto; os maritimos deitavam-se á boca da noite, e as suas companheiras, trabalhando ao serão, de vez em quando deixavam a palestra para se assomar ao postigo da porta e contemplar a medo o cometa.

Em uma dessas noites ouviram algumas vizinhas, a tagarelar á porta de uma d'ellas, uma voz triste e melancolica, rogando aos ceus misericordia. Todas as ouvintes correram temerosas para suas

casas, fechando portas e postigos. Na seguinte noite repetiu-se a mesma scena, mas á terceira uma das mais curiosas, aproximando-se do logar de onde vinha a voz, viu um vulto enjoelhado em frente da porta principal do templo. Esteve por algum tempo indecisa se devia ou não aproximar-se do vulto, mas fazendo da curiosidade forças, approximou-se e disse:

—Muito bonitas as vossas orações, irmão; o que fazeis por aqui?

—Penitencia, penitencia, respondeu o vulto, pondo-se de pé.

—E o que dizeis, irmão, deste cometa que tanto medo nos causa? o que annunciará elle?

—Vão mal os tempos: façamos oração; grandes são as calamidades annunciadas para em breve, fome...

—A fome já nós a sentimos; vão os nossos maridos ao mar e nenhum peixe cae nas rêdes...

—A culpa é só delles—replicou o vulto, erguendo a voz; a culpa é delles. O peixe tambem descança, o peixe tambem dorme; e todavia os vossos maridos, muito antes do sol nado, andam em procura do peixe que a esse tempo descança e dorme. A pesca é um dom de Deus, e vossos maridos vão para o mar a praguejar em voz alta, não se lembrando de cantar a *Salve Rainha* ou o *Bendito*. Como querem vossos maridos pescar, se, mal agradecidos a Deus, procuram o peixe quando dorme?

E o vulto, erguendo ainda mais a voz, entoou psalmos, versos, cantos devotos.

—Que lindas orações, irmão! exclamou a mulher.

—Ensinae a vosso marido a oração que vos vou recitar:

Quem tem a memoria aguda
Faça por bem aprender
O que este pobre estuda,
A quem confia seu saber

Recorrâmos á Mãe da Ajuda,
E á Mãe Virgem do Prazer;
E' quem nossas almas muda,
Quem as põe em bom viver.

Quem ama a Deus não se descuida,
Se decerto não se quer perder.

—Que bonita oração, irmão—! exclamou a curiosa; mas como o seu principal desejo era saber o que o cometa significava, repetiu:

—O que quererá dizer este cometa?

—Penitencia, penitencia, exclamou o vulto, afastando-se até desapparecer.

Nessa mesma noite era todo o dialogo, aqui transcrito, repetido de casa em casa por toda a povoação. Não fôra sómente a vizinha curiosa que se encarregara de espalhar a conversação entre ella e o vulto desconhecido, mas todas as outras vizinhas que ao canto de uma das ruas espreitavam o diálogo.

No dia seguinte saiu a classe maritima para o mar, já sol nado; e em vez das pragas e juras cantavam em voz alta a Salve Rainha e o Bendito, *costume que ainda hoje se observa.*

Tempos depois foi encontrado morto no Baixo Alemtejo um frade, que diziam ser dos Pegos Verdes; logo houve quem affirmasse ser o que á porta do templo de Alvor ia implorar misericordia ao Senhor Jesus! E' possivel que fosse o mesmo.

*
* *

Notara por diversas vezes o sacristão de Alvor, quando abria a porta principal do templo, uns passos molhados no pavimento, desde a porta até o altar do Senhor Jesus; e notara tambem por essas occasiões os joelhos da santa Imagem a rever sangue. A repetição d'esses casos e a sua coincidencia

com diversos naufragios nas costas de Alvor, em que eram salvos os naufragos, deram que pensar ao sacristão, que de si para si resolveu pôr-se de espreita.

Em uma noite viu o sacristão o Senhor Jesus descer da cruz, encaminhar-se para a porta, e sair. Esperou. Minutos depois, viu entrar o Senhor, deixando no pavimento os sinaes molhados dos pés, subir o altar, e collocar-se na cruz.

Ficou o sacristão convencido de que o Senhor Jesus tinha saído e entrado; e por isso dirigiu-se para sua casa a descançar a noite.

No dia seguinte, ouviam-se altas vozes nas ruas, e alguem batia á porta do sacristão.

—O que quer? respondeu o sacristão, abrindo o postigo da porta, e apresentando-se em roupas menores.

—Bordeje acolá até á porta da igreja, e abra a porta, porque a *maritiga* quer entrar—respondeu um homem do mar.

—Já o esperava—observou o sacristão.

—Se nos esperava, tinha obrigação de se apresentar noutro *facho*—advertiu o marujo, vendo o sacristão em roupas menores.

O sacristão voltou para dentro, vestiu-se á pressa e correu a abrir a porta principal do templo. Quasi ao mesmo tempo entravam os maritimos da povoação, caminhando na frente cinco dos seus companheiros, entoando himnos ao seu Bom Jesus, levando um d'elles o leme partido da sua embarcação. Todo o povo de Alvor acompanhava os maritimos, entoando o *Bendito* e a *Salve Rainha*.

Soube então o sacristão que na noite passada, á meia noite, fôra uma pequena embarcação, tripulada por cinco maritimos de Alvôr, apanhada, alto mar, por um temporal desfeito; e vendo-se os maritimos perdidos, tinham tentado abicar á praia; em frente *dos tres irmãos* (tres rochas), é que então se erguera uma vaga temerosa e arremessara o barco com impeto de encontro a uma das rochas;

partido o leme com o impulso, a mesma vaga tentou novamente arrastar o barco de encontro a outra rocha. Viram-se perdidos os pobres maritimos, e, postos de joelhos, erguendo as mãos ao céu, imploraram com a fé que transporta montanhas o auxilio e a protecção do seu Bom Jesus. Ao mesmo tempo apareceu-lhes uma luz, que vinha do seu templo, e logo que a luz chegou ao mar, este deslisou manso e pacifico, e o barquinho veio varar na praia, salvando-se todos.

O sacristão contou o que presenciara na noite passada; não pôde confirmar a sua narração com os sinaes molhados no pavimento, porque a esse tempo estava a egreja apinhada de gente, mas apontou a todos os joelhos do Bom Jesus, que ainda reviam sangue. Toda a gente se lançou de joelhos em frente do Senhor Jesus de Alvôr, que, no seu altar, conservava a sua doce fronte reclinada sobre o seu coração amantissimo.

E sempre, não obstante a corrente intempestuosa da descrença, que tenta alagar o mundo christão, os maritimos de Alvôr, quando o temporal os ameaça, em mar alto, erguem os olhos ao céu, e invocam o auxilio do Senhor Jesus de Alvôr.

Menos em contacto com os que se chamam intellectuaes do nosso tempo, o maritimo conserva radicada na sua alma a crença dos seus ancestres.

*
* *

Antigamente morava na rua da Praça uma familia composta de mãe, tres filhas e tres irmãos, pertencente á familia dos Athaides. O chefe da casa era militar e achava-se em Lisboa, onde era muito estimado dos nossos reis.

Em uma noite de verão — era um sabbado — estavam as quatro senhoras resando no seu oratorio, que deitava uma janella para a Praça, quando succedeu entrar pela janella aberta uma andorinha.

Ora a andorinha é uma ave muito estimada pelo algarvio que a denomina *ave de Nossa Senhora.*

Pôz-se a andorinha a voejar pelo oratorio, até que uma senhora conseguiu apanhal-a. Chamaram os irmãos, que jogavam n'uma sala proxima ao *dominó* com alguns amigos, e depois de todos terem examinado a andorinha, uma das senhoras pediu para que deitassem novamente a andorinha a voar; e a mais nova segurou delicadamente com um fio de retrós um bilhete sob a axila da ave com as seguintes palavras: — De onde vens e para onde vais? — Lançaram a andorinha ao ar, e esta despediu n'um vôo rapido aquelle guinchozinho de alegria proprio d'aquellas aves.

No anno seguinte, e á mesma hora, do mesmo dia, entrou novamente a mesma andorinha no quarto do oratorio onde as senhoras estavam reunidas; logo a senhora mais nova ergueu-se e conseguiu apanhar a andorinha. Examinou-a sob a aza, e viu um novo bilhete; chamou os irmãos, reuniu-se por assim dizer toda a familia, e todos verificaram que sob a aza existia um novo bilhete, que dizia o seguinte:

— *Sou do convento de S. Francisco de Gôa* —.

Esta resposta produziu na senhora mais nova grande impressão: pareceu-lhe que aquellas palavras significavam um convite de Nossa Senhora a que entrasse num convento; e por mais que as irmans e os irmãos tentaram dissuadil-a daquella resolução de entrar em um convento, ella mais insistia na sua resolução. Participaram ao pae, e este veiu immediatamente a Alvôr, e vendo que a filha estava resolvida a entrar num convento, auctorizou-a a que entrasse.

Até aqui combina a lenda que eu ouvira em criança a minha mãe com a lição da mesma lenda, que ainda hoje corre em Alvôr, e me foi enviada pelo reverendo paroco encomendado.

Continúa a lenda, conforme a lição ultimamente recebida:

«Effectivamente esteve tudo preparado para a

senhora entrar no convento, mas na vespera desse dia, a senhora morreu!

O final da lenda, segundo minha mãe contava é outro, muito diverso.

Diz:

—Vendo o pai que a filha estava de todo resolvida a entrar no convento, deu-lhe a auctorização necessaria, e a familia toda acompanhou a menina a Lisboa. Na vespera de professar, soube a rainha do facto e deu mostras de querer conhecer a nova professa. Foi-lhe apresentada pelo pai. A rainha então disse, ao despedir-se:

—Vá, minha menina, assim eu podésse fazer o mesmo.

Na occasião em que que se realizou a profissão, ficou toda a gente surprehendida de ver senhora tão nova completamente satisfeita, e isto no momento em que lhe cortavam as suas famosas tranças e em que os membros de sua familia, não podendo conter as lagrimas, as deixaram correr em profusão. A nova professa, curvando-se respeitosamente perante o pai, e irmãos, retirou para o convento, onde foi freira de muitas virtudes, chegando a ser prioreza do mesmo convento.

E' assim que termina a *historia* que me foi contada.

* * *

No 1.º de novembro de 1755 foi a povoação de Alvôr surprehendida pelo grande terramoto. Toda a gente correu ao templo a implorar a divina misericordia em frente do altar do Senhor Jesus. E' sabido que o mar por diversas vezes saiu do seu leito, invadindo a terra e destruindo tudo que encontrava. Numa dessas vezes, no maior impulso, avançou contra a povoação, engolindo a praia. Um dos fieis, casualmente chegou á porta do templo e vendo que o mar avançava, gritou: *Senhor Jesus, acudi-nos.* Um mancebo muito valente, que estava proximo do altar, arranca d'ali a Imagem do Senhor com a cruz, e

correu para a porta da egreja, collocando-a em frente do mar, que avançava, como que aos pulos, exactamente como faz o tigre, quando se quer apossar da preza. Então o mar como que a medo, parou em frente do Senhor, e logo voltou para traz a entrar nos limites que a natureza lhe impozéra.

Toda a gente gritou: milagre, milagre! e quando quizeram collocar a Imagem no seu altar foram necessarios quinze homens; que tantos são sempre os necessarios para d'ali arrancar a Imagem com a sua cruz.

E dois foram os milagres apontados então pelo povo: dar forças a um só rapaz para transportar a Imagem á porta do templo; e o salvar-se a povoação de ser engulida pelo mar.

Foi nesta occasião que a singela ermida da Senhora da Ajuda foi completamente engolida pelo mar, a ponto de não ficar na praia signal algum das suas ruinas, desapparecendo para sempre a miraculosa Imagem da Mãe do grande Martir do Golgotha.

*
* *

Varias vezes nos temos referido ao modo por que o povo de Alvôr explica o facto da sua egreja ter a porta principal aberta para um campo deserto.

Essa explicação resulta da seguinte lenda:

«Na noite do tremor de terra, estava um preto na Quinta da Rocha, onde era serviçal do dono da mesma Quinta.

Contou elle que depois do grande cataclismo, que se realizou no 1.º de novembro, o mesmo se repetiu na noite desse dia. Estava elle sósinho postado sobre a rocha, em frente do povo de Alvôr, quando a terra estremeceu com maior impeto, e o mar avançou com maior furia. Então viu elle com os seus proprios olhos virar-se a villa de baixo para cima, e o templo tomar a posição actual, ficando a sua porta principal voltada para o campo.

Dizia o preto que só elle vira aquella transformação, porque a esse tempo o seu patrão e membros da sua familia dormiam na Quinta.

E não obstante a inverosimilhança da lenda, ninguem em Alvôr a deixa de repetir com a maior convicção.

E' que o povo tem o natural condão de mais crêr no que é menos verosimil. Tem até a seguinte resposta quando alguem lhe faz sentir a inverosimilhança da sua crença:

— Pois sim, mas já meus avós crêram o que nós crêmos.

E a lenda continuou perpetuando-se atravez das gerações com a mesma inverosimilhança, e com a mesma crença de quem convictamente a repete.

Verdade é que entre os abalos de terra, violentos e inopinados, uns ha que se exercem horisontalmente, e se transmittem por graduação (ondulações) como as ondas produzidas na superficie de um lago; outros verticalmente, actuando de baixo para cima; e outros finalmente exercem-se por meio de movimentos giratorios, e o solo n'este caso torce-se e redomoinha sobre si mesmo; é certo, porém, que todos os escritores que escreveram do terremoto de 1755 o consideram como tendo-se exercido horisontalmente; e porisso o que se conta, fundado na opinião do preto, não passa de fabula, que a lenda tem transmittido, inconscientemente.

O que hoje se deve concluir é que no tempo em que o templo foi edificado, a sua porta principal abria para o ponto mais povoado da villa, o que é verdade, pois que a porta abre para o local hoje conhecido por *Villa Velha*. Com o andar dos seculos este local foi desamparado e a povoação foi-se estendendo para outro sitio.

*
* *

Notara-se em antigos tempos que as faces da Imagem do Senhor Jesus se cobriam de tempos a

tempos de um finissimo pello, que a ensombrava visivelmente. Para obstar ao seu maior crescimento estava encarregado um piedoso barbeiro de o cortar semanalmente. Faleceu o barbeiro e foi substituido por outro, que não possuia as qualidades respeitosas do seu antecessôr. Na primeira occasião que este barbeiro foi chamado a exercer o seu officio, despontando o pello que cobria as faces do Senhor, procedeu tão desrespeitosamente, que logo cahiu fulminado. D'esse momento em diante não mais se repetiu tão extraordinario fenomeno, e ainda hoje as faces da veneranda Imagem se conservam como no momento em que o barbeiro recebera o castigo; uma um pouco ensombreada a outra como limpa e barbeada n'aquelle momento.

Esta lenda corria ainda entre os annos 1828 e 1834, pois que n'essa epoca foi colligida por pessoa de nossa familia; hoje, porém, obliterou-se e tendo nós encarregado o actual reverendo paroco de novamente a colligir, não lhe foi isso possivel, por ser actualmente ignorada.

Já em outro livro tinhamos escrito: «Antigamente o pae de familia sentado á lareira nas frigidas noites do inverno, no centro da familia, fazia as vezes de patriarca da antiga lei, e no meio de geral silencio contava aos filhos, netos e serviçais tudo o que constituia a historia da sua região, de modo que os factos historicos e as lendas por este processo se radicavam na memoria do nosso povo. Hoje, porém, as exigencias sociaes, a facilidade dos transportes pelo encurtamento das distancias, a rapida transição do seio da familia para outros centros e finalmente o pasmoso estreitamento das relações commerciaes, fóra e dentro do paiz, afrouxaram de tal modo o vinculo da familia, que as nossas lendas, perdendo o caminho tradicional, refugiaram-se na cançada memoria de algum velho caturra, que já não encontra quem de tais lendas queira ser depositario».

Assim succedeu a esta lenda, e assim succe-

derá a muitas outras de que ainda hoje restam vestigios respeitosos.

*
* *

Restam ainda outros vestigios de lendas tão esparsos, mas tão confundidos e baralhados, que não as podemos destrinçar. Encontramos apontamentos de factos miraculosos atribuidos ao Senhor Jesus de Alvôr, e que vêmos atribuidos a outras Imagens devotas espalhadas pelo paiz. Dizem as tradições que algumas vezes foi vista a frente augusta do Senhor Jesus a suar sangue. Ainda em 1830 foi este caso presenciado por muitos fieis reunidos no templo de Alvôr. Foi o suor limpado por intermedio de uma toalha, logo ali distribuida e feita pedaços por todos os fieis como reliquias.

Interpretação maliciosa fez intervir no fenomeno a collaboração gananciosa do sacristão.

O certo é que n'esta provincia e no Baixo-Alemtejo o Senhôr Jesus de Alvôr é profundamente venerado e visitado durante o anno, principalmente nas sextas-feiras de março. Nenhum filho de Alvôr faz votos ao seu Senhor, que os não cumpra. E' que, não cumprindo, Deus castiga o relapso.

*
* *

Em tempos antigos vinha um filho de Alvôr em fragil cahique de Lisboa para Lagos. No mar alto foi o barco perseguido por enorme tormenta. O filho de Alvôr, que era dono do barco, e homem rico, de joelhos sobre a tolda fez votos ao Senhôr Jesus, em frente da tripulação, de casar com uma rapariga pobre e honesta da sua terra, se a esta chegasse salvo.

Bonançou o mar, e ninguem perigou. Porque se esqueceu do voto, ou por opposição da familia,

o rapaz casou com uma sua prima, mais rica do que elle.

Em pouco tempo continuos desastres nos seus barcos, nas suas armações, reduziram-no á pobreza. Faltava-lhe apenas uma armação no mar. Em certo domingo correu fama na povoação que a referida armação estava cheia de peixe até á boca. Correu toda a gente á praia, alegre e satisfeita, porque no fundo d'alma sentia a infelicidade do seu patricio. Quando a armação vinha proximo da praia, uma estocada do mar a inutilizou por completo, fugindo todo o peixe.

E' que o pobre rapaz não cumprira o voto feito ao Bom Jesus!

Este caso ainda hoje não foi esquecido.

*
* *

Logo a seguir ao tremor de terra do primeiro de novembro de 1755, toda a gente, que se recolhera ao templo, sahiu fóra a presenciar os estragos occasionados pelo tremôr. Era tudo uma triste solidão. Nem um predio em pé, nos campos; e a ermida na praia desapparecera. Alguma arvore offerecia as suas raizes desnudadas. A certa distancia de uma d'estas arvores notou-se que nas suas raizes havia qualquer cousa viva. Aproximaram-se e viram então que entre as raizes ficara presa uma *dourada*, que estrebuxava.

No Algarve é a *dourada* um peixe muito conhecido, e assim denominado pelos reflexos dourados das suas escamas.

Ficou o nome posto ao sitio, que até hoje o tem conservado.

CAPITULO XVI

Superstições

Acham-se disseminadas por toda a provincia as chamadas superstições populares, sendo certo que em umas povoações teem certas e determinadas superstições mais *auctoridade* do que em outras. Diligenciaremos reproduzir as que são peculiares de Alvór: é o dever do folk-lorista, que sabe respeitar o povo na sua qualidade de depositario fiel das mais antigas tradições. Assim com o registal-as, taes como o povo as conta, contribuimos para o estudo e resolução de vastos problemas, que se relacionam com o modo de ser dos povos primitivos, tambem é certo que ao moralista e ao filosofo torna-se preciso fazer a critica e expungir dos costumes do povo umas certas superstições, que são uma constante ameaça á saude. Taes consideramos aquellas que ensinam e aconselham curar todas as doenças com *beberagens*, preparadas com o auxilio de certas orações, e bem assim castigar as *bruxas* á pancada em vingança da ousadia de sugar de noite o sangue das criancinhas. Se ao folk-lorista compete o dever de registar taes superstições, ao homem da sociedade a obrigação de as criticar, ridicularisando-as, no intuito de banir do meio social taes doutrinas.

O nosso illustre amigo, o sr. Leite de Vasconcellos, referindo-se nos seus *Ensaios Ethnograficos* ao nosso livro - a Monografia do Algôs, e depois de lisongeiras referencias á nossa humilde pessoa, escreve as seguintes linhas:

«O que é necessario é que os factos sejam sempre colhidos com respeito, pois que as superstições são geralmente restos de antigas religiões, e ninguem, que os queira estudar de modo scientifico, tem direito de zombar delles».

Referia-se o nosso illustre amigo ao que es-

crevemos naquella Monografia, a pag. 201, onde registámos;

«As bruxas — ensinam os crentes nesta torpeza — á meia noite de todas as sextas feiras untam o corpo com uns novellos encebados, e arrastadas através do ar vão parar a um sitio onde se costumam reunir e ali prestam o preito de homenagem a um bode (o diabo), beijando-lhe o traseiro.

«Que poesia tão nojenta e que parece inventada pelo mais reles criado de uma cavallariça! E prestam fé os crentes com profundo respeito a estas *historias*, que nauseamente fedem a estrume a quarenta legoas de distancia!».

Foram evidentemente aquellas palavras que desagradaram ao nosso amigo.

Aquelles periodos teem duas partes distinctas: em uma referimo-nos á superstição, colhida do povo. Não a alteramos. Em outra parte occupamo-nos da sua apreciação, e condenamol-a pelo ridiculo, porque a julgamos subversiva. Deve o nosso bom amigo ficar sabendo que em trinta annos de advogado defendemos muitas vezes reos accusados de praticar offensas corporaes em pobres velhas, tidas e havidas por bruxas, e em todas essas occasiões os reos foram condenados porque para o effeito legal, o juiz não encontrou no Codigo penal um artigo que justificasse o crime a circunstancia de a gente conservar de remota origem o odio ás bruxas; queremos dizer: a *superstição* não exime o reo da culpa.

Tambem aquelle nosso illustre amigo, referindo-se ao nosso livro — o *Romanceiro do Algarve, Lição* de *Loulé* — repete as nossas palavras seguintes:

«Cada romance de que se compõe o meu livro é a resultante de muitas lições que ouvi» e em outra parte «tive de confrontar mais de uma lição para tirar a limpo os romances que colligi, substituindo as faltas de uma pelo que encontrava na outra» e d'aqui conclue o nosso amigo que o processo empregado desmerece a collecção, porque ninguem está auctorisado a empregar taes processos.»

Certamente as nossas palavras atraiçoaram o nosso pensamento. Embora esta occasião não seja azada, explicaremos o nosso methodo. Encontramos em Loulé diversas lições do mesmo romance, mas cujas partes se achavam completamente baralhadas, de modo que os versos de uma andavam mettidos noutra. Vimos claramente que a memoria da pobre velha que m'os repetiu estava cançada e já não podia recital-os pela ordem, porque os recebera de seus maiores. Era ella que isso confessava. Nos dois romances — D. Martinho e D. Marcos — tivemos muitas occasiões de notar esse transtorno de memoria, pois que repetia versos numa lição, que eram da outra. Foram os versos intercalados que expungimos de uma lição para os collocar no logar devido da outra lição. A circunstancia de actualmente só encontrarmos gente velha e cançada, que ainda conserva a poesia tradicional, dá sempre muito trabalho. Se nos não apressarmos a colligir essa poesia, em menos de trinta annos ella terá desapparecido da memoria do nosso povo, ou andará tão baralhada que se tornará disparatada e inconsciente.

Fomos assás cuidadosos na apresentação dos romances que colligimos, e até no final do nosso *Romanceiro,* a pag. 425 e seguintes, apresentamos especimens, obedecendo escrupulosamente ao desejo de que os entendidos ficassem sabendo como o povo hoje repete os contos e a poesia tradicionaes.

Pondo de parte este assento, e agradecendo cordealmente os conselhos do nosso douto amigo, continuemos no assunto do presente capitulo.

*
* *

Era uma vez uma mulher casada, cujo marido, sempre doente, sofria grandes martirios da mulher, que não só o maltratava de palavras, mas de acções. Passou certo dia em frente da porta do referido casal um mancebo chamado Jacinto, quando a mulher

injuriava o marido. Indignou-se o rapaz e disse para a mulher: «se você se não emenda, deixando de tratar mal o seu marido, castigo-a duramente com a minha chibata».

Ora o mancebo era muito capaz de fazer o que dizia, e por isso a mulher apenas rosmungou umas palavras que não foram percebidas. Nesse dia, proximo da meia noite, acordou o mancebo com uma dor terrivel no ventre. Acudiu a familia aos gritos do enfermo, e emquanto não chegava o medico, chamado á pressa, preparou-lhe um chá, que não chegou a tomar por ter falecido no meio de dores horriveis. Quando o medico chegou, encontrou-o morto.

No dia seguinte, tanto o criado, que fôra chamar o medico, como uma vizinha do falecido, contaram publicamente que emquanto o mancebo gritava com as dores, um vulto collocado na rua em frente da janella do enfermo, estava constantemente a vestir-se e a despir-se, saindo da rua sómente quando elle deu o ultimo suspiro.

Logo toda a gente acreditou que a mulher má andava metida n'esta embrechada, porque era tida e havida por grande bruxa. Um homem, amigo do falecido, foi immediatamente a casa da mulher má para a desancar. Encontrou a porta fechada. A mulher não mais appareceu, desapparecendo egualmente o seu amante. Arrombaram-lhe a porta e encontraram o marido muito enfermo. Contou este que sua mulher, depois de reprehendida pelo mancebo, resmungara umas palavras e se retirara para a cozinha, onde pôz um grande tacho ao fogo com algumas hervas, que ella mechia com um grande caldeirão, feito de pau do ar. Disse mais que, ao escurecer, lhe entrara em casa um sujeito, indo para junto do fogo a falar com a mulher de modo que elle nada ouvira; e que proximo da meia noite saira, sendo talvez o que se vestia e despia emquanto o rapaz gritava com dores, até que morreu.

Toda a gente ficou convencida de que o man-

cebo fôra victima do bruxedo, que se estendeu até ao marido infeliz, que tambem morreu, dentro de vinte e quatro horas da auzencia da bruxa e do seu amante. Ninguem mais viu a mulher, que naturalmente foi para longes terras.

*
* *

Em certa noite levantou-se da sua cama um pescador e dirigiu-se para a praia, julgando serem quatro horas da manhã. Enganara-se, pois ainda não tinha dado a meia noite. Fazia muito escuro. Chegado á praia, viu-se apedrejado, ouvindo ao mesmo tempo muitas risadas. Olhou para o sitio de onde vinham as risadas e pode enxergar uns vultos brancos, que pareciam retouçar na praia. Fugiu cheio de susto, e numa corrida enorme chegou á porta da sua casa, caindo sobre o portal. A mulher, que lhe conheceu os passos, abriu a porta e encontrou o marido caido, sem sentidos. Auxiliada pelos filhos meteu-o em casa, e friccionou-lhe as fontes com agua-ardente, Voltando a si, contou o marido o que lhe succedera.

—Pois eu não te disse que ainda não era meia noite! exclamou a mulher.

E logo a sogra do pescador acrescentou:

—Hoje é ainda sexta-feira; o que viste eram as bruxas no seu fadario.

E logo todos á uma concordaram que as bruxas tinham estado a *brincar* com o *provezinho* do homem.

*
* *

Entre os lavradores do campo ha o costume, depois de se lançar o pão ao forno, fazer-se com a pá uma cruz na parte superior da porta do fôrno, dizendo-se ao mesmo tempo:

«Cresça o pão no forno.
E as almas no Paraizo.»

Este costume observa-se em todo o barlavento da provincia e muito especialmente no concelho de Silves.

Succede até a propria pessoa, que saúda uma criança bonita e alegre, acrescentar:—Benza-a Deus, que não quero dar-lhe quebranto.

*
* *

Se chove ao mesmo tempo que faz sol, dizem:

Chovendo e fazendo sol,
Estão-se as bruxas a pentear,
Para ir amassar
O bello pão *mol*.

*
* *

E' sabido que nunca passa um sabbado em que não appareça o sol, por ser dia dedicado á N. Senhora.

*
* *

Entre o povo não ha diaba, ou mulher do diabo: ha sómente a *mãe* do diabo, pois que o diabo nunca foi casado, mas *amigado*. O povo de Alvôr não crê em matrimonios por parte dos espiritos infernaes. Diz elle: os diabos *amigam-se*, não se casam.

*
* *

Quando em cada anno alguem ouça cantar o cuco, é mister que se lance ao chão e se espoje para não ter sezões durante o anno.

*
* *

Costumam dependurar atraz da porta da casa onde ha as refeições diarias um cacho de uvas, das designadas *pau-ferro,* e ali as conservam durante o anno, afim de que nunca durante aquelle tempo lhes falte dinheiro.

*
* *

Tambem é costume geralmente observado mostrar-se dinheiro á lua nova, afim de que nunca falte dinheiro: se mostram cobre, não lhes faltará dinheiro em cobre, se prata ou ouro tambem nunca lhes faltará dinheiro em prata ou ouro.

*
* *

Está muito generalizado o costume de lançar ao pescoço das crianças amoletos e figas afim de as pôr a salvo dos maus olhados ou de qualquer quebranto.

*
* *

Se no mesmo dia se celebrou um casamento e um enterro, é certo que, se o morto é do sexo masculino, o noivo morrerá dentro de 10 annos, se feminino, a noiva morrerá dentro do mesmo tempo.

*
* *

Conta José Pereira que elle tinha um cunhado, homem do mar, valente como um leão. De uma vez foi o cunhado, muito de noite, ao mar e encontrou uma alma do outro mundo. *Requereu*, mas a alma não respondeu; o que foi um mau sinal, porque, quan-

do *requerida*, a alma não responde, é sinal de morte dentro de um anno. Assim succedeu: morreu o cunhado dentro de um anno.

*
* *

Vamos mencionar muitos casos e experiencias que o povo conserva de uma longa tradição:

—Logo que o relogio dá horas e ao mesmo tempo os sinos da egreja tocam, é morte certa na freguesia.

—No dia da festa das Candeias (2 de fevereiro) mostra o povo de Alvôr ser religioso, pois vae á missa, em grande numero, como na noite do Natal, e dia de finados. Tem a seguinte frase para prognosticar o tempo, tirada do dia das Candeias, a que chamam Candeiolas.

Candeiolas accezas
Invernas accezas;
Candeiolas apagadas
Inverr as atrazadas.

Conservam mais a seguinte:

Como em dia de Santa Maria (Candeias)
Assim quarenta dias.

querendo significar que se o dia das Candeias estiver bom ou mau, assim se conservará durante quarenta dias.

—Em dia de Candeias costuma o povo dizer que chega o *comprador da amendoa*. Refere-se á seguinte experiencia tradicional: se nesse dia faz muito vento, assim se conservará durante quarenta dias, e portanto *foi-se a amendoa* com o vento, que deita abaixo a flôr da amendoeira.

*
* *

Quando se sonha com figos verdes, temos dinheiro certo; com ameixas é certo perder-se dinheiro

*
* *

Todo o pescador leva para o mar uma bolsinha dependurada ao pescoço e nella leva orações e reliquias. Como no anno passado se concertasse a Imagem do Senhor Jesus, um grande numero de mulheres pediram ao paroco lhes permittisse levar uns resquicios da Imagem, afim de que seus maridos, conservando-os na tal bolsinha, estivessem livres de naufragios, e de todo o temporal; pois que quem tiver um pedacinho do Senhor Jesus não morre no mar.

Estes e outros casos farão pensar que o povo de Alvôr é profundamente religioso e respeita todos os preceitos da egreja. Não é assim. Tirem a Alvôr o Senhor Jesus, e grande parte do povo se conservará apenas politheista.

Creem no Senhor Jesus, na Nossa Senhora, e em mais nada, porque em tudo o mais são tanto adoradores das bruxas, como das feiticeiras, dos lobishomens etc., etc. etc. Para elles ha bruxas boas, (e estas curam muitas doenças,) e bruxas más, que sugam de noite o sangue ás crianças, e causam grandes males á humanidade.

Não se diga que o povo é essencialmente ignorante, pois que o povo de Coimbra *adora* exclusivamente a Rainha Santa Izabel, e todavia ninguem accusa aquelle povo de ignorante. São factos psicologicos estudados e que não vem para aqui analisal-os.

*
* *

E' bom, segundo a tradição, o uso das romans á sobremeza do jantar no dia de Reis, afim de ter dinheiro durante o anno. Na vespera do dia de Reis e do Anno Bom costumam ao anoitecer fazer descantes ás portas das pessoas mais abonadas, pedindo esmolas. A estes descantes se chamam as *Janeiras*. No nosso *Romanceiro* publicamos os versos.

*
* *

E' crença geral que as almas veem do outro mundo, e apparecem a certas pessoas, pedindo-lhes que cumpram *promessas*, que ellas não cumpriram, quando no mundo viviam. Sobre este ponto não ha duas opiniões diversas; e contam-se milhares de acontecimentos, de almas apparecidas e que, depois de cumpridas as promessas, desapparecem. E' necessario — dizem — que o individuo a quem a alma appareceu, *requeira*, dizendo:

— Em nome de Deus dize o que de mim queres —

A este proposito vamos narrar um caso bem moderno.

Marido e mulher da freguesia de Alvôr foram estar com o paroco para lhes dizer missa no dia seguinte por sua intenção. Como o paroco lhes respondesse não poder no dia seguinte celebrar essa missa, respondeu o marido:

— Olhe, snr. prior, minha avó era uma santa mulher e morreu haverá vinte annos. Vai lá por 2 mezes, estava eu deitado com minha mulher, muito de noite, pareceu-me ver um vulto junto da cama em que estavamos deitados. A' primeira vista pareceu-me um homem, mas reparei bem e vi que era uma mulher com o cabello branco, com uma candeia pequenina, que mal se via. Acordei minha mulher e contei-lhe o que estava vendo, e ella poz-se a *arrematar*, e logo o vulto se foi: Quem seria, quem não seria? Eu dizia que era a minha madrinha, e ella dizia que não.

—Olha, me disse minha mulher, quando o vulto torne a apparecer, *requere*=Na noite seguinte appareceu-me novamente e eu *requeri;* e então vi que era minha avó. Não imagina, como fiquei; fiz-me branco como a cal e puz-me a tremer, e tornei a *requerer* perguntando-lhe o que queria de mim e então o vulto disse:

—Sou tua avó, e não posso entrar no ceu sem mandares dizer uma missa ás almas. Como eu na occasião não tivesse dinheiro para mandar dizer logo a missa, apparece-me sempre minha avó.

Celebrou o paroco a missa ás almas, e segundo a declaração do que mandou dizer a missa, depois d'esta celebrada, não mais lhe appareceu a avó.

*
* *

Não se vê aqui com bons olhos a viuva, que torna a casar, muito especialmente se está adiantada em annos. Na noite de taes casamentos, reunem-se grupos de individuos, encobertos com capas ou varinos, e põem-se a fazer grande barulho á porta tocando buzinas, chocalhos e latas velhas. Naturalmente a auctoridade guarda silencio a estas manifestações por não se atrever a guerrear as tradições populares. Eis um caso em que taes tradições devem ser abolidas por estarem condemnadas no codigo penal.

Quando succede atravessar os ares por sobre a povoação alguma garça real, toda a gente se enche de susto: morre alguem, com certeza, segundo antiga crença, em Alvôr.

*
* *

Adoeceu um maritimo de Alvôr, e os medicos municipaes não o curavam. Consultou um homem de *virtude,* jardineiro em Lagos. Este receitou-lhe

umas hervas, declarando que o maritimo estava embruxado, porque este tinha umas picadas nos braços e nas pernas. Vendo o doente que o mal continuava, consultou uma bruxa de Portimão, que lhe prometteu cural-o dentro de nove dias. Durante o tempo que o enfermo se tratou com o jardineiro de Lagos, succederam-lhe cousas espantosas. Comprou um macho, manso como uma ovelha, mas logo que o macho lhe entrou em casa, tornou-se bravo, parecendo ter no corpo o espirito maligno. Vendeu-o e comprou outro; succedeu o mesmo. Tornou a comprar outro, que saiu peior do que aquelles, perdendo sempre muito dinheiro. Suppondo o maritimo que o jardineiro de Lagos, a pedido de algumas mulheres de Alvôr, lhe fazia mal, largou-o e foi consultar uma bruxa em Portimão. Esta logo que o viu, prometteu cural-o, como acima se disse, em nove dias. Logo que a bruxa se responsabilisou pela cura do maritimo, cegou o jardineiro de Lagos. Depois de nove dias, melhorou o enfermo. Ficou o doente satisfeitissimo, e instou com a bruxa a que o acompanhasse a Alvôr, no intuito de desembruxar a cavalgadura. Annuiu a bruxa, e depois de umas benzeduras, tirou o espirito maligno do macho que ficou curado e manso.

E' ainda vivo o tal doente, e conta tudo isto com tal convicção, que bem manifesta a sua crença na bruxa, a quem — diz elle — daria cem mil reis, se os tivesse.

Felizmente — diz o pobre homem — *dei com uma bruxa boa.*

CAPITULO XVII

Familias illustres e pessoas notaveis de Alvôr

Em todas as *Monografias* ha um capitulo dedicado á commemoração das familias illustres e pessoas notaveis da localidade. Nenhum motivo tinhamos para fazer excepção de Alvôr, que foi, desde o

principio da nossa monarquia, uma das povoações mais notaveis, chegando a honrar-se com o titulo de Villa.

Consta da tradição que ahi pelos principios do seculo XVI havia em Alvôr muitas familias distinctas, cujos filhos se *entretinham* em incomodar a pacata Villa de Portimão, dando origem á celebre *carta* passada em nome de D. Manuel a requisição de D. Martinho de Castello Branco, elevado a conde de Portimão, *carta* em que se permitiu ao conde instituir na Villa uma casa de *alcouce.*

Por ser muito curioso este documento, aqui o transcrevemos:

«D. Manuel, pela graça de Deus, rei de Portugal, etc., etc.—a quantos esta nossa carta virem, fazemos saber que o conde de Villa Nova, veadôr da nossa fazenda, nos disse ora, que, porquanto na dita Villa é necessaria uma mancebia, e elle, por *bem* e *honestidade* (!) *da boa visinhança dos moradores da Villa,* queria fazer, á sua custa, em algum logar da dita Villa, que para isso seja mais conveniente, encostada ao muro, para nella se recolherem os mancebos solteiros, e se apartarem de conversar com as mulheres casadas, que vivem em sua honra—lhe déssemos um logar para isso, e houvessemos por bem, que ninguem a podesse fazer, salvo esta. E visto por nós seu requerimento, por lhe fazermos mercê, nos praz de lhe dar logar, como de feito lhe damos, que elle faça a dita mancebia na dita Villa: e outra pessoa alguma ao diante a nom possa fazer nella:—e tenha e haja, para sempre, toda a renda d'ella. E porem mandamos aos juizes e justiças da dita Villa, e a todos os outros officiaes e pessoas a quem o conhecimento d'esta pertença, que lhe deixem fazer a dita mancebia e ter e haver a renda d'ella, assi elle, como todos os seus herdeiros, que depois d'elle vierem, para sempre como dito he. E em caso que a dita Villa venha a nós, e aos nossos successôres, todavia elle e seus herdeiros hajam a renda sobredita; porque assi he nossa mercê. Dada

em á nossa Villa de Almeirim, a seis dias de maio de 1517—Jorge Fernandes, a fez. (*Liv. 7.º de Guad.* fls. 205 v, *na Torre do Tombo*)».

Se, realmente, esta *carta* tão celebre foi passada por virtude de se desejar reprimir a mocidade infrene de Alvôr, naquelles tempos, louvamos as boas intenções de D. Martinho; parece-nos todavia que melhor andaria se tivesse procedido por outra forma: mandando, por exemplo, correr com um bom marmeleiro, a *rapaziada fogosa*.

Devemos, pois, aqui declarar, que, abrindo este capitulo para commemorar as familias illustres de Alvôr, sómente nos occupamos das que foram dignas pelos seus serviços patrioticos e pelas suas virtudes religiosas e civicas. Nestes assuntos de fidalguia commungamos completamente a lição que nos offerece o respeitavel auctor do *Epitome da Vida de Domingos dos Reis Quita*—Miguel Tiberio Pedagueche Brandão Ivo, que escreveu:

«Aos sabios e aos homens uteis á patria é inutil vaidosa genealogia; a sciencia ou o valor que os adornam, illustram a sua estirpe. Se têm merecimentos, escusão preclara ascendencia; se os não teem, de que lhes servem ramos de troncos esclarecidos?

«Admira-se porventura Luiz de Camões por ser descendente de Vasco Peres Camões, Senhor das Villas de Sardoal, alcaide-mór de Portalegre e Alemquer, do Conselho d'El-Rei, ou por ser o auctor dos Lusiadas?

«Lembra-se alguem, lendo as obras de D. Francisco Manuel de Mello, que elle foi commendador de Santa Maria da Assumpção, do Lugar do Espichel? Pergunta quem lê a *Corte na Aldeia* e as *Primaveras*, de Francisco Rodrigues Lobo, se eram seus avós fidalgos?... Logo, o merecimento constitue só a verdadeira nobreza, pois quanto á Antiguidade da Estirpe, nada ha mais frivolo, quando não ha outro esmalte; tanto mais que forçosamente, e por fisica necessidade, é preciso que o rustico va-

queiro, que hoje vive, tenha uma ascendencia tão vetusta como o mundo, sem o que não existira, e ainda que talvez seu avô não conheça, é certo, que teve progenitores, e que do primeiro Homem descende sem interrupção e por linha recta».

Quando a nobreza das virtudes anda ligada á nobreza da origem, merece ser lembrada e respeitada. E' por isso que, a exemplo de outras Monografias, aqui tratamos de commemorar aquellas familias que se tornaram recomendaveis á patria.

§ 1.º

Abreus

Esta illustre familia tem o seu solar na torre de Abreu, junto a Valença do Minho. As suas armas são: em campo vermelho cinco cótos de aguia de ouro, direitos em aspa: timbre, um dos côtos, estendido.

Pedro Gomes de Abreu, senhor do couto e casa de Abreu, foi casado com D. Aldonça de Souza, filha de D. Lopo Dias de Souza, e d'este casamento proveio Lopo Gomes Abreu, que foi casado com D. Ignez de Sôto Maior. Casou este e do seu casamento nasceram diversos filhos, sendo Pedro Gomes de Abreu o primogenito. Tendo este perdido os seus titulos pelo facto de se passar a Castella em 1640, D. João IV desejou concedel-os a D. Gastão Coutinho, mas os irmãos d'aquelle Pedro Gomes, que se tinham conservado fieis á patria, fizeram valer os seus direitos aos mesmos titulos, e por isso D. João IV os manteve nestes irmãos, com excepção do Senhorio de Regalados, que passou para aquelle D. Gastão.

Destes Abreus descenderam differentes ramos, um dos quaes se estabeleceu em Alvôr.

Nos principios do seculo passado residia nos Montes de Alvôr uma nobre familia cujos ascendentes estiveram ligados por parentesco aos Ataides

ou Athaides, outra familia illustre d'aquella povoação. Essa familia importante dos Montes de Alvôr estava ligada egualmente por parentesco aos Abreus, pois que uma senhora muito respeitavel d'aquella aldeia, chamada D. Brites, era filha legitima do capitão Manuel José Freire e de D. Dorothea Joaquina de Sequeira, neta paterna de Manuel Fernandes Neto, dos Montes de Alvôr, e de Anna de Abreu, de Alcantarilha, e neta materna do capitão Henrique de Azevedo, d'Albufeira, e D. Brites Sequeira, de Alvôr.

Aquella senhora D. Brites, filha de Manoel José Freire, casou com o capitão mór José Rodrigues Simões, e d'este casamento houve grande descendencia, que constitue familias distinctas espalhadas pelo Algarve:—1.º Manuel Alexandre de Abreu Simões que foi casado com D. Maria Firmina Judice;—2.º José Filippe de Abreu Simões, casado com D. Joaquina Leote Biker;—3.º D. Maria Dorothea, casada com João Rosendo Fialho, morgado de Odesseixa;—4.º D. Maria Paula, que casou com o desembargador José dos Reis;—5.º D. Marianna, que foi casada com o dr. Carlos Lecôr Pimenta;—6.º D. Dorothea, que casou com o capitão Antonio Hipolito Cuchado, natural de Monchique, mas fallecido em Pera, para onde transferira a sua residencia.

D'estes casamentos tem havido grande descendencia, que constitue diversas familias distinctas, distribuidas pela nossa provincia, sendo certo que ainda hoje residem em Alvôr membros distinctos da mesma illustre familia a que nos temos referido: O ex.mo sr. Manuel José de Abreu, residente em Alvôr, e a ex.ma sr.ª D. Emilia Paula Judice de Abreu, ambos filhos da ex.ma sr.ª D. Firmina Judice de Abreu.

§ 2.º

Athaídes ou Ataídes

Os mais serios investigadores de genealogias nobres fazem remontar a origem dos Athaides ao rei godo Atanagildo. Foi um appellido nobilissimo e procede de Egas Moniz, aio lealissimo de D. Affonso Henriques. Parece ser seu solar a freguesia de S. Pedro de Athaide, na provincia do Minho, hoje pertencente ao concelho de Amarante, villa antiga fundada por Atanagildo, rei godo, que lhe impoz o seu nome, que se corrompeu, através do tempo, no actual nome. Este Egas Moniz foi casado diversas vezes, sendo a primeira com D. Mayor Paes, de quem teve um filho, chamado Lourenço Viegas, na historia antiga conhecido pelo appellido - *Espadeiro,* e deste descendem os Coelhos, os Frades, os Magros, Viegas e Aboins, familias muito notaveis pelo seu valor e merecimentos; e a segunda vez com D. Theresa Affonso, fundadora do convento de Salzedas, e desta teve cinco filhos, dos quaes procederam os Athaides, Soverosas, Reimondos, Alvarengas e Peixotos, tendo os Athaides por solar a Villa de Athaide e por tronco Egas Moniz, do qual descendeu Alvaro Gonçalves de Athaide, senhor de Monforte, Vinhaes e Sernache, alcaide mór de Coimbra, governador da casa do infante D. Pedro, e aio de D. Affonso V.

Foi muito importante esta geração illustre e della procedem os condes de Athouguia, de Castanheira e Castro Daire, e muitos outros ramos illustres que se espalharam por diversas provincias do reino e se ligaram por casamentos a nobilissimas familias de Portugal. Um desses ramos veio constituir residencia em Alvôr e ahi foram alguns dos seus membros agraciados pelos nossos monarcas, sendo investidos no elevado posto de Alcaides-móres de Alvôr. O Alcaide-mór naquelles tempos e segundo as nossas Ordenações devia necessariamente

ser *filho de boa linhagem de parte de seu pae e de sua mãe.*

Alvaro de Athaide, filho de João de Athaide, senhor de Penacova, foi alcaide-mór de Alvôr; e cremos ser este o agraciado com grandes mercês pelo nosso monarca D. Affonso V, que por carta de 18 de dezembro de 1451 lhe concedeu a dizima do pescado, portagem do mar e terra, foros das azenhas, moinhos, casas, vinhas, barca de passagem e as marinhas de Alvôr.

Quer-nos parecer que houve mais de um Alvaro de Athaide, alcaide-mor de Alvôr, pois que em 1497 foi agraciado neste posto Alvaro de Athaide, por desistencia de Diogo Moniz da Silva, seu genro, por ser casado com sua filha D. Maria de Athaide, e mais tarde investido na Alcaidaria de Silves.

Foi em casa deste Alvaro de Athaide que se alojou D. João II, segundo affirma Garcia de Rezende.

Ainda outra razão nos leva a crer que dois Alvaros de Athaide desempenharam as funcções de Alcaide-mór de Alvôr: um alcaide-mór, Alvaro de Athaide, de Alvôr, foi pae de Nuno de Athaide, que tambem foi alcaide-mór de Alvôr, e senhor de Penacova; outro Alvaro de Athaide, tambem Alcaide-mór de Alvôr, foi pae de Tristão de Athaide, como se vê da inscrição sepulcral, que resa assim: «*Aqui jaz o grande Alvaro de Athaide pae de Tristão de Athaide*;» ora um dos Alvaros era alcaide em 1451, ao passo que o outro foi alcaide de Alvôr em 1497.

Encontramos tambem dois Nunos de Athaide, um, como acima dissemos, alcaide-mór e filho de Alvaro de Athaide; outro Nuno Fernandes de Athaide, ou Nuno Friz de Athaide, que foi valente capitão de Çafin.

Aquelle Tristão de Athaide seria o valente cabo de guerra que em Montes Claros praticou proezas inauditas, e nas Indias, em guerra com o Xerife, á frente de 400 cavalleiros, foi morto, escapando apenas tres, que fugiram? Não sabemos.

E aquelle Nuno Friz de Athaide seria o mesmo a quem D. Manuel concedeu em 6 de novembro de 1497 fazer marinhas nos sapaes, como se vê no liv. 3.º *de Guad.* a fls. 64 v.? Tambem não sabemos.

Reconhecemos ser problema difficil resolver hoje quantos membros da familia dos Athaides exerceram em Alvôr a alcaidaria-mór; demais, parecendo certo o que affirma Antonio de Villas Boas, dizendo que a alcaidaria era quasi sempre exercida pelos membros de certas familias. Podemos affirmar que outros alcaides móres Athaides foram agraciados nesse posto em outras provincias.

Não nos atrevemos a informar as grandes ligações que se estabeleceram entre os Athaides e as casas mais notaveis do reino, apenas faremos um pequeno esboço das ligações estabelecidas entre os Athaides de Alvôr e as familias mais notaveis da provincia do Algarve.

Ligaram-se aos Soutos Maiores, de onde procedeu Francisco de Athaide Souto Maior, natural de Faro, cavalleiro da Ordem de S. Thiago, e um dos mais illustres escritores do seu tempo; aos Gamas, de onde procedeu José Bernardo da Gama e Athaide, natural de Tavira, bacharel formado em leis, chanceller da Casa da Rainha e do Infantado; aos Corte Reaes, e desta ligação nasceu Manuel de Athaide Corte Real, natural de Portimão, bacharel em leis, conego penitenciario da sé de Faro, vigario geral e visitador do bispado pelo cardeal Pereira; aos Mascarenhas, pelo casamento de Estevam Neto Mascarenhas, com D. Isabel de Athaide Aragão, sendo mais certo que esta senhora descende da união dos Athaides aos Aragões; aos Xavieres de Alvôr, de onde descende Francisco Xavier de Athaide, fallecido em Pera, e nosso segundo tio paterno, irmão germano de nosso avô.

Segundo a auctoridade de Villas Boas, os Athaides usavam das suas armas no tempo daquelle escritor (1727). Diz elle: «Os Athaides procedem do Moço Viegas, filho de Egas Moniz. Parece ser

seu solar a freguesia de S. Pedro de Athaide no Bispado do Porto. Têm os condes de Atouguia, de Castanheira e de Castrodairo, que vêm de Alvaro Gonçalves de Athaide, Senhor de Modforte, Vinhaes e Cernache, Alcaide mór de Coimbra, Governador da Casa do Infante D. Pedro, e Ayo d'El-Rei D. Affonso V, que foi o primeiro conde de Atouguia por Armas quatro bandas de prata em campo azul: timbre uma onça de azul, bandada de prata, como que salta. Houve varões insignes deste appellido».

Não devemos passar adiante sem tocarmos um ponto que se nos antolha muito confuso. O sr. Visconde Baena, no seu livro muito apreciado *Familias Illustres do Algarve,* indica que o alcaide mór de Alvôr, quando nesta villa faleceu D. João II, era D. Duarte de Athaide. Quer-nos parecer que houve algum equivoco. Respeitando muito a auctoridade d'aquelle eminente escritor (e jámais em assuntos d'esta especialidade) mas não encontrando o nome de Duarte de Athaide nos antigos documentos, consultamos pessoa tambem auctorizada que nos respondeu o seguinte: «consultei um meu discipulo que tem paixão por esses estudos. Elle acha os seguintes dados, que respondem satisfatoriamente ao seu pedido. Em 1497, por desistencia de Diogo Moniz, recaiu a Alcaidaria-mór de Alvôr em seu sogro Alvaro de Athaide (Liv. 2.º de Guad. fl. 840); segundo Garcia de Rezende (Chron. de D. João II, cap. 209) este monarca faleceu em casa de Alvaro de Athaide, pae de Nuno Fernandes de Athaide, capitão de Çafim. Portanto vê-se que na occasião da morte de D. João era Alcaide-mór de Alvôr, o genro de Alvaro de Athaide, Diogo Moniz, e que D. Alvaro, por desistencia do genro, foi investido naquelle cargo».

Por este motivo tambem nos parece que o Alvaro de Athaide, pai de Tristão de Athaide, era um, e o Alvaro de Athaide, pai de Nuno Friz de Athaide fosse outro, pois que a inscrição já referida não fallaria sómente do filho Tristão, deixando de men-

cionar o filho Nuno. Ainda outra razão: é pouco crivel que o Alvaro de 1451, seja o mesmo de 1497.

Descendente dos Athaides de Alvôr foi o capitão João de Athaide, casado com D. Laurencia Maria Josefa. Deste casal, entre outros, nasceu D. Maria Bernarda de Athaide, que foi casada com Francisco dos Santos, de Pera. Deste casamento nasceram, Ignez Bernarda Xavier de Athaide, João Xavier de Athaide e Francisco Xavier de Athaide. João Xavier de Athaide foi casado com Clara Josefa, da freguesia da Pera; e deste casamento nasceram D. Maria Francisca Xavier de Athaide e D. Francisca Xavier de Athaide.

Foi esta casada com Joaquim Martins de Oliveira, da freguesia de S. Bartholomeu de Messines, e deste casamento nasceram Francisco Xavier de Athaide Oliveira, auctor destas linhas, João Xavier de Athaide Oliveira, falecido no posto de major do Estado maior de infanteria e D. Ignez Xavier de Athaide. Foi o major Athaide casado com D. Maria da Assumpção Cardoso Ramos, de Extremoz, e deste casamento nasceram Alvaro de Athaide dos Ramos Oliveira, medico em Setubal, José de Athaide Ramos e Oliveira, bacharel formado em direito, solteiro, residente em Lisboa, Humberto de Athaide dos Ramos Oliveira, estudante do setimo anno dos liceus, no collegio militar, á Luz, e D. Adelina de Athaide Ramos e Oliveira, solteira e vivendo com sua mãe em Coimbra.

Devemos ainda acrescentar para a demonstração de que o alcaide-mór de Alvôr era sogro de Diogo Moniz, que este era casado com D. Maria de Athaide, filha d'aquelle alcaide. Desistindo Diogo Diniz da alcaidaria de Alvôr e sendo nella investido Alvaro de Athaide, D. Manuel investiu aquelle Diogo Moniz na alcaidaria de Silves:

Este Diogo Moniz pertencia a uma familia muito antiga e muito distincta. Segundo affirma o Ex.^{mo} Visconde de Sanches Baena a illustre familia Moniz é do tempo de El-Rei D. João I em que viviam

Vasco Martins Moniz e Garcia Moniz no Algarve e eram filhos de Martim Fagundes e de Leonor Lourenço, como consta do livro velho da chancellaria do dito rei. Do primeiro descenderam os alcaides móres de Silves e os senhores de Angeja. As armas dos Monizes do Algarve são, em campo azul, cinco estrellas de oiro, de oito raios, em santor; timbre um leopardo de azul, com uma estrella de escudo na testa.

Acham-se no livro da Torre do Tombo a fls. 11.

§ 3.º

Cunhas e Costas

Affirma Silva Lopes na sua *Corografia do Reino do Algarve* que os Cunhas Costas eram oriundos de Alvôr. E' possivel que os Cunhas Costas fossem de Alvôr, mas não os seus ascendentes, que eram representados por duas familias illustres—: Cunhas e Costas.

Os Cunhas procedem de D. Guterre, companheiro do Conde D. Henrique e pae de D. Paio Guterre, que muito auxiliou D. Affonso Henriques, subindo a escalada os muros de Lisboa, por intermedio de cunhas metidas na parede, motivo porque El-Rei lhe deu o appelido de Cunha e por Armas em em campo de ouro nove cunhas de ferro firmadas, postas em tres palhas: timbre um meio Grifo de ouro, acunhado de azul, com azas acunhadas de ouro—. Costas são familia egualmente do tempo de D. Affonso Henriques, e teem por solar a Villa da Costa, por Armas em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres fachas: timbre duas costas em aspa, atadas com uma fita vermelha.

Dos Cunhas descende Diogo Alvares da Cunha, commendador de Castello-Novo, da Ordem de Christo, e que foi casado, resultando, deste casamento, uma filha unica que se chamou D. Izabel da Cunha. Esta senhora foi casada com um sobrinho

do cardeal de Alpedrinha—D. Jorge da Costa, e que era filho de Nuno Gonçalves de Gusmão e de D. Izabel da Costa, resultando deste casamento tres filhos, sendo o mais velho Pascoal da Cunha da Costa, commendador de S. Martinho das Chans, na comarca de Lamego, de onde descendem os Cunhas Costas.

Explica-se a existencia desta familia em Alvôr, por isso que entre os Cunhas e Athaides havia grande parentesco, e tanto que aquella D. Izabel da Cunha descendia do conde de Povolide—Tristão da Cunha e Athaide. E' sabido que nos seculos XV e XVI muitos fidalgos vieram habitar na nossa provincia, desde que o infante D. Henrique estabeleceu a escola nautica em Sagres, e, porque os fidalgos algarvios davam sempre grandes contigentes de soldados costumados ás travessias maritimas, D. Sebastião, quando teve de entrar com forças armadas em Africa, veio embarcar as mesmas forças em Lagos.

Faleceu em Lagos a 15 de março de 1748 Nuno da Cunha Costa, que era filho de João da Silva da Cunha, cavalleiro professo da Ordem de Christo e fidalgo da Casa Real e de D. Martha de Azevedo Coutinho. E' verdade que aquelle nasceu em Mazagão no dia 1 de outubro de 1672, mas atendendo-se a que os fidalgos algarvios, naquelle tempo, se achavam em grande numero investidos de importantes cargos em Africa e nas Indias, podia muito bem succeder que descendesse dos fidalgos Cunhas Costas de Alvôr.

Ainda hoje existem em Alvôr alguns membros da familia Costas ligados aos Paivas, dos quaes, entre outros, conhecemos o capitão Joaquim Dias da Costa Paiva, a quem nos referiremos, quando tratarmos da familia dos Paivas.

*
* *

Desde 1758 todos os auctores de Corografias referentes a Alvôr dizem que na capella de N. Senhora do Rosário de Alvôr estão umas armas da familia dos Cunhas e Costas. Segundo informações ultimamente colhidas, essas armas foram d'ali vandalicamente tiradas, servindo a lapide com um leão de soleira de um predio particular. Duvidamos de que as armas referidas pertencessem aos Cunhas e Costas. Nas armas d'esta familia não figura o leão (M).

Temos sobre a mesa de trabalho a *Nobiliarquia Portuguesa* por Antonio Villas Boas, onde veem as armas dos Cunhas e dos Costas, e ali não apparece o leão. Segundo aquelle auctor nas armas dos Vabos é que ha o leão; o que nos convence de que aquellas armas da capella de N. Senhora do Rosario pertençam á illustre familia dos Vabos.

Cuidadosamente examinamos todas as armas das familias illustres de Portugal, e encontramos o leão nas armas dos Athouguias, Azevedos, Baenas, Barbozas, Bandeiras Bivans, Botelhos, Bravos, Britos, Calvos, Calaças, Carreiros, Carcamos, Cardins, Cardosos, Castello Brancos, Cerqueiras, Chamas, Coelhos, Colaços, Docens, Felgueiras, Galhardos, Giraldes, Gondins, Guimarães, Homens, Leitões, Magriços, Monizes, Mascarenhas, Matos, Mendanas, Mergulhães, Moniz, Moreiras, Netos, Olivas, Pamnolas, Perestrellos, Pinheiros, Queiroz, Ramos, Sálvagos, Santarens, Secos, Simões, Souzas, Silvas, Toscanos, Valadares, Vasconcellos, Cunhas, Vogado, e não encontramos o leão nas armas dos Cunhas e Costas.

Ora como daquellas familias illustres não nos consta algum seu membro ter residido em Alvôr, por isso é nossa opinião que as armas existentes na Capella de N. Senhora do Rosario sejam dos Vabos.

Folgariamos muito de que houvesse quem nos elucidasse este ponto.

§ 3.º

Fogaças

Houve em Alvôr um ramo importante da illustre familia dos Fogaças; e á falta de noticias, pois que não existem no arquivo eclesiastico livros que no-las forneçam, temos a tradição constante em affirmar ali terem existido.

A familia dos Fogaças é antiquissima em Portugal. Em tempo de D. Affonso Henriques appareceu já Pedro Fogaça confirmando em 1133 uma doação que aquelle rei, então infante, fez de um seu reguengo ao mosteiro de S.ª Romão da Neiva, no mez de setembro do citado anno. No tempo dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I, apparece Lourenço Annes Fogaça, que foi chanceller-mór d'el-rei D. Fernando e seu vassalo, e ainda seu embaixador mandado a França no intuito de tratar da liga que D. Fernando queria fazer com Luiz, Duque de Anjou, contra o rei de Aragão; mais tarde foi mandado a Inglaterra a concluir o tratado com o conde de Canbrix. Tempos depois D. João I enviou-o a Inglaterra a tratar negocios do Estado em companhia do mestre de Santiago - D. Fernando Affonso de Albuquerque.

Quando D. João II resolveu tomar os banhos de Monchique incumbiu o seu vedor-mór Joham Fogaça de ir adiante preparar-lhe os aposentos, e peiorando el-rei em Monchique, acompanhou-o a Alvôr.

Não podemos precisar se já então havia Fogaças no Algarve.

Existiu em Loulé Francisco Fogaça, que foi casado com D. Francisca de Mello, viuva de Gaspar da Fonseca, de Tavira, filha de Pedro Dias de Berredo e de Guiomar da Cunha, filha esta de João de

Mello, de Marim, e este filho bastardo do Almirante Ruy de Mello da Cunha. Daquelle casamento nasceram um filho e uma filha, chamando-se aquelle Francisco Fogaça de Mello, que faleceu em Faro e jaz no convento das Freiras. A este cidadão se refere Monsenhor Boto, quando escreveu:

«Encontramos no *Museu archeologico* de Faro uma lousa funeraria, para ali removida do convento das Freiras da mesma cidade, na qual existia uma inscrição que é titulo authentico na nobiliarquia d'esta cidade».

Continua Monsenhor Boto: «Francisco Fogaça de Mello era ligado ao parentesco de D. Francisco de Mello (*era filho*) e á estirpe de João Fogaça e de D. Maria de Eça e tem por isso o sangue real de D. Affonso, 1.º conde de Faro».

«A lousa funerea pelas suas Armas denota ter abrigado na respectiva sepultura um membro dos Fogaças já então ligado aos condes de Faro, por isso que o escudo que brazona a campa é esquartelado, tendo no 1.º e 3.º um campo de prata, cinco escudetes de azul, em cruz, carregados cada um de cinco bezantes de prata postos em santor (Bragança); com um cordão vermelho, franciscano, de nós d'ouro, em orla e cruz (Eça). O 2.º quartel é franxado, tendo de vermelho os campos superior e inferior com cinco bastões de ouro, em pala, que os alcança ambos; nos campos, dextro e sinistro, uma fogaça de azul, realçada de prata. Idem para o seu contrario (Fogaças)».

Francisco Fogaça de Mello foi casado com D. Margarida de Mello, dispensados em 2.º grau, e filha de João Pacheco Correia, de Quelfes. Deste casamento nasceram: D. Leonor de Mello e D. Guiomar de Mello, esta mulher de Diogo da Fonseca Moniz, filho de Manuel da Fonseca Moniz, fidalgos que naquelle tempo viviam em Quelfes e, de sua 1.ª mulher Izabel Roiz c. g. e depois casou com Manuel da Fonseca de Silves, filho este de Luiz Vieira e de Joanna Monteyra, o qual, ausentando-se por uma morte que

fez em Loulé, deu motivo a que ella se metesse no convento do Carmo, de Lagos, tomando o nome de Esperança de Jesus. Casou segunda vez com D. Sebastiana Leitoa, irmã de Maria Leitoa, mulher de José Figueiredo, filho de João Delgado, de Quelfes, aquellas filhas de Francisco Dias de Leão e de Margarida de Andrade.

D'aquelle casamento, entre outros, nasceu D. Leonor de Mello, filha primeira, e senhora da casa de seu pai. Casou com Duarte de Souza, juiz da Alfandega de Faro, filho de Francisco Pouzado de Mello, da dita cidade, e de Catharina Gomes Rapoza de Barros, natural de Beja.

D'este casamento nasceram Francisco Fogaça de Mello e D. Izabel de Mello, 3.ª mulher de Manoel de Athaide e Sarria, senhor da casa de Alte e alcaide-mór d'Albufeira. D'este casamento houve tres filhas, que professaram. Casou 2.ª vez D. Izabel com Sebastião de Faria Palermo, s. g.

Francisco Fogaça de Mello foi juiz da Alfandega de Faro. Casou 1.ª vez em Villa Nova de Portimão com D. Ignez de Souza, filha de Diogo Gonçalves, fundador do Collegio, e com grande dote. D'este casamento houve filhos que falleceram ainda meninos. Casou 2.ª vez com D. Filippa da Cunha e Athaide, filha de D. Miguel d'Athaide e Sarria e de D. Ignez Côrte Real Zagalo. D'este casamento nasceu um filho chamado Duarte, que faleceu em criança. Casou 2.ª vez D. Fillippa com seu primo Damião de Lemos e Faria, filho de Thomé de Lemos e Faria e de D. Izabel de Brito Pereira, e de cujo matrimonio houve filhos, que pertencem á familia dos Farias Lemos.

Da familia Fogaças resultaram diversos ramos, que se espalharam por diversas povoações do Algarve e ainda pela Ilha da Madeira. Ahi pelos meiados do seculo XVI, tendo os mouros atacado a cidade de Santa Cruz, no Cabo d'Aguir, (Africa), o então governador da Madeira, que se achava casualmente em Lisboa, e se chamava Simão Gonçal-

ves da Camara, mandou ao seu representante naquela ilha que immediatamente enviasse socorros á cidade atacada. Foram d'esta missão encarregados D. Luiz de Noronha e D. João Fogaça, irmãos, filhos de D. Joanna d'Eça, que era camareira mór da rainha de Portugal. Já a esse tempo os Fogaças estavam ligados aos Eças e aos Noronhas.

Em Lagos e Lagoa existem Fogaças. O nosso collega e amigo, o reverendo paroco aposentado de Portimão, é natural de Lagoa. Seu avô paterno José Pedro Fogaça, e irmãos d'este, Bernardo Fogaça, Francisco Fogaça e D. Maria Isabel Fogaça, nasceram em Lagoa, mas seu avô paterno, o referido José Pedro Fogaça casou em Lagos, para onde foi residir e ali nasceu o pai do nosso amigo, voltando mais tarde J. P. Fogaça residir em Lagoa, onde faleceu na idade de 81 annos, em 1837.

José Pedro Fogaça exerceu em Lagoa o logar de vereador mais velho, desempenhando algumas vezes as funcções de Juiz de Fóra, n'aquella villa, e sempre com tamanha rectidão que ali ficou proverbial a *justiça de José Pedro Fogaça.*

O exercicio d'estes cargos era n'outros tempos um titulo de nobreza (*Bovadilha*, na *Politica,* tom. 2.º, liv. 3.º cap. 8 — n.ºs 20 e 21 — e *Fontan de Pactis nupt.* tom 1.º)

Em Lagos ainda existem Fogaças; e em Mexilhoeira Grande tambem houve legitimos Fogaças, ali representados, ha muitos annos, pelo major Fogaça.

Existem, porém, hoje alguns Fogaças que não pertencem ao legitimo tronco, mas descendem de um afilhado dos legitimos Fogaças, e que resolveu por bem adoptar o appellido do padrinho.

§ 5.º

Moraes

A familia Moraes descende de Gonçalo Rodrigues Moraes, contemporaneo do reinado de D. Affonso III. Parece que teve o seu solar na povoação de Moraes, actualmente do concelho e comarca de Macedo de Cavalleiros, Traz-os-Montes. O brazão d'armas d'esta familia é um escudo dividido em palla; na 1.ª de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, com telhado de cruz, grimpado de uma bandeira de prata, contra chefe de ondas de azul e prata; — na 2.ª, de prata, uma amoreira verde, com raizes — contra chefe estreito de terra — elmo d'aço, aberto,— timbre, a torre das armas.

Ligou-se a familia Moraes a diversas familias; os Moraes de Alvôr ligaram-se aos Xavieis, tambem de Alvôr, no passado seculo representados pelo alferes ou tenente Francisco Xavier de Moraes, importante proprietario d'aquella povoação; como tambem se ligaram aos Athaides, cujo ultimo representante morreu em Alvôr em 1787 — João d'Athaide Moraes, do qual tratamos em outro logar d'esta *Monografia* (L).

§ 6.º

Pachecos

Silva Lopes, na sua *Corografia do Reino do Algarve,* escrevendo de Francisco Soares de Oliveira Pacheco, considera-o natural de Alvôr. Fez este heroe a campanha da aclamação de El-Rei D. João IV, e na batalha de Montes Claros recebeu tres feridas de bala de mosquete, continuando no combate, sem se importar com as feridas.

Por uma sentença da Relação de Lisboa, dada em 1717, consta que um seu bisavô saira voluntariamente de Alvôr para acompanhar El-Rei D. Sebas-

tião nas duas jornadas de Africa, ficando cativo na batalha de Alcacer-Quibir; sendo resgatado por outro seu bisavô, que então governava Villa Nova de Portimão; todos da familia dos Pachecos, que ainda existem na povoação de Alvôr.

Segundo Villas Boas, a familia Pachecos procede de Fernão Geremias, fidalgo principal no tempo do Conde D. Henrique. O primeiro que se chamou Pacheco foi Fernão Rodrigues Pecheco, que defendeu o castello de Celorico contra o conde de Bolonha por El-Rei D. Sancho II.

Tem esta familia por armas em campo de ouro duas caldeiras de prata, postas em palla, com tres fachas, cada uma de ouro e vermelho, veiradas e contraveiradas, e tambem as azas, e em cada caldeira quatro cabeças de serpe de ouro nas reigadas das azas, duas para fóra e duas para dentro, com as linguas vermelhas: timbre dous pescoços de serpe de ouro com duas cabeças batalhantes.

No intento de estudar o processo e a sentença da Relação dada em 1717, afim de examinar a *habilitação*, que ali se devia de deduzir para a prova de que Francisco Soares de Oliveira Pacheco era bisneto do cavalheiro que acompanhara D. Sebastião á Africa, escrevemos ao nosso amigo, o ex.^{mo} dr. João José da Silva, actual juiz da Relação, afim de obtermos uma copia daquelle processo e respectiva sentença. Respondeu-nos que hoje não era possivel encontrar-se o que desejavamos por isso que, tendo encarregado pessoa competente de fazer aquellas consignações, recebera a seguinte resposta:

«Não foi possivel encontrar nos livros indices o nome de Francisco Soares de Oliveira Pacheco.

«Os indices, na sua maioria, não estão completos, por ter sido dissolvida em 1837 a commissão que procedeu ao inventario de mais de 600:000 processos».

E assim não podemos ir mais adiante do que fica dito.

Cremos que o bisavô de Francisco Soares de

Oliveira Pacheco se chamava Manoel Soares, pois que da relação dos cativos em Alcacer-Quibir, que se encontra a pag. 58 do livro—*Provas da Parte Primeira da Dedução Chronologica e Analitica,* de José Seabra da Silva, é aquelle o unico com o appellido Soares, que ali figura.

O brazão de armas da illustre familia dos Pachecos ainda hoje se encontra na R. Verde.

Por muito tempo se suppoz que no predio em cuja parede se encontram as armas dos Pachecos, tivesse falecido D. João II; hoje está averiguado que o rei falleceu na rua chamada do Paço.

§ 7.º

Paivas

Paiva é um appellido nobre em Portugal, tomado, segundo uns, do rio Paiva, segundo outros, do concelho do mesmo nome. O primeiro que se encontra na nossa historia antiga foi D. Pedro Trocozendo de Paiva, descendente dos fundadores do *Castello de Paiva,* que o edificaram para seu solar.

As suas Armas são: em campo azul, tres flores de liz, d'ouro, em banda, elmo de aço, e por timbre, uma aspa azul, com uma das flores de liz do escudo no centro,

Outros d'éste appellido trazem por Armas—as antecedentes e o mesmo elmo—e por timbre, uma espada de prata com guarnições d'ouro, e enfiada nella uma flôr de liz.

Ligaram-se os Paivas de Alvôr a diversas familias: aos Xavieis, tambem d'Alvôr, representados no seculo passado por Francisco Xavier de Paiva. A esta familia pertenceu o general Policarpo Xavier de Paiva, muito estimado de D. Pedro V, e falecido ha uns 35 annos em Lisboa; ligaram-se tambem aos Costas, de Alvôr, no meio do seculo passado, representados pelo capitão Joaquim Dias da Costa Paiva, hoje representado pelos seus filhos

—D. Maria das Mercês Xavier de Paiva—D. Margarida Xavier de Paiva, Joaquim Dias Xavier de Paiva, Manoel Xavier de Paiva, e outros nascidos em Alvôr.

§ 8.º

Vabos

Antonio de Villas Boas, na sua *Nobiliarquia Portuguesa*, descrevendo as *Armas* da illustre familia dos Vabos, diz:

«Tem esta familia por Armas em campo vermelho uma laranja de prata, e nella um Leão de negro, em um pé de ondas de azul com enxadrez branco, e vermelho pelo lombo».

O snr. Visconde de Sanches Baena, no seu Archivo Heraldico Genealogico, livro muito curioso e muito apreciavel, diz d'esta illustre familia dos Vabos, o seguinte:

«E' familia da provincia do Alemtejo, ainda que pouco extensa, porque ha della pouca noticia, e só nos consta que Maria de Vabo, mulher de Braz Rodrigues da Anaia, era filha de Antonio Fogaça, que foi residente em Inglaterra, no tempo de Henrique VIII, onde foi morto e confiscado por defender o partido da rainha D. Catharina. Dos referidos foi filha outra D. Maria do Vabo Pimentel, mulher do capitão Soromenho Dias, pais de Luiz Pimentel do Vabo, governador da praça de Albufeira, de quem foi filho Antonio Pimentel Vabo, capitão-mór da villa de Alvôr em 1750». Este capitão-mór foi o pai de Caetano Pimentel do Vabo, Rodrigo Soromenho Pimentel do Vabo, Tristão Caetano do Vabo, Affonso Caetano do Vabo e de Luiz Caetano do Vabo. Tendo Caetano Pimentel do Vabo seguido a vida militar, faleceuno posto de tenente general no Brasil, quando ali se achava a familia real.

Era Antonio Caetano do Vabo cidadão patriota, e vendo que no reinado de D. José tinha este monarca de declarar guerra á Hespanha, immediata-

mente lhe foi offerecer os seus quatro filhos, Rodrigo, Tristão, Affonso, e Luiz, offerecimento que D. José acceitou, ordenando que sentassem praça de cadete e fazendo ao pai a mercê de duas almadravas em Lagos.

As armas da familia dos Vabos, indicadas pelo snr. Visconde de Sanches Baena, fazem alguma differença das indicadas por Villas Boas, pois, segundo aquelle cavalheiro, as armas são em campo vermelho um leão xadrezado de prata e negro, sobre um pé de agua de prata e azul: timbre o leão do escudo.—

O snr. Visconde de Sanches Baena no seu *Archivo Heraldico-Genealogico,* escreveu:

«Rodrigo Soromenho Pimentel do Vabo, natural da Villa de Alvôr no reino do Algarve, filho de Antonio Pimentel do Vabo, capitão-mór da mesma Villa, a quem se passou brazão com as armas dos Pimenteis, Vabos e Varellas, e de sua mulher D. Theresa Joanna Mauricia; neto paterno de Luiz Pimentel do Vabo, que serviu no militar mais de cincoenta annos, occupando os postos de capitão de infanteria, sargento-mór e governador da praça de Albufeira, sempre com assignalados serviços, e de sua mulher D. Guiomar Varella do Vabo; bisneto do capitão Manuel Soromenho Dias, que foi pessoa principal, e de sua mulher D. Maria do Vabo Pimentel, e tambem bisneto de Gaspar Martinho Simões e de sua mulher Maria dos Santos; neto materno de José de Oliveira e Brito, e de sua mulher D. Antonia Baptista Lobo».

«As armas dos Soromenhos, Vabos, Pimenteis e Varellas. Br. p. a 18 de abril de 1759. Reg. no Cart. da N. livro particular, fls. 122».

§ 9.º

Velhos

Faleceu em Alvôr no dia 2 de janeiro de 1903 um venerando representante da nobre familia dos Velhos, descendente do morgado de Messejana — José Joaquim Moreira e Brito Velho da Costa. Chamava-se, o ha pouco falecido, Frederico Moreira de Brito Bivar Velho da Costa, e era filho d'aquelle cavalheiro e de sua esposa D. Anna Xavier de Bivar Vinholts. Esta senhora era natural de Portimão, tendo por isso casa n'esta villa e na velha villa de Messejana, motivo porque os seus filhos uns são naturaes de Portimão e outros de Messejana. O filho mais velho — José Francisco Moreira de Brito Velho da Costa, de 93 annos, está actualmente no Asilo Maria Pia, em Lisboa; e o filho Frederico residiu quasi sempre em Alvôr. Teve este um filho, que supponho natural de Alvôr, e foi capitão de cavallaria, que haverá quatro para cinco annos se suicidou em Timor, para onde tinha ido em commissão. Era casado com uma prima irmã, filha de José Francisco Moreira. Era tambem Frederico Moreira sogro do senhor Manoel de Almeida Coelho de Bivar, agente do Banco de Portugal em Portimão. Tanto a familia Bivar como a familia dos Velhos foram e são familias nobres; aquella natural de Castella e Leão, esta de origem portuguesa, dos primeiros seculos da monarquia.

As Armas dos Bivares são: o escudo partido em faxa, no primeiro partido em palla, e no primeiro esquartellado de Castella e Leão, e ao segundo de ouro, e quatro pallas vermelhas de Aragão; no segundo de vermelho, e uma Azinheira verde com raizes de prata e um Leão de ouro com rompentes; timbre um Leão de ouro com um ramo verde. Outros lhe dão em campo azul banda vermelha, perfilada de ouro.

A familia dos Velhos, que se suppõe proce-

derem de D. Gavam, Alcaide de Santarem, cujo morgado se continuou muitos annos em pessoas d'este appellido, tem por Armas em Campo vermelho cinco vieiras de ouro, empaquetadas de preto; timbre um chapeo pardo com uma vieira.

Em 1280, reconhecendo D. Diniz a grande utilidade que resultaria para o paiz do seu casamento com D. Isabel (a rainha santa), filha do rei de Aragão, incumbira João Martins Vasco Pires e João Velho, membro illustre da familia dos Velhos, de a pedir em casamento; incumbencia de que estes fidalgos se desempenharam com grande intelligencia, effectuando-se o casamento. D'esse tempo até D. José figuraram os membros da nobre familia dos Velhos em diversas commissões militares nas Indias, na America e na Africa. Martim Velho, no tempo de D. José, esteve sujeito a ser decapitado, pois que o marquez de Pombal o quiz envolver com os Tavoras no crime de conspiração contra o rei. Julgado porém innocente pelo respectivo tribunal, o marquez de Pombal *apenas* conseguiu que elle fosse desterrado para Angola.

Um ramo dos Velhos veiu assentar residencia na antiga villa de Messejana.

No Algôs, terra da naturalidade do auctor do presente livro, nasceu em 26 de novembro de 1722 Catharina Jacintha Rosalia, filha de Manuel Lopes Guizado, pagador geral da gente da guerra, fortificações e marinha do Reino do Algarve. Foram seus padrinhos do baptismo João Velho da Costa Soares, e sua irman D. Izabel Catharina de Mello Aragão, moradores na Villa de Messejana. Aquelle João Velho era fidalgo cavalleiro e morreu em 1768, deixando sua casa importante a um filho natural, o reverendo Luiz da Costa Soares. A madrinha D. Izabel Catharina casou com Balthasar Moreira Brito e Castanheda, que, com os vinculos que administrava, e os que sua esposa lhe trouxe, formou a casa mais opulenta do baixo Alemtejo.

Balthazar Moreira era o direito representante

dos Moreiras de Brito, de Messejana. Aquelles dois João Velho e sua irmã D. Isabel Catharina eram filhos de Luiz da Costa, thesoureiro geral das Decimas, fidalgo cavalleiro de El-Rei, (e que foi dispensado de servir de juiz ordinario por não serem os vereadores de Messejana, d'aquelle tempo, de egual nobreza) e de D. Joanna Mecia de Mello Aragão, sendo aquelles irmãos, pelo lado materno, netos de Manuel de Athaide Soria, fidalgo d'El-rei, commendador de Christo, alcaide-mor de Albufeira e Senhor de Alte.

Do casamento de D. Isabel Catharina de Mello Aragão com Balthasar Moreira de Brito e Castanheda resultou ligarem-se as duas familias de Messejana: Moreiras de Brito e Velhos Costas. Daquelle casamento nasceu, entre outros, José Joaquim Moreira de Brito da Costa (morgado primogenito), que faleceu em 1802. Casou, e do seu casamento nasceu entre outros, Balthasar Moreira de Brito Velho da Costa, tambem morgado, falecido em 1830. Casou este e do seu casamento nasceu, entre outros, José Joaquim Moreira de Brito Velho da Costa, tambem morgado, falecido em 1855. Casou este e do seu casamento nasceram, entre outros: Frederico Moreira de Brito Velho da Costa, a quem já nos referimos, e faleceu em Alvôr; José Francisco Moreira de Brito Velho da Costa, morgado, que depois de gastar prodigamente toda a sua fortuna, proveniente dos vinculos, que hoje renderiam mais de 500 contos, foi internado num azilo em Lisboa, onde ainda vive, com a idade de 93 annos, pois nasceu em Portimão, em 1814:—Antonio Moreira de Brito Velho da Costa, que foi official ás ordens do Infante D. Augusto, e falecido em 1867 ou 1868;—e Francisco Manuel Moreira de Brito Velho da Costa, que casou em Elvas, onde morreu.

Esta nobre familia por causa das suas ligações com outras familias tinha casa em Messejana, em Portimão, e em Extremoz.

Os ascendentes desta nobre familia são oriun-

dos de Ourique. Ligaram-se os Velhos á nobre familia dos Costas, oriundos de Messejana, e procedem de Alvaro da Costa, pessoa da primeira nobreza de Messejana, onde viveu nos fins do seculo XV.

Luiz da Costa de Messejana, thesoureiro geral das decimas, casou com D. Izabel Velho Rapôso, d'Ourique, falecida em 1640. Esta D. Izabel Velho era filha de João Velho Soares, e de Antonio Rapôso e neta paterna de André Velho Soares e de D. Violanta Martella (já viuva em 1585), todos de Ourique. O João Velho Soares casou 2.ª vez com D. Anna Fernandes de Oliveira, e 3.ª vez com D. Maria Freire de Andrade, filha de Francirco Bocairo Mascarenhas e de D. Suzana Bentes d'Andrade, de Silves.

O solar dos Velhos Costas estava situado na rua do Engenho de Messejana, hoje casa de residencia do ex.mo snr. Ernesto de Carvalho. Este predio tem sua historia, que consta de um pequeno folheto—*Noticia Historica e Descritiva do Palacete dos Morgados Moreiras de Messejana*—escrito pelo cavalheiro, que nos forneceu quasi todos os apontamentos descritos neste numero—o nosso compadre e amigo Francisco Soares Victor, de Messejana.

No inventario por obito de Brites Fernandes, mulher de Fernão Vaz Raposo, em 1570, faz-se menção de um predio do casal situado na rua do Engenho, em Messejana, avaliada em 10:000 reis.—Este predio foi vendido a Gaspar da Costa por 15:000 reis, e depois de diversos contractos foi vendido por 144:000 reis a José Joaquim Moreira de Brito e Castanheda Velho e Costa em 1780. Em 1799 foram compradas pelo mesmo Velho e Costa uma morada de casas contiguas ás que possuia por 48:000 reis.

E foram estes predios que formam a parte da casa que tem frente para a rua do Engenho e que constituiam a residencia dos antigos morgados até 1825.—O primitivo predio começou a fazer parte do vinculo instituindo por João Velho da Costa em 27 de julho de 1695.

Com a abolição dos morgados foi a casa vendida pelo ultimo administrador dos vinculos, o ex.mo Snr. José Francisco Moreira de Brito Velho da Costa, a João Antonio Menici, de Lisboa, e, por sua morte, foi vendida em hasta publica no dia 17 de julho de 1887.—

Não faremos aqui a descrição daquelle predio, que o seu actual possuidor aformoseou. A este predio estão ligadas noticias importantes do passado seculo: no *Conimbricense* escreveu o seu illustrado redactor, o nosso venerando falecido Joaquim Martins de Carvalho, a seguinte noticia:

«A expedição saida do Porto havia felizmente desembarcado no Algarve. A esquadra, commandada pelo almirante Napier, ganha em 5 de julho a brilhante victoria naval no cabo de S. Vicente; e o duque da Terceira, atravessando o Algarve, vem internar-se no Alemtejo.

«Em Messejana reune este valente militar conselho de brigadeiros e commandantes dos corpos com os chefes da repartição do exercito e, apresenta-lhes a audaz proposta de marchar sobre Lisboa, deixando no flanco direito a divisão do visconde de Mollelos. Tem o duque da Terceira a satisfação de ver que a sua proposta é unanimente aprovada; e apenas no dia seguinte, 18 de julho de 1833, se percebeu, na marcha que se tomava, a direcção de Alvalade—as alegres vozes: a *Almada*, a *Lisboa*—correram por todas as fileiras e fizeram esquecer aos soldados as fadigas, as privações e os grandes trabalhos passados.»

Ora o predio em que o duque reuniu aquelle conselho era o solar dos Velhos Costas de Messejana, então possuido por José Joaquim Moreira de Brito Velho da Costa, grande liberal, e que de antes estivera preso na Torre de S. Julião, como preso tambem estivera nessa mesma torre Balthasar Moreira de Brito.

Na *Relação dos presos que estiveram na Torre de S. Julião da Barra durante a uzurpação*, encontram-se as seguintes noticias:

Balthasar Moreira de Brito — alferes d'infanteria 20, natural de Messejana, preso em Lisboa no mez de setembro de 1828, entrou na Torre a 7 de março de de 1829. Desligado. Solto a 24 de maio de 1829, devendo apresentar-se na intendencia da policia.

«José Joaquim Moreira de Brito Velho Costa — tenente coronel de milicias de Lagos, natural de Messejana, preso em Estoi a 28 de maio de 1828. Entrou na Torre do Tombo a 26 de julho do dito anno. Demittido. Evadiu-se da Feitoria a 2 de junho de 1833.

CAPITULO XVIII

Inscripções

Antonio de Villas Boas, na sua *Nobiliarchia Portugueza*, fazendo o estudo das inscrições usadas pelas familias nobres, escreveu:

«Introduzidas as insignias e divisas no mundo, começaram os homens a usar d'ellas nas bandeiras e nos estandartes, que serviam nas batalhas e actos publicos de guerra e de justiça. Depois vieram a trazel-as tambem nos escudos; e já se usava d'este costume na guerra que Turno teve com Eneas, de quem Virgilio disse que levava por divisa a Vacca em que fôra convertida por Jupitar Io, filha de El-Rei Inaco. (Æneida 8.º).

«E de Aventino diz o mesmo Virgilio que elle levava no escudo a insignia de seu pai Hercules, que eram cem cobras e uma Hidra, cingida de serpentes (Æneida 7.º).

«E já de antes da destruição de Troia, havia o mesmo uso, segundo o que dizia Choredo, introduzido por Virgilio.

«Dos escudos se entendeu o uso das armas e divisas aos tumulos e sepulturas dos varões grandes

e assignalados, estilo que começou a praticar Eneas na sepultura de Micenas, que parece foi o primeiro que logrou esta honra, como diz Virgilio, Æneida 6.º.

At pius Æneas ingenti mole sepulcrum
Imposuit, sua que arma viro remumque tubamque
Monte sub aereo.

Effectivamente este costume passou com o tempo para os portugueses que encimaram com as suas insignias as inscrições abertas nas campas, que cobrem as suas sepulturas.

Infelizmente algumas das campas que existiam na egreja matriz de Alvôr foram demovidas dos seus logares primitivos, estragando-se as insignias e inscrições; outras acham-se tão gastas do tempo que suas inscrições não podem hoje ser lidas; e por isso apenas podemos em seguida transcrever tres, a primeira das quaes conseguimos traduzir, auxiliado por uma traducção publicada ha quasi 60 annos na *Corographia do Reino do Algarve*. E' esta a mais importante. A lousa em que foi aberta está em parte destruida, e não é possivel hoje descobrir se della fez parte algum bocado, onde por ventura estivessem gravadas algumas insignias.

1.ª inscrição

AQI IAZ O GRÃN
ALVARO DATAIDE
PAI DE TRIS-
TAO DATAIDE

Entre a palavra *Grãn* e Alvaro ha um espaço apagado; e como no estilo dos antigos aquella palavra traduzia abreviatura de *grande* quando a palavra seguinte começava por letra consoante, e o espaço em branco apagado dá logar a escreverem-

se tres letras, bem poderá ser preenchido com a palavra *Dom:*

Tal como se acha actualmente aquella inscrição pode ser assim traduzida:

Aqui jaz o gran
Alvaro d'Ataide
pai de Tristão d'Ataide.

Esta inscrição não traz data.

2.ª inscrição

A AR
S DE G C. O RE A
PRIOR ED STA W DE
ALVOR 1663 A

Esta inscrição é encimada por um chapeu ou barrete de eclesiastico, mas muito gasto. Parece dever-se traduzir:

Sepultura de Gaspar Corrêa
Prior d'esta Villa de Alvor 1663 Annos.

3.ª inscrição

S
DO P LVIS AL-
VES PICCO BNDº
QVE FOI DA SANTª
SE E DE FARO. FALE-
CEO AOS 27 DIRº
1669

Traducção—

Sepultura

Do Padre Luiz Alves Picco,
Beneficiado que foi da Santa
Sé de Faro. Faleceu aos 27 de janeiro
1669.

No final da inscrição, sob a data, vem desenhado um arabesco, que se não comprehende por estar muito apagado.

Não podemos conferir esta inscrição com o livro dos obitos, que não existe.

Alem destas inscrições encontram-se outras que não podem ser traduzidas. Parecem ser partes de umas incrições unidas a outras. As pedras estão partidas mas unidas, embora de campas diversas—

O nosso amigo, o reverendo paroco encommendado de Portimão, mandou-nos aquellas inscrições como outras intraduziveis, que elle mandou tirar servindo-se de papelão convenientemente preparado.

4.ª inscrição

Sobre a sepultura que se encontra na capella de Senhor Jesus do Mar existe uma campa moderna e nella aberta a seguinte inscrição:

Restos Mortaes de D. Brites Victoria de Sequeira e Abreu, fallecida aos dois d'abril de 1853, a cuja memoria dedica este monumento de saudade sua filha Dona Marianna Victoria d'Abreu Pimenta, no dia do seu anniversario em 1855.

*
* *

O culposo descuido na conservação das nossas cousas antigas, manifestado tanto em obras d'arte como nas inscrições, tornam a nossa provincia completamente pobre d'essa especie de monumentos. Os reparos feitos nos templos, sem sciencia, estragando-se colunas e unitilisando se pinturas, teem concorrido para arruinar tudo quanto de bello alli existia. Não é de hoje nem de hontem, mas de muitos annos, o desamor dos modernos para com as cousas antigas. Já D. Francisco Gomes, o venerando prelado algarvio, sempre bendito e sempre respeitosa e amorosamente recordado, censurou acremente os iconoclastas do seu tempo. Em 6 de dezembro de 1789 escrevia na sua *Visitação* feita a Silves as seguintes palavras:

«Vimos o estado do edificio desta antiga sé, e com magua do nosso coração reparamos que, sendo o mais bem regulado templo d'esta nossa diocese, e muito mais veneravel pela sua antiguidade e por terem nelle florescido e ahi trabalhado um grande numero de virtuosos prelados, nossos predecessores, e ter servido, por algum tempo, de sepultura ao sr. D. João II, pôde a ignorancia imprudente dos administradores, que teem tido cuidado na sua conservação e fabrica, deitar a perder a sua nobreza e formosura, já demolindo, ou tirando dos proprios logares os mausuleus de alguns dos nossos predecessores e outros, já com fabricas menos bem pensadas, e alheias dos preceitos da arte e improprias da architectura da mesma egreja, já talhando columnas sem nenhuma necessidade e até destruindo de todo o antigo côro alto e estragando pinturas originaes de grande estimação e apagando inscrições summamente uteis e necessarias para o conhecimento da veneravel antiguidade—barbara imprudencia, que bem merecia ter sido severamente castigada pelos nossos predecessores nas pessoas que as commette-

ram. Pelo que, emquanto não damos todas as necessarias providencias para o possivel reparo e remedio de tamanhas desordens, mandamos que d'aqui em diante, se não façam mais obras algumas de maior ou menor consideração, sem que primeiro sejam por nós aprovadas, sob pena de ser reposto a seu custo por quem o mandar fazer e de se dar em culpa grave ao reverendo paroco e fabriqueiro; e assim se entenderá o provimento, que deixamos no livro actual da fabrica».

Este barbaro procedimento condemnado pelo venerando prelado não foi exclusivo de Silves. Em outros logares succedeu o mesmo. E destes descuidos resultou não podermos hoje formar verdadeiro juizo acerca da historia de uma dada localidade.

E', pois, muito pequeno o peculio que Alvôr actualmente possue em relação ás cousas antigas. Tanta gente illustre que ali floresceu e tão escassas noticias ali encontradas! Não nos admira o não encontrar ali os restos venerandos dos homens illustres, pois é sabido que naquelles tempos, em que especialmente se tornava mais accentuado o elemento militar, os homens mais illustres morreram no campo das batalhas, ou foram sepultados no fundo dos mares, ou ainda nas terras longinquas das Indias, do Brasil ou da Africa; extranhamos, porem, não encontrar aberto numa campa funerea ao menos o nome de uma dessas familias, que tanto se notabilizaram!

Devemos forçosamente concluir d'esta omissão que o pavimento da egreja matriz foi por diversas vezes revolvido, destruindo-se então muitas campas sepulchráes. Da campa de D. Alvaro de Ataide sabemos que nos principios do seculo XIX estava dentro do templo e hoje fóra do mesmo. Talvez que a desmarcada grandeza da campa funerea, — dois metros e meio de comprimento e metro e meio de largura — se imposesse por forma aos sentidos dos administradores do templo que não ousaram distrui-la de todo.

E' possivel. E não nos admiramos do pouco cuidado que em Alvôr possa ter havido na conservação das cousas antigas, porque parece que desse descuido enfermam outras povoações, que se affirmam mais adiantadas. Não ha muitos annos, que em Loulé se arrancaram da capella do Espirito Santo, hoje servindo de theatro, uns valiosissimos azulejos, completamente reduzidos a cacos, pela ignorancia do artista e desleixo de quem dirigia o trabalho! Na nossa provincia, como em todo o paiz, são innumeros casos semelhantes. Por isso, quando se quer escrever a Monografia de uma localidade, surgem a cada momento difficuldades insuperaveis por falta de elementos de estudo.

Sabemos que Francisco de Tavora, feito conde de Alvôr pelo infante D. Pedro II em 4 de fevereiro de 1683, faleceu em Alvôr e ali foi enterrado, como consta da *Geneolg. dos Grandes de Port*, pag. 225. Segundo o costume do tempo, dever-lhe-ia cobrir a sepultura uma campa e nesta uma inscrição. Nada ali se encontra; o que nos faz crer que posteriormente á sua morte se procedeu a algum importante trabalho dentro do templo que destruiu as campas funerarias do mesmo templo.

*
* *

Envidamos todos os esforços no apuramento de tudo quanto tivesse relação com a freguesia de Alvôr; aos nossos leitores pedimos desculpa de qualquer omissão, pois que não podemos ir alem do que os documentos apurados nos affirmavam, e todos sabem quão escassas são as noticias de longa data. Fizemos o que podemos.

A nada mais somos obrigado. A todos quantos nos lerem pedimos toda a indulgencia.

O Auctor.

NOTAS

(A) *pag. 24*

Lubbok, illustre arqueologo inglez, no seu livro — *Os tempos prehistoricos* — faz as seguintes considerações ácerca das edade paleolithica e neolithica:

«O homem foi naturalmente levado a empregar a pedra afiada para cortar. Quando o gume se embotou, a pedra foi lançada fóra, e outra escolhida em seu logar. Passado algum tempo, por acaso, ou por virtude de reflexão, se viria a descobrir que uma pedra redonda pode afiar outras pedras, e assim o selvagem aprendeu por si a fazer pedras de gume cortante.

«A principio, como se vê nas formações diluviaes, o trabalho havia de ser grosseiro, mas pouco a pouco as lascas foram sendo cada vez menores, as pancadas mais certeiras e mais reflectidas, e a final chegar-se-ia sem esforço á conclusão de que a pressão era susceptivel de produzir melhor trabalho do que a pancada. Da pressão ao polido dista um passo, que facilmente seria dado. Ao talhar o silex, produziu-se a faisca, ao polil-o, gerou-se o calor, factos estes que não podiam ser produzidos sem despertar a attenção do homem; e estas duas operações foram certamente as que ensinaram ao homem os dois methodos de produzir o fogo».

Os petrechos da *primeira edade da pedra*, toscos e despolidos, acham-se depositados nas formações diluviaes, ou sedimentos de areia, terra e cascalho depositados por antigas correntes, ou então no fundo das cavernas; ao passo que os da edade neolithica, lisos e polidos, encontram-se á superficie do solo calcareo ou enterrados a pequena profundidade, entre os refugos das refeições, nas habitações lacustres, nas remoções da terra, nos jazigos, etc; e na observação desses instrumentos tudo está a indicar a passagem da *primeira* para a *segunda* edade. Vê-se ainda que o tempo que separa as duas edades foi extremamente longo, embora

ácerca da sua extensão pouco se saiba ainda com segurança. Edward Clodd, de quem transcrevemos aquellas linhas, determinando as edades da pedra, do bronze e do ferro escreveu:

«Não é ainda hoje possivel precisar as differentes edades: do que não ha duvida é acerca da successão dos estadios da cultura que ellas denotam. A grande edade do gelo dá-nos grosseiramente a medida do vasto tempo durante o qual o homem habitou a Europa, no periodo paleolithico».

Sempere y Miguel, sempre arrojado nas suas proposições, diz—na *Historia do Luxo*—que a edade paleolithica deveria ter durado mais de 222:000 annos. Com relação á duração da edade neolithica, da edade do cobre, e do ferro, o mesmo escritor, affirmando que a edade neolithica foi de menos duração do que a anterior, não ousa marcar esse tempo. E quasi o mesmo, em relação ás edades subsequentes.

Ouçamos as palavras de Arduin, consignadas no seu livro a *Religião em Face da Sciencia*:

«Foram sem duvida necessarios seculos numerosos para a primeira phase do periodo planetario: o esfriamento da crosta terreste deveria exigir milhares de annos para se effectuar; se a lava dos vulcões não arrefece hoje em um seculo, quantos seculos não seriam precisos para arrefecer a superficie da pyrosphera, e quantos para adquirir o grau de solidez e a espessura sufficiente para a formação dos terrenos primordiaes?. .

«Bischof calculou que o resfriamento do globo terreste deveria empregar 353 milhões de annos para chegar do estado incandescente de fusão da côdea até o momento em que a temperatura chegou ao seu estado de estabilidade. Poisson calcula em 108 milhões de annos; e Zimmermani conclue dizendo «que é ocioso investigar quantos milhares de seculos foram necessarios ao globo terrestre para arrefecer, pela irradiação no espaço: basta saber que o facto se deu».

Effectivamente este escritor cita o exemplo seguinte: em 1750 o Jurullo explodiu torrentes de lava ardente que permaneceu muitos annos assim, primeiro que se cobrisse de uma crosta solida; 44 annos depois d'esta erupção, visi-

tando Humboldt este vulcão, encontrou a lava entre as fendas da crosta, ainda tão quente que nella se podia accender um cigarro; 87 annos depois da erupção, em 1836, Schluder viu sahir vapôr das rochas; um seculo decorrera e ainda a materia não estava completamente arrefecida».

Se isto succede com uma porção de lava, o que succederia ao nosso planeta, que actualmente mede nove mil leguas de circunferencia?

(🕮) *pag. 38*

Seguimos a lição do sr. Leite de Vasconcellos no seu curioso livro — *Religiões da Lusitania,* vol. II.

E' certo que Fr. Bernardo de Brito, na *Monarquia Lusitana*, fala-nos de outros primitivos povos que aportaram a esta peninsula na edade da *pedra*, mas as noticias são tão vagas e colhidas em auctores tão suspeitos que lhes não damos credito algum.

Temos como provavel que, sendo a Asia, como se affirma, o berço da humanidade, ali foram permanecendo os seus habitantes emquanto encontraram alimentação para suas familias e seus gados, pois que o povo primitivo era pastôr e errante. Mais tarde viram-se forçados a *errar* por outras regiões, e bem podiam ter penetrado na nossa peninsula por dois caminhos da Africa para a Europa; á Italia pela Secilia, que era então um isthmo, que unia a Africa a Europa; e ainda da Africa á Yberia, pelo isthmo d'Abyla, que depois foi destruido por uma convulsão geologica, formando-se o estreito de Gibraltar. Estas emigrações realizaram-se certamente na primeira edade da pedra, que, segundo a opinião de muitos escritores, teve a duração de 222:000 annos, tempo sufficiente ao povo primitivo para fazer toda esta travessia.

A este povo, que primeiramente habitou a nossa peninsula, se uniram depois outros povos; os Atlantes, commandados por Hispero, os Caldeus, guiados por Tubal, os Gregos, que, perseguidos pelas seccas, se retiraram para França, de onde voltaram fundidos com os Iberos, constituindo os gallo-celtas; e depois os Fenicios, os Carthaginezes, e os Romanos. A estes seguiram-se os barbaros do

norte, wisigodos, alanos, vandalos, hunos, selingos, suevos, etc. etc. etc., e, finalmente, os arabes.

Todos estes povos e ainda os gascões e normandos no seculo IX e X se foram fundindo com os primitivos povos, e do seu cruzamento resultaram os actuaes portugueses.

(©) *pag. 56*

Com o que deixamos consignado no texto não queremos significar que os Fenicios e os Romanos não tivessem salutarmente influido na civilisação da nossa peninsula. Com as invasões dos Finicios, Carthagineses, Gregos e Romanos, a Lusitania augmentou o seu capital de conhecimentos; mas a nenhum daquelles povos deveu os seus conhecimentos literarios, o seu commercio e a sua industria. Quando os Finicios entraram na nossa peninsula aqui encontraram inscrições lavradas em pedra;» e quando os mesmos Fenicios quizeram chegar á Irlanda por caminho mais curto pediram aos Lusitanos lh'o ensinassem. Por isso é tempo de se acabar com a lenda de seculos — que fossem os Fenicios os primeiros que tivessem sulcado os mares, e que fossem elles os inventores do alfabeto.

No entanto devemos affirmar que os Fenicios e os Romanos nos communicaram os seus costumes mais doces e humanos e imprimiram no nosso povo um caracter mais brando e benevolo.

Com relação á nossa linguagem, que muitos affirmam ser derivada da latina, ha quem, fundado em excellentes auctoridades, affirme que a lingua latina é que deriva da iberica.

Demonstrou-se no texto esta proposição, remontando á epoca dos geleiros, em que desappareceram os habitantes da Italia, sendo substituidos por colonias ibericas. Posteriormente a essa epoca, ainda a Italia foi repovoada por outra colonia iberica. A este proposito escreveu Victor Duruy, na introdução á sua *Historia de Roma*, que actualmente está sendo publicada em fasciculos, um curioso periodo, que vem em auxilio desta opinião: Diz elle:

«Em 1500, antes de Christo, appareceram na Italia as tribus ibericas, divididas em sicanos e liguricos, repeli-

dos das Hespanhas por uma invasão celtica. Dotados de grande actividade, genio emprehendedor, e espirito guerreiro, os ibericos estenderam rapidamente a sua dominação por toda a costa septentrional do Rodano até quasi ao Tibre, e chegaram á Corsega, onde tambem se estabeleceram. Transpondo os Apeninos para o Vale do Pó, encontraram os siculos, povo de pouca utilidade, que teve de lhe ceder o territorio».

Vê-se, pois, que a Italia, sendo, depois dos geleiros, completamente povoada pelos povos ibericos, tornou em 1500 antes de Christo a ser repovoada pela mesma raça.

E assim se explica a razão porque a lingua iberica era conhecida na Italia, antes dos romanos terem invadido a nossa peninsula. É sabido — diz o snr. padre Bonança — que quando no ultimo quartel do seculo III, antes da era christã, os carthagineses invadiram a nossa peninsula, os habitantes de Sagunto enviaram delegados a Roma para conseguir que os romanos, com forças militares, os auxiliassem a expulsar a gente punica. Os iberos fizeram suas exposições verbaes no seio do senado e foram entendidos; não havia, portanto, luminosos pontos de harmonia entre a lingua dos romanos e a dos iberos? Se os havia, como é a lingua iberica filha da latina, se a este tempo ainda os romanos não tinham invadido o nosso paiz?

Foram perfeitamente entendidos os delegados de Sagunto, embora lhes fosse notada uma certa aspereza na pronunciação das palavras, o que não é de extranhar, pois é sabido que a esse tempo tinham os romanos amenisado a sua lingua. Dizem escritores anctorisados que Ennio, escritor grego, e os gregos captivos, libertados pelos romanos, tinham modificado a lingua romana, impregnando-a de declinações dos verbos passivos e de frases gregas.

Diz-se que no principio da nossa monarquia, predominava a lingua latina, o latim barbaro, que deu as bases para a nossa lingua, como pensou Camões, quando escreveu:

> «Essa lingua, na qual, quando se imagina
> Com pouca corrupção crê que é a latina».

sendo em latim que se lavravam os documentos publicos.

E' verdade tudo isso. Camões, porem, ignorava o que a sciencia paleothnologica ensinou quatrocentos annos depois da sua morte—o estudo dos geleiros; e ainda assim salvou-se, dizendo a *qual*, quando se *imagina* — ora da *imagem* á *realidade* vai grande distancia.

Com relação aos documentos escritos em lingua latina, não é isso de extranhar, nem prova nada com relação á these.

Os romanos fizeram o que os russos e as raças dominadoras teem feito sempre: impôr a sua lingua aos vencidos; o que não quer dizer que o *povo* tenha perdido a sua lingua. Todos sabem que nas Cortes de Evora, no tempo de D. João II, os procuradores do povo pediram se reformasse tal costume, pois que os foraes antigos e os documentos escritos na lingua latina não eram entendidos pelo povo. Logo este tinha lingua sua, propria.

(ED) *pag. 63*

De um filho de Alvôr, recebemos a seguinte *nota*, tomada ha annos:

«No ultimo n.º da *Revista Portugueza, Colonial* e *Maritima*, em um artigo continuado do n.º antecedente e intitulado—*Raport entre la Flandres et le Portugal* de 1094 a 1682, por Oscar Godin, transcrevi os seguintes periodos que mostram que a nossa decadente Alvôr teve em tempos passados uma certa importancia: *La flote qui avait completé ses onze batiments, en trouve trinte quatre dans le port. de Lisbonne. Ily avait quatre semaines que cinquante-cinq. navires, monteés par Danois, des Allemandes et des Flandes, ainsi qu'une forte escadre portugaise, qui se trouvait dejá prete, dans les eaux du Tage, á l'arrivée de lá primiere, avaeint pris sur los Sarrasins le fort d'Alvôr.*

«*On y avait é gorgé environ 5:600 personnes, sans epargner láge ne le sexe*».

Esta *nota*, copiada de Oscar Godin, foi por este transcrita da *Relação da Derrota naval escrita por um dos cruzados*, que assistiu á tomada de Silves, como vamos provar copiando-a do latim: *Ibi* (em Lisboa) *invenimus naves*

XXIIII et nos XI habuimus; sed praecesserant nos ante IIII hebdomadas LV navis de nostro imperio et de Flandria, et in itinere ultra Ulixibonam castrum quot sabiacebat dominio silviae, Alvôr nomine, expugnaverunt, nulli aetati, vel sexui parentes, et sicut veraciter audivimus circiter V mille et sex centes occiderunt».

(E) *pag. 63*

Parece-nos arbitraria a origem do nome Alvor—albur —*campo inculto;* antes da melhor vontade aceitamos a etimologia indicada pelo abbade de Miragaia, que insinua a ideia de que o nome de Alvôr derive do nome proprio do homem—*Albur*. Em o nosso paiz encontramos muitas povoações, que tiraram os seus nomes dos seus donatarios, fundadores e repovoadores.

«Suppomos—escreve o reverendo abade, supra citado,... que de Albur ou Alburo provenha o nome de Alvôr, outrora *Albor*.

«Effectivamente em algumas inscrições romanas encontramos o nome proprio—*Albur* e tambem Alburo.

«*Na historia do dominio dos arabes em Espanha e Portugal, desde a sua invasão até á sua expulsão*, encontramos muitos nomes de mouros, que deram o seu nome a differentes povoações nossas, como revelam claramente os nomes que ainda hoje conservam. E tambem ali se encontram nomes de arabes, que hoje são appellidos nossos: v. g. *Mahamed*, Mamede, *Zalema*, Salema, *Hussein*, Ossem e Cem, *Lebun*, Lobão, *Sav*, Sá, *Siquali*, Sequeira, *Abdila*, Avila, *Azis*, Assis, *Neza*, Niza, *Felhri*, Ferrer, *Almetedi*, Almeida, *Zeray*, Saraiva, *Gesedi*, Guedes, *Ben-Habid*, Benavides, *Laiti*, Leite, *Suar*, Soares, *Baeza*, Beça, *Jalli*, Jalles, etc., etc. (Port. Ant. e Mon., por Pinho Leal, vol. 12, pag. 2261)».

(F) *pag. 70*

O *innocente* cronista insinúa a ideia que fôra D. João II envenenado na serra de Monchique. Querendo pôr a coberto a infame perfidia dos serviçaes da côrte, descarre-

gou sobre os caçadores e vaqueiros da serra a sua insinuação *innocente*!

O cronista muito bem sabia que em 1494 já El Rei soffria os effeitos de um envenenamento, peorando constantemente, a ponto de chegar a occasião de não poder assignar os despachos, servindo-se da chancella; sabia tambem que em julho de 1495, fugindo El-Rei á peste, e indo residir em Alcaçovas, a *doença* mais e mais se agravara, perdendo completamente o apetite, e tornando-se profundamente melancolico; o cronista não ignorava que por motivo da *doença* de El Rei tiveram os *mestres fisicos* conselhos repetidos e muito altercados sobre a cura de El-Rei; finalmente sabia ainda o *ingenuo* cronista que um medico judeu, chamado Leão, assegurara publicamente que elle morreria se tomasse os banhos das caldas, por estes lhe serem nocivos; mas como a *bajulice* é de todos os tempos, o *ingenuo* cronista preferiu a reputação fidalga dos magnates da corte aos santos sentimentos dos pastores da serra, e descarregou sobre estes o epiteto de envenenadores!

E a *bajulice* é tanto mais criminosa, quanto é certo que Guarcia de Rezende, escrevendo aquella insinuação perfida, tinha, de antemão, a certeza de que não seria lida pelos vaqueiros da serra, e que, por isso, aquelles *envenenadores* não lhe iriam arrancar as orelhas ou pedir-lhe contas do ultraje!...

A Metropole, *que sempre tratou do Reino do Algarve com o maior esquecimento*, como muito bem escreveu o Padre Salgado — no seu apreciavel livro — *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve* — devia ter ficado satisfeita com o epiteto de envenenador de D. João II, que o *innocente* cronista culposamente lhe assacou!!

(G) *pag. 71*

Este D. Martinho de Castello Branco foi agraciado por D. Manuel com o titulo de Conde de Villa Nova de Portimão. A este 1.º conde foi concedido o celebre direito de ali fazer uma *casa de alcouce*, segundo uns para obstar aos excessos dos fidalgos de Alvôr, e, segundo outros, para

obviar ás demasias dos muitos marinheiros que já a este tempo tocavam no porto de Portimão.

O titulo de Conde de Villa Nova de Portimão (com privilegio de alcouceiro mór perpetuo) findou em D. Gregorio Taumaturgo Castello Branco, 3.º conde de Villa Nova, que morreu sem descendencia, passando esta casa para a familia Lencastre, pelo casamento de D. Magdalena de Vilhena com D. Pedro de Lencastre, conde de Figueiró dos Vinhos.

O 2.º conde de Villa Nova chamou-se tambem D. Martinho de Castello Branco. Acompanhou D. Sebastião na infeliz empreza de Africa, onde foi morto, como se vê da *Dedução* Chronologica e Analitica—Primeira Parte—Prova. Num. XVII, pag. 54. E' este um curioso documento, onde veem registados os nomes dos fidalgos mortos e cativos em Africa por aquella occasião.

Foram mortos:

D. Jorge de Alencastre, duque de Aveiro, e D. Jaime de Bragança, irmão do duque de Bragança, D. Affonso de Portugal, conde de Vimioso e seu filho D. Manuel, D. Vasco da Camara, conde da Vidigueira; D. Rodrigo filho mais velho do conde de Portugal; D. Antonio de Sousa, filho de Diogo Lopes de Souza, D. Manuel de Menezes, bispo de Coimbra, e Pires da Silva, bispo do Porto.

O conde de Mira e D. Jorge de Faro, seu primo. O barão de Alvito; Lourenço da Silva, regedor das justiças; Jorge da Silva, seu tio.

Thomé da Silva; Bartolomeu da Silva; Francisco de Tavora Coronel; Christovão de Tavora, Senhor do Mogadouro; Pedro de Mesquita, capitão-mór de artilharia; Luiz de Alcaçova e Christovão de Alcaçova, filhos de Pedro de Alcaçova, conde das Idanhas; D. MARTINHO DE CASTELLO BRANCO, *Senhor de Villa Nova,* e seu irmão.

Manuel de Souza, aposentador-mór; D. Diogo Lopes de Lima; João de Mendonça, governador que fôra da India; D. Pedro, filho do conde de Linhares; D. João da Silveira, filho mais velho do conde de Sortelha; Manuel Telles; Vasco Coutinho; Manuel Quaresma, vedôr da fazenda; João Carvalho Paulino, com seu filho Pedro Carvalho.

«Pedro Mascarenhas; D. João de Portugal, filho de

D. Manuel de Portugal; D. Luiz de Almeida, irmão do arcebispo de Lisboa; João Mendes, morgado de Oliveira; D. Gonsalo de Castello Branco; D. Alvaro de Castro; João Gomes Cabral, capitão da guarda; João da Silva, filho de Lopo Furtado de Mendonça; Henrique Henriques de Miranda; André de Albuquerque; Manuel de Miranda, camareiro-mór do senhor D. Antonio; Manuel Costa Real; D. Luiz de Menezes e D. Francisco de Menezes, filhos de D. Francisco de Menezes da Pamplona.

«D. Henrique de Menezes, o *Roxo;* D. Simão de Menezes e seu irmão. D. Antonio de Cantanhede; D. Simão de Menezes, filho de D. Rodrigo de Menezes, vedôr da Rainha; D. Francisco de Moura; Gonsalo Nunes Barreto e seu irmão Francisco Barreto; D. Antonio de Menezes, filho da camareira-mór da infanta D. Maria; D. Antonio da Costa, filho de D. Gil Eannes da Costa; André Gonçalves, alcaide mór de Cintra; Alvaro Pires de Tavora, filho de Ruy Lourenço Pires de Tavora; Antonio de Souza, filho do governador André Salema; D. Antonio de Souza; Antonio de Vasconcellos, Alvaro Pais Souto Maior, Henrique Moniz, filho de Antonio Moniz, governador da India.

«Antonio Lobo, alcaide-mór de Monsarás; Antonio Peres de Andrade; Christovão de Tavora, filho de Bernardino de Tavora; D. Fernando Mascarenhas; D. Francisco Coutinho; D. Pedro, senhor de Villa Verde e seu filho D. Francisco; Francisco de Mello; Guarcia de Mello, filho de Simão de Mello; D. Francisco Pereira; Fernão Martins Mascarenhas; D. Guarcia de Menezes; D. João de Castro; João Alvaro da Cunha; D. João de Almeida, filho de D. Duarte de Almeida; Jeronimo Telles, filho de Fernão Telles, de Santarem; Jorge da Silva da Gama; João da Cunha, commendador de Malta; D. João de Abrantes; D. João Pereira, filho de Francisco Pereira; José da Silva, filho do regedor Luiz da Silva; D. Jorge de Mello; D. João Mascarenhas, filho de Vasco Mascarenhas; Jorge de Mello Coutinho; D. João de Sá, filho de Duarte de Sá; Leonel de Lima, filho de Jorge de Lima, com seu irmão Lourenço de Lima; D. Lopo de Alarcão; Lopo Vaz de Sequeira; D. Luiz Coutinho, cunhado de D. Miguel de Noronha.

«Pedro Lopes de Souza, e seu filho Martins Affonso

de Sousa; D. Manuel Rolim; D. Manuel de Noronha, filho de D. Gomes; Martim Gonçalves da Camara, filho de Luiz Gonçalves de Ataide; Martim de Tavora; Martim Gonçalves, Manuel de Mendonça, filho de João Mendonça Cação; D. Manuel de Souza, filho de André de Souza; Nuno Freire; filho de Gomes Freire; Germano de Saldanha, filho de Luiz de Saldanha; D. Pedro Mascarenhas, irmão de D. João de Mascarenhas, e D. Pedro da Silva».

Foram estes os nobres que morreram em Africa.

E foram cativos:

«O Senhor D. Antonio, filho do Serenissimo Infante D. Luiz; D. Theodosio, duque de Barcellos, D. João da Silva, embaixador de Castella; D. Duarte de Menezes, general do exercito, e que depois foi vice-rei da India; D. Duarte de Castello Branco, meirinho-mór do reino; D. Miguel de Noronha, coronel; D. Fernando de Menezes, senhôr do Louriçal; D. Diogo de Menezes, que depois foi conde de Ericeira; Belchior de Amaral, desembargador do Paço; Antonio de Tavora; D. Antonio de Castello Branco; D. Antonio Pereira; Antonio de Mendanha; D. Antonio da Cunha Aires Telles da Silva; Aires Telles; Antonio Pecenha; Aires de Miranda; Antonio de Azevedo; Affonso de Pones.

«D. Affonso de Menezes; Alvaro da Silveira; Antonio de Mello; Christovão de Moura; D. Constantino de Bragança; D. Duarte de Menezes Alcanhaes; Diogo da Silva; D. Diogo de Castro; Damião Dias; Duarte Coelho de Albuquerque; D. Diogo de Menezes, o *Roxo;* D. Duarte de Castello Branco, que depois foi conde de Sabugal; D. Fernando de Menezes; D. Fernando de Castro; D. Francisco de Almeida; Francisco de S. Paio; D. Filippe de Portugal; D. Francisco de Castello Branco; D. Francisco de Menezes; D. Fernando Henriques; D. Francisco da Gama; D. Francisco de Portugal; D. Garcia de Noronha; D. Gil Eannes da Costa; Gaspar de Souza; Gil Fernandes de Carvalho; D. João de Menezes de Sequeira; D. João Coutinho; D. João de Castro; João Rodrigues de Sá; João de Mello; D. João de Lencastre; D João de Azevedo; D. João de Souza; João Freire de Andrade; D. Jeronimo Lobo; João de Barros da Silva; D. João de Menezes, o *Roxo;* D. Jorge de Menezes; D. João

de Portugal; Jorge de Albuquerque Coelho; D. Luiz de Portugal; Luiz Cesar; D. Lourenço d'Almada; D. Luiz de Lencastre; D. Luiz de Menezes; D. Lourenço de Noronha; Manuel Soares; D. Miguel de Noronha; D. Martinho de Sousa; D. Manuel da Cunha; Manuel de Vasconcellos; D. Manuel Pereira; D. Nuno Mascarenhas; Nuno de Mello; Pedro Guedes; D. Pedro Deça; Ruy Gomes de Azevedo; Ruy da Silva; Simão Freire de Andrade; Simão de Souza; Vasco da Silveira; Vicente de Saldanha; D. Vasco de Ataide.»

(▮▮) *pag. 73*

Segundo a lei que vigorava em tempo de D. João II o pegar nas barbas de um cidadão era uma das injurias mais atrozes que se lhe podia fazer = *Aquel que a seu confrade der punhada ou lhe messar a barba, entre em camisa a V tagantes.*

Por isso não admira que D. João II nos seus ultimos momentos respondesse por aquella forma a quem lhe puxara pelas barbas.

Tagante era um açoite ou azorrague que cortava e retalhava a pelle. O castigo de cinco chicotadas sobre o corpo nú era o aplicado a quem pegava nas barbas do cidadão ou por ellas puxava.

(▮) *pag. 74*

Alem dos factos narrados no texto, outros se succederam, que servem de affirmar o valor de D. João II perante a noticia, que lhe deram da sua morte proxima. Tendo os medicos encarregado o bispo de Tanger, D. Diogo Ortiz e o Prior do Crato, de communicar a El-Rei que só com milagre o podia salvar e por isso se preparasse para a morte, D. João respondeu:

«Essa embaixada é bem triste e de muita desconsolação para o corpo, mas com ella dou muitas graças a Deus, pois d'isso é servido.»

E em seguida mandou preparar uma cama sobre as taboas do sobrado, para onde se passou, confessou-se, e commungou mais de uma vez. Vieram de Lagos os santos

oleos com que foi ungido e na sua presença fez celebrar missa sobre um altar que mandou preparar na casa onde tinha a cama, com uma cruz, um retabulo de Christo crucificado e as imagens de N. Senhora e de S. João.

Primeiramente deixou disposto que o seu enterro fosse em Lagos, por ser onde fôra enterrado seu tio, o Infante D. Henrique, mas depois decidiu que o levassem para Silves.

Um Francisco da Cunha, da Ilha Terceira, chegou-se a El-Rei e disse-lhe que pelas *cinco chagas de Christo* lhe fizesse alguma mercê, por ser fidalgo muito pobre. El-Rei lhe mandou com muita pressa dar-lhe um padrão de trinta mil reis de tença, o assignou, e disse-lhe: que tomasse toda a prata que em casa havia, accrescentando: «Já posso isto agora descobrir, nunca na minha vida me pediram cousa á *honra das cinco chagas*, que eu não fizesse».

Julgando o Bispo de Tanger que D. João estava morto, chegou-se a elle para lhe cerrar os olhos e a boca. Sentiu-o, e tornando a si disse: Bispo, ainda não veio a hora.

Finalmente morreu com toda a lucidez de espirito, acompanhando as orações dos agonisantes, com o nome de Jesus na boca, dizendo com muita devocão: *Agnus Dei, qui tollis peccata mundi, miserere mei...* E expirou.

Certo individuo tinha relações illicitas com a irmã de Francisco Caldeira; este foi ter com o seductor e disse-lhe que não mais olhasse para ella; o sujeito não fez caso do aviso, e Francisco Caldeira matou-o, e fugiu para Arzilla. Informou-se El-Rei, e escreveu ao governador da praça que tratasse bem Francisco Caldeira por se ter havido como homem de honra.

Escreveriamos livros se quizessemos apontar todos os factos em que D. João II revelou as suas eminentes qualidades; e por isso o povo o amava em extremo.

Todos os principes da Europa o tinham em tanta estima, que passava a veneração. Ouvindo um dia a Rainha de Hespanha aos seus cortezãos dizer mal de D. João, observou-lhes:

— Tomara eu que meu filho se parecesse com elle.

Quando ella ouviu a noticia da sua morte, exclamou em voz alta: Morreu o homem!

Dizia Carlos VIII, rei de França, que, com a aliança e amizade de D. João II, poderia humilhar a Europa inteira.

Perguntando Henrique VII, rei da Inglaterra, a um dos seus vassallos, que voltavam de Portugal, que cousa mais rara tinha visto neste reino, respondeu o vassallo:

—Um rei que manda a todos, e ninguem o manda.

Por isso consideramos D. João II um dos primeiros reis de Portugal. Acusam-no de violento e sanguinario, porque algumas vezes tingiu o punhal com o sangue dos seus proprios parentes; e todavia os escritores mais serios tecem-lhe elogios, chegando a affirmar que elle amava em extremo os seus vassallos, a ponto de tomar por divisa um pelicano; que morre sobre seus filhos, e na divisa as seguintes palavras: *Pela lei, e pelo rebanho.*

Se alguma vez D. João II teve de exercer violencias a isso foi levado pelo proceder criminoso dos que tentaram contra a sua vida, como está plenamente provado pela historia. D. João II, no dizer de um historiador imparcial, teve grande inclinação ás sciencias: occupava-se com gosto da Filosofia, Mathematicas, Historia e Poesia. Era grave e serio em publico, alegre e gracejador na vida intima. Ouvindo dizer que um fidalgo chamado Serrão vendéra duas herdades para mandar fazer um gabão, disse-lhe a rir: *quantas herdades trazeis sobre os hombros?*

Tinha D. Vasco Coutinho o defeito de falar muito alto ou muito baixo: «Conde—disse-lhe El-Rei—quando falais baixo, ninguem vos entende e quando falais alto, não se entende ninguem».

Embebedava-se amiudadas vezes um Senhor da Côrte e, quando estava bebedo, cobria a cabeça de ramos de louro, signal ordinario das casas, onde se vende vinho; encontrando-o um dia El-Rei neste estado, perguntou-lhe apontando-lhe para a cabeça: *A como vae o pote de vinho nesse armazem?*

Foi cognominado o Perfeito, e na verdade mereceu este nome. Durante a sua vida teve crueis inimigos, pois assim succede de ordinario aos homens de larga envergadura intellectual e moral.

Aproveitava-se sempre D. João II do mais pequeno incidente para elogiar aquelles dos seus fidalgos que o ser-

viam com mais valor e desinteresse. Estando um dia á meza, deixou D. Pedro, um dos seus fidalgos mais estimaveis, cair um copo cheio de agua, com que molhou algumas pessoas e fez rir a outras. Disse-lhes então El-Rei: — De que vos rides? Se D. Pedro deixou cair da mão este copo de agua, nunca deixou cair da mão a sua lança». Palavras estas que confundiram os invejosos das honras conferidas áquelle fidalgo.

Emfim, podemos afoutamente confessar ter sido D. João II um dos reis mais justiceiros que se sentaram no trono da nossa monarquia.

(ꝺ) *pag. 80*

Vimos que na Sé de Silves foi depositado o cadaver de D. João II. Quatro annos aqui esteve até que, em 1499, seu successor, primo e cunhado, D. Manuel, o fez trasladar para o mosteiro da Batalha.

«O rei D. Manuel mandou reunir muitos arcebispos, bispos e outros eclesiasticos, assim como grande numero de fidalgos, acompanhados de muitos capellães, cantores e musicos, e todos se dirigiram á cidade de Silves.

«O bispo D. Diogo Ortiz Calçadilha (que havia assistido á fundação do convento de Jesus, de Setubal) descobriu a sepultura do rei, e todos viram que o alcatifa e hollandas estavam comidas pela cal, porem o corpo de D. João II estava sem corrupção, e até conservava o cabello da barba.

«O cadaver foi envolvido em novas hollandas e mettido em outro caixão, coberto de tella e este posto em umas andas, forradas interior e exteriormente de brocado, de pello carmezim e ouro, com ricas guarnições, e bem assim, as cavalgaduras que as levaram, guiadas por pagens, vestidos de lucto.

«Em todo o percurso até á Batalha, foi o prestito acompanhado por todas as pessoas que nomeei, e em todas as povoações em que pernoitavam se erguia um catafalco, que para isso traziam, que ficava cercado de innumeraveis luzes, havendo o competente officio, e no dia seguinte, antes da partida, missa de pontifical.

«A cada egreja, em que ficava o cadaver, era dado um calix de prata e uma casula de seda.

«Assim foi levado o cadaver até á villa de Alcobaça, onde D. Manuel o estava esperando com os bispos da Guarda, Vizeu e Lamego, seus cabidos, e os religiosos de Santa Cruz, de Coimbra, Alcobaça e Batalha, todos com tochas accezas.

«Tambem estavam com o rei, os duques, marquezes, condes e muitos fidalgos e grande numero de povo, que veiu assistir ao acto, de muitas leguas de distancia.

«As ruas da villa de Alcobaça, por onde passou o prestito, estavam ricamente armadas, assim como as ermidas, e, principalmente, a igreja do mosteiro cisterciense, onde estava já construido um rico mausuleu, coberto de tella, com bandeiras e armas reaes.

«O mausoleu occupava a maior parte do templo e chegava quasi ao tecto.

«Desde a porta da egreja até ao mausoleu foi o cadaver conduzido por oito dos principaes titulares d'este reino, que ali o collocaram com grande respeito.

Em volta do mausoleu ardiam mil tochas, e assim se celebraram as exequias e officios solemnissimos, assistindo á hebdomada o priôr de Santa Cruz, de Coimbra, filho do marquez de Villa Real, que no dia seguinte cantou a missa, sendo pregador o bispo D. Diogo Ortiz.

«O rei D. Manuel, por essa occasião, deu varias peças de ouro e prata ao mosteiro.»

«De Alcobaça marchou o prestito para a Batalha, onde o cadaver foi recebido com egual pompa e os mesmos sufragios» sendo por fim recolhido no tumulo que lhe estava destinado. (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. 9.º pag, 382).

(Nº) *pag. 93*

Refere-se o decreto a conflictos de jurisdição em Moncarapacho, Alvôr e Portimão, entre os administradores dos bens pertencentes á Corôa e aos do Estado da Rainha. Para explicar este ponto devemos informar que El-Rei D. João II fez mercê da villa de Faro e da cidade de Silves *com seus respectivos termos* á Rainha, sua esposa, D. Leo-

nor e ás rainhas suas successoras, por carta de lei de 14 de abril de 1491, dando-lhes todos os direitos, excepto os da alfandega, sizas e casa do sal; e por isso as Rainhas tinham n'estes dois concelhos seus Ouvidores, por ellas nomeados para administração da justiça, os quaes, depois, foram substituidos pelos corregedores.

Manteve-se a maior harmonia entre os officiaes da Corôa e os do Estado das Rainhas emquanto aquelles dois concelhos conservaram a area primitiva; mas quando começaram as alterações, tirando-se freguezias ao de Silves ou de Faro para formar novos concelhos, começaram a apparecer os conflitos de jurisdições entre as duas especies de funcionarios. Para evitar esses conflitos e satisfazer os dezejos dos povos e a vontade do omnipotente ministro foi promulgado este decreto, de que Alvôr foi victima por ter como donataria a familia dos Tavoras. Esta foi a razão principal d'aquelle decreto.

(L) *pag. 119*

Este João de Athaide, que tambem se assignava por João Athaide de Moraes, era natural de Alvôr e fôra em criança para o Brazil. Depois de muitos annos voltou do Brasil para Alvôr, dizendo-se então que elle lá deixara uma filha natural. Falecendo quasi repentinamente, o juiz de fóra em Portimão — Lourenço José Teixeira de Carvalho — tratou de acautelar o espolio do falecido, que era importante, e procedeu a uma inquirição de testemunhas, no intuito de averiguar se effectivamente o falecido deixara no Brasil alguma filha. Apurou-se que o falecido era muito rico, em vista das cartas encontradas dos seus correspondentes no Rio de Janeiro. Este processo encontra-se na Torre do Tombo, de onde extraimos uma copia. Do processo consta que João Athaide de Moraes tinha em Alvor muitos parentes: José Athaide de Moraes, o alferes Jacintho Xavier de Athaide, Francisco Xavier de Athaide e primas, filhas do capitão Xavier, de Alvôr. Apurou-se mais que effectivamente o falecido deixara uma filha natural em Alvôr. O processo tem a data de 13 d'agosto de 1787.

Ahi pelos meiados do seculo passado foi annunciado

nos jornaes de Lisboa ter falecido em o Rio de Janeiro um individuo Athaide, descendente de outro de Alvôr, convidando os membros d'esta familia a habilitar-se por herdeiros. Apesar de ser importante o espolio ninguem se habilitou. Seria o Athaide falecido no Rio de Janeiro um descendente de João Athaide de Moraes?

(M) *pag. 146*

Devemos á amabilidade de um nosso amigo os desenhos do brazão de armas, de ha muito atribuidas aos Cunhas Costas, e bem assim das armas dos Pachecos que mandamos ao ex.mo sr. Visconde de Sanches-Baena, pedindo a finesa de as examinar e de nos dar a sua mui auctorisada opinião. Confirmou este cavalheiro o nosso humilde juizo, dizendo que o brazão de armas não pertencia aos Cunhas Costas; e em referencia ás armas dos Pachecos diz «que não é raro deparar-se com aleijões em labores antigos, devidos á ignorancia de quem os mandou lavrar e á impericia de quem os executou. Com relação ás armas dos Pachecos vê-se que taes armas estão deturpadas, e em relação ás atribuidas aos Cunhas Costas não lhes pertencem, e talvez sejam dos Silvas ou dos Castellos Brancos, consoante os metaes».

Não encontramos em Alvor documentos que nos affirmam a existencia de Silvas naquella povoação; e para que sejam dos Castellos Brancos era mister que aos cantos se encontrassem os BB e os JJ que vemos nas armas desta illustre familia. Parece nos, pois, que talvez sejam dos Vabos.

Se as armas atribuidas aos Cunhas Costas ainda se conservassem na capella da Senhora do Rosario convidariamos os entendidos na materia a vir a Alvor no intuito de as examinar para se resolver este problema; assim, porem, temos repugnancia de fazer tal convite, que sómente redundaria em descredito de uma povoação inteira.

(N) *pag. 161*

Tinhamos enviado todo o original para o prelo, quando fomos tristemente surprehendido com a noticia das mortes do reverendo paroco de Alvôr—Gonçalo Antonio Seixas, e do benemerito Camillo Antonio de Azevedo, de Portimão. Embora ambos nascessem, aquelle em Lagos, e este em Portimão, é nosso dever commemoral-os, pois que o primeiro paroquiou por muitos annos a freguesia de Alvor, e o segundo beneficiou á sua custa, com o auxilio do ex.mo sr. Francisco Bivar Weinhots, aquella povoação, mandando proceder aos trabalhos do adro da igreja matriz como deixamos dito no logar competente.

*
* *

Gonçalo Antonio de Seixas era filho do major Gonçalo Antonio de Seixas e de sua esposa D. Maria Benvinda das Neves Seixas. Nasceu em Lagos, onde tambem nasceram seus irmãos: Antonio Manoel de Seixas, actualmente, residente na Luz, de Lagos, e D. Benvinda Maria de Seixas Gomes, actualmente casada com o ex.mo sr. Francisco de Jesus Gomes, digno farmaceutico residente em Lagos.

Gonçalo Antonio de Seixas dedicou-se á vida ecclesiastica, estudando no seminario de Faro, onde se revelou como distincto estudante, dotado de uma intelligencia invejavel e de uma aplicação aos estudos surprehendente.

Ainda estudante, foi convidado com outros repazes dos cursos superiores, pelo então tenente de artilharia, hoje o general Schiapa, a fazer umas conferencias em Lagos, e entrou o estudante Seixas nessas conferencias por forma tão brilhante e distinta, que toda a assembleia o considerou um dos melhores conferentes.

Concluidos os seus estudos, ordenou-se e paroquiou diversas freguesias da diocese do Algarve, Pera, Alferce, Monchique, Alte e Alvôr. Nos ultimos annos a doença, talvez, afastou-o dos livros, e podendo ter-se distinguido brilhantemente no exercicio da sua missão religiosa, satisfez-se simplesmente em cumprir a sua missão de paroco,

restritamente, sem grandes propagandas, onde certamente faria conhecido o seu valor intellectual.

Pertencia aquelle nosso amigo a uma familia de intellectuaes. Teve um tio, o padre Francisco Estanislau, que foi prior encommendado de Lagos, e passou no seu tempo por uma das primeiras iutelligencias do clero algarvio. Seu pai, apesar de não ter um curso superior, distinguiu-se sempre na sua carreira militar. Deixou o paroco Seixas uns sobrinhos, filhos de sua irmã D. Bemvinda, que já se distinguem pelo seu talento precoce. Um delles fez exame do 2.º anno do liceu e frequenta o 3.º, tendo obtido até agora distincções em todos os exames, e é já um distincto pianista. Não tem ainda 12 annos. Tem uma irmã, D. Maria Bemvinda de Seixas Gomes, irmã mais velha d'aquelle mancebo, que é com razão considerada uma das primeiras pianistas do Algarve.

Nestes ultimos annos conservou-se o reverendo Seixas quasi sempre no leito da dôr. Sentindo profundamente a morte daquelle nossa amigo, a quem sempre dedicamos desde o tempo do seminario muita estima e consideração, cumprimos um dever sacratissimo.

Faleceu o reverendo Seixas no dia 4 do mez de março de 1907.

*
* *

Camillo Antonio de Azevedo foi um rico proprietario em Portimão. Como homem era extremamente bondoso e dotado de um caracter de fino quilate. Inscrevera o seu nome sob as bandeiras do partido regenerador e nelle militou sempre com as convicções de um verdadeiro crente, pondo sempre ás ordens do seu partido todos os seus serviços, que foram muitos e lealmente prestados. Fazia a sua propaganda politica, praticando o bem, e sem perseguições ou má vontade aos adversarios.

Desempenhou o logar de administrador do concelho de Portimão durante a administração do governo regenerador, e sempre de maneira a deixar satisfeitos os seus administrados. Por isso a sua morte foi geralmente sentida não

só na villa mas em todo o concelho, concorrendo muita gente a acompanhar os seus restos mortaes á sepultura. Faleceu em 26 de fevereiro passado.

(❶) *pag. 231*

O snr. Visconde de Sanches Baena, indicando a origem da nobre familia dos Velhos, escreve:

Procedem de D. Arnaldo de Baião, por seu bisneto D. Nuno Soares, ou D. Nuno Velho; descendem por femea de Caio Carpo, regulo de Maia, que existia no tempo em que veio aportar a Galliza o corpo do apostolo Sant'Iago, de quem os auctores contam *aquelle grande caso* em que appareceu coberto de conchas ou vieiras».

Que grande caso foi este?

Responde Villas Boas na *Nobiliarchia Portugueza:*

«No anno de 44, depois de Christo, celebrando suas bodas Cayo Carpo, Regulo de Maia, com Claudia Soba, filha do regulo de Gaia, corria canas na praia de Bouças a tempo que por aquelles mares passava para Galiza a barca em que levavam a corpo do santo apostolo Iágo seus discipulos, que, com favoravel vento, se haviam embarcado em Jope.

E quando Caio Carpo mais entretenido nas voltas, e airoso na carreira, fazia alarde da sua destreza... tomando o freio nos dentes, o bruto arremessa-se ás aguas do mar, sendo seu precipicio espectaculo triste aos que assistiam áquella festa .. Saiu Cayo Carpo são e salvo junto da barca, que levava o santo, e olhando para si se viu enxuto e coberto de vieiras.

«Confundido e enleiado, perguntou aos conductores do barco que prodigio era aquelle e o que significavam aquellas vieiras?

Recorreram os discipulos de Sant'Iago a Deus, e, pondo se em oração, ouviram uma voz, que lhes dizia: que N. S. Jesus Christo determinara considerar as vieiras como privilegio no dia de juizo, por onde seriam conhecidos os dedicados ao apostolo Sant'Iago.

Ouvida a voz do ceu, Caio Carpo converteu-se ao christianismo, e bem assim a gente que na praia foi testemunha de tamanha maravilha.»

De Caio Carpo e de Claudia Soba procedem os *Pimenteis* e *Velhos* e outras familias illustres que usam das vieiras nas suas armas.

(℗) *pag. 242*

Parece que a conquista do Algarve deu motivo a que descessem a esta provincia muitas familias, que já tinham constituido os seus solares nas provincias do norte.

E' sabido que foi pelo norte que D. Henrique, pae do 1.º rei portuguez, começou a batalhar contra os mouros. Seu filho D. Affonso Henrique, com a sua corte em Guimarães, tambem pelo norte continuou n'essa lucta homerica. Por isso quando D. Sancho e D. Affonso III desceram ao Algarve a batalhar contra os agarenos já vieram acompanhados dos senhores solarengos do norte, muitos de quaes constituiram mais tarde domicilio no Algarve.

Outro facto deveu chamar ao Algarve muita gente nobre do norte. Em 1419 o infante D. Henrique fundou Sagres e ahi estabeleceu uma escola de cosmografia, observatorio astronomico e officinas de construcção naval. N'esta escola se instruiram os algarvios e outros que do norte desceram em procura de honra e gloria. Por isso não nos deve causar admiração de encontrar no Algarve familias descendentes dos senhores solarengos do norte. Vê-se da *Nobiliarquia Portuguesa* de Villas Boas que os solares principaes do paiz eram fundados nas provincias do norte. Os Abreus procedem da Torre do Abreu, junto a Valença do Minho, os Athaides procedem da freguesia de Athaide, no bispado do Porto, os Costas eram da Villa da Costa, pertencente á comarca de Guimarães; os Cunhas da villa da Cunha, hoje comarca de Valença. Do norte eram os Fogaças, os Gamas, os Velhos, os Paivas, os Pachecos; do Alemtejo os Vabas.

A historia informa-nos que o Algarve foi a ultima provincia conquistada aos Mouros, e que, ainda depois de conquistada, por alguns seculos foram as costas do Algarve incommodadas pelos piratas argelinos.

Que razão haveria para que aquelles descendentes das casas solarengas do norte constituissem domicilio no Algarve?

Além das rasões apresentadas poderemos indicar a

amenidade do nosso clima, a riquesa do nosso solo e sobre tudo a belleza da nossa provincia. Ainda ha poucos dias o auctor de um apreciado livro ácerca da *Mulher Portugueza* e que entendeu dever occultar o seu nome sob o pseudonimo Victor Moigénie, fazendo o confronto entre o Minho —a mais bella provincia do Norte— e o Algarve, escreveu:

«O Minho dá a impressão de uma belleza classica, como a das Eclogas de Virgilio; uniformidade deliciosa, planura, silencio, sombra, aguas limpidas, folhagens verdes, horisontes vastos, doces, tranquillos; ao passo que o Algarve produz a impressão de uma belleza *romantica,* como a das odes de Victor Hugo; alcatifas de verdura, e golpes de serra, toda em flor, antiteses grandiosas de monte e campo, lençoes de mar esplendido, penedias vestidas, vegetações quasi tropicaes, calor. brisa maritima, perfume vivo e são, gorgeios, efluvios quentes de fecundidade, amor, paixão, devaneio, variedade».

E Victor Moigénie soube com verdade retratar no seu bello livro a nossa querida provincia.

FIM

ERRATAS

PAG.	LINHA	ERROS	EMENDAS
13	27	vinte e dois mil annos	Duzentos e vinte mil annos
14	16	paleoecthnolica	paleoethnologica
45	12	invenções	inscrições
66	17	trabalho um°	trabalhou m°
76	3	ouso	aviso
131	1	11	17
183	34	responderam	responderem
190	3	*venhas*	*vanhas*
»	7	Olhae	olha
»	9	*vatina*	*batina*
207	33	com um grande caldeirão	com um colherão
208	14	pode	pôde
225	26	palhas	palas
233	31	consignações	investigações

INDICE

	PAG.
Algumas palavras	7
Capitulo I – Geogenia	11
Capitulo II – Tempos prehistoricos	14
§ 1.º – Periodo Paleolithico	15
§ 2.º – Periodo neolithico	19
§ 3.º – Edade dos metaes	25
Capitulo III – Estudo retrospectivo	27
Capitulo IV – Tempos Proto-historicos	37
§ 1.º – Fenicios	38
§ 2.º – Ligurios	45
§ 3.º – Gregos	46
§ 4.º – Celtas	46
§ 5.º – Africanos	47
CapituloV – Costumes dos Lusitanos	47
Capitulo VI – Tempos historicos	53
§ 1.º – Romanos	53
§ 2.º – Godos	57
§ 3.º – Arabes	61
Capitulo VII – Dominio Portuguez 1250-1640	69
Capitulo VIII – 1640 a 1905	86
Capitulo IX – Os terramotos do seculo 18	95
Capitulo X – O Povo de Alvôr – § 1.º	102
§ 2.º	106
§ 3.º	109
§ 4.º	112
§ 5.º	116
Capitulo XI – Situação de Alvôr – § 1.º	123
§ 2.º – A barra e o rio d'Alvôr	123
§ 3.º – Orografia e Planuras	125
§ 4.º – Hidrologia	126
§ 5.º – Clima	127
§ 6.º – População	129
§ 7.º – Vias de communicação	133
§ 8.º – Fauna e Flora	134
§ 9.º – Agricultura	135
§ 10.º – Industria e Commercio	136
§ 11.º – Marinhas	137
§ 12.º – Mariscos	139

PAG.

§ 13.º—Doenças endemicas 140
§ 14.º—Emigração 141
§ 15.º—Instrucção 142
Capitulo XII—Alvôr actual 143
§ 1.º—Matriz 145
§ 2.º—Adro 148
§ 3.º—O Cemiterio 150
§ 4.º—Ermidas ou capellas 152
§ 5.º—Ermida de N. S. dos Prazeres 153
§ 6.º—Ermida de S. Pedro 155
§ 7.º—Ermida de S. Sebastião 156
§ 8.º—Ermida de S. João 156
§ 9.º—Ermida de N. S. da Ajuda 157
§ 10.º—Capella do Senhor Jesus do Mar 157
§ 11.º—Misericordia 158
§ 12.º—Junta de Parocquia 160
§ 13.º—Parocos de Alvôr desde 1723 160
§ 14.º—Torre do Facho 162
§ 15.º—Castello de Alvôr 163
§ 16.º—Largos, Ruas e Travessas 164
§ 17.º—Predios mais importantes 165
§ 18.º—Villa Velha 167
Capitulo XIII—Sitios da freguezia 168
§ 1.º—Ermida da S. da Conceição 169
§ 2.º—Ermida da S. do Verde 170
§ 3.º—Montes de Alvôr 171
§ 4.º—Sitios não registados 174
§ 5.º—Grajão 175
§ 6.º—Villa da Feira 175
§ 7.º—Monte de Cima 176
§ 8.º—Hortas e Noras 176
§ 9.º—Moinhos e Mós ou Moses 178
§ 10.º—Pontes 180
Capitulo XIV—Caracter, usos e costumes 180
Capitulo XV—Lendas, casos e contos 190
Capiiulo XVI—Superstições 204
Capitulo XVII—Familias illustres e pessoas notaveis de Alvôr 215
§ 1.º—Abreus 218
§ 2.º—Athaídes ou Ataídes 220
§ 3.º—Cunhas e Costas 225
§ 4.º—Fogaças 228
§ 5.º—Moraes 232
§ 6.º—Pachecos 232
§ 7.º—Paivas 234
§ 8.º—Vabos 235
§ 9.º—Velhos 237
Capitulo XVIII—Inscripções 242
Notas 249

Obras do mesmo autôr:

Contos Infantis (sexo feminino)	240
Contos Infantis (sexo masculino)	240
As Mouras Encantadas (Algarve)	500
Contos Tradicionaes do Algarve (vol. 1) . . .	500
Biografia de D. Francisco Gomes do Avellar .	800
Cancioneiro e Romanceiro do Algarve (Lição de Loulé)	500
Monografia do Algôs	400
Monografia do Concelho de Loulé	600
Monografia do Concelho de Olhão da Restauração	600
A Monografia de Alvôr	**400**

91-B1028

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00019 1995